

Relatório Sementes 2022

Situação dos/as defensores/as de direitos humanos no processo eleitoral do Brasil



proponentes



cofinanciador



Relatório Sementes 2022
Situação dos/as defensores/as
de direitos humanos no
processo eleitoral do Brasil

Relatório Sementes 2022

Situação dos/as defensores/as de direitos humanos no processo eleitoral do Brasil

Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia.

O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva de seus/suas autores/as, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.

Proponentes:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MNDH)

We World GVC Onlus

Associadas:

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH)

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Cofinanciador:

União Europeia

Equipe Nacional

Coordenação Geral:

Paulo César Carbonari (MNDH/SMDH)

Equipe SMDH:

Diana Melo, Joisiane Sanches Gamba, Marcelo Fontenelle, Raissa Lima Dias da Silva, Renata Castro Barros e Fernando Borges de Oliveira

Equipe Abong:

Adriana Torreão, Anna Paula Pedra, Diogo Francisco Oliveira, Franklin Félix, Graciela Medina, Jhonatan Souto, Patrícia França, Pedro Bocca, Raphaela Correa, Raquel Catalani, Wanderson Borges

Equipe WWB:

Monica Bonadiman, Mirlânia Lima Bezerra e Francisco Rosângelo Marcelino da Silva

Coordenação do Relatório:

Raquel Catalani (Abong) e Paulo César Carbonari (MNDH)

Consultoria

Lucyvanda Amorim Moura

proponentes



co-financiadora



Sumário



Apresentação	6		
Adriana Ramos Instituto Socioambiental (ISA)	8	Débora Rodrigues Associação Vida Brasil / Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)	51
Alair Luís dos Santos Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Contag)	12	Denise Dora Artigo 19	55
André Freitas Greenpeace Brasil	15	Diva Santana Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/BA)	60
Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	19	Fagner Jandrey Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	64
Benedito Roberto Barbosa (Dito) Central de Movimentos Populares (CMP)	23	Fernando Pigatto Forum em Defesa do Direito Humano à Saúde	66
Bruna Benevides Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)	28	Getúlio Vargas Júnior Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)	70
Cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva) Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro	31	Giuliano Galli Instituto Vladimir Herzog / Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores	74
Carlos Nicodemos Organização Projeto Legal (OPL)	36	Givânia Silva Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq)	77
Carmen Silva SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia	40	Gustavo Coutinho Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)	81
Cláudia Sala de Pinho Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil	44	Heliana Hemetério Rede Candaces de Lésbicas e Bissexuais Negras / Articulação de Mulheres Negras Brasileiras	83
Darcy Costa Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)	48	Iêda Leal Movimento Negro Unificado (MNU)	87

Sumário



Irene Maria dos Santos Instituto Brasil Central (Ibrace)	91	Ronilson Costa Comissão Pastoral da Terra (CPT)	135
João Marcos R. Dutra Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	96	Roseane Dias Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)	139
Júlio Barbosa Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)	99	Tânia Dornellas Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)	143
Larice Durval Ribeiro Levante Popular da Juventude	102	Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi Justiça nos Trilhos	148
Leonardo Pinho Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil) e Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme)	106	Virgínia Berriel Central Unica dos Trabalhadores (CUT)	152
Lucia Secoti Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI)	110	Projeto Sementes de Proteção	157
Makota Celinha Gonçalves Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro Brasileira (Cenarab)	115		
Marina Dermmam Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	119		
Mônica Alkmim Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)	122		
Nilma Bentes Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Cedenpa	126		
Paola Falceta Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico)	130		
Petra Pfaller Pastoral Carcerária	134		

Apresentação



O presente relatório do segundo ano de desenvolvimento do Projeto Sementes de Proteção traz narrativas de 39 defensores e defensoras de direitos humanos que atuam em diversos campos de lutas por direitos.

Este ano, a partir das entrevistas realizadas, o relatório buscou abordar três questões principais: o processo eleitoral brasileiro em 2022, a partir das violências percebidas/vividas por defensores e defensoras de direitos humanos, bem como as estratégias adotadas pelas organizações para fazer frente ao contexto; uma avaliação sobre a democracia e os direitos humanos no Brasil e os desafios para seu fortalecimento; e uma avaliação sobre os desafios para o fortalecimento das organizações e movimentos em que atuam os/as defensores/as.

É importante destacar que a elaboração deste relatório se deu num período de grande turbulência no país. A coleta dos depoimentos aconteceu entre o final do segundo semestre de 2022 e janeiro de 2023, período em que passávamos por grande instabilidade política em razão do risco de uma possível renovação do mandato do então presidente, Jair Bolsonaro, já que a eleição seria decidida em segundo turno. Em função disso, houve uma maior exigência de engajamento da sociedade civil organizada – organizações e movimentos sociais – no enfrentamento à barbárie e na construção da campanha que defendia um projeto democrático para o país. Isso se refletiu também numa maior dificuldade para realização das entrevistas.

Passada essa turbulência inicial e tendo a felicidade de ver vencer nas eleições o projeto que mais dialoga com os interesses e necessidades da maioria da população, não houve descanso. Após uma semana de uma cerimônia de posse histórica, em que a faixa presidencial foi entregue ao presidente Luís Inácio Lula da Silva por uma diversidade de representações de segmentos da sociedade civil organizada, que também

demonstrou a diversidade do povo brasileiro e teve o simbolismo do povo “subindo a rampa do poder”, tiveram início atos terroristas praticados por grupos de extrema-direita, apoiadores do ex-presidente, inconformados com a derrota nas urnas.

Esses fatos – tanto os belos quanto os trágicos – aparecem nas narrativas dos defensores e das defensoras ouvidos/as para a construção deste relatório. E será possível perceber também em que momento as falas se situam.

Antes da confirmação da vitória de Lula, as narrativas são mais carregadas de tensão e medo de que houvesse uma recondução do projeto genocida e, conseqüentemente, do temor de que a situação da democracia e dos direitos humanos ficasse ainda mais fragilizada no país. Após a vitória, as falas já trazem um grande sinal de esperança, pautadas na abertura ao diálogo e da reconstrução de um país que ficou esgarçado não só durante o processo eleitoral, mas desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Aqui expressamos nossa gratidão aos defensores e defensoras que se dispuseram a conceder as entrevistas, seja gravando os depoimentos, seja enviando as respostas do roteiro por aplicativo de mensagens, mesmo com toda dificuldade, diante das grandes exigências do período. Esperamos que, junto com defensores e defensoras aqui presentes, possamos seguir “atuantes e vigilantes”, como expressou uma defensora, resgatando o lema da juventude.

E que sigamos esperançando, “com esperança no agir”, como trouxe outra defensora, citando Paulo Freire.

Boa leitura!



Adriana Ramos

Instituto Socioambiental (ISA)



Eu trabalho no Instituto Socioambiental há 26 anos, na área de política e direito, então o trabalho que eu faço aqui em Brasília é diretamente relacionado ao acompanhamento das políticas públicas na perspectiva da defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, quilombolas.

Faço parte da coordenação do Observatório do Clima e já fui dirigente da Abong, então é um trabalho que está muito pautado na perspectiva socioambiental em relação ao direito das comunidades e na perspectiva da participação social, do fortalecimento do papel da sociedade civil, na defesa de direitos como um todo.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Eu acho que foi um momento realmente bastante crítico, culminando com tudo o que a gente viveu nos últimos anos e acho que na nossa área de atuação, algumas coisas se destacaram: **o impacto das notícias falsas e da manipulação de informações, principalmente junto a essas comunidades; o acirramento das ameaças, do preconceito, em âmbito local, pra maior parte das lideranças com quem a gente trabalha; além de uma tentativa muito evidente de cerceamento do direito de voto**, principalmente para comunidades indígenas e tradicionais na Amazônia.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou** para o enfrentamento deste cenário?

Em primeiro lugar, **a gente teve um cuidado muito grande de conversar bastante com toda a equipe sobre as limitações do trabalho de uma instituição num processo eleitoral, tendo em vista os limites legais de uma organização da sociedade civil poder se engajar em certas atividades**. Ao mesmo tempo, buscamos apoiar as ações pessoais e o engajamento individual das pessoas que atuam no ISA e das pessoas que estão diretamente atuando com as comunidades locais, com um trabalho de preparação interna, do ponto de vista de garantir uma segurança institucional. Assim, permitir o engajamento pessoal, para que todas as pessoas pudessem lidar com essas questões, acho que foi um ponto importante.

Em segundo lugar, **a gente focou muito na questão da informação, que era uma coisa que estava nos limites das nossas possibilidades legais. Nós trabalhamos muito produzindo materiais, inclusive em formatos novos de comunicação, utilizando mídias como o próprio Tiktok – que não era uma coisa que a gente estava acostumado a usar – para produzir respostas às notícias falsas**. Então a gente buscou, por diferentes canais, inclusive com um trabalho grande que a gente faz de apoio a redes de comunicadores locais, principalmente comunicadores indígenas, formular respostas às notícias falsas e buscar manter um nível de informação fidedigna circulando junto às comunidades com quem a gente trabalha.

Esse foi um trabalho que aconteceu durante todo o ano, desde antes das eleições, mas também no período eleitoral, nessa perspectiva de contribuir com uma maior conscientização da população em relação a várias questões e no combate às notícias falsas.

No processo eleitoral, nós também ajudamos a denunciar as situações de tentativa de impedimento das comunidades de votarem.

A gente sabe que o processo eleitoral, no âmbito das comunidades indígenas, é muito complicado, delicado, houve até um esforço do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tem havido um esforço do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de ampliar o acesso das comunidades indígenas ao sistema de votação por meio da garantia de urnas localizadas em algumas comunidades dentro dos territórios.

Mas, na maior parte dos casos, ainda é necessário um esforço de deslocamento de muitas comunidades para exercer o direito ao voto. E, durante o processo eleitoral, nós fomos tendo informação sobre essas situações de limitação que aconteceram no Brasil inteiro. Todo mundo viu, mas nós tivemos um esforço de denúncia em relação a esses casos, **inclusive buscando equacionar, cobrando medidas para equacionar limitações que tivessem acontecido no primeiro turno para que elas não viessem a ocorrer no segundo turno**. Então essas foram algumas das formas que a gente buscou atuar no contexto eleitoral.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Para a gente que trabalha com muitas iniciativas em campo, o grande desafio é a forma como foi fomentado o preconceito e a intolerância e como isso afeta as comunidades com quem a gente trabalha. Então, mesmo que, no campo mais amplo, tenha havido uma mudança de governo, que haja uma defesa enfática dos princípios democráticos e dos direitos humanos e sinalizações muito objetivas de mudança da política, em campo, a situação ainda é muito

tensa. A multiplicação de armamento na mão das pessoas, principalmente na Amazônia, estabelece um risco muito grande para as lideranças e para todos os defensores do meio ambiente e dos direitos humanos. Portanto, a gente vê uma situação em que há uma sinalização de uma mudança muito positiva, e acho que o Brasil deu uma resposta muito enfática nas urnas e nos atos que vêm se sucedendo depois das eleições, de mudança dessa perspectiva com a qual o governo vai trabalhar. Mas no chão, infelizmente, a situação vai demorar um tempo – e ela vai ter que ser realmente cirurgicamente tratada para que não se mantenha esse nível de tensão e de violência contra lideranças indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, e defensores em geral.

Então acho que esse é um primeiro aspecto. Outro aspecto é que a gente teve um reforço no racismo e no preconceito que ainda vai perdurar um tempo na sociedade, mesmo que, de cima para baixo, haja mudanças significativas na política. Agora, evidentemente, as eleições trazem uma lufada de ar fresco pra quem vinha se sentindo muito sem perspectiva diante de um governo que cometeu tantas violências e injustiças.

Eu acho que, por exemplo, esses atos que a gente teve recentemente em Brasília, que foram atos de vandalismo, de barbárie, de violência muito forte contra as instituições – inclusive sem muito objetivo no sentido lógico dos atos, então, muito mais uma demonstração daquilo que se queria destruir do que com qualquer tipo de proposta e de demanda –, **esses atos simbolizam o tipo de violência que as comunidades, os defensores de direitos humanos, jornalistas, ambientalistas, indígenas, quilombolas, sofreram ao longo desses quatro anos. Ou seja, aquela violência contra o patrimônio público que a gente viu em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, aconteceu nos últimos quatro anos de diversas formas contra as comunidades. E esse tensionamento na sociedade vai continuar.**

Então, eu acho que vai ser preciso um trabalho muito forte das próprias organizações da sociedade civil de retomar o diálogo sobre a democracia, sobre os direitos, em todos os níveis, para que a gente possa fazer com que a sociedade reflita sobre o que está acontecendo para poder reverter esse quadro.

Quais seriam os desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

A gente precisa retomar o entendimento e a reflexão, pelo próprio governo e pelo Estado, sobre o papel da sociedade civil, no sentido de fazer com que sejam reconstituídos fundos e mecanismos de apoio à sociedade civil, porque muitas organizações tiveram muita dificuldade de sobrevivência nesses últimos anos.

Então, é preciso que o reconhecimento do papel das OSCs seja feito pelo governo e que novas políticas de Estado, de apoio à sociedade civil, sejam estabelecidas, **inclusive políticas que sejam permanentes e consolidadas de tal forma que qualquer outro governo mais antidemocrático não tenha facilidade de desmontar.**

Nós, da área socioambiental, ainda precisamos contar muito com o apoio da cooperação internacional, em função da relevância do país nessa temática do ponto de vista global. **Mas há muitas outras áreas de atuação que são de extrema importância, que não têm esse tipo de apoio de outras fontes, então é fundamental que haja políticas públicas que garantam a sobrevivência das organizações da sociedade civil e o fortalecimento do seu papel nessa construção do Estado Democrático.** Acho que há uma expectativa de recomposição dos espaços de participação social, de conselhos – e isso é uma coisa que já está sinalizada, que a gente já está vendo acontecer.

Acho que nós, da sociedade civil, temos um grande desafio de reflexão sobre todas as nossas experiências anteriores, de como lidar com diferentes governos, para que a gente possa, nesse momento, se fortalecer como um setor significativo do Estado, **mas também com independência em relação ao governos.**

E acho que essa é uma reflexão importantíssima que todos nós temos que fazer para que a gente fortaleça a nossa atuação, **contribua com o desenvolvimento de políticas e com a consolidação da democracia no Estado brasileiro**, mas, ao mesmo tempo, mantenha uma independência nos processos de participação social para que a gente possa, de fato, avançar.



Porque é uma disputa dentro da sociedade: setores que são mais retrógrados e setores que são mais progressistas. **E nós somos, digamos assim, uma ponta de lança, no sentido de puxar o avanço da sociedade para frente. Então, a sociedade civil não pode perder essa perspectiva do seu papel de “esticar a corda” para que os resultados do processo político sejam minimamente intermediários entre os diferentes interesses da sociedade.**

A sociedade civil brasileira está “muito de parabéns” (risos)! Considerando tudo o que aconteceu, acho que o papel que a gente teve nesse processo desses últimos quatro anos foi fundamental: – **a coragem das lideranças da sociedade civil de se manterem ativas, mesmo diante de todas as ameaças, e de se posicionar de forma tão firme, contribuiu para a mudança do quadro de uma forma democrática no âmbito de um processo eleitoral.**

Acho que a gente merece os parabéns!

Alair Luís dos Santos

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Contag)



Eu sou Alair Luís dos Santos, sou natural de Itaguaru, do estado de Goiás, mas atualmente eu sou assentado no Projeto de Assentamento Boa Esperança, no município de Piracanjuba, Goiás. Fui diretor do sindicato de trabalhadores rurais de Itaguaru, fui diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado de Goiás por vários anos e agora, há um ano e meio, estou na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (Contag).

A Contag atua em diversas áreas da defesa dos direitos humanos; a minha em especial é na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pela terra. Claro que, nessa questão da luta pela terra, está não só a conquista da terra, mas a conquista de outros direitos fundamentais que vêm agregados: o crédito, a moradia, a saúde, a educação, as estradas para o transporte.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O processo eleitoral foi muito árduo para todos nós, em especial os trabalhadores rurais, que são aqueles que nós defendemos. Tem trazido uma consequência muito grande, em especial quando a gente fala da conquista da terra. **A gente sofreu diversas ameaças de despejo de trabalhadores e trabalhadoras que lutam por posse de terra, então isso trouxe sérias consequências, perseguições, ameaças físicas, ameaças emocionais.**

Eu tenho visitado o Brasil e tem regiões em que as ameaças são em nível emocional, **como pressão psicológica, e em outros lugares a ameaça é física, haja vista que houve algumas mortes. Inclusive cito aqui o menino Jonathas, de nove anos, que foi assassinado no estado de Pernambuco, na Fazenda Roncadorzinho, onde a principal vítima era para ser seu pai.**

O pai conseguiu fugir da agressão mais violenta, levou um tiro de raspão no braço, mas a criança, que eles pegaram debaixo da cama, se escondendo dos jagunços, foi morta. Isso já dentro de um processo eleitoral. E a principal ameaça é essa: a luta pela terra.

O latifúndio, o agronegócio têm perseguido muito os trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela terra, mesmo onde – como é o caso da fazenda Roncadorzinho, em Pernambuco – **as pessoas moram ali na terra já há mais de oitenta anos: os avós, os bisavós, os pais moraram ali e estão lá na terra até hoje.**

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou** para o enfrentamento deste cenário?

Nós temos utilizado de diversas formas, uma delas é a incidência na defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras no Congresso Nacional. **Nós temos participado de diversas audiências públicas no Congresso Nacional, defendendo o direito dos trabalhadores, contra a aprovação dos diversos projetos apresentados pelos deputados vinculados ao agronegócio como, por exemplo, a titulação de grandes áreas na Amazônia legal.**

A gente tem feito incidência no Congresso Nacional **para evitar a aprovação de projetos maléficos aos agricultores familiares, mas junto com isso a gente também fez uma incidência no final de 2021 na justiça federal, apresentando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em relação à transferência de terras da União para os governos estaduais**, em especial em Roraima, Rondônia e Amapá. Essa ADI está em fase de tramitação.

Fora isso, nós temos feito audiências públicas nos locais onde acontecem ameaças, junto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) ou conselhos estaduais também. A gente fez uma audiência pública no estado do Pará, no município de Santarém, em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que são ameaçados de ficar sem a terra, de ficar sem os rios para pescar, de ficar sem a floresta onde eles podem extrair alguns produtos.

Fizemos uma audiência pública no Maranhão, em São Luís, onde discutimos diversos casos de violência, mas espelhando um caso mais concreto, que é da Fazenda Boa Hora III, de uma comunidade quilombola. Fizemos também no estado de Pernambuco, cujo objeto principal era a fazenda Roncadorzinho, mas também trazendo outras áreas de engenho lá da região.

Além disso, nós temos participado de diversas campanhas: a Campanha A Vida por um Fio, a Campanha Despejo Zero – que tem diversas organizações do campo e da cidade – e o lançamento da Campanha contra Violência no Campo – uma ação estratégica com diversos outros movimentos, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, realizamos outras conversas, diálogos, incidências, tanto em assembleias legislativas, câmaras de vereadores, junto a governadores e prefeitos. **São diversas ações que a gente tem feito no sentido de minimizar o impacto, de acabar com a violência, em especial aos defensores de direitos humanos.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A palavra democracia, vinculada a direitos humanos, eu tendo a dizer que não existe. Apesar de a gente lutar pela democracia, na hora que trata da defesa dos direitos humanos, da democracia para aqueles que precisam ter acesso à terra, à educação, à saúde, à proteção de suas vidas, ela está bastante distante.

Como diz um amigo meu, “ela é letra morta no campo”. O desafio é a gente retornar à conquista de direitos que a gente perdeu ao longo desses seis anos. **Precisamos de políticas públicas para minimizar os impactos da violência no campo, e de ação de governo. Porque nós, enquanto movimento sindical, ou as demais organizações, levamos a luta em defesa dos direitos humanos, mas é uma luta de cobrança.** Então, precisamos de políticas públicas que atendam aos agricultores e agricultoras familiares e que tenha uma ação de governo para diminuir a violência. Só uma ação de governo bastante forte – que a gente espera que agora comece a ser implantada novamente no Brasil – para a gente combater os diversos níveis de violência contra as pessoas, os defensores de direitos humanos.

Quais seriam os desafios para o **fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Talvez o principal desafio é o que a gente vem iniciando um trabalho: fazer as ações conjuntamente. Embora nós tenhamos diversos movimentos no campo – e a Contag está nesse conjunto – nós precisamos trabalhar uma atuação mais coletiva. **Porque, se não for assim, a Contag faz uma ação, outro movimento faz outra e ficam diversas ações isoladas.** Os movimentos são muito ciumentos. Aquilo que um faz, o outro às vezes tem dificuldade de aderir. Então, o principal desafio é esse: fazer ações coletivas para enfrentar essas violências.

É perder o medo de se juntar, **fazer uma ação bastante organizada, coletiva**, no sentido de fazer as ações fluírem melhor para que as cobranças cheguem aos nossos governantes de forma mais qualificada.

Se a gente pensar por outra linha, existem diversos outros desafios, como a própria organização da sociedade. É preciso uma ação bastante contundente no sentido de organizar a sociedade – tanto aqueles que são ameaçados quanto os que não são ameaçados – para entender que aquelas ações ameaçadoras precisam ser combatidas. Esse é o meu entendimento enquanto defensor das pessoas que vivem no campo, na cidade, daqueles que lutam por algum direito.

Enquanto movimentos de defesa dos direitos humanos, precisamos também ter uma ação muito grande junto aos nossos políticos eleitos: aqueles que são parceiros, que são da causa dos trabalhadores – e aqueles que não são – para tentar reverter o quadro de violência que o povo brasileiro, **a sociedade brasileira anda sofrendo.**

André Freitas

Greenpeace Brasil



Meu nome é André Santos de Freitas, tenho 44 anos, moro em Manaus, e nos últimos dois anos estou à frente da área de florestas do Greenpeace Brasil.

Quando a gente fala em meio ambiente, as pessoas pensam que só árvores, rios e animais são o fundamental. Mas, paralelo a isso, tem as pessoas. Então, muito do trabalho da organização tem sido apoiar os povos indígenas e as comunidades tradicionais da Amazônia.

Ao mesmo tempo que 2022 foi um dos anos mais terríveis para o meio ambiente e povos da floresta, ele era crucial para a resistência e para evidenciar para as pessoas que o projeto de meio ambiente em curso nos levaria a perdas irreparáveis, tanto em relação ao meio ambiente quanto em relação aos direitos humanos.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O que a gente viu no campo – e isso nos chegou de várias partes – **foi que as pessoas, apoiadoras do governo, sentiam como se tivessem o aval, uma permissão para ir contra o meio ambiente, contra as pessoas. Isso aconteceu na Fazenda Estrondo, na Bahia, onde está se expandindo o agronegócio com muita força.**

Comunidades tradicionais estão sendo deslocadas da região. Da mesma forma, principalmente no início de 2022, vimos o garimpo disparar nos territórios indígenas. **Recentemente, fizemos uma denúncia sobre uma estrada de 150 km que levava até um garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.** Há muito poder econômico envolvido e uma pressão enorme sobre as populações. Tivemos registros de conflitos, de combates entre pessoas não indígenas e indígenas do território.

Houve total descuido, ao longo dos quatro anos, com relação às demandas dos povos indígenas porque não tivemos demarcação de nenhuma terra indígena e isso foi uma promessa nefasta de campanha do ex-presidente, cumprida em seu governo. Isso, com certeza, contribuiu para afetar o direito desses povos. **Diversos territórios foram invadidos – seja pela pecuária, pelo roubo de madeira ou pelo garimpo nas áreas indígenas, uma das coisas mais danosas que existem.**

A gente viu pessoas com problemas sérios de saúde, rios poluídos, rios mortos, outros contaminados por mercúrio, Yanomamis em estado de desnutrição, entre outros problemas. **O garimpo ilegal atinge em grande escala as etnias Kaiapós, Yanomamis e Mundurukus que estão em uma situação bem complicada, principalmente porque estão tendo seus direitos, como povos originários, sendo atacados pelo governo e por criminosos a todo momento.**

Foi um ano muito conturbado e isso talvez permaneça por um bom tempo porque as pessoas ainda estão lá e, talvez, mais furiosas do que antes porque não acreditavam na derrota do governo Bolsonaro. O ano de 2023 será ainda de muita violência, de enfrentamento aos direitos humanos. **Tem muito trabalho de reconstrução socioambiental para ser feito por parte de organizações do terceiro setor e dos governos municipais, estaduais e federal.**

Na maior parte da minha carreira eu estive no setor privado e vejo que os defensores de direitos humanos – seja da forma mais ampla, olhando para meio ambiente e para pessoas – eles não imaginavam ver e participar de um cenário tão caótico como foi o do governo Bolsonaro. Tudo que aconteceu teve e terá um custo enorme para a sociedade brasileira. Nós, hoje, não temos condições para entender todo o processo, toda a destruição. Precisamos de um distanciamento histórico. Por mais que a gente leia sínteses que jornalistas, escritores, historiadores possam escrever agora, tudo pode mudar no futuro porque toda a política ambiental e antidireitos humanos promovida pelo governo Bolsonaro vai ter impactos geracionais.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?**

O que o Greenpeace faz, com bastante força, é documentar e denunciar os crimes socioambientais, mostrar o que está acontecendo e engajar as pessoas para que possamos ter uma mudança de comportamento. Nós vimos as queimadas, o desmatamento. O que nós fizemos foi denunciar, levar jornalistas para sobrevoar conosco, preparar documentação, realizar denúncias ao Ministério Público (MP) e outras autoridades.

Uma das nossas estratégias, principalmente em se tratando de Amazônia, é colocá-la no centro da discussão sobre as mudanças climáticas. Ao fazer isso, estamos discutindo tudo: **mudanças climáticas, direitos humanos, modelo de desenvolvimento, a necessidade de um modelo de desenvolvimento que não dependa de consumir floresta e pessoas, mas que seja capaz de conviver com a floresta e com as pessoas.**



Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Afora as questões partidárias, é consenso no Brasil que o país está dividido. Muitas pessoas ainda não perceberam o risco democrático que estávamos ou que estamos ainda vivendo. Temos quase metade do país do lado de Bolsonaro e a outra metade talvez nem esteja toda ao lado do governo que ganhou a eleição, mas sabia do risco que estávamos correndo. A gente vê pela frente muitos desafios porque há um ressentimento muito grande do pessoal que se sentiu derrotado nesse pleito e as pessoas estarão aí para mostrar sua força. Vimos os movimentos nos quartéis, pedidos antidemocráticos, como fechamento do Congresso, coisas que nunca tínhamos visto antes. Vimos tentativas de terrorismo que, em nenhum momento, são contestadas pelo governo Bolsonaro. Então, se pode dizer que estamos em momento de alguma exceção no Brasil.

A pressão que tivemos de um descrédito forçado das urnas eletrônicas criou um problema muito grande para o Brasil, que a gente vai levar muito tempo para resolver. No caso da vacinação, estamos com os piores índices de cobertura vacinal, e doenças que já estavam erradicadas têm risco de voltar.

No meio ambiente, ainda há muito problema porque, nos últimos anos, especialmente em 2021, 80% dos crimes violentos aconteceram no norte do Brasil, na Amazônia, e é lá onde há a menor segurança para os povos viverem, dada a ausência do Estado e dadas as características do território também.

O que aconteceu ao Bruno Pereira e ao Dom Phillips foi uma clara ação coordenada para dizer que não se teme a justiça e o ordenamento legal. Mesmo com o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não dá para dizer que a luta está ganha. Uma variável importante de todo esse caos foi retirada do poder (Bolsonaro), mas ainda não foi tirada de circulação! O avanço antidemocrático partiu de alguns parlamentares que eram da base do seu governo e essa mesma base começa a se mover para apoiar o governo Lula. **Então, haverá ainda tentativas de projetos de lei antidemocráticos, que ferem a vida das pessoas e o meio ambiente. Há desafios muito grandes em relação ao parlamento.** Mesmo que o governo Lula entenda a importância de um revogação, **os parlamentares do centrão são os mesmos, então nós temos que ficar muito atentos, muito vigilantes.**

Quais seriam os desafios para o **fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Se espera um cenário mais propício para esses defensores. Antes eles eram vistos como comunistas, algo totalmente sem sentido porque defender o meio ambiente ou os direitos humanos não pode ser tomado como algo relacionado a algum regime de governo. Há uma confusão enorme por parte da população brasileira em relação à função social dessas organizações, principalmente do terceiro setor, onde está a maioria dos ativistas. **E quando estamos falando de defensores ambientais, estamos falando também dos povos indígenas, de líderes comunitários em comunidades tradicionais, dos jovens.**

Os desafios ainda existem e a gente precisa lutar por investimentos porque houve um esvaziamento e um claro e evidente sucateamento das instituições públicas importantíssimas como: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Fundação Palmares, ministérios como da Educação e da Saúde, entre outros. Um dos grandes desafios é termos políticas públicas que vão além de governos de ocasião. Temos que ter políticas de Estado, que realmente reflitam os anseios e as necessidades da sociedade. Esse, talvez, seja o maior desafio: que não seja um pacote momentâneo, apenas por quatro anos, mas políticas de longo prazo, perenes.

Um desafio atual que enfrentamos é a efetivação das penalizações dos infratores/criminosos ambientais e dos direitos humanos. Vemos diversos tipos de crimes, inclusive de empresas que se beneficiam desses crimes que ocorrem nos diversos rincões do Brasil, como empresas frigoríficas que se beneficiam do desmatamento, da violência sobre a comunidade que foi desalojada da sua região tradicional, da fazenda pecuarista que utiliza trabalho análogo à escravidão. Há muito que se fazer ainda em relação à legislação no Brasil e os defensores do meio ambiente e dos direitos humanos necessitam ter uma maior cobertura de proteção do Estado para desenvolverem o seu trabalho, pois o ambiente atual é hostil.

Eu não teria a ingenuidade de achar que com o governo Lula tudo se resolverá. Nós temos um trabalho muito extenso de reconstrução e de reconciliação do Brasil, um período civilizatório a ser trilhado pela sociedade brasileira. **Temos que resolver a fome no Brasil, pois sem isso fica vexatório evocarmos sermos um dos países que mais produzem alimentos no mundo.** Perdemos anos de educação devido a discussões ideológicas e falta de investimentos.

Tivemos uma perda muito grande e o governo atual tem esse papel de reconciliação, mas não a qualquer custo, como já foi no passado. É uma tarefa muito difícil, mas, para todos que ainda têm esperança – que é importante a gente conservar – é necessário que consigamos avançar juntos, principalmente com o olhar para os jovens.

Nós vimos várias jovens lideranças indígenas nascendo, neste momento de maior dureza, e foram os povos indígenas que alcançaram as ruas enquanto nós éramos impactados pela pandemia. Essas pessoas se levantaram e foram lutar pelos direitos.

Esperamos que as pessoas continuem, que não haja uma “cooptação”: **que mesmo tendo um governo com um grande apelo social, a gente consiga ter essas pessoas reivindicando seus direitos, cobrando do governo.** Que, mesmo com o governo Lula, não se diminua a luta, não se tenha perdas nas conquistas, que se retome a paz e que caminhemos em direção ao desenvolvimento sustentável e justo no Brasil.

Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)



Sou Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, tenho 64 anos, sou natural do sul da Bahia e estou no Conselho Indigenista Missionário (Cimi) há 35 anos.

Minha militância começou na década de 1970, no movimento estudantil, em São Paulo.

A gente já se deparava com a ditadura e, portanto, era também um movimento em favor dos direitos humanos. Depois, na década de 1980, no movimento sindical, com as primeiras greves que possibilitaram a abertura política no país, também lutávamos em favor dos direitos humanos já que a repressão era muito grande.

Quando, na década de 1990, retornei para a Bahia, me inseri no Cimi, na luta em favor dos direitos dos povos indígenas do Brasil. A luta dos povos indígenas no Brasil é também uma luta pelos direitos humanos.

A luta pela regularização dos seus territórios tem momentos de embates e implica também na luta pela efetivação de políticas públicas e pelos direitos da população não indígena.

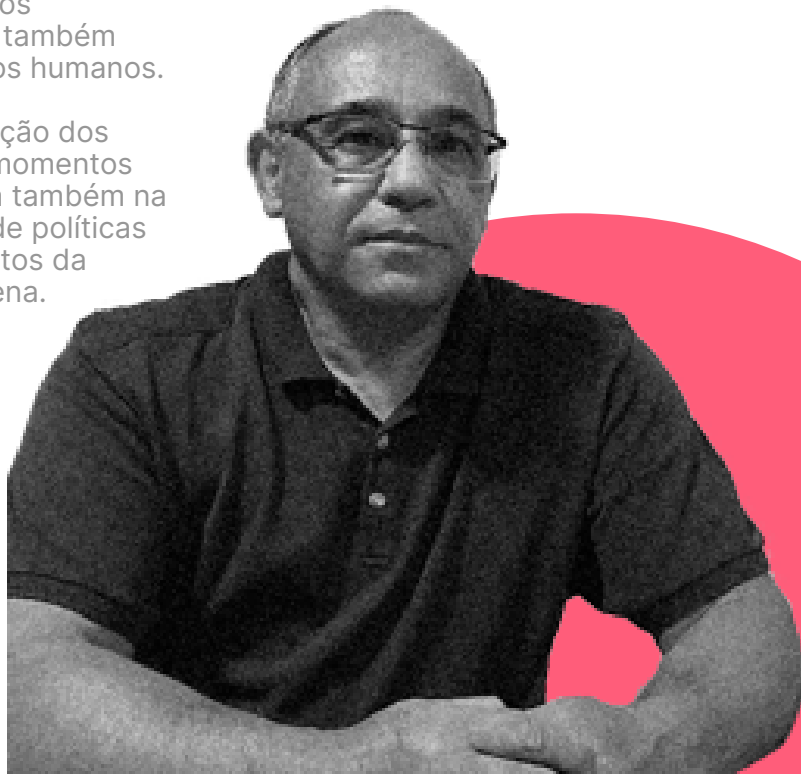
Desde 1989, eu estou efetivamente no Cimi, apoiando a luta dos povos indígenas.

De início, no sul da Bahia com os Pataxó Hã Hã Hãe, durante 18 anos lutando pela regularização do seu território, acompanhando vários conflitos entre fazendeiros, pistoleiros, governo do estado da Bahia, poder político e econômico local, regional e do estado.

Depois, em Belo Horizonte, na coordenação do regional leste do CIMI, que é composto pela Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Depois, retornei ao sul da Bahia e acompanhei a luta do povo Pataxó nas regiões de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Itamaraju, Itabela, Teixeira de Freitas, Eunápolis e Belmonte.

Em 2019, fui eleito secretário executivo do Cimi, com a responsabilidade institucional de organizar a luta com os demais regionais, com as equipes de base e com o apoio aos povos indígenas em nível nacional. Lidamos, aqui, com os três poderes, com grandes questões referentes a invasões de territórios – dos povos Yanomami, Munduruku, Xokleng, Pataxó, Xavante – e todas as grandes questões referentes à luta pela efetivação dos direitos humanos dos povos indígenas.

Estou, desde 2020, chefiando a equipe de juristas, jornalistas, antropólogos e comunicadores, na luta diária em defesa dos povos indígenas no Brasil.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O processo político eleitoral no Brasil, que ocorreu em 2022, foi permeado de muita violência, nunca vista no país. Foi um processo eleitoral atípico porque teve várias nuances, inclusive um índice alto de corrupção, com a utilização da máquina pública, compra de votos e uma rede de mentiras enorme, nunca vista antes. **Foi um processo político extremamente violento, tenso, que apresentou riscos para todos os defensores de direitos humanos mais comprometidos com a luta dos pobres e com a veracidade dos fatos.**

O processo político eleitoral brasileiro, **mais uma vez, privilegiou o poder econômico dos candidatos e uma elite do país que lutou para permanecer no poder.** Tivemos o aspecto positivo de conquistar o poder Executivo no âmbito nacional, mas ficamos grandes feridas na população brasileira pela divisão que ocorreu. A luta era por retirar do âmbito dos poderes Executivo e Legislativo o ranço fascista que permeou todo esse processo político eleitoral. Esse ranço fascista causou sérios danos não só aos defensores de direitos humanos, mas ao meio ambiente, ao ambiente político, à vida diária do cidadão brasileiro. Por isso, foi um processo político que deixou muitas marcas e, em determinadas horas, pensávamos que isso não iria acabar nunca porque cada dia era uma eternidade – vivenciar todo esse processo de mentiras, de violências, de ataques aos direitos do cidadão, das populações originárias, das populações tradicionais, aos direitos da maioria do povo brasileiro.

E aconteceu durante uma pandemia, que arrefeceu no ano de 2022, mas que deixou também suas marcas, com a atuação irresponsável do governo brasileiro. Foi um processo político eleitoral permeado pela irresponsabilidade, pela tensão, pela violência. **Conseguimos superá-lo, em termos do calendário eleitoral, mas ainda estamos vivenciando suas consequências,** com as manifestações que estão ocorrendo nas estradas, em órgãos públicos, inclusive, aqui em Brasília, no dia 12/12/22, com a queima de carros e ônibus. Estamos vivenciando ainda esta tragédia que se abateu sobre o Brasil.

Muitos defensores de direitos humanos, muitos lutadores tiveram sua vida ameaçada, seus direitos de ir e vir ameaçados e vivemos tragédias, como o assassinato do Bruno Pereira, indigenista da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e do Dom Phillips, jornalista.

Quais as estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

Os movimentos sociais no Brasil tiveram um saldo positivo, no sentido de estabelecer processos constantes de avaliação e de articulação. O Cimi também participou desse processo de diálogo, de avaliações, de articulação de ações conjuntas permanentes. Mas o grande exemplo que podemos externar, com relação a uma estratégia que foi devidamente pactuada com o movimento indígena, foi o processo de mobilização que teve início em 2021 e veio até 2022.

Esse processo de mobilização permanente em Brasília foi disseminado em todas as regiões do Brasil e agiu como um grande muro de proteção dessa população, apesar das tragédias que ocorreram, invasão de territórios, ameaças e assassinatos de lideranças. Mas, se não houvesse essa estratégia dos povos indígenas estarem constantemente mobilizados em Brasília, nas suas regiões, em diálogo e mobilização constantes, talvez a tragédia teria sido maior.

Nós tivemos, desde 2021, grandes acampamentos em Brasília: Levante pela Terra, Luta pela Vida, das Mulheres Indígenas, pela Democracia e, em 2022, o Acampamento Terra Livre, em abril. Cada um desses acampamentos chegou a reunir de 7 a 8 mil indígenas e isso demonstrou um grande compromisso dos povos indígenas com a democracia e a cidadania no Brasil. Estivemos junto com eles planejando, discutindo, conversando, apoiando com recursos financeiros, com campanhas, para que essa mobilização viesse a ocorrer e que toda a sociedade brasileira tivesse conhecimento das ameaças que essas populações originárias estavam sofrendo.

Ao mesmo tempo, conseguimos impulsionar uma ação judicial, um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF) que discute direitos fundamentais para os povos indígenas, como o direito aos seus territórios. **O recurso discute o artigo 231 da Constituição Federal, que estabelece a tradicionalidade dos territórios indígenas no Brasil.** Os ruralistas, os inimigos dos indígenas, e inclusive o governo federal, colocavam a todo momento a existência de um Marco Temporal que limitava e restringia esse direito dos povos indígenas a terem seus territórios regularizados.

Em agosto de 2021, graças a essas mobilizações, esse recurso extraordinário foi pautado em julgamento.

Já houve dois votos: um contra e outro a favor do Marco Temporal. É um julgamento que já está pronto para ter seguimento em 2023 e acreditamos que, com essa mobilização e com essa vitória eleitoral, nós vamos ser também vitoriosos no STF em 2023. Isso mostra o aspecto positivo da nossa estratégia, utilizada junto com o movimento indígena e vários outros parceiros: a Igreja Católica, várias outras igrejas, sindicatos etc. Quando a gente define um objetivo claro, esse processo de aliança e de parceria é facilitado e isso foi demonstrado em 2021 e 2022. Com certeza, vamos trilhar esse caminho em 2023, agora com outra conjuntura porque conseguimos retirar, do âmbito do Executivo federal, esse ranço fascista que muito impactou os movimentos sociais e a sociedade civil brasileira.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A democracia no Brasil ainda é limitada. O poder econômico tem tido uma hegemonia diante da democracia no Brasil e até no mundo. Nós temos esse desafio de fazer com que a política prevaleça, acima do econômico. Democracia significa cidadania e nós perdemos muito, nos últimos quatro anos, nesse aspecto da cidadania. Fomos envolvidos por um projeto político individualizado, extremamente violento, que pregava que o cidadão deveria andar armado e ter o outro como inimigo. Um projeto político que dizia que o pobre não pode ter uma casa própria, emprego, território, não pode ter direito a frequentar uma escola pública, a ter saúde pública.

A democracia e a cidadania no Brasil estão extremamente impactadas por esse projeto político, diria até fragilizada. Portanto, nós temos esse desafio de fortalecer uma democracia e um projeto político que valorize a cidadania. Para isso, é importante a resistência do movimento social em não aderir a nenhum governo. É importante que o movimento social continue seu processo de autonomia perante governos, sejam eles municipais, estaduais, federal. **É importante que a gente percorra este caminho da autonomia porque vai nos dar mais força para que possamos lutar pela democracia, pela cidadania e pelos direitos humanos no Brasil.**

Nós já vivenciamos isso: em outros governos, ditos de centro-esquerda, em que os movimentos sociais acabaram aderindo, se enfraqueceram, enfraqueceu toda a luta do povo. Portanto, é importante que a gente tenha esse exemplo e não repita esse erro. Discutimos isso durante muitos anos e precisamos voltar a discutir. **Por mais que tenhamos essa possibilidade de contribuir com o governo, com um projeto político, temos que ter ciência de que o principal projeto político é aquele que nos une mais, o que nos assemelha, que é essa luta pela base.**

Precisamos fortalecer o nosso trabalho de base, a luta do cidadão com relação aos seus direitos. Precisamos fortalecer a luta do cidadão pela efetivação das políticas públicas e pela sua qualidade de vida que passa, muitas vezes, por enfrentar esse poder político e econômico local, regional e nacional. Precisamos dessa fidelidade e, ao mesmo tempo, dessa possibilidade de estar junto com eles em momentos bons e em momentos ruins. **O chamativo vai ser forte para que a gente venha a compor secretarias, ministérios, autarquias, mas temos que manter essa fidelidade e, ao mesmo tempo, essa autonomia.** Temos que ter esse desafio presente e aberto para um processo de avaliação, de discussão, e continuar o processo de mobilização porque, ao vencermos as eleições no poder Executivo nacional, não significa que tenhamos o poder. **Ainda há muita luta a fazer para a gente efetivar o poder, de fato, em que a população mais pobre tenha seus direitos devidamente assegurados.**

Quais seriam os desafios para o **fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Nós temos o desafio de fazer com que a sociedade brasileira tenha conhecimento e o devido entendimento da importância dos movimentos que lutam pelos direitos humanos.

Durante muitos anos, em especial no governo Bolsonaro, a luta dos defensores de direitos humanos foi (e é) tida como defesa de bandidos.

E nós precisamos estabelecer um diálogo permanente com a sociedade brasileira para desfazer essa mentira, esse preconceito que existe com relação à atuação dos defensores de direitos humanos no Brasil e no mundo. Os direitos da pessoa humana não podem se reduzir ao direito de quem pratica um crime ou delito e, para esses, a justiça está aí para punir. Mas isso tem que ser feito a partir do respeito à pessoa humana, de forma que não venha a violar um direito fundamental: o direito à vida. **Precisamos estabelecer essa compreensão na sociedade brasileira, uma grande campanha de esclarecimento, de comunicação com a população mais pobre para que entenda que sua luta por emprego, por ter um filho na escola, por atendimento à saúde, por poder planejar sua vida, sua casa, por poder festejar, ter lazer, é luta por direitos humanos.**

Portanto, a importância dessa luta não é só daquele que se coloca à frente de uma autoridade, de uma guarnição policial. Nós temos que fazer com que a sociedade entenda que é uma luta de todos. Quando todos forem respeitados, nós teremos paz. Não adianta lutar pela paz, se continuar o desrespeito. A questão do respeito passa por cada um, até chegar ao coletivo. E esse respeito vai definir aonde a gente quer chegar em termos da luta por uma sociedade melhor.

Outra questão é estarmos abertos a ouvir o outro. **É importante que a gente não se coloque como pessoas já sabedoras da verdade, mas que a gente se coloque ao lado do outro; que, antes de tudo, a gente esteja aberto a ouvir e, a partir dessa escuta, estabeleça o diálogo, que é fundamental para a gente falar uma língua que possibilite algo maior que é a solidariedade.** Estabelecer laços de solidariedade, de partilha e de vivência. Outro aspecto é a participação.

Nós temos que estar vigilantes com relação a isso. Vamos nos preparar melhor, no controle social das políticas que interferem no dia a dia, na nossa vida. Por último, precisamos definir melhor a nossa participação em termos da defesa de direitos humanos, seja ela no âmbito institucional, do Estado, com a proteção a esses defensores, aos cidadãos, mas também nas nossas instituições.

É preciso ter claro que temos essa responsabilidade. **O Cimi é também uma instituição que está lidando com os direitos humanos.** Portanto, temos que ter consciência disso e, inclusive, disponibilizar recursos financeiros e humanos para essa luta diária nas instituições, nos fóruns, nas conferências, nos espaços de definição onde os governos federal, estaduais e municipais têm que estar também se somando a essa luta.

Benedito Roberto Barbosa (Dito) Central de Movimentos Populares (CMP)



Sou da Coordenação da Central de Movimentos Populares (CMP). Atuo há bastante tempo nos movimentos populares urbanos aqui na cidade de São Paulo e no Brasil.

Neste momento, tenho feito parte da articulação nacional da Campanha Despejo Zero, que tem sido muito importante neste período da pandemia, especialmente para as famílias atingidas por despejos e remoções forçadas. Também sou advogado popular do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da União dos Movimentos de Moradia.

Desde 2014, acompanho também as violações de direitos contra trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo, principalmente a luta contra a violência policial e por políticas públicas para essa categoria muito criminalizada. Atualmente, ajudo na articulação de favelas da União dos Movimentos de Moradia (UMM), onde eu estou há bastante tempo (desde a década de 1980).

Por um bom tempo, participei da coordenação dos movimentos nacionais e, a partir de 2010, voltei para essa atuação mais direta nos territórios e nas favelas na cidade de São Paulo e esse é meu trabalho quase cotidiano.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O período eleitoral de 2022 foi extremamente difícil. A gente vem vivendo processos bem intensos de violência contra defensores e defensoras de direitos humanos desde o golpe, em 2016. A gente sabe que a violência contra defensoras e defensores acontece há bastante tempo, mas durante os governos Lula e Dilma (especialmente no governo Lula), foi constituída uma política de acompanhamento, de proteção a defensores de direitos humanos, ainda que fosse precária, considerando que não era ainda do jeito que a gente queria, com estrutura e articulação nos estados. Essa política de proteção foi praticamente desmontada depois do golpe de 2016 e praticamente extinta no governo Bolsonaro.

O Brasil tem sofrido muitas denúncias nas instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU) e também de outras organizações internacionais por causa da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos, nas mais diversas áreas: comunidades indígenas, quilombolas, comunidades dos movimentos sem-teto e sem-terra. **A gente tem acompanhado o Mapa da Violência no Campo, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e agora, por conta da Campanha Despejo Zero, estamos**

conseguindo fazer o mapeamento da situação de violência contra defensores/as de direitos humanos nas áreas urbanas, conseguido, pelo menos, acompanhar e sistematizar essas situações de violência.

Existe um amplo cenário da violência, que recrudescer neste período e atinge diversos setores nas cidades, como: a população em situação de rua; as articulações de mulheres em relação aos direitos reprodutivos; movimentos de denúncia de violência contra a juventude, especialmente a juventude negra, **como a Rede de Proteção contra o Genocídio (em São Paulo), assim como outras redes em outras cidades do Brasil, como a Rede da Maré, no Rio de Janeiro, e outros grupos na Baixada Fluminense e em outras regiões do Brasil.**

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos também está fazendo um mapeamento sobre essas violências, ampliando o enfoque – que antes era mais nas áreas rurais – para as áreas urbanas: **comunidades vítimas de remoções e despejos, violência policial, violência contra a juventude negra nas periferias e processo de criminalização dos sem-teto.**

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou** para o enfrentamento deste cenário?

A primeira estratégia é a denúncia. Toda vez que a gente tem uma situação de prisão de uma liderança, de ameaça contra a vida, uma situação de risco, denunciar, em geral, é uma estratégia de resistência das entidades.

O Movimento de Favelas de São José dos Campos, filiado à CMP, tem acompanhado, por exemplo, a situação do Banhado, em São José dos Campos (SP). Uma região muito rica do ponto de vista tecnológico, onde está a fábrica da Embraer e de outras indústrias de tecnologia de ponta, **onde há muita concentração de riqueza e, por outro lado, muita violência em relação a famílias sem casa.** Essa comunidade está ali há mais de 100 anos e vem sofrendo um ataque

sistemático por parte da prefeitura, inclusive com demolição de casas. Recentemente, eles sofreram também uma espécie de operação saturação, como são chamadas as operações da polícia militar em São Paulo, para tentar desgastar a comunidade e tirar a resistência frente à remoção das famílias. **Foi realizada uma articulação com diversas entidades e com a Defensoria Pública (DP) e proposta uma ação judicial para suspender as ações arbitrárias da Prefeitura.**

Outra estratégia é se articular com parceiros do movimento de direitos humanos e se aliar a outros coletivos de resistência importantes, como: Movimento Sem Terra, Fórum Nacional da Reforma Urbana, BR Cidades, Instituto Brasileiro

de Direito Urbanístico (IBDU), Rede Nacional de Advogados/as Populares (Renap). Também evitar que as comunidades fiquem isoladas e construir a resistência a partir de uma atuação mais conjunta. A incidência jurídica é outro aspecto: articulação com a DP e com outros coletivos de direitos humanos e de advocacia popular e, em algumas situações, buscar apoio do Ministério Público (MP), onde ele é menos conservador.

Essa articulação é importante para fortalecer as resistências e, ao mesmo tempo, ampliar as denúncias. Tivemos alguns casos envolvendo trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo, com ameaças de morte, e a gente buscou

esse apoio/orientação, bem como o trabalho conjunto com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e com outras organizações para nos ajudar no enfrentamento das ameaças. Infelizmente, no estado de São Paulo, não há uma política nem um programa de proteção de defensores/as de direitos humanos. A Ouvidoria da polícia é um instrumento muito importante no acompanhamento da ação policial e de salvaguarda dos defensores e defensoras. A gente fez uma luta muito grande aqui pela troca da Ouvidoria da polícia. Havia uma lista tríplice, mas o governador não indicava o novo ouvidor. **A troca aconteceu por causa da pressão e luta da sociedade civil e dos movimentos organizados.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Há uma deterioração desses dois campos da luta por direitos. A defesa da democracia é fundamental, especialmente depois da Constituição de 1988, com os direitos que a gente conquistou: direitos de crianças e adolescentes, a Lei Maria da Penha, os estatutos do idoso, das cidades e da igualdade racial. Uma série de legislações importantes, advindas desse momento, embora a gente saiba que o Brasil carece de uma democracia plena no país – do ponto de vista da distribuição de renda, da igualdade e equidade de tratamento pelo Judiciário – desde o período de transição da ditadura para a democracia.

A gente sabe, por exemplo, que pessoas pretas são tratadas de forma desigual frente às instituições do Estado e temos feito lutas importantes para buscar equidade nesse tratamento, mas, no Brasil, **o racismo estrutural está impregnado nas instituições, assim como os instrumentos de repressão da ditadura militar ainda estão presentes no Estado ou em grupos privados.**

No Brasil, a gente fez um processo de transição da ditadura “por cima” e nenhuma instituição ou pessoas que promoveram ações de tortura ou de violência contra lutadores do movimento popular, do movimento sindical, do movimento estudantil sequer foram punidos. **Essa situação perpetrou certa impunidade por dentro das instituições, especialmente da polícia, do Judiciário e do Estado, de forma mais ampla.**

E, de forma específica, em relação à polícia, isso fica muito evidente: o racismo, o preconceito, a violência, a diferença de tratamento entre pobres e ricos dentro dos territórios.

Em 2013, a gente já via o levante, a retomada das ruas pelos setores de direita no Brasil e, a partir do golpe de 2016, o bolsonarismo apareceu com toda força e energia. Isso tem gerado uma situação de estrangulamento das instituições democráticas, o que vai demandar do novo governo Lula a reconstrução dessas instituições. A gente está vendo os ataques contumazes de grupos terroristas à democracia, à estrutura do Estado. O governo federal, o próprio Bolsonaro, fez declarações de apoio a essas ações, e o Exército, as Forças Armadas, estão dando proteção a esses grupos.

A gente percebe que essas ações devem continuar trazendo ainda riscos ao processo democrático. O governo Lula, na minha opinião, poderá ter muita dificuldade se não conseguir fazer uma política de avanço rápido em relação às políticas públicas e também de garantir certas situações que possam acalmar, de alguma forma, os setores pobres e médios, como, por exemplo, em relação ao custo de vida, associados diretamente ao preço dos combustíveis.



Estamos num momento muito perigoso para a democracia, para as instituições democráticas e também para os direitos humanos. A gente assistiu a muitas mortes de lideranças populares, de defensores e defensoras de direitos humanos, muita violência contra grupos vulnerabilizados, corpos sendo incendiados por ações de grupos de extrema-direita, ataques contra a população LGBTQIA+. **Isso tende a se multiplicar no país se o novo governo não conseguir, rapidamente, estabelecer uma política de recuperação das instituições democráticas, associada à recuperação da economia: emprego, trabalho, acesso a políticas públicas, melhoria das condições de renda.**

A gente sabe que Lula vai ter muita dificuldade no início do seu mandato, a sociedade ainda está bastante dividida, além de que ele terá que construir uma maioria na Câmara e no Senado. Se a situação continuar reprimida ou piorar, será de muito risco e, possivelmente, **os movimentos sociais tenham que retomar as ruas para defender a democracia, os direitos humanos e fazer ações que garantam que a situação não piore ainda mais.**

No ano de 2022, especialmente nós da Campanha Despejo Zero, tivemos muitos ataques: a criminalização das ocupações, muita gente presa em despejos e desocupações, muitas mulheres sofrendo processos. A expectativa é que, a partir de 2023, a gente tenha alguma inflexão mais alinhada com os direitos humanos e com a defesa dos defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil para tentar diminuir a violência do Estado e de grupos privados contra eles/elas em seus diversos campos de atuação. É preciso ter políticas concretas, também articuladas com os governos estaduais, embora a gente saiba que muitos governadores foram eleitos com a pauta da direita.

Esse vai ser um exercício e uma pauta prioritária para os Ministérios dos Direitos Humanos, da Justiça e outros afins: **dialogar para que se implantem políticas estaduais de proteção a defensores.**

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O primeiro desafio é a gente fortalecer nossa atuação em rede. **Dou o exemplo da Campanha Despejo Zero, que considero uma ação bem-sucedida, dentro de uma agenda extremamente regressiva, especialmente nos últimos anos da pandemia.** A unidade do movimento popular e das entidades do campo da reforma urbana e agrária possibilitou que a gente conseguisse sobreviver a uma agenda de violência em relação a despejos no campo e na cidade, inclusive conseguindo conquistas importantes no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF), **como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828 sobre a suspensão dos despejos na pandemia.**

Os movimentos tiveram também conquistas em relação às comunidades quilombolas e indígenas e a ADPF das favelas no Rio de Janeiro. Essas ações foram importantes, mas a gente sabe que não é o suficiente. Hoje, existe ainda muita gente ameaçada de despejo no Brasil e a diminuição das incursões policiais não foi suficiente para acabar com as mortes e ações violentas contra moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A gente assiste a esta violência quase em todo Brasil: a ação da polícia, dominada em grande parte por uma agenda de ódio, e por grupos bolsonaristas piorou muito a vida das pessoas que vivem nas periferias urbanas, principalmente a nossa juventude.

A estratégia é continuar com nossos processos de articulação e organização. Não existe outra alternativa para nós: fortalecer nossa atuação em rede e os espaços de denúncia nos campos nacional e internacional; sistematizar ações que possam ser feitas junto ao Congresso Nacional e ao poder Judiciário, por meio de incidência concreta; levar denúncias a setores do Ministério Público, especialmente a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; buscar apoio das Defensorias Públicas e das entidades de direitos humanos no campo da advocacia popular, das universidades e das organizações não governamentais que apoiam nossas lutas há bastante tempo; e seguir mobilizando o povo na luta por seus direitos.

Outra questão é ter o mínimo de recursos e condições de sobrevivência para a gente atuar nesse campo e fazer o enfrentamento. Ter uma política de financiamento dessas ações de resistência é muito importante, já que não temos tido apoio público. **O apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, da Fundação Ford, da Misereor, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) têm sido importante para a gente seguir nossas lutas e o processo de mobilização.**

A denúncia e a mobilização popular também são importantes. Não basta ficar só produzindo materiais, textos. É importante produzir conteúdo, análises sobre a situação contra defensores no Brasil, **mas é fundamental também que a gente tenha a mobilização e a articulação do campo popular no campo e na cidade. Senão, fica como um “santo com pé de barro”: a gente não consegue ter força de organização na sociedade.**

De alguma forma, também, os meios de comunicação têm denunciado as situações de violência contra defensores de direitos humanos. Poderiam existir mais denúncias. Principalmente depois da morte da Marielle Franco, a situação da falta de proteção dos defensores ficou escancarada no Brasil e alguns organismos mais ligados à sociedade civil e à imprensa têm se encarregado, vez ou outra, de divulgar relatórios, posicionamentos, e isso tem sido importante também para fortalecer nossa luta.

Além disso, ter uma presença firme nas periferias, que é onde o povo mais precisa, escutando e ajudando o povo a se organizar.

Bruna Benevides

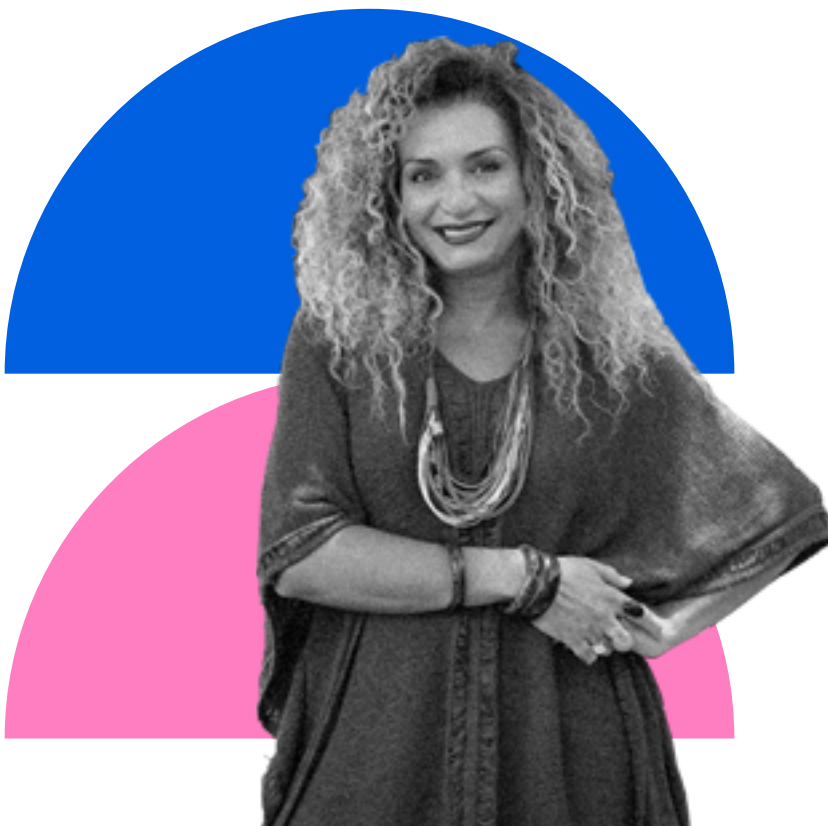
Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)



Atualmente, estou como secretária de articulação política da Antra, onde inauguramos, em 2017, o núcleo de pesquisas, a fim de gerar dados sobre a comunidade trans.

Sou responsável pela pesquisa sobre violência contra pessoas trans, em que lançamos anualmente um dossiê sobre a situação dos assassinatos, violências e violações de direitos humanos. Além disso, atuo como pesquisadora sobre a participação de pessoas trans nas eleições e sobre violência política de gênero. Lançamos ainda uma pesquisa sobre pessoas trans no sistema prisional e a situação do acesso à retificação de nome e gênero para as pessoas trans.

Há ainda a luta que tenho travado pelos direitos de militares trans que têm sido sistematicamente excluídas das forças armadas. Enquanto uma militar da Marinha, fui a responsável pelo precedente histórico que reconheceu essa exclusão como inconstitucional e inaceitável e proíbe que as Forças Armadas continuem com o processo de exclusão motivado pela identidade de gênero.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Desde 2018, temos acompanhado essa situação. O aumento da violência política de gênero alcança não apenas parlamentares e candidaturas, mas também defensores e defensoras de direitos humanos, um dos períodos mais perigosos para ser alguém que atua na linha de frente dos direitos humanos.

Foram necessárias diversas estratégias e alianças com outros setores e grupos para garantir a continuidade de nosso trabalho e a segurança dessas pessoas.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

A primeira delas foi o foco na comunidade internacional e a busca por apoio para questões de segurança de nossas defensoras. Em seguida, traçamos alianças estratégicas com parceiros e grupos organizados para que as denúncias a nível internacional fossem cada vez mais efetivas e com respostas que impactassem internamente no país.

Além disso, **passamos a circular em fóruns, assembleias e outras formas de organização junto à comunidade internacional**, para denunciar a situação que estávamos vivendo aqui, buscando apoio para estruturar nossas fileiras e realizar ações de formação de novos quadros de defensores, já pensando no próximo período.

Especificamente, em 2022, vimos uma resposta ao caos que estava instalado e pudemos mostrar que somente a organização coletiva e popular é capaz de derrotar ideais autoritários que violam direitos humanos.

Vencer esse processo em 2022 foi o primeiro grande passo. E desde então, acredito que o caminho será ainda difícil por um período, mas logo teremos melhores condições para garantir o avanço de nossas lutas.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

A situação atual é assustadora. Acredito que ainda serão necessários diversos esforços e investimentos para reestruturação dos direitos humanos. Desfazer as tentativas de institucionalização dessas violações deve ser uma prioridade. Avançar com o campo progressista e estar atentos e atentas às pautas de grupos minorizados deve ser uma prioridade também.

O Brasil é o país que mais assassina defensores e defensoras de direitos humanos no mundo e é preciso dar um basta nisso. **A democracia se fortalece com o terceiro setor fortalecido.** As instituições da sociedade civil e os movimentos sociais são a espinha dorsal de nossa democracia, por desempenharem um papel fundamental na manutenção do enfrentamento das injustiças e acesso a grupos onde o Estado não chega. Priorizar ações em parceria com defensores e defensoras e instituições da sociedade civil pode efetivamente contribuir para o resgate daquilo que entendemos como sendo uma luta digna pela garantia dos direitos humanos. Mulheres, pessoas negras, indígenas e quilombolas, assim como a comunidade LGBTQIA+ precisam estar bem posicionadas e fortalecidas a fim de serem capazes de contribuir para os direitos humanos.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Investimentos para estruturação e fortalecimento institucional acredito que é o mais urgente. Esse último período, do governo Bolsonaro, ele tentou de diversas formas destruir as ONGs de direitos humanos: muitas fecharam as portas, estão com dificuldade de executar seu trabalho, e perdemos muitas pessoas tanto para a covid-19 quanto pela precarização de nossa luta.

Além disso, é necessário instituir canais de diálogo intersetoriais para que sejam pensadas estratégias conjuntas na defesa dos direitos humanos; **serem realizados fóruns próprios para a construção de uma agenda propositiva de luta; e buscarmos mapear, identificar, responsabilizar e garantir o rigor da lei para agentes violadores de direitos humanos, assim como construir ações de reparação vindas do Estado para aquelas pessoas que tiverem seus direitos violados.**



Cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva) Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro



Sou Cacique Babau, do território Tupinambá de Olivença, aldeia Serra do Padeiro, no Sul da Bahia. Vivo por aqui, lutando pelo nosso território de vida. A gente se reconhece como Tupinambá da Mata e os outros são Tupinambá da Praia.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Na verdade, nós não tivemos intervalo eleitoral de 2018 para cá. O ataque foi constante, mas quando começa a campanha em si, aqui no sul da Bahia, nos municípios vizinhos à aldeia, parece que os candidatos não eram Jair Bolsonaro nem Lula, era o Cacique Babau. Focaram toda a campanha difamando meu nome, fazendo fake news. Se alguém pro lado de Ilhéus era assassinado em uma fazenda, eles divulgavam nos blogs, jogavam na mídia, que era o Cacique Babau que estava fazendo. Se uma ponte caiu perto de uma cidade, foi o Cacique Babau que derrubou. E assim foi o tempo todo: soltando panfletos, vídeos, nas cidades, dizendo que não poderiam votar no presidente Lula porque o Cacique Babau iria tomar tudo na região e continuar matando. Aquela velha baixaria de sempre.

As fake news vão muito além do que o Judiciário está enxergando porque estão se aprimorando. Primeiro, pagam a televisão local para divulgar a notícia falsa, colocam duas ou três pessoas entrevistadas dizendo que “acho que deve ser”. Depois, os blogs divulgam e, em terceiro, começam a ligar – por telefone, pelo WhatsApp – e começam a passar: “você viu o que aquele cacique fez?”. E, quase sempre, policiais, pessoas ligadas ao governo local, pessoas que não deveriam fazer, divulgam essas informações falsas e elas acabam chegando até nós. É uma tática muito mais mortal do que só a divulgação nos grupos de WhatsApp. É quando você vê um policial da Caerc [Companhia Independente de Policiamento Especializado Cacaueira (Cipe/ Cacaueira)] ligar para os colegas que jogam

futebol com ele no final de semana e dizer: “você viu o que aquele bandido do Cacique Babau fez? Matou três pais de família! Será que ninguém vai fazer nada?”.

Então, não é mais uma divulgação na mídia e nos grupos de WhatsApp, já passa a ser pessoa física, que tem a fé do Estado, ligando para pessoas e fazendo comentários. A campanha foi nesse nível. Mas, tudo passou e estamos bem.

Eu acredito que eles estavam contando com a vitória de Bolsonaro para montar uma armadilha para atacar a aldeia. Se, numa quarta-feira antes da eleição, a dona de uma fazenda anuncia que seus dois funcionários estão desaparecidos, o comum seria ir à polícia, dar queixa e procurar.

Mas, deixaram passar, para só na outra quinta-feira, depois da eleição, essa notícia ser divulgada, aparecer em jornais, criando factoides. Quando fomos verificar, a fazenda fica entre Ilhéus e Itabuna, a mais ou menos uns 75 km de distância da aldeia Serra do Padeiro. Então, por que criar um fato desse? No meu entender, é porque o plano que eles montaram não deu certo. Contavam com a eleição do Bolsonaro e do ACM Neto no governo da Bahia e fariam uma ação em cima do Cacique Babau usando essa notícia falsa. Mas, como quem ganhou para o governo do estado foi Jerônimo Rodrigues, indígena da etnia Tupinambá, e Lula para presidente, a leitura que eu fiz foi que eles não tinham como fazer o ataque, então passaram a divulgar essa fake news. Temos enfrentado esse processo das fake news desde 1500. Isso não é novo pra nós.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou** para o enfrentamento deste cenário?

Eles ficam com muita raiva de nós porque não têm como adentrar a comunidade por causa da autoproteção que fazemos, temos um grupo de alianças muito fortes. **Somos uma aldeia autônoma, não dependemos do Estado brasileiro para existir ou para viver. Temos nossa sustentabilidade.**

Como temos serviços diversos, contratamos muita mão de obra para nos ajudar a trabalhar: muitas famílias da periferia das cidades trabalham em nossas roças colhendo cacau, fazendo roçagens, limpando mandioca; todos os pequenos produtores da região trabalham **juntamente conosco e isso cria um círculo de proteção muito grande.**

Nossa escola indígena atende famílias não indígenas da região e, com isso, a gente fica bem informado sobre o que acontece. Somos os maiores compradores e, na área agrícola também, somos os maiores produtores do sul da Bahia.

Temos muita amizade em todos os pontos e a parte que é contra nós é menor. Porém, eles têm poder aquisitivo e acesso à mídia, que faz barulho. Fizeram um ataque a um local, depois divulgaram na mídia que eu tinha matado várias pessoas de um assentamento. O dia amanheceu e eu estava com mais de 30 veículos de polícia na frente da minha casa. Mas, quando viram que se aproximaram muitas pessoas, índios e não índios, dizendo que ninguém saiu e perguntando como eles podiam afirmar aquilo, eles recuaram. Também entramos em contato com o governo do estado e com a comitativa de direitos humanos, que veio até a aldeia. A outra questão que também inibiu foi que a gente criou um esquema de câmera, não só na minha casa, mas nas BA 668 e 669 (rodovias estaduais) que dão acesso à aldeia.

Monitoramos a entrada dos limites da aldeia e, com isso, quando alguém passa ali, todo mundo sabe. Isso dá um pouco de segurança; a câmera consegue visualizar até 300 metros de distância. É um custo alto, que deveria ser bancado pelo programa de proteção, que foi quem idealizou conosco, mas, infelizmente, toda a manutenção fica por conta da aldeia.

Como avalia a situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

As pessoas acham que a democracia no Brasil ficou abalada agora. Ela sempre esteve abalada. Ela sempre foi essa democracia que as pessoas agora começaram a enxergar. Ela era assim só para nós pobres. Chocou porque agora ela atingiu os ricos e poderosos do país também, mas de forma ainda diferente. Por que essa democracia é uma farsa? **Porque os coronéis, aqui no sul da Bahia – assim como os coronéis do café, em São Paulo, e os coronéis do leite, em Minas Gerais – forjaram uma democracia onde só quem tinha patrimônio tinha vez; e voto, só aqueles que eles obrigavam a votar com eles.**

O país sempre foi assim. Perseguiram Lula porque ele é um retirante nordestino. Quando ele se elegeu pela primeira vez, eles tinham certeza de

que Lula iria ser um fracasso. Aí, viram que o governo de Lula não só deu certo, mas também incluiu o pobre a ter noção do que é uma democracia de um Estado, poder acessar coisas dos impostos desse Estado (como saúde, moradia, escola, universidade). Mas parece que as pessoas esquecem. Enquanto durou o governo Lula, foi questionado que o Brasil não precisava de cotas; questionaram o Minha Casa, Minha Vida; se dizia que Lula estava comprando votos com o Bolsa Família. E foi por isso que perseguiram o governo de Dilma e tiraram ela do poder. Parece que as pessoas no Brasil têm memória curta e distorcem as coisas.

Em 2010, quando os policiais levavam eu e meu irmão, presos, de um presídio para outro, eles diziam: “essa mordomia vai acabar porque nós vamos tirar Lula do poder. Se fosse em outro governo, a gente sumia com vocês e pronto”. Quando entrava no avião, diziam: “Parece que estamos em uma rodoviária; como tá lotado de gente esse avião”. Isso eram os delegados federais. Diziam: “Meus filhos vão estudar em uma universidade e tem lá uma ‘ruma’ de pobres disputando com eles, por causa dessa questão de cotas”.

Onde é diferente essa democracia da de hoje? A diferença é que Bolsonaro assumiu o poder para acabar com tudo isso que a sociedade brasileira soube o que é ter acesso. Por isso Lula foi preso, com toda a mentirada contada, a rede Globo e outros meios de comunicação falando do antipetismo. Não tem nada mais antidemocrático do que os meios de comunicação falarem – e continuam falando – que o antipetismo no Brasil é muito grande, dizendo que todo mundo é contra um partido, sendo que o país tem 33 partidos.

Muita gente acha que foi Bolsonaro que deteriorou. Não. A rede Globo ainda continua. Eles querem destruir uma democracia pensada com a inclusão da população. O governo Lula foi eleito, mas eles continuam batendo na tecla do antipetismo. Bolsonaro foi orientado sobre o que deveria fazer – xingou Maria do Rosário, defendeu Brilhante Ustra. Destruíram a campanha do PT e, em combinação com o Judiciário, elegeram Bolsonaro. Muitos queriam, por isso permitiram que ele gastasse, fizesse compra de votos, para que Lula não voltasse porque Lula vem da pobreza. E a sociedade brasileira não admite o pobre em ascensão.

Eu gostaria que a União Europeia, as Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as entidades continuassem – mesmo com o governo Lula – olhando, observando, que é agora que esses infiltrados de Bolsonaro dentro da polícia vão agir mais pesado.

E também começassem a investigar mais profundamente as ações das igrejas evangélicas junto aos povos indígenas. Isso pode ser uma crise sem precedentes. Tem coisas que só o povo indígena não vai conseguir conter porque o que acontece hoje no Brasil é muito sério. Não sei se Lula vai querer enfrentar. As igrejas evangélicas têm querido catequizar índios no Brasil todo.

Porém, primeiro eles vão aos presídios e catequizam muitos presidiários; depois, transformam em pastores, mandam para as zonas rurais e depois o crime se instala dentro dos povos indígenas. Na Serra do Padeiro, não temos isso. Mas, na praia, tá perdido. Muitos índios morrem, muitos têm que fugir de seus próprios territórios, com medo desse povo. Esse é um contexto gravíssimo, em que as pessoas acham que a religião salva. E toda vez que o mundo se autodestruíu ou teve perseguição, tortura, crime pesado, foi praticado pelos religiosos.

Por nós sermos uma aldeia autônoma, termos diversos trabalhos, somos perseguidos 24 horas. Não é por causa de território – “como é que índios conseguem empregar mais de 100 famílias, comprar carro novo?” Então, tem uma parte da sociedade que não aceita essas coisas. Tudo que Bolsonaro fez foi com apoio do Exército, de setores da polícia federal, da polícia militar e continua com diversos partidos. **É só olhar a votação da PEC: R\$ 900 bilhões liberados para Bolsonaro sem questionamento,** sem saber onde vai cair o dinheiro. Mas o que é para o PT trabalhar não pode, é roubo, vai quebrar o país.

Essa análise toda foi para demonstrar que a democracia ainda vai ser feita no Brasil. O fato de ter Judiciário, Congresso, governador, não significa que um país tem democracia, se não se permite que a população possa falar, que continua tendo raiva de sem-terra, de indígena... Os bolsonaristas estão quebrando, botando fogo. Não acontece o mesmo como se fosse um de nós. Se Lula disser que vai para a reeleição, acho que o governo dele não termina. Porque os outros partidos querem o poder e não adianta Bolsonaro estar fora; a confusão vai continuar a mesma.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Para nós, Tupinambá, não importa se foi Dilma, se foi Bolsonaro, se foi Lula. **Nós continuamos em nossa casa, fazendo a luta. Porque entendemos que um país é forte e democrático quando a casa da gente tem acesso a tudo: comida, lazer, bem-estar, segurança, está protegida.** Quando Lula ganha e o governo dá acesso à participação da sociedade, as pessoas mais bem preparadas (principalmente do movimento indígena, sem-terra, quilombola) correm atrás de emprego no governo.

Quando se falou “vai abrir a transição”, os índios se embolaram, brigando pra ir. Mas, chega lá não é pra mudar, é só pra ser fotografado. Isso não é bom. **O bom é quando você estabelece relação com o Estado. Estado é Estado, sociedade é sociedade. E a gente tem que cobrar do Estado o que deve fazer.** Mas não, antes de criar um ministério, já ter não sei quantos escolhidos, ficar brigando, em vez de ter pensado junto com os caciques, organizado, para dar passos seguros.

Agora as lideranças começam a querer estar em cargos. **E como fica a luta?** Eu acredito piamente que a luta indígena tem que aproveitar o governo Lula não só para demarcação de terras, mas para dar acesso à tecnologia para que nós, indígenas, trabalhemos a terra. Mas sem ser da forma que o governo quer, mas sim da forma que nós trabalhamos. Eu acredito que vai ter linha de crédito, vai ter apoio, para que a gente crie os produtos pra colocar no mercado para, quando trocar de governo, nós não continuarmos dependentes.

Nós, tupinambás de Serra do Padeiro, não precisamos correr atrás de Bolsonaro pra nada, nem ficamos mendigando, porque nós temos a nossa sobrevivência própria. E, claro, a parceria das ONGs deu um suporte legal.

Na pandemia, nós produzimos mais de 5 mil frangos, mais de 20 grades de ovos por dia.

Quando fechamos a aldeia, a gente tinha toda a produção de alimentos interna e ainda fornecemos para os não índios vizinhos.

O prefeito de São José da Vitória, em um momento em que a situação de fome ficou muito crítica, entrou em contato conosco e pudemos fornecer mais de mil frangos de uma só vez, mais de 200 grades de ovos, mais de 50 sacos de farinha para que ele distribuísse na periferia da cidade. Isso é força. É o que nós precisamos fazer. Enquanto achar que vai dar cesta básica, dar emprego, ministério... outro governo vem e revoga. Eu não acredito nisso. **Agora, os territórios demarcados, com produção própria de sobrevivência, é o que é importante.**

Quanto às ONGs, acredito que elas devem ter tirado uma boa lição desse governo Bolsonaro. **Com a perseguição que foi instaurada em cima das entidades, eu acho que agora elas vão pensar, formar conselhos sólidos, fortes, para sobreviver ao futuro**, porque a gente não sabe o que virá após ou durante o governo Lula. Eu queria que o povo indígena não fosse pra dentro de governo, mas sim estabelecesse uma relação boa, saudável com o governo. Alguns que estão capacitados, ocuparem postos importantes, mas não pegar indígena e colocar em cargos, sem ter condições de exercê-los. Isso é destruição total.

Nós, Tupinambá, temos uma coisa: não é porque tenho um pai que tenho que esperar que ele coloque comida na mesa. Quando está numa certa idade, a gente tem que ajudar a trazer comida pra mesa.



Carlos Nicodemos

Organização Projeto Legal (OPL)



Meu nome é Carlos Nicodemos, sou advogado, milito há mais de 30 anos na área da Justiça, de direitos humanos. Eu integro o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) desde 1996 e também integro a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (OPL).

Advogo para muitas organizações nacionais, para temas variados: liberdade religiosa, liberdade de imprensa e de expressão, mulheres e, no MNDH, eu coordeno o GT de Acesso à Justiça e Direitos Humanos e participo da Comissão de Litigância Estratégica do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Todas as pessoas que entendem, participam, defendem o campo democrático do Estado, dos direitos humanos, todos nós fizemos mais um enfrentamento do que, propriamente, um processo eleitoral. Eu tenho redimensionado esse conceito do chamado processo eleitoral e o entendo como processo político de 2022. A vitória do campo democrático – nesse caso, do presidente Lula – significou e significa muitas coisas, entre elas, a ruptura de uma trajetória que levaria o Brasil a uma autocracia, com várias violações de direitos humanos em termos estruturais e que nós conseguimos interromper, com a eleição de um representante do chamado campo democrático.

As dificuldades foram imensas nos últimos quatro anos, com uma necessidade de olharmos, hoje, o chamado princípio do não retrocesso, especialmente as políticas de direitos humanos vinculadas aos chamados grupos em situação de vulnerabilidade (mulheres, crianças, pessoas com

deficiência e as minorias sociais – idiomáticas, religiosas, étnico-raciais), para verificarmos o estado da arte e tentarmos recuperar uma trajetória dessas políticas de desenvolvimento para esses grupos que – de maneira contraditória, de maneira não suficiente – obedeciam a uma institucionalidade do Estado brasileiro.

Militantes de direitos humanos – mesmo nós que ocupamos uma função de advogado e dialogamos diretamente com a Justiça – sofremos nesses últimos quatro anos. Como defensores de direitos humanos, sofremos todo tipo de ataque, todo tipo de emparedamento por parte das forças autoritárias que, ora no processo eleitoral, que é um processo político, vão ser afastadas momentaneamente, pelo menos no que diz respeito à chamada governabilidade do Estado brasileiro, mas permanecerão aí como um pensamento, como uma dimensão da sociedade. **E caberá a todos nós fazer o enfrentamento para que a gente possa seguir uma trajetória do Estado de Direito, da democracia e dos direitos humanos.**

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Em termos de instituição, como membro da organização de direitos humanos Projeto Legal, que é um centro de defesa e que integra o MNDH, **eu queria apontar três estratégias que foram pensadas nesse período.**

A primeira, a necessidade de trabalharmos em rede. O Projeto Legal se articulou através de redes nacionais, como: o MNDH, a Associação Nacional de Centros de Defesa (Anced), o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro; e também em termos internacionais, como: a Rede Sul, que reúne organizações de vários países da América do Sul, e a Family for Every Child, que é uma aliança internacional que trabalha pelo direito de crianças e adolescentes. **Essa atuação em rede significou uma estratégia fundamental para que a gente pudesse fazer a travessia e enfrentar, inclusive, o processo de criminalização que foi perpetrado contra as organizações.**

Outra estratégia foi trabalhar no campo da chamada proteção dos direitos humanos, não só na perspectiva jurisdicional, ou seja, judicial, mas também fora do campo da Justiça, no chamado “sistema de pesos e contrapesos”.

Nós trabalhamos ações que pudessem impactar, estruturalmente, com temas relacionados aos direitos humanos como um todo, como: a defesa do legado do prof. Paulo Freire; o direito das mulheres de terem uma política de promoção e proteção menstrual; a defesa intransigente de que o Estado não usasse termos pejorativos em relação às pessoas atingidas pela hanseníase; a defesa da vacinação para os chamados grupos em vulnerabilidade.

Tudo isso foi colocado num campo da chamada judicialização do político, ou seja, trabalhando a política como um todo, mas buscando a Justiça como uma forma de proteção dos direitos humanos.

A internacionalização foi outra estratégia importante que nós utilizamos para que pudéssemos trabalhar ações no campo regional – não só nas Américas, mas também no hemisfério sul – dialogando com organizações da África, da América Latina, de modo que a gente pudesse fazer o enfrentamento desse período.

Essas foram as três grandes estratégias e alternativas que nós pensamos para fazer a travessia desse período que nós passamos.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Queria destacar duas questões em relação a esta pergunta. Não é possível debater, discutir direitos humanos, **sem discutir democracia.** E aí a gente tem que mergulhar no conceito de democracia e fazer um debate **a respeito das chamadas democracia de gênero, democracia social, democracia racial.** Então, a gente tem que trabalhar, de forma indissociável, o conceito de **democracia e direitos humanos. É fundamental.**

Outra questão é entender que a democracia não é tão óbvia quanto nós imaginávamos. Temos que compreender que a nossa trajetória, desde o processo de redemocratização do Estado brasileiro, em 1985, ainda não nos garante uma consolidação do regime democrático como algo fortemente institucionalizado. Talvez nós tenhamos feito a passagem no campo da legalidade, no campo das instituições, **mas nos falta ainda trabalhar uma cultura que a sociedade possa assimilar, internalizar uma ideia de democracia de forma ampla.**

E, no campo dos direitos humanos, entender que a gente precisa trabalhar um planejamento que opere também na perspectiva da chamada educação em direitos humanos. A gente tem, sim, um olhar para a chamada efetividade da defesa, da garantia dos direitos humanos, **mas nós precisamos ter uma agenda de educação em direitos humanos.**

Não é possível nós operarmos no enfrentamento à miséria, à desigualdade, à fome, entendendo que o Brasil não pode ficar abaixo da linha da pobreza e trabalhar políticas de distribuição de renda como o Bolsa Família, mas que não esteja vinculado, por exemplo, **a uma educação e que aquele/aquela que recebe o Bolsa Família não pode estar desguarnecido/a de uma política que possa fazer o enfrentamento, também, da violência doméstica.** Não pode, aquele que recebe, ser um agressor e, aquela que recebe, ser uma vítima e o Estado passar de maneira impune, sem entender a necessidade de vincular os programas de distribuição de renda e enfrentamento da miséria **à política de direitos humanos, dentro de uma perspectiva identitária.**

Eu acho que este é um grande desafio para os direitos humanos: trabalhar, sim, um conceito desenvolvimentista e econômico de distribuição de renda, **vinculado a um plano de educação em direitos humanos.**



Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Neste momento, restabelecida a lógica do chamado Estado de Direito, do Estado democrático e que as instituições devam funcionar em relação, inclusive, ao diálogo entre poder público e sociedade civil, a gente deve refazer o caminho, no sentido de buscar as organizações não governamentais e os movimentos sociais para cumprirem um importante papel de controle social e que possam contribuir na construção das agendas de desenvolvimento dessas políticas.

O que nós vimos nos últimos quatro anos foi um Estado totalmente unilateral, sem diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, que resultou, inclusive, em ações de criminalização de defensores e das próprias organizações. Acho que, nesse momento, propriamente para defensores e defensoras de direitos humanos, **esperamos e contamos com a criação de zonas de diálogo nas quais o poder público e a sociedade civil possam construir mecanismos, especialmente, de voz aos defensores de direitos humanos.**

Mais do que coibir as ações de violência que são perpetradas a esses defensores, é preciso assegurar que eles tenham – e sigam tendo – voz para continuar o processo de construção de uma política paritária de participação qualitativa da sociedade civil no campo dos direitos humanos.

É fundamental que o Estado retome, imediatamente, um projeto, um plano, da chamada política de participação social e que consiga trabalhar um conceito que redimensione a ideia de participação social em participação popular. A gente precisa “ganhar” a sociedade como um todo. A gente precisa entender que estamos saindo de um processo político extremamente delicado em que “ganhar” a população, em geral, **só se dará na praça e não no palácio.** Para isso, o Estado, o governo, a política de Estado devem pensar uma ação concreta da chamada participação social e popular, de modo que a **sociedade como um todo seja convidada a trafegar, a caminhar nessa perspectiva democrática de Estado de Direito, de direitos humanos, de civilidade e cidadania.**

Carmen Silva

SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

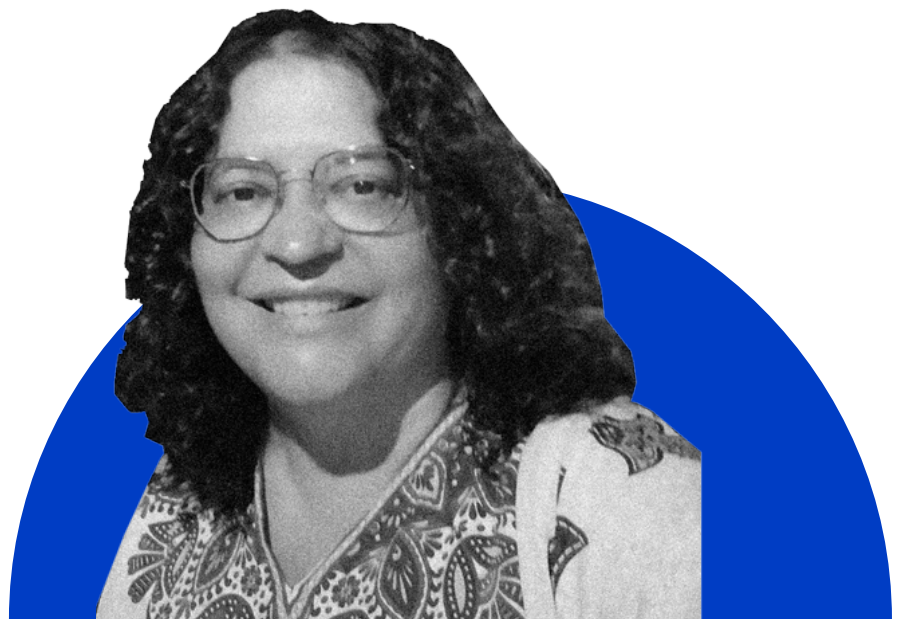


Meu nome é Carmen Sílvia Maria da Silva, do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, uma organização feminista com sede em Recife, que tem 42 anos e trabalha com formação, com base na Educação Popular Feminista, com comunicação política e produção de audiovisual e de publicações numa perspectiva crítica e com pesquisa social, em especial focada nos problemas que nós, mulheres, vivemos. Somos um grupo que se organiza de forma autogestionária, um coletivo político profissional, com 16 integrantes.

Sou uma mulher negra, de pele clara, cabelos encaracolados, uso óculos, tenho 58 anos. Sou graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, com mestrado em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Minha principal atuação na luta por direitos humanos consiste na minha militância política no movimento feminista.

Eu integro o Fórum de Mulheres de Pernambuco e o Fórum é parte da Articulação de Mulheres Brasileiras. Então, nesse movimento feminista, eu faço minha atuação política com foco nos direitos das mulheres. Considerando que nós, mulheres, somos mais de 50% da humanidade, inclusive da humanidade no Brasil, lutar pelos direitos das mulheres exige lutar por todos os direitos humanos.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O processo eleitoral de 2022 foi o corolário de um processo político que a gente vem vivendo desde as eleições de segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, com toda a campanha que foi feita pela sua deposição, que acabou acontecendo, **que se consolidou no governo Temer com o Projeto Ponte para o Futuro e que seguiu com o governo fascista de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018.**

Nesse período, a gente vem vendo o crescimento de todos os tipos de violências para defensoras e defensores de direitos humanos e de precarização da vida social porque foi um governo que se colocou pela destruição do Estado Democrático de Direito.

No período eleitoral isso se fortaleceu. Ele manteve a sua política de desinformação com campanhas de fake news, disparos em massa, toda sorte de subterfúgios nas redes sociais, também com o uso da máquina pública, usando a velha política de forma completamente ilegal, utilizando a máquina do Estado para financiar seus apoiadores, na velha compra de votos. E tudo isso – dado o desenvolvimento fascista que

foi a propaganda do seu governo – também gerou uma onda de violência muito grande contra militantes que é o que é entendido aqui no Projeto [Sementes de Proteção] como defensores de direitos humanos. Então, a gente viu assassinatos de militantes petistas, militantes de movimentos sociais, do movimento indígena – muito fortemente –, do Movimento Sem Terra; prisões arbitrárias; violências nas redes sociais. **A gente viu também muita perseguição à comunidade LGBTQIA+. Aqui em Pernambuco, aumentou exponencialmente o assassinato de mulheres trans. E tudo isso se deve a uma perspectiva fascista que foi implantada, onde a vida não tem o menor valor.**

Tivemos também resposta a isso. Houve de certa forma um singelo resgate da institucionalidade do Estado Democrático de Direito no que diz respeito à Justiça, que conseguiu barrar algumas dessas violências, mas num nível ainda muito pequeno no período eleitoral e que a gente aguarda – e é o que nos desafia enquanto sociedade civil no próximo período – a celeridade da Justiça na apuração e punição dos responsáveis pelos crimes cometidos durante o governo Bolsonaro e, especialmente, no período eleitoral.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Durante todo o período desse governo que está acabando, mas especialmente no período eleitoral, **a gente desenvolveu aqui no SOS Corpo a estratégia de debate público que é tentar ganhar corações e mentes para a perspectiva crítica de compreensão do que estava acontecendo.** Atuamos de várias formas para isso.

Uma linha de atuação muito forte nossa foi ocupar as mídias aqui no estado, nos programas de rádio, especialmente, que se comunicam mais diretamente com a população, mas também produzindo muitas análises, em artigos curtos para a imprensa local. Essa foi uma estratégia muito importante para a gente e que está muito focada na nossa missão que é defender a palavra do feminismo, colocar o pensamento feminista no

mundo de uma forma a ter subsídios para análises críticas do cenário que a gente vinha enfrentando, **a partir do ponto de vista das mulheres.**

Outra estratégia foi de fortalecimento dos movimentos e a gente atua muito, cada uma de nós como militante, no Fórum de Mulheres de Pernambuco e na Rede de Mulheres Negras, construindo a incidência no próprio processo eleitoral. Além de atuar nas mídias sociais e construir análises próprias para as redes sociais, a gente também fortaleceu e atuou nos movimentos, na incidência nas comunidades, nos bairros populares onde a gente tem trabalho aqui em Pernambuco.

Outra estratégia que a gente adotou foi de acompanhamento de mandatos e de campanhas – especialmente, mas não só – de mulheres negras. A gente participou de alguns conselhos de mandatos e acompanhou algumas campanhas de pessoas que a gente achava que estavam sendo tomadas como alvos durante o período eleitoral, **discutindo estratégias de comunicação, de segurança, de cuidado que pudessem gerar condições mais favoráveis para essas companheiras.**

No plano nacional, a gente participou de várias articulações do movimento feminista e articulações com outros movimentos sociais, especialmente com a **Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e com o campo da Campanha Fora Bolsonaro que é o campo da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo.** Com esses movimentos, a gente discutiu também muitas estratégias de ação de movimentos sociais durante a campanha eleitoral e atuamos nelas, construindo essas possibilidades.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil é uma situação de terra arrasada. O processo de transição entre o governo Bolsonaro e o governo Lula, com os grupos criados pelo governo de transição, já demonstraram o descalabro em que estão todas as políticas sociais, não só do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista da desestruturação organizacional das políticas públicas. E isso é um desafio de médio a longo prazo; não é um desafio possível no curto prazo. Obviamente, a eleição do presidente Lula, ainda que numa frente ampla, com uma ampla coalizão e numa situação de terra arrasada, coloca melhores condições para a democratização.

O fato também das instituições – especialmente o STF e o TSE – terem voltado, minimamente, a atuar de forma democrática e cumprindo seu trabalho de defender a Constituição (o que não estavam fazendo no período imediatamente anterior), coloca alternativas mais favoráveis para o processo de democratização e também para o processo de defesa dos direitos humanos.

Um desafio grande é a apuração dos crimes e a punição dos responsáveis. **Acho que não podemos fazer – como é tradicional na história política no Brasil – saídas pelo alto, negociações, anistia para crimes hediondos, como já ocorreu em outros momentos.**

Outro desafio imenso para o fortalecimento da democracia é a participação popular. Não apenas a retomada da participação social na forma como ela estava dada antes, **mas a articulação de um sistema de participação popular capaz de articular a representação e vias diretas de**

tomada de decisão, pela cidadania brasileira, sobre grandes políticas, grandes projetos de desenvolvimento ou grandes questões constitucionais que dizem respeito ao povo brasileiro.

Um terceiro desafio, mas essa numeração não diz da sua prioridade, é a luta antifascista. A gente sai desta tragédia que foi o período do bolsonarismo, que chega ao fim, mas a gente sai com uma extrema-direita organizada, nitidamente uma direita de caráter nazifascista. Então, a gente tem o desafio de enfrentamento do fascismo. A nossa geração não experienciou ainda uma luta antifascista e ela pode ser uma luta de massa, pode ser através de meios de comunicação, mas o Estado brasileiro, ao ser retomado como Estado Democrático de Direito, precisa se colocar esse desafio como elemento central, assim como a sociedade brasileira também.

E um quarto desafio é a precarização da vida porque a destruição do Estado Democrático de Direito não mexeu apenas na política, mas mexeu na economia, na cultura, na vida social e a precarização da vida das mulheres, do povo pobre, preto, da classe trabalhadora. É hoje uma situação muito complexa. Então, o desafio da democracia é que ela requer enfrentamento ao fascismo, punição dos responsáveis pelos crimes, requer participação social, mas requer também direito à alimentação, a uma vida digna, à casa, à saúde, à educação – **porque esta é a primeira questão fundamental para ser enfrentada porque ninguém vai participar de barriga vazia. Essa é uma questão bem importante.**



Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

A gente tem o desafio do reconhecimento público. É importante que o novo governo federal reconheça os movimentos sociais e as organizações de direitos humanos, as organizações sociais em geral, como parte da construção da democracia, e organize, estimule a participação social. É preciso que a legislação que rege a relação entre Estado e sociedade civil seja para favorecer o fortalecimento dessas organizações.

É importante que os desafios da pergunta anterior sejam enfrentados porque essas organizações são constituídas por pessoas que estão em situação precária, grande parte delas. Acho que a gente precisa se colocar também no debate internacional porque têm mudado muito as formas de apoio e de financiamento a essas organizações e isso também nos desafia.

No âmbito da própria sociedade, acho que tem uma questão de reconhecimento mútuo. Muitas vezes alguns movimentos que são mais fortalecidos, que têm uma experiência de serem vistos mais publicamente, não reconhecem outros movimentos e acho que reconhecimento mútuo é muito importante.

Outra questão é uma renovação geracional. A grande maioria dos movimentos tem muita dificuldade de ter pessoas jovens – não só novos participantes de várias idades, o que já é um problema – mas conseguir dialogar e envolver pessoas mais jovens na sua militância, na sua construção.

Por fim, gostaria de destacar o fortalecimento da formação política. Por muito tempo, muitas organizações se prenderam muito a uma espécie de formação – por muitas, inclusive, chamada de capacitação – que eram capacitações técnicas ou temáticas, às vezes feitas de forma participativa, mas que não tinham o caráter de formação política, que não tinham o caráter profundo que esse termo guarda.

E acho que a nossa geração (estou com 58 anos) de militantes na sociedade civil brasileira tem uma grande missão de contribuir com a formação das novas gerações, se colocar em diálogo, aprender com as novas gerações outras formas de atuar e construir juntos alternativas para uma articulação intergeracional mais forte dentro dos movimentos e organizações que a gente construiu ao longo desse período.

Cláudia Sala de Pinho

Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil



Sou Claudia Sala de Pinho, mulher afro-indígena, de uma comunidade tradicional pantaneira. Estou falando de Cáceres, Mato Grosso. Sou uma mulher do Pantanal de Mato Grosso, apesar de que essas divisões geográficas são divisões geopolíticas e, não necessariamente, divisões do nosso território.

Hoje eu sou uma das coordenadoras da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira. A identidade pantaneira é uma autoafirmação de comunidade tradicional. Sou coordenadora da regional Cáceres e acabei assumindo mais essa tarefa de fazer articulação nacional e internacional. Então, junto dessa articulação, eu atuo na articulação de uma rede que tem 28 grupos étnicos do Brasil – a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Rede PCTs do Brasil).



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Essa luta por direitos humanos é, na realidade, luta pelo direito à vida, pelo direito a existir. Enquanto liderança de uma comunidade tradicional, aqui no Pantanal, a gente teve uma luta pela continuidade da vida das comunidades tradicionais, acho que desde 2020, quando houve os incêndios florestais no Pantanal. **São incêndios porque são atos criminosos, feitos por pessoas. Eu costumo dizer que foi o agronegócio que tocou fogo no Pantanal.**

Essa luta também não foi fácil no ano de 2020, com esse processo eleitoral, porque ele trouxe à tona muitas das mazelas que a gente já vivenciava nos territórios.

A perseguição às lideranças que se manifestavam pela democracia, principalmente, como se fosse um ato criminoso a gente lutar por ter direito a voz, ter direito a voto, por confiar nas urnas eletrônicas.

O que a gente percebeu foram muitas lideranças intimidadas com esse processo eleitoral. **Eu acho que é muito diferente de outros processos que a gente vivenciou porque a comunicação pelos meios digitais, pelas redes sociais, se tornou um veículo muito forte de disseminação – não só pela questão das mentiras, do que era publicado, mas também dos ataques** – porque era muito mais fácil ser atacado não estando cara a cara. Então, o que a gente sempre tem discutido, principalmente na Rede Pantaneira, é que é muito difícil para nós, de comunidades, lidar quando você não vê o outro lado, o outro rosto. Por outro lado, os outros utilizam esse mecanismo justamente por isso: não se tornam uma personalidade; se tornam um veículo, uma máquina, e isso faz com que a gente, com certeza, fique mais vulnerável.

Nós, lideranças, em todo o país, tivemos que ir de porta em porta, colocar nossa cara a tapa, ter um posicionamento. **E isso faz com que a gente fique na linha de frente sobre o que nós defendemos que é a vida. Defender direitos humanos é defender a vida.**

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Pela Rede Pantaneira, nós sempre estávamos dialogando e buscando parceiros. A gente não faz uma luta só, mas com outras organizações. **Então, o posicionamento de várias outras organizações pela democracia é uma luta que se junta (ainda bem que não estamos sozinhos!). E na Rede PCTs do Brasil a gente fez esse diálogo mais próximo;** fez algumas lives colocando a situação em que se encontravam as comunidades tradicionais; **a gente dialogou muito mais próximo das grandes lideranças do país para que não se intimidassem.**

Eu acho que, nesse processo todo, a grande questão era não demonstrar o medo que estava se espalhando porque muitos estavam aguardando também **a nossa coragem de colocar a nossa voz e o nosso empenho nessa luta política.**

A gente dialogou muito de que precisava construir uma articulação mais sólida, com muito mais gente. **Então, a gente se uniu com movimentos com quem a gente não tinha muitas parcerias como, por exemplo, o movimento dos agricultores familiares, porque era preciso ecoar as nossas vozes nos vários espaços.**

Na luta de batalha, **a gente sabia que muitos agricultores familiares também estavam ameaçados e a gente adotou como princípio que ninguém faz a luta sozinho e que é preciso ter essa união para ecoar as vozes, senão a gente acaba ficando só e vulnerável.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A gente está neste momento de esperar, de uma festa e, como toda festa, a gente depois volta para reconstruir. Nós temos muita luta pela frente, temos muitas coisas para serem feitas, muitas coisas para serem reconstruídas. Em relação aos direitos humanos, o Brasil **precisa ratificar o Acordo de Escazú [Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]**, para ter mais força e mostrar esse grande reconhecimento que o Brasil tem, de muitos líderes, de muita gente que trabalha na linha de frente dos direitos humanos.

E nessa área ambiental, que é bastante importante para o país, tanto pela sua dimensão de biodiversidade, mas também sociocultural, eu acredito muito que a gente precisa fortalecer os mecanismos de proteção de defensores e defensoras de direitos humanos **e um deles é o acordo de Escazú; mas a gente tem outros acordos – tanto nacionais quanto internacionais.**

O Brasil está tendo essa oportunidade de fazer diferente, com o mandato do nosso presidente. Eu ainda acho que não vai ser da noite para o dia. Tudo isso é um processo de construção. Eu acredito que a gente vai conseguir avançar um pouco mais nessa agenda a partir do meio do ano [de 2023]; não porque a gente não queira, mas porque as circunstâncias ainda não são favoráveis ou ainda tem muitos obstáculos a serem vencidos. Mas ainda acredito que tem muita coisa na parte legislativa para avançar nessa questão de defensores e defensoras.

Em relação especificamente a lideranças de povos e comunidades tradicionais, ainda nessa linha de todos serem defensores e defensoras, tem um recorte especial porque, quando defendemos nosso território, nosso modo de vida, nós estamos defendendo também toda uma sociedade que usufrui de todos os benefícios. Quando nós preservamos os nossos territórios, a sociedade de uma forma geral se beneficia.

É preciso ter uma coisa mais específica; é preciso avançar mais ainda. Reconhecer que os povos e comunidades tradicionais são os guardiões da biodiversidade, da natureza, da questão ambiental, nos coloca numa situação que requer

um fortalecimento de políticas direcionadas a esse público. Eu costumo dizer que as políticas macro acabam não chegando aos povos e comunidades tradicionais. Muitas vezes é preciso fazer um recorte na política para que a gente realmente se enxergue lá dentro e que a gente seja fortalecida e reconhecida. **A gente aprendeu, a duras penas, que, se não estiver escrito, seja nas leis, nos decretos, nos acordos, a gente não vai conseguir ainda avançar nessa questão de defender as lideranças de povos e comunidades tradicionais.**

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Eu acredito muito no fortalecimento das organizações a partir do trabalho, das atividades feitas com a base. O trabalho das instituições perpassa por recursos financeiros, pelo desenvolvimento de atividades, de ações, junto com as bases, junto de quem elas defendem. A gente passou por momentos muito críticos de falta de recurso e eu ainda acredito que as organizações serão fortalecidas com o seu trabalho, mostrando seu trabalho. **Isso a gente consegue perceber tanto nas organizações que têm diretamente o título de direitos humanos, como em outras que não têm o título, mas não são menos engrandecidas pelo trabalho que desenvolvem. Todas elas têm o trabalho com a base como elemento principal.**

Eu quero acreditar que esse momento de transição – de um momento de muita violação de direitos para a efetivação de direitos, que é essa nova fase que eu acho que a gente vai conseguir alcançar – só terá êxito se realmente a gente continuar as ações, as atividades de fortalecimento da base, de ouvir a população, de fortalecer os povos e comunidades tradicionais, das pessoas se sentirem em um país seguro, sentirem que têm voz, de ocuparem seus espaços de participação social e, principalmente, de participar efetivamente da reconstrução do país.



E isso só se faz com recurso financeiro, só se faz fortalecendo as instituições.

Fico grata pela oportunidade de colocar minha voz aqui, de trazer essa reflexão sobre o novo momento do país. É um momento único. Eu passei por duas covid-19. A primeira, em 2020, foi muito, muito ruim e eu sobrevivi. Muitos não sobreviveram, não tiveram essa oportunidade que a gente está tendo, de ajudar a reconstruir, a pensar; de ajudar, de alguma forma, a fortalecer a democracia neste país.

As comunidades tradicionais pantaneiras que sempre estiveram neste bioma tão lindo, tão rico, não são vulneráveis, são colocadas em vulnerabilidade. E isso aconteceu com todos os biomas deste país.

Eu acredito que a gente está inaugurando novos tempos que perpassam por essa energia positiva que a gente está emanando para que as coisas deem certo. Mas, mesmo quando as coisas não derem tão certo, mesmo quando as coisas não caminharem do jeito que a nossa expectativa tanto anseia, eu ainda acredito que estamos do lado certo da História.

Estamos reconstruindo – e isso é de uma grandeza muito presente – para que a gente se sinta seguro e tranquilo para fazer pelos “menos” deste país, que, na realidade, são os “mais”, os mais necessitados, os que precisam. **Enquanto liderança de comunidade tradicional, eu trago esse anseio de que a gente está caminhando; e a gente vai fazer uma caminhada bonita, nessa reconstrução.**

Darcy Costa

Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)



Sou Darcy Costa, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR).

Atualmente estou como secretário nacional do movimento e também como conselheiro nacional de direitos humanos. Tenho trajetória de rua, fiquei mais ou menos três anos em situação de rua. Hoje não estou mais, devido aos apoios que tive da rede da sociedade civil.

Nossa principal luta, no MNPR, inclusive meu papel nessa luta, é a moradia como um direito social. Por isso, a gente fala da moradia social. Existe um modelo de moradia social e o que ela traz de inovação é o cuidado da pessoa que esteve em situação de rua e foi acolhida pelo programa, que continua com um suporte da rede até sua autonomia e independência.

Essa independência é justamente o momento em que a pessoa deixa o programa e abre uma nova vaga. Isso, no nosso entendimento, deve ser visto como um direito.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Defensores de direitos humanos sempre foram perseguidos neste país. A gente tem aí a quantidade de mortes de defensores de direitos humanos e a tentativa de difamação de que direitos humanos só defendem bandidos. Houve e ainda existe essa tentativa.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Apesar de termos atravessado esse governo durante os últimos quatro anos, que se encerrou agora, nós conseguimos algumas vitórias importantes dentro dessa trajetória: **a Resolução nº 40, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), e a Resolução nº 425, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Nacional de Justiça para a População em Situação de Rua.** Outra questão importante é o **Projeto de Lei 543/20, da Érica Malunguinho, que institui a Semana de Luta da População em Situação de Rua no estado de São Paulo.**

Foi aprovado e está aguardando sanção do governador. **Também foi aprovado, recentemente, o PL que trata da contagem da população em situação de rua no estado de São Paulo.**

A luta é travada em qualquer sistema de administração que se coloque. A luta tem um objetivo que é uma reparação à exclusão social, a não ter direito à terra e à propriedade, à saúde, à educação. É um contexto histórico que, dentro de uma sociedade democrática, essas violações que são centenárias devem, sim, ser reparadas e essa reparação precisa ser reconhecida, principalmente para os povos originários.

Em 2022, nós estávamos muito focados, principalmente em um momento decisivo desse embate entre a extrema-direita e a democracia. Isso ficou muito claro agora, depois que a democracia se colocou realmente como uma escolha nacional do sistema de governo para o Brasil. E o desejo dessa maioria que escolheu esse sistema político de governo e de economia está sendo desrespeitado, como um espelho do que ocorreu no Capitólio.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Antes, nós não tínhamos um Ministério de Direitos Humanos. Ele estava amortecido. Estava, digamos assim, “possuído”, e não tinha autonomia de ação, de resposta. Ele trabalhava dentro do sistema do governo vigente [na época].

Agora, neste novo governo democrático, participativo, o principal diferencial que a gente vê nesse sistema é que se acolhe a voz do povo, as necessidades do povo, e que se cumpre seu papel de articulação entre os ministérios, Câmara, Congresso, os três poderes, juntamente com os estados e municípios, **para buscar a viabilização de uma política pública estruturante para a população em situação de rua. A gente não pode admitir mais uma família, crianças dormindo em situação de rua.**



Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O desafio agora é a construção da política. Agora nós temos um diálogo aberto. O desafio agora é trabalhar, se reunir, fazer a construção das resoluções, das normativas para criação de resoluções, decretos, leis. É um momento, digamos assim, legislativo, onde a gente revoga tudo aquilo que é contrário à liberdade, tudo aquilo que é excludente e vai construir a nossa realidade, reconhecendo a multiplicidade das coisas, a beleza da natureza e valorizando todas as linguagens dos povos de uma forma festiva, satisfatória. **É esse agora nosso trabalho, que precisa do empenho de todos, para construir essa sociedade.**

Débora Rodrigues

Associação Vida Brasil / Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)



Sou Débora Rodrigues, atuo na Vida Brasil, que é uma organização de direitos humanos que trabalha na questão das pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres negras.

Também atuo na área do direito humano à segurança alimentar, pela defesa do direito à renda, o combate à violação de direitos com relação à alimentação. São pessoas moradoras de áreas onde tem todo um conjunto de violações de direitos, estão inseridas em um contexto de violência policial, pouco acesso à saúde e outras questões. As mulheres com quem a gente trabalha, na rede de alimentação, com os empreendimentos de economia solidária, volta e meia estão lidando com a morte dos filhos devido à violência policial, estão lidando com a questão da fome. Das mulheres com quem a gente trabalha, 80% estão cadastradas no CADÚnico, por conta de problemas de renda, e vivem dos empreendimentos de economia solidária. A gente acompanha também, a partir da parceria com o Centro de Arte e Meio Ambiente (Cama), a questão dos catadores e catadoras.

Fora isso, a Vida Brasil, no seu conjunto, atua com as pessoas com deficiência, a partir da discussão dos direitos das políticas públicas para o atendimento a esse público específico, seja pela dificuldade encontrada no acesso a transportes públicos, seja pela questão da renda. Temos um conjunto de mães que precisam

estar voltadas para a criação de crianças e jovens com deficiência, que possuem necessidades específicas e carecem de uma maior atenção. Então todas essas questões de mobilidade, acessibilidade, são as que chegam pra gente na questão de violação de direitos.

A Vida Brasil é filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), na suplência do conselho diretor, está do colegiado da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), aqui na Bahia, e eu estou na direção executiva da Abong no período 2022-2024. Também faço parte do Fórum Baiano de Economia Solidária (FBES) e, a partir dessa representação, estou no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/BA). Tenho acompanhado algumas ações do Projeto Sementes e levado denúncias de violação de direitos que chegam ao Consea, a exemplo das mortes de indígenas no sul da Bahia, que estão acontecendo muito, ou a questão dos quilombos, entre outras.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Nós tivemos, na Bahia, questões menos polarizadas em determinadas áreas e, em outras, muito complicadas. Na região metropolitana, tivemos casos de ameaças, principalmente nos bairros onde nossas lideranças atuavam na política. E, naqueles espaços, alguns candidatos da direita pagavam às pessoas. As disputas foram acirradas, de forma que elas acabavam sendo cerceadas de distribuir material, de fazer grandes debates. Havia ali uma intimidação simbólica. Nas áreas onde o tráfico de drogas atua forte, algumas lideranças foram ameaçadas por pastores de igrejas, majoritariamente evangélicas.

A pressão em cima delas ficava extremamente forte. Nós tivemos questões de ameaças de morte em algumas áreas do interior, principalmente o pessoal que está na área de conflito de terras, ou nas questões indígenas. Houve um acirramento forte nas áreas que já são normalmente conflituosas. Sem contar as agressões, que, na circulação pelo ambiente da cidade, tínhamos algumas intimidações, principalmente quando eram lideranças mulheres. Neste período, a Abong – a partir do escritório nacional – fez uma ação forte de controle de danos, promovendo ações com outras plataformas, outras redes, para fazer formações de pessoas no tocante às violações de direitos.

No período da campanha, nós constituímos um grupo de acompanhamento das violações, principalmente no segundo turno, relacionado a violações de direitos, como: impedimento das pessoas votarem (em razão da redução de transporte público, principalmente no primeiro turno), locais de votação cheios, patrões que não liberaram do trabalho etc. As ações de apoio e prevenção da Vida Brasil sempre estiveram articuladas com a Abong e, para além da Vida Brasil, tem o Projeto Sementes que acompanhou melhor essa questão dos defensores de direitos que incluiu as questões trazidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), as questões indígenas etc.

É importante registrar também que a gente tem hoje uma violação do direito de participação das mulheres negras de comunidades e das pessoas com deficiência, seja porque não têm o dinheiro para se deslocar até as atividades e fazer algum tipo de incidência política, como também, no caso das pessoas com deficiência, por conta do transporte público: os ônibus acessíveis demoram muito e a questão do passe livre (urbano e intermunicipal) que é um direito, mas não é possível de ser acessado.

Quais as estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

Nós trabalhamos, em alguns momentos, com o mapeamento de alguns ambientes da cidade – principalmente em bairros mais ricos, que eram mais bolsonaristas. A gente tinha o maior cuidado com a exposição de camisetas, de adesivos de carro para a circulação nesses espaços. A gente fazia um controle de danos ali.

No meu caso, por exemplo, o adesivo do meu carro era sistematicamente tirado, na garagem do meu prédio. Em outra situação, parei o carro com um adesivo em uma rua perto de um restaurante

que eu ia com algumas amigas e, na volta, estava desenhado em cima do adesivo a palavra “puta”. Houve situações de pessoas que a gente conhece que tiveram carros arranhados.

Então houve, principalmente no primeiro turno, mais cuidado com a exposição de adesivos e tentar se expor menos. Nos bairros, orientamos algumas lideranças com quem a gente trabalha a não fazer o enfrentamento direto. Temos uma liderança em um bairro que expunha o adesivo de Lula em casa e eles, no dia seguinte, haviam

retirado o adesivo e coberto toda a porta dela com adesivos de ACM Neto e Bolsonaro. Então, a gente teve que, em determinados momentos, pedir às lideranças que não colocassem. Sem se submeter, mas ao mesmo tempo, com mais cuidado. A gente fez atividades para discutir um pouco mais sobre segurança e também participamos de atividades da Abong, junto com outras organizações, debatendo essa questão de orientações de segurança, tanto na exposição nas redes como nos ambientes da cidade.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Nós temos uma democracia, entendida do ponto de vista do direito, com muitas violações, e, nos últimos seis anos, essas violações ficaram mais sérias. **Então o ataque à democracia não é só às instituições, mas são também essas violações que ocorrem nos territórios e, principalmente, nos territórios mais pobres, nos territórios mais negros.** Isso faz com que a situação de direitos humanos fique muito complicada no dia a dia, na negação de direitos, na negação de circulação para incidência política, dentre outras coisas que são negadas ao nosso povo mais pobre e onde principalmente a Vida Brasil atua.

Exemplo disso foi a questão dos ônibus no dia da eleição. Muitos deles não possuem uma estrutura com acessibilidade, o que impede que pessoas com deficiência circulem na cidade, principalmente para fazer essa mobilização de direitos humanos. Há um falso senso de acessibilidade em Salvador e em muitas outras cidades. Essas violações acabam tendo um impacto direto na incidência das nossas organizações.

A questão da democracia – olhando para o povo e para as lideranças com quem a gente trabalha – é importante, mas ela ainda é frágil do ponto de vista da garantia de direitos das pessoas negras, das mulheres, das pessoas com deficiência. A eleição de Lula vem criar um sentimento de esperança. A gente precisava respirar, porque no Brasil a gente não estava respirando. O ataque aos direitos humanos era sistemático em todas as áreas. Então a eleição de Lula nos ajuda a respirar nesse processo. Mas, ao mesmo tempo, a análise que temos feito é de muitos desafios: a repactuação de um conjunto de ações para a

garantia de direitos nesta democracia. Pensando na segurança alimentar, garantir, por exemplo, que as mulheres e nossas lideranças consigam ter acesso à renda, às condições e aos elementos de segurança alimentar, é um desafio importante pra gente. Se você imaginar que vamos ter pessoas que são das cooperativas de catadores, por exemplo, que praticamente passam de cobranças de direitos na prefeitura e sem condições de circular, fica complicado.

E quando a gente tem uma ausência da parceria do Estado com as organizações sociais isso fica mais forte porque as organizações ficam sem recurso para viabilizar essa mobilização de seus dirigentes, que são as pessoas defensoras de direitos humanos nas comunidades. Então você cria um desafio no Brasil que é reestruturar as políticas que deem condição de caminharmos no sentido de construção de uma democracia, onde caiba todo mundo.

Do ponto de vista racial e das mulheres, há uma democracia frágil – e aqui estou falando de um segmento que historicamente teve direitos violados, que acumulam desigualdades. Hoje temos esperança de um monte de coisa. Mas, ao mesmo tempo, é uma esperança que demanda pra gente um processo de resistência muito forte.

Nós precisamos construir instrumentos de participação para que os elementos da democracia possam ser construídos com o conjunto da sociedade brasileira. O grande desafio é que, a eleição de Lula é extremamente importante, mas não é a resposta em si. A resposta vem, por exemplo, de como a gente faz a incidência política para que sejam construídos instrumentos de garantia de direitos, principalmente aqueles que estão garantidos na Constituição Federal, que não é a totalidade, mas nos dá elementos para que possamos caminhar.

Nós temos atuado nesse processo de transição junto ao governo da Bahia e ao governo federal no sentido de garantir participação da sociedade civil para que a gente possa construir juntos. Então, por exemplo, na questão da segurança alimentar, temos trabalhado forte para que as políticas públicas de segurança alimentar possam ser retomadas e reestruturadas, porque a gente percebe que o conjunto de políticas que tínhamos antes – que levou o Brasil a se destacar, por exemplo, em nível mundial – foi desmontado com muita rapidez.

Temos feito o debate no Consea e em outros conselhos. Nós estamos reestruturando os conselhos. Mesmo com uma avaliação de que não é o suficiente, mas é o que a gente tem e nesse momento – enquanto caminhamos para um novo modelo de participação – precisamos reestruturar aquilo que a gente já tem.

Então, para que a gente possa garantir direitos humanos no Brasil, a incidência política da sociedade civil é extremamente importante. A gente tem dito que não dá pra dormir porque Lula ganhou a eleição, porque Jerônimo está no governo da Bahia. Na verdade, isso exige de nós uma vigilância, uma participação e uma incidência política muito fortes para que a gente possa construir elementos que garantam direitos.

Por exemplo, no estado da Bahia, em 2021, 100% das pessoas assassinadas pela polícia eram pessoas negras. Então, como a gente repactua isso? Como a gente caminha no sentido de vigilância, de políticas públicas de garantia de direitos, de incidência política da sociedade para que a gente possa avançar? Então o desafio é: como é que a gente constrói instrumentos de garantia de direitos, mas, ao mesmo tempo, como é que a gente fortalece as organizações, a sociedade civil, e dá condições de fortalecimento das atuações das lideranças, dos defensores de direitos humanos, para atuarem por instrumentos de garantia de direitos.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

A partir da plataforma MROSC, estamos fazendo uma incidência política no sentido de construir elementos de participação social. **Lula criou o Conselho de Participação Social que atuou como um instrumento importante para incidir durante a transição, mas ele já indicou que vai criar esse conselho de forma mais permanente.**

Depois, há uma necessidade de **estruturação de muitos conselhos que haviam sido destruídos anteriormente, como o Consea; a estruturação do Conselho de Saúde, da Criança e do Adolescente e também no campo da economia solidária.**

Os conselhos estão sendo repactuados e a gente, da sociedade civil, tem atuado para que essas questões sejam feitas, mas, ao mesmo tempo, a gente precisa de um apoio consistente – tanto de organizações internacionais, no apoio a organizações brasileiras, quanto do próprio Estado, porque ele ficou ausente da política de parcerias, durante esses seis anos, em nível nacional.

Nós temos um instrumento criado pela incidência política das organizações da sociedade civil, que é o **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC – Lei Federal n. 13.019/2014), cuja implantação é um desafio. Essa lei é de 2014 e a gente tem poucas parcerias pautadas por ela.** Então, temos que fazer incidência para que todas as políticas contem com alguma área de participação da sociedade civil, a reestruturação dos conselhos, avançar no sentido de construir outros instrumentos, outras metodologias de participação – principalmente metodologias que garantam a participação das lideranças das comunidades, ou seja, que os territórios possam opinar sobre a política.

Mas, ao mesmo tempo, você precisa viabilizar economicamente as organizações que se fragilizaram, apesar de continuarem atuando. A sustentabilidade das organizações foi fragilizada durante esses últimos anos, então é preciso que a gente possa garantir políticas de parcerias, de apoio a associações da sociedade civil. E nós temos atuado para isso, para que a gente possa garantir editais e outros tipos de parceria Estado-sociedade civil para a execução de projetos, entre outros.

Então esse é um desafio – **a reestruturação das parcerias, porque as organizações precisam de apoio para funcionar e garantir a atividade das defensoras e defensores de direitos humanos.**

Denise Dora

Artigo 19



Meu nome é Denise Dora, sou no momento diretora executiva da Artigo 19, uma organização de defesa da liberdade de expressão que está fazendo 15 anos e que tem uma parceria com outras organizações vinculadas à Artigo 19 Internacional em oito países, oito regiões do mundo.

Eu tenho uma trajetória na área dos direitos humanos que vem dos anos 80, ainda da luta contra a ditadura e pela reconstrução democrática no Brasil. Sou advogada, atuei com a reconstrução dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras nos anos 80, a maioria deles sob intervenção, com interventores da ditadura militar; organização de oposições sindicais, de comissões de mulheres trabalhadoras; a construção da CUT. E, nesse processo, já como uma ativista feminista, participei intensamente do processo constituinte de 88, em especial todo capítulo que dizia a respeito dos direitos das mulheres.

A partir de 93, junto com um grupo de mulheres e pessoas amigas, ajudei a fundar a Themis, uma organização que trabalha com o acesso à justiça pra mulheres. A Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos, cuja sede fica em Porto Alegre, tem uma atuação nacional e regional muito intensa, em especial com os programas de Promotoras Legais Populares que é um programa de acesso à justiça a partir do empoderamento jurídico de lideranças comunitárias e de fortalecimento da luta das trabalhadoras domésticas.

Tenho mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex, na Inglaterra, e atuei como coordenadora da área de direitos humanos da Fundação Ford no Brasil, de 2000 a 2011.

Depois venho advogando nessa área de direitos antidiscriminatórios com organizações da sociedade civil e, desde 2019, sou diretora regional da Artigo 19 para o Brasil e América do Sul.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O processo eleitoral de 2022 foi muito atípico, como experiência da nossa jovem democracia. Depois de uma intensa luta por Diretas Já nos anos 80, para que pudéssemos eleger a primeira presidência após a ditadura em 85 – aliás, uma luta que a gente perdeu porque a emenda parlamentar não foi aprovada e houve um processo de transição negociada – a gente só foi efetivamente votar em 1989 para presidente.

Mas desde então, com todos os turbilhões da nossa democracia – impeachments, renúncias, dificuldades de governança na relação com o Congresso, com os setores do rico empresariado nacional, as eleições têm ocorrido a cada dois anos – para prefeito e vereadores e depois, no outro turno, para governadores, deputado estadual, federal, senado e presidência – com uma relativa tranquilidade, no sentido da sua credibilidade junto à sociedade e as instituições.

O que ocorreu de muito atípico nas eleições de 2022 é que houve uma intensa campanha a partir do presidente da República de então, Jair Bolsonaro, e seus ministros, sua família, seu grupo de apoio para atacar a reputação do processo eleitoral brasileiro dizendo que as urnas eletrônicas não eram seguras, que o sistema de listagem era incorreto e isso já aconteceu como uma estratégia. Inclusive na eleição que ele mesmo foi eleito, em 2018, ele já começou a questionar o sistema eleitoral e isso evidentemente não tem nada a ver com o resultado das eleições, mas tem a ver com a ideia de desqualificar, desacreditar, perante a

população, os processos de renovação de liderança via voto. A eleição de 2022 e o intenso ataque às urnas e ao Tribunal Superior Eleitoral tinham como estratégia de fundo desacreditar de que a democracia pode ser sustentada por renovações de mandatos via voto e que, já que não é um sistema que pode ser considerado confiável, é melhor então que ele não exista. O plano final era desqualificar em tal nível os processos eleitorais que, por fim, se elimina eles, faz com que as lideranças no poder possam ficar indefinidas, como a gente vê acontecer com alguns regimes autoritários no mundo, por exemplo, a Rússia, em que, se há eleições, elas são totalmente pouco representativas da vontade popular. Então há uma dificuldade de renovar os mandatos políticos no grupo que toma o poder, especialmente se é um grupo conservador, autoritário, antidemocrático. Eles se consolidam no poder atacando as eleições, fazendo com que as pessoas não votem, não participem, não disputem, inclusive, os rumos do país.

A eleição de 2022 foi marcada por isso, por uma pergunta sobre se os processos eleitorais são legítimos, se o processo eleitoral brasileiro deve ser respeitado e isso vindo das autoridades do país. **Então foi um ambiente muito hostil e muito difícil porque, de um lado, a gente tinha que fazer a defesa da própria eleição e, além disso, a gente tinha que fazer a defesa de que a eleição tem que permitir que projetos democráticos, progressistas, de respeito aos direitos humanos e às diferenças, possam ser eleitos e tomem posse. E isso tudo estava em questão. Estava em questão o próprio futuro da democracia brasileira.**

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Considerando esse cenário, a Artigo 19 desenhou uma estratégia que passava, primeiro, por aprofundar e ampliar o conhecimento que a área de direitos digitais da Artigo 19 tem sobre as questões de tecnologias de voto. Então a gente começou, em 2020, a desenhar algumas pesquisas, a participar de alguns esforços, no

sentido de entender os diferentes sistemas de tecnologias de voto eletrônico que existem no mundo; as características do sistema brasileiro e porque ele era confiável; e como a população poderia, realmente, votar com segurança. Isso desenhou uma estratégia de atuação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE): nós fizemos

parte do Observatório da Transparência Eleitoral; conversamos regularmente com o setor de tecnologia do TSE, trocando informações, sugerindo, compartilhando. E compartilhando essas informações para as redes das quais a gente participa. **Então, primeira estratégia foi aprofundar mesmo o debate sobre a qualidade das tecnologias de voto utilizadas no Brasil e construir argumentos que pudessem se contrapor, de uma forma sólida, a todas as mentiras que o governo federal e as autoridades vinculadas ao Bolsonaro e às lideranças vinham falando sobre o sistema eleitoral brasileiro.**

A segunda foi manter uma rede de atuação com comunicadores e comunicadoras populares e jornalistas comunitários em todo o Brasil, que a gente já tinha começado a construir desde o início da pandemia, **no sentido de democratizar informações.** Uma rede que se chama “Compartilhe Informações, Compartilhe Saúde”, que funcionou durante 2020 e 2021 para combater fake news e mentiras a respeito da Covid-19, da pandemia, da prevenção, das vacinas e que, em 2022, passou a ser “Compartilhe Informação, Compartilhe Democracia”, **no sentido de distribuir, disseminar, compartilhar informações sobre o processo eleitoral brasileiro, sobre as urnas eletrônicas, respondendo a todas as notícias falsas e**

inverdades que surgiam na mídia. A gente fez isso o ano todo. Reuniões regulares com esse grupo de 60 comunicadores, comunicadoras populares e a gente produziu pequenos vídeos na reta final da campanha – entre o primeiro e o segundo turno – sobre cada uma das notícias falsas que apareciam no noticiário: “as urnas não podem ser auditadas” – o que isso significa, por que podem etc.; “o número não combina, quando eu voto o número não aparece” – então por que aparece, por que não aparece. No site da Artigo 19, tem um conjunto de 10 vídeos, que foram **compartilhados amplamente com essa rede de comunicadores e comunicadoras populares.**

A terceira estratégia foi participar, junto com outras organizações de direitos humanos, de salas de situação, articulações políticas, que pudessem promover a defesa do direito à manifestação, do direito ao protesto, do direito à liberdade de expressão, inclusive com estratégias jurídicas de proteção mesmo, em caso de risco de vida, e apoio para as pessoas se colocarem em lugares seguros. Isso envolveu um trabalho permanente de cuidado, que foi feito coletivamente pelas organizações de direitos humanos, com ativistas e manifestantes.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos** no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Estamos em uma situação bastante complicada, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. **Todas as democracias estão em xeque.** Se a gente olhar para os Estados Unidos e avaliar o que aconteceu com o governo Trump; a tentativa de ocupação do parlamento, o fato de que morreram pessoas; a negação das vacinas; o tamanho da pandemia; as dificuldades que o atual governo está tendo para recompor o ambiente do país profundamente dividido, polarizado.

Se a gente olhar para a Inglaterra, toda a campanha de saída da União Europeia, de isolamento; de voto em partidos e forças políticas extremamente conservadoras; a pobreza que está se instalando entre as pessoas; a dificuldade de manter o custo de vida controlado.

Se a gente olhar para a França, com uma alta eleição em partidos de extrema-direita. A Suécia que elegeu uma coalizão na qual tem representantes do partido nazista. A luta na Espanha e em Portugal por manter um discurso de bem-estar social. Isso considerando países com democracias mais estáveis, regimes políticos e econômicos mais consolidados.

Agora, olha para a América Latina. O que aconteceu na Bolívia, o que está acontecendo no Peru, todas as turbulências da Argentina, o Chile que tem uma vitória esmagadora nas eleições, depois as forças progressistas perdem no plebiscito constitucional.

Então, é uma turbulência, onde os valores democráticos estão sendo muito questionados e eu acho que o que aconteceu no Brasil foi isso. O país vinha nos últimos 30 anos – que não é muito tempo em termos históricos – consolidando uma regra democrática e o ataque ao governo da Dilma, o impeachment, quebra esse ciclo. Ele foi articulado também por forças que se diziam democratas e não apenas nos quartéis dos ressentidos da ditadura. Foi articulado por uma parte do PSDB, por todo o MDB, inclusive por partidos que tinham feito parte da base política dos governos Lula anteriormente.

Isso coloca o Brasil em uma rota de confusão, com aqueles dois anos do Temer, com a eleição do Bolsonaro e com o fortalecimento – via, inclusive, os recursos públicos – de forças políticas de extrema-direita que não têm nenhum apreço pela democracia, nenhum apreço pelo respeito às diferenças, nenhum apreço pelo bem-estar social da maioria da população. Isso afunda o Brasil numa crise muito grande – econômica, política, de valores.

A eleição do Lula e a aliança que compôs a chapa do Lula foram um esforço brutal da própria sociedade brasileira que, com toda pandemia, conseguiu sobreviver e se fortalecer, de certa forma. Aí tem um esforço enorme de forças políticas mais democratas, de um fôlego no último momento do segundo turno, que implicou trazer setores como Simone Tebet e Marina Silva para apoiarem e, mesmo assim, a chapa ganha com uma diferença não tão grande de votos.

Isso significa que tem um número muito expressivo de pessoas que votaram no projeto do bolsonarismo que era, escancaradamente, incompetente, ineficiente, sem nenhuma compaixão com o povo que ele devia representar, corrupto, violento, machista, racista, anticultura. Mesmo assim as pessoas votaram.

Então a gente tem uma grave crise política, social, econômica e de perspectiva de país, que está colocada, **e que a eleição não resolve. Ela dá uma chance de diálogo; é isso que a gente tem hoje.** E eu acho que o Lula foi heroico ao conduzir a eleição como ele conduziu. Ele é um sujeito político muito experiente e, como presidente, vai poder ajudar o país a se recompor um pouco. Mas a gente sabe que o racismo tá aí, estruturalmente, que a violência contra as mulheres não parou. Tanto o racismo quanto a violência contra as mulheres não param de crescer.

A gente começa a visibilizar mais, mas também está mais presente. São desafios que um governo não resolve. Ele pode ajudar a resolver, mas é uma tarefa muito longa e muito forte que a gente vai ter que encarar pra pensar como a gente repõe uma agenda de direitos humanos e os fortalece.

Eu diria que, depois de quatro anos, a sociedade brasileira enfrentando o Estado como enfrentou, a gente aprendeu muitas coisas. E, neste momento, não ter que fazer esse enfrentamento diário e poder se dedicar a olhar para a sociedade, dialogar, é muito importante. **Acho que uma das nossas tarefas imediatas é olhar os mapas eleitorais, ver quem votou no Bolsonaro, por que votou, entender esses processos da sociedade brasileira e recompor, como sociedade civil, as nossas bases de diálogo, de apoio, de propostas.** Isso para sair de uma certa bolha que muitas vezes as organizações se colocam e entender que o destino do país está em aberto e que a gente pode contar agora com forças políticas que não são adversárias, no governo federal, mas que a gente tem muitos desafios pela frente.

Quais seriam os desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

A gente tem que consolidar o trabalho das organizações da sociedade, inclusive do ponto de vista estrutural, operacional. Tem que sentar e pensar: “olha, aqui é um trabalho de longo curso, como é que estão as leis de fomento para a sociedade civil, quem são os doadores nacionais, como é que a gente pode ampliar isso”. Voltar um pouco os olhos para o fortalecimento daquilo que se chama o terceiro setor porque eu acho que, de alguma forma, a experiência da esquerda brasileira sempre foi muito voltada a pensar no Estado, Estado, Estado.

Mas eu acho que agora a gente precisa pensar mais a sociedade e isso implica também **pensar a política pública para o fortalecimento dessa sociedade em termos tributários, de infraestrutura, de capacidade de sustentabilidade de longo prazo, de determinados benefícios.**

Por exemplo, a gente sempre falou na ideia do Simples Social que é como se poderia taxar as organizações da sociedade civil que fazem trabalho não lucrativo de uma outra maneira, para que os custos operacionais delas não fossem tão altos. Então eu acho que a gente retomar essa agenda de infraestrutura da sociedade civil é muito importante.

O segundo ponto: **acho que a gente tem que cuidar muito da agenda de liberdade de expressão porque ela esteve no epicentro de todos esses conflitos.** De um lado, com a manipulação absurda por parte das redes sociais, com inverdades, compartilhamento de dados, vigilância. Todas essas tecnologias digitais se prestaram também para um trabalho muito antidemocrático e autoritário. Por outro lado, conter isso muitas vezes passou por censura mesmo: bloqueia perfil, derruba rede etc., que também não é uma boa alternativa.

Então eu acho que um desafio é pensarmos como defender o direito à voz das pessoas, em qualquer situação, mesmo com governos democráticos, e como fazer isso de uma forma que garanta as diversas liberdades de manifestação, de expressão, de protesto, de associação, e eu acho que isso é um desafio, sabe? É um fio esticado num precipício em que a gente tem que caminhar muito consistentemente, sabendo que garantir que as pessoas falem – inclusive aquilo que a gente não gosta – é um princípio democrático.

Como é que isso não pode escalar para se transformar em incitamento à violência, discursos de ódio, é ainda um caminho, um ensinamento, uma aprendizagem que a gente tem que ter na sociedade brasileira.



Diva Santana

Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/BA)



Sou Diva Santana, baiana, iniciei a militância na década de 1970, na luta pela anistia, quando o país vivia sob intensa ditadura militar e repressão política. A principal luta era por liberdades, democracia e anistia aos perseguidos políticos.

Com o esvaziamento da luta pela anistia, em 1979, a luta na Bahia foi ampliada para a garantia e promoção dos direitos humanos, passando a ser Comitê de Anistia e Direitos Humanos, pois existia uma violência muito grande, principalmente a violência policial que se abatia nos bairros mais pobres, de periferia, e sobre os movimentos populares que iniciavam sua luta em defesa dos sindicatos dirigidos pela própria classe trabalhadora.

A Bahia tinha um governo tirano, de Antônio Carlos Magalhães, que não alisava: mandava bater, ele mesmo batia. Era um homem que governava com perversidade. Mas a Lei da Anistia não foi a que a sociedade queria e pela qual lutou – uma anistia ampla, geral e irrestrita. Foi uma anistia ainda aprovada em um Congresso que era dirigido pelos militares.

Ela não contemplava um segmento da sociedade barbaramente atingido pela ditadura militar que foram os mortos e os desaparecidos políticos. Havia centenas de pessoas de quem não se tinham notícias e algumas estão desaparecidas até hoje.

Aqui na Bahia, continuamos até 1995 com a luta em defesa dos direitos humanos e pelo esclarecimento dos mortos e desaparecidos políticos. Nesse período, no Brasil todo, foram criadas outras organizações, como o Grupo Tortura Nunca Mais. Em 1995, pelo fato de ter o Grupo Tortura Nunca Mais em muitos estados, formado por mães, irmãs, parentes e ex-presos/as políticos/as, a gente deu baixa no Comitê de Direitos Humanos e criou o Grupo Tortura Nunca Mais, que segue até hoje na mesma linha, na busca pela memória, resgate, justiça, reparação e democracia e na luta em defesa e promoção dos direitos humanos na Bahia.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Vivemos seis anos de desmonte das conquistas. Em 2003, o Brasil elege um candidato à presidência nordestino, metalúrgico, comprometido com a luta do povo brasileiro e que faz significativas mudanças no quadro social e econômico.

O país cresce, sai do mapa da fome – que, na minha opinião, é uma das torturas mais violentas ao ser humano. Mas as organizações de direita e extrema-direita, até ali camufladas, se movem e, em 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofre um golpe e o país começa a demonstrar uma política de desmonte das conquistas. **Uma mudança desastrosa foi a derrubada das conquistas nas leis trabalhistas.** E desde então vêm caindo todas as outras conquistas.

Vale ressaltar que não foi só um golpe para depor uma presidenta eleita. **Foi todo um trabalho minuciosamente orquestrado, trabalhado na surdina, que nos colocou frente a um déspota para governar este país:** um homem que enaltece a tortura e um torturador; que faz gestos imitando quem estava morrendo com falta de ar; que nega a ciência; que impede que a medicação chegue ao país para salvar muitas vidas; que faz apologia às armas, à violência – é um homem de extrema-direita que defende tudo o que é mais atrasado, numa sociedade que prima por progresso com democracia, com justiça e em defesa dos direitos humanos.

O processo eleitoral já vem diferente, desde antes de 2018. O processo que no Brasil era construído através da discussão, dos debates, dos discursos, passa a ser construído através de notas mentirosas nas redes sociais, com muito dinheiro.

Com muito dinheiro, esse pessoal de extrema-direita conseguiu utilizar a informática no processo eleitoral e conseguiu eleger essa pessoa para dirigir o Brasil e que, felizmente, depois de um árduo trabalho das forças democráticas – e viva a democracia! – nós, progressistas, conseguimos derrubar através do voto. Foi uma campanha muito difícil, mas, por outro lado, com muitas esperanças.

E tivemos o resultado de trazermos de volta aquele operário de 2002. É muito emocionante falar disso porque foi muito difícil essa construção de um operário governar o país: conseguimos elegê-lo em 2002, conseguimos renovar seu mandato, conseguimos eleger uma candidata que ele apoiou, ele foi preso e duramente perseguido por processos que hoje se tornaram inválidos. Ele nos emociona muito pela força que passa e que traz para a gente: a força de um brasileiro, nordestino, trabalhador.

A gente está com esperança porque este país foi desmontado. O que se conquistou em 14 anos de governo democrático se perdeu. Eu moro em um estado onde o petróleo foi descoberto e isso era preservado. E a primeira refinaria do Brasil foi vendida há pouco pelo governo que eu chamo de desgoverno. Mas temos esperança e vamos contribuir para que esse país saia de novo do mapa da fome. Temos 33 milhões de pessoas passando fome. Eu acredito que a sociedade civil, essas amplas forças que contribuíram com a eleição e que a gente está vendo na organização governamental do país, vão ter a sabedoria de reerguer este país e voltar a ser o que iniciou em 2003: um país para o povo brasileiro, um país que goste do seu povo, que não maltrate seu povo.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Nós vivemos uma pandemia de Covid-19, quando houve uma retração muito grande dos movimentos pela necessidade de ficar em casa, não ir a público. Contudo, a gente começou a trabalhar por meio da informática, que era uma coisa nova para a sociedade civil. Descobrimos

esse meio de fazer as reuniões, de não perder os contatos, porém com dificuldades, porque o país é muito grande e, infelizmente, nem todas as pessoas ainda têm acesso à informática. Mesmo assim, conseguimos romper essa barreira de ficar em casa, e buscamos meios de mobilizações e

garantimos algumas atividades, **como reuniões com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e os grupos Tortura Nunca Mais de outros estados. Então, essa foi a nossa arma nesses dois anos de pandemia e para fazer frente a esse estado de coisas que vinham acontecendo, com o desmonte de todas as conquistas, de políticas públicas, dos conselhos de representantes da sociedade civil.**

A sociedade civil prevalece: vem uma ditadura sanguinária, mas não coíbe, não acaba com a organização da sociedade civil; vem uma pandemia como a Covid-19, não acaba. A sociedade civil sempre encontra meios para falar o que é necessário. Basta ela se organizar. Como vivemos em um país muito extenso, temos dificuldades, mas estamos vencendo. Hoje você vê segmentos da sociedade civil organizada que antes não eram ouvidos e esse avanço ocorre graças ao período de redemocratização que o país passou. E essa sociedade civil organizada, na minha opinião, é quem define os rumos de uma nação. Mesmo na pandemia, mesmo na ditadura militar, a sociedade civil sempre encontrou saídas para buscar melhores dias e uma vida melhor para o povo.

Como avalia a situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A democracia, nós quase a perdemos. Acho que não perdemos tudo porque restamos nós, as pessoas que vivem organizadamente na sociedade. A democracia não acabou de vez porque, pós-ditadura militar, houve um processo de redemocratização no país, que veio de forma muito tímida.

O governo Dilma Rousseff tratou de algumas questões. Foi realizado um congresso nacional de direitos humanos, com ampla participação de todos os segmentos da sociedade civil e, nesse congresso, **foi aprovada a criação de uma Comissão Nacional da Verdade. Além disso, a gente tinha outras leis, como a Lei da Anistia, que fazia reparação econômica e social aos atingidos pela repressão e a Lei Federal nº 9140/1995, em que o governo federal reconheceu 136 pessoas desaparecidas e criou uma comissão, da qual eu sou conselheira, que analisou mais outros tantos casos.**

O desgoverno de Jair Bolsonaro conseguiu extinguir essa comissão sem a conclusão dos trabalhos. Quando eu digo que a redemocratização não foi consolidada é porque essas políticas de transição ficaram muito tímidas.

A gente teve uma Lei da Anistia que perdoava o torturador. Torturador não foi punido no Brasil, em que pese algumas sentenças: a da Corte Interamericana, no caso dos desaparecidos do Araguaia, e de Vladimir Herzog, sentenças que cobram ao país cumprimento das decisões judiciais como parte de uma política de transição, revendo todas as mazelas e punindo os culpados pela tortura, morte e desaparecimentos, já que a figura do desaparecimento político é um ato que não prescreve. Eu mesma sou irmã de desaparecida política. Essa figura não tem corpo, não tem osso, não tem lugar de sepultamento; continua desaparecida.

Nesse processo de redemocratização do país foram criadas políticas públicas de proteção. Nós vivemos em um país em que a impunidade ainda é muito grande. Até esta data, as OSCs denunciam e acompanham crimes praticados por policiais militares e civis e dificilmente veem a punição dos culpados. O crime de tortura é inafiançável, é crime internacional e há poucos condenados cumprindo pena por crimes de tortura. A gente precisa avançar nessa área, a gente precisa de justiça. A redemocratização passa pela garantia dessas políticas. A impunidade é tão avassaladora em nosso país que foi necessário adotar programas de proteção a testemunhas de crimes para que se punissem os culpados.

A política de proteção a defensores e defensoras precisa avançar na possibilidade dos programas darem dignidade ao defensor de direitos humanos. O Estado brasileiro tem o dever de melhorar as condições do programa de proteção para que esse cidadão tenha autonomia e possa continuar atuando com segurança e com qualidade de vida. **Não basta só ter uma equipe técnica de acompanhamento, de orientações. Esse defensor dos direitos humanos precisa ser valorizado, precisa ter acesso a estudo, qualidade de vida, e o Estado tem o dever de prover a esse cidadão e à sua família que estarão contribuindo com o processo de avanço democrático e de respeito aos direitos humanos.**

A avaliação que eu faço é que hoje vamos retomar essa luta de consolidação da democracia no Brasil para evitar futuros golpes e para que as coisas sejam feitas de forma clara, transparente, discutida com a população. A sociedade civil precisa ser ouvida; ela tem que estar organizada, realizando seus congressos, preparando suas falas e intervindo na condução da política do país.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Todos os segmentos da sociedade civil organizada no Brasil defendem os direitos humanos: a garantia de direitos é uma frente amplíssima, com temas como educação, saúde etc. A sociedade sempre foi trabalhada sem o olhar do poder público. Se investiu nas parcerias sociedade civil e poder público, mas ainda temos grandes entraves, **em que pese termos avançado com o Marco Regulatório.**

O Grupo Tortura Nunca Mais, que tem atuação na promoção e defesa dos direitos humanos, não pode ser tratado como uma empresa. Por exemplo: eu tenho um defensor a mil km de distância de Salvador, onde está montado o programa de proteção a defensores; eu tenho que viajar, dar assistência, acompanhar, ver as condições de segurança, fazer o trabalho político com os representantes do território e eu preciso ter condições para isso. Ao me dirigir para um local a mil km de distância, eu vou passar por restaurante, por hotel, posto de gasolina que não tem nota fiscal. **Isso não é um problema do programa, nem da equipe, mas um problema de Estado. E somos obrigados a fazer prestação de contas com nota fiscal desses gastos.**

Eu trabalhei no programa de proteção às testemunhas na Bahia e sou testemunha das dificuldades enfrentadas. O país todo enfrenta. Tem alguns estados mais avançados nessa compreensão. Fruto dessas parcerias entre Estado e sociedade civil, foi estudado e criado um Marco Regulatório. Por exemplo: eu apresento um projeto de trabalho para o estado da Bahia. **Com o Marco Regulatório, tenho que apresentar o resultado daquele projeto e não ficar com uma pendência financeira porque não dei a nota fiscal do leite que a criança tomou lá no interior. É um dos grandes desafios que a gente ainda precisa enfrentar. Para fazer uma boa política, você tem que abrir mão de certas medidas burocráticas e pesadas que o Estado carrega.**

Outro desafio é a questão da facilidade da educação para essas pessoas, facilidade no conhecimento para saber se proteger também. Elas só vão saber se proteger se tiverem acesso a capacitação, a informações sobre como se proteger. São cidadãos que protegem os direitos humanos e exibem seus direitos seriamente violados?

Como é que defendem que o trabalhador tenha direito a terra, insumos, e eles mesmos não têm essas coisas? Aqui no Brasil já tivemos vários defensores assassinados, crimes impunes. Tinha até lista de quem seria assassinado em um passado recente. Precisa combater esse mal e, para isso, é necessário a garantia de direitos, com igualdade de condições para fazer o trabalho; ter segurança no local onde mora e atua e o Estado tem o dever de patrocinar isso.

Os desafios que estão colocados são: **capacitação sempre, para as equipes, defensores e protetores, e a constante manutenção com a sociedade local, com vistas a sua evolução e de que forma poderá avançar na defesa de outras pessoas.** Para combater a impunidade e defender os direitos humanos, o defensor ou a defensora terão de ser pessoas com competência e segurança para denunciar e acompanhar qualquer tipo de violência; e o Estado brasileiro terá um olhar diferenciado de parceria com esses defensores. Essas políticas de proteção, programas de testemunhas e de defensores vêm sendo bem conduzidas, em que pese todas as dificuldades, que são muitas. São pessoas abnegadas e é mais uma demonstração de que a sociedade civil organizada é capaz de construir e de melhorar a situação. **Mas, para isso, ela precisa também ser fortalecida e ser reconhecida.**

Eu espero que o novo governo – com os diversos braços na construção da redemocratização – tenha um olhar para essa sociedade organizada. Espero que o protagonismo da sociedade civil no Brasil seja olhado com mais respeito; esse segmento que não deixa a peteca cair em momento nenhum; seja na ditadura, na repressão, na desconstrução do Estado democrático, ela reage.

Eu espero que a gente avance nessa construção e que se olhe e acompanhe com respeito, com dignidade. Precisamos trabalhar a dignidade do nosso povo; **trabalhar essa questão da cidadania porque cidadania não se dá a ninguém; todos são cidadãos, mas é necessário que se fortaleça, que se valorize esse lutador.**

Fagner Jandrey

Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)



Meu nome é Fagner Antônio Jandrey, 39 anos, sou catador de materiais recicláveis.

Desde 2004, faço parte do Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Atualmente moro em Porto Alegre e estou na Secretaria Estadual do Movimento.

Nossa luta é para que, primeiramente, os catadores e catadoras sejam vistos como gente, como seres humanos que são, pois a sociedade nos marginalizou e invisibilizou. Daí por diante, lutamos por todos os direitos humanos. Hoje, graças a todos esses anos de luta, conseguimos fazer com que esse reconhecimento seja uma coisa presente na agenda da nossa sociedade, porém temos muito ainda o que mudar para que de fato nosso povo tenha reais direitos humanos, com justiça e igualdade social.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

O processo eleitoral foi só mais um capítulo da manifestação desta ideologia do ódio, da manutenção dos privilégios, do pensamento único e totalitário, da intolerância religiosa, sexual, cultural. Enfim, todos os que não comungam com essa forma de pensar e agir são enquadrados como potencial ameaça. E isso criou uma atmosfera muito perigosa, não só para os defensores dos direitos humanos, como para toda população que não concorda com essa ideologia do ódio e intolerância. **Por outro lado, acredito que serviu para vermos o quanto temos trabalho pela frente para de fato construir uma cultura de paz e um imaginário emancipador em nossa sociedade. Serviu também para conseguir uma ampla unidade que há muito não se via no país.**

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Estarmos cada vez mais próximos, unidos, unidas, unides, exercendo a solidariedade na prática e não só nos discursos, construindo pautas comuns e se somando nas lutas por uma sociedade mais justa, realmente democrática, livre, que cuide dos nossos bens naturais, compreendendo o ser humano como um deles, não o mais importante.

O diálogo, o estudo, a busca pela compreensão da realidade, o autocuidado, a solidariedade de classe. Mas, principalmente, o diálogo permanente para poder lidar com as diversas situações que surgiram e surgem com este novo cenário que estamos vivendo de uns tempos pra cá.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Os direitos humanos nunca foram tão violados quanto nestes últimos anos no Brasil. Na verdade, desde o início de nossa história, eles sempre foram uma luta, que ora conseguimos avançar mais, ora menos, mas nunca foram plenos, pois ainda vivemos sob o jugo de uma sociedade estruturada na dominação e exploração. Acredito que a única forma de fortalecer a democracia é aprofundando-a, fazendo que a sociedade tenha real poder de decisão sobre as coisas, para que possamos mexer nos privilégios dos que estão nos cargos de poder. Porque é muito bonito falar em justiça social, combate às desigualdades, enquanto eu sou uma pessoa que recebo mais de 30 mil por mês e a grande maioria da população sobrevive com migalhas.

Outro aspecto importante é conseguirmos manter, estruturar e ampliar políticas públicas que garantam o avanço na conquista dos direitos humanos para toda a população.

Fernando Pigatto

Fórum em Defesa do Direito Humano à Saúde



A militância da gente começou na década de 1980, nos grupos de jovens, na Pastoral da Juventude, nas Comunidades Eclesiais de Base. Depois a gente acabou também indo pro movimento estudantil, associação de produtores, associação de moradores e entidades comunitárias, e, também, atividades de assessoria parlamentar e também em governos. Hoje eu presido a Federação Gaúcha de Uniões de Associação de Moradores e Entidades Comunitárias (Fegamec), que é filiada à Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores), entidade que eu represento no Conselho Nacional de Saúde, do qual sou presidente.

Já tivemos várias atividades representando o Conselho e atuando na questão dos direitos humanos desde o início da nossa gestão na presidência do Conselho, em 2019. Com a pandemia, a gente teve várias ações de âmbito internacional: estivemos em Genebra, junto com representantes que compõem as relatorias do Conselho de Direitos Humanos na Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando a necessidade de apoio para a defesa das ações de saúde no Brasil.

A gente apresentou denúncias de violações de direitos humanos à saúde, cometidas pelo Estado brasileiro durante a pandemia, e pedimos aos representantes da ONU que o governo Bolsonaro seja responsabilizado.

Também, aqui no Brasil, estivemos na Procuradoria Geral da República, na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), no Congresso Nacional e em outros órgãos que cuidam de defender direitos (ou deveriam cuidar, pelo menos), a fim de exigir que quem cometeu crimes e violou direitos humanos na pandemia seja responsabilizado.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Nós tivemos um processo eleitoral legítimo e validado pelas instâncias brasileiras, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), todos os órgãos da Justiça e as outras instituições da República, a própria sociedade civil organizada, os partidos políticos... Mais de 60 milhões de votantes escolheram o novo presidente da República. E a escolha deste novo presidente vem muito pela defesa da vida que o presidente eleito faz. A gente acredita que isso pode colocar um ponto final num dos piores períodos da nossa história.

Mas foi extremamente difícil tudo isso que aconteceu. Desde antes do governo Bolsonaro assumir, a gente já tinha no Brasil um clima de hostilidade, de intolerância, que veio aumentando e piorou com a sua eleição. **Houve criminalização dos movimentos, a perseguição dos defensores de direitos humanos, ativistas sociais, comunitários, que fazem enfrentamento ao governo no dia a dia.**

Nós, da saúde, sofremos muito. A gente foi perseguido porque defendemos os direitos humanos, a gente teve ameaças. **Pegando um exemplo pessoal meu, na institucionalidade da representação do Conselho, a cada vez que aparecia alguma entrevista minha em algum órgão de comunicação, ou saía alguma coisa nas redes sociais, os ataques eram ameaças, inclusive a familiares, entre outras coisas.** Então a gente foi bombardeado por fake news, quase que diariamente. Mas a gente, desde 2018, vinha vendo que o presidente Bolsonaro era muito explícito naquilo que defendia. E ele, além de estimular o ódio e dizer o que ele ia fazer – que era armar as pessoas e acabar com os ativistas de direitos humanos –, falava coisas do tipo “direitos humanos para humanos direitos”, como quem escolhe quem são as pessoas que podem ser defendidas.

De diversas maneiras, ele tentou se reeleger, agora nesse pleito. Utilizou métodos criminosos, como compra de votos, coação, assédio, perseguição da imprensa, benefícios sociais, que quase virou um estelionato, o orçamento secreto, e outros tipos de violência que são veladas. Hoje, vendo a situação pós-eleitoral, com as pessoas em frente a quartéis, tem um clima de tentar implantar um terror e criar uma situação para

inclusive justificar um golpe militar que ele, Bolsonaro, sempre defendeu. **Então nós, do Conselho Nacional de Saúde, a gente reafirmou sempre, diversas vezes, a nossa posição em defesa dos direitos humanos, até porque, para nós, assim como está garantido na Constituição Federal de 1988 e foi a luta de todo o movimento para a abertura democrática (em que se dizia que “democracia é saúde e saúde é democracia”), a saúde deve ser um direito humano.**

E é por isso que a gente considera que o resultado eleitoral foi favorável a quem defende os direitos humanos e esperamos ter um novo momento no país a partir de primeiro de janeiro de 2023.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Para a gente combater, principalmente as fake news, e toda essa intolerância, esse clima de ódio e perseguição, a gente buscou alternativas para repercutir a verdade, fazer com que a informação verídica chegasse à população. **A gente criou um espaço fixo no site do CNS que reunia todas as notícias corretas que envolviam o Conselho e também a minha atuação enquanto presidente;** fez denúncias para bloquear perfis antidemocráticos que utilizavam redes sociais para disseminar e desinformar as pessoas.

Fizemos com que as nossas redes reafirmassem os posicionamentos do Conselho e que isso também fosse repercutido pelas entidades que o compõem, mas não só.

A gente sempre procurou – e conseguiu, inclusive, durante a pandemia – furar a bolha, como dizem. Dialogar diretamente com a sociedade para além das relações institucionais que a gente teve. Também, desde o início da pandemia, queríamos garantir às pessoas o acesso à informação verídica. Então a gente promoveu lives, promoveu

debates públicos com a participação de pesquisadores, acadêmicos, de diferentes atores e atrizes para discutir o que envolvesse a questão da pandemia, mas sempre com a defesa e o reforço da importância da ciência, dos cientistas, dos direitos garantidos – porque o que a gente viveu foi uma pandemia e o que a gente precisava preservar era a vida.

Tivemos um papel importante também na CPI da Pandemia. Tivemos um grupo de 30 especialistas de diversas áreas fazendo análises sobre todas as situações, de diferentes aspectos dos direitos à saúde e à vida das pessoas, que resultou em uma denúncia internacional e que foi entregue à CPI. Além disso, de março de 2020 a dezembro de 2021, a cada três dias, nós emitimos um posicionamento do Conselho Nacional de Saúde.

A gente entregou, também, ao governo brasileiro, no início da pandemia, junto com a Frente pela Vida, um plano nacional de enfrentamento à covid-19, que, infelizmente, não foi levado em consideração pelo governo federal, **mas muitos estados, municípios, conselhos estaduais e municipais, entidades, lideranças, movimentos e pessoas da sociedade civil como um todo levaram em consideração e isso ajudou a salvar milhões de vidas.**

O SUS salvou milhões de vidas. E nós tivemos uma participação nesse salvar milhões de vidas porque, se nós não estivéssemos atuando e só estivesse agindo o governo negacionista, com certeza, a gente teria um cenário ainda pior do que tivemos. Então a gente cumpriu nosso papel, por mais que a gente tivesse inclusive que se reinventar, para fazer atividades virtuais. Nesse período todo, não paramos de atuar.

A gente teve uma relação aprofundada com o Judiciário, com o Legislativo, com os Executivos estaduais e municipais, com instituições de fora do país, **principalmente a partir da parceria que a gente constituiu com a Organização Panamericana da Saúde.** Essa foi uma grande parceira nossa e que, inclusive, a gente tem uma relação cada vez mais aprimorada, com vários projetos sendo feitos a partir da relação nossa com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e, obviamente, a gente segue nessa toada de enfrentar aquilo que ainda vai ficar, porque não vai resolver tudo no nosso país a partir de primeiro de janeiro de 2023, quando assumiu o novo governo.

Ainda tem muitas coisas pra gente enfrentar no próximo período: desfazer o que foi malfeito, reconstruir aquilo que foi destruído e inovar com aquilo que nunca foi feito. Então os desafios são muito grandes.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu

Existe uma fragilização total da democracia brasileira. Fora que, obviamente, algumas instituições garantiram a manutenção do Estado Democrático de Direito minimamente, por assim dizer, como, por exemplo, para garantir o processo eleitoral. Mas ela esteve sempre por um fio nesse último período. Ameaças constantes ao poder Judiciário, ao poder Legislativo, o pedido de volta de ditadura militar, do fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), da volta do AI-5.

Isso que eram questões esporádicas, deixaram de ser fatos inimagináveis e passaram a ser comuns, como as pessoas que não aceitam perder uma eleição e fazem tudo isso que vem acontecendo [atos terroristas de extrema-direita] e atos na frente dos quartéis. Imagina se fosse o contrário, se Bolsonaro tivesse ganhado a eleição e tivessem grupos de esquerda fazendo algum tipo de protesto, o que estaria acontecendo nesse país. E mesmo que não fosse protesto, imagina se fosse ditadura, intervenção militar, que é isso que eles defendem e que é inconstitucional.

Ainda estamos em tempos sombrios, ainda vamos continuar enfrentando o ódio, lutando contra o fascismo, contra o tipo de negação do direito à vida. O movimento antivacina, por exemplo, foi um movimento fortíssimo, que teve a liderança do ex-presidente e não vai acabar da noite pro dia. **Nós não vamos voltar a ter os índices de vacinação altos no nosso país, como eram antes, da noite pro dia. Isso vai precisar de muita conscientização, de muito trabalho, de muita luta.** Mas a gente resistiu, por muito tempo. A gente continua defendendo os princípios básicos da Constituição. Mas, para isso, a gente ainda vai ter que reverter algumas questões para poder construir um novo país, onde os direitos humanos são respeitados, onde todas, todos e todes tenham condição de viver uma vida digna, numa sociedade menos desigual, mais democrática. E, para isso, precisamos continuar unidos.

Nós temos como tema da nossa 17ª Conferência Nacional de Saúde, inclusive, “A Garantia de Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia. Amanhã vai ser outro dia.” Para trazer poesia, também. Trazer esse lado lúdico que a gente precisa ter – que a gente precisava continuar, seguir em frente. Mas a gente não pode

esquecer tudo o que foi feito, os crimes que foram cometidos contra o povo brasileiro, pelo governo Bolsonaro – por aquele presidente e por quem mais tenha cometido. E a gente tem que fazer com que haja punição, porque uma das coisas que aconteceu no nosso país, infelizmente, foi uma anistia geral e irrestrita, inclusive para quem estava na ditadura militar, para quem cometeu crimes na ditadura militar. Nós nunca passamos a limpo a história brasileira, por mais que a gente tivesse a Comissão da Verdade.

Mas aquilo foi como se nada tivesse acontecido. Não podemos repetir esse erro. Temos que fazer com que os responsáveis paguem pelos crimes cometidos.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Principalmente a gente passa pelo fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Precisamos restabelecer os princípios constitucionais, resgatar o que está escrito na nossa Constituição, consolidar os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da própria saúde, que, depois de 1988, passou a ser considerada um direito humano. Fazer com que a União, os estados, os municípios, respeitem quem atua na defesa dos direitos humanos, porque tudo isso que aconteceu no nível federal no governo anterior foi gerando um desencadeamento de ações de perseguição, discriminação, preconceito, de violência, de morte, de prisão nos estados, nos municípios, nos territórios, nas comunidades. O “liberou geral” pra sair matando, por exemplo, precisa ser revertido.

Obviamente que as instituições precisam passar por essa revisão de conceitos e de ações, mas, também, as próprias organizações e movimentos precisam se fortalecer, buscar autonomia, estruturação, formação de novas lideranças. No caso do movimento comunitário, a gente teve uma grande dificuldade, a gente não tem recurso, não tem estrutura, não tem lideranças novas surgindo – é muito difícil a gente constituir novas lideranças no movimento comunitário –, então a gente precisa investir muito em formações e trabalhar para fortalecer as entidades, todas elas, que lutam por direitos

humanos – e eu considero que o movimento comunitário é um dos movimentos que lutam pelos direitos humanos, assim como eu considero que o **Conselho Nacional de Saúde está na luta pelos direitos humanos.**

Eu acredito que a gente vai estar em um novo momento. Por ter um resultado favorável na eleição, ter um governo que assume uma vontade, e por uma composição que pensa a democracia e o fortalecimento dos direitos humanos como prioridade. Espero que as organizações sejam menos perseguidas, criminalizadas – o bom é que não fossem.

Que nós sejamos atores e atrizes de direitos humanos, sejam entidades, movimentos que atuam na defesa dos direitos humanos. Eu acredito que a gente tem um novo momento para viver. E a gente tem que fazer com que ele aconteça esperando todos os dias.

Getúlio Vargas Júnior

Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)



Eu sou Getúlio Vargas Jr, presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) e faço parte do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), onde a Conam foi reconduzida na eleição que aconteceu agora no final do ano [2022] para mais um mandato. Tomamos posse em dezembro, mas ainda não sei quais tarefas eu vou ter nessa gestão, porque a gente ainda vai debater as comissões em janeiro. Nesse último período, acompanhei o debate tanto do direito à alimentação adequada quanto da Comissão do Direito Humano à Cidade, onde eu estava na coordenação dessas duas comissões.

Depois do processo eleitoral, também representando a Conam, eu acompanhei o Conselho de Participação Social, levando um pouco dessas pautas dos direitos humanos, direito à saúde, direito à cidade, que são onde a Conam tem atuado com mais força nesse último período.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Esse processo eleitoral foi diferente de todos os processos eleitorais que a gente viveu desde a reabertura democrática, da Constituição Federal de 1988, enfim. Um processo eleitoral completamente fora da curva. Foram bilhões e bilhões de reais despejados no processo eleitoral, através do orçamento secreto, do fundo eleitoral, de medidas governamentais que foram editadas já no segundo semestre de 2022, exatamente para incidir no processo eleitoral. Essa violência se deu de uma maneira muito forte no estrangulamento de alguns programas e ações, de um lado, e de outro no fortalecimento e financiamento de algumas políticas clientelistas, que a constituição de 1988 já tinha trabalhado para inibir.

Fora a federação do presidente Lula, que era de oposição, o tamanho das bancadas eleitas nesse processo eleitoral é proporcional aos recursos do fundo eleitoral e do orçamento secreto, então a ordem de quem mais recebeu recurso é a ordem das bancadas que foram eleitas. Mesmo que indiretamente, teve muita compra de votos e isso também incidiu no próprio 2º turno, onde a gente viu a compra de votos, o processo de coação de lideranças, de militantes, de pessoas comuns a votarem nas candidaturas de situação sob o argumento de que do contrário não seriam mais atendidos pelos programas e bolsas em vigor.

Além de uma grande violência, de coação de lideranças que fazem a defesa de direitos humanos, também pessoas comuns – que têm certa dependência desses programas de complementação de renda e de outras ações governamentais – foram coagidas nesse processo eleitoral a darem continuidade a um projeto. E isso gerou uma grande distorção no tamanho das bancadas parlamentares eleitas e quase gerou uma distorção na eleição majoritária. Em muitos estados, essas máquinas elegeram ou reelegeram governadores, senadores, alinhados com essa prática que aconteceu no último período – que foi muito pesada, muitas lideranças foram atacadas. **Diretores da Conam foram agredidos e ameaçados dentro do Uber, com facas, com armas, porque estavam identificados com a candidatura do campo progressista ou com alguma candidatura ligada à defesa da pauta dos direitos humanos.**

As manifestações por conta da eleição também deixam claro o inconformismo desses setores com a retomada do debate dos direitos humanos, de algumas pautas caras que marcaram esse processo eleitoral e que eles não têm concordância. Em Santa Catarina, houve muitas denúncias do movimento comunitário sobre células nazistas, racistas, fascistas, enfim, grupos organizados da extrema-direita completamente contrários às nossas pautas de direitos das comunidades e de defesa de direitos humanos.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

A Conam tem a tradição de não se manifestar em primeiros-turnos. Como a Conam é muito ampla, nacional, tem militantes que atuam independentes ou em diversas correntes políticas de pensamento, a gente, no primeiro turno, sempre tem a tradição de liberar. **Como esse processo estava tão diferente de todos os outros, a gente teve um congresso virtual no final de julho, com aproximadamente mil delegados eleitos em todo o Brasil, e a gente reafirmou o nosso compromisso com a democracia.**

Diferente de outras eleições, a gente já chegou com o indicativo de apoio, com respeito a diretores que, pontualmente, tinham compromissos com outras candidaturas, mas também do campo da oposição.

A gente reafirmou o compromisso com a candidatura que estava alinhada com o projeto democrático popular e de oposição ao Bolsonaro, cujas posturas eram contrárias àquilo que, historicamente, a Conam sempre defendeu. Então, como a gente vai defender candidatos que

apoiaram o teto de gastos que asfixiou o financiamento de políticas essenciais como saúde, direitos humanos, moradia e educação? A gente não podia apoiar quem defendesse a fragilização do Sistema Único de Saúde (SUS) ou o enfrentamento desastroso da pandemia do Covid-19 no Brasil.

A gente também não podia apoiar candidaturas que se opusessem à gestão democrática e participação social. Então não foi uma questão de optar por uma candidatura, mas foi dizer não para um conjunto de bandeiras que Bolsonaro carregava com ele. E a gente identificou que na candidatura – ainda bem – vitoriosa do Lula constavam compromissos civilizatórios. **Não digo partidários, digo civilizatórios, porque ali era um plebiscito entre a barbárie e a civilidade. Naquele momento era o debate entre qual projeto a gente não queria seguir criando no Brasil.**

Então, desde o primeiro momento, eu e outros diretores da Conam já estávamos engajados na construção dessa alternativa para o Brasil. Tudo isso reafirmando a independência e autonomia do movimento comunitário. **O movimento vai cumprir seu papel reafirmando sua independência, sua autonomia, cobrando aquilo que entende que tem que ser cobrado, apoiando aquilo que tem que ser apoiado.**

A gente entende que é um governo de coalizão e que os movimentos, de maneira geral, vão ter um papel muito importante de pressionar o presidente Lula e seu ministério para fazer as mudanças necessárias e reafirmar, mesmo com dificuldades, algumas ideias que são chaves para nós. Por exemplo: Lula está debatendo a questão da construção do sistema de participação social e reafirmou a questão estratégica dos direitos humanos. Para nós, essas são questões que não podem ser retóricas; têm que, na prática, incidir para a melhoria da qualidade de vida. Em especial, para a Conam, a qualidade de vida e as políticas públicas nas comunidades.

A gente vinha de um processo de resistência para não perder direitos. É muito melhor seguir a luta da resistência na perspectiva de poder avançar, em algumas áreas. Em outras, a gente sabe que vai seguir lutando para não ter retrocesso. Mas pelo menos temos um ambiente democrático, de diálogo e de troca. É muito melhor lutar em um ambiente de diálogo do que num ambiente hostil, como foram os períodos dos governos Temer e Bolsonaro, onde se aprofundou essa sanha antidemocrática; um governo que dialogou com o fascismo.

Particpei do Grupo de Trabalho de Participação Social da transição do governo Lula. O próprio Lula se reuniu com a gente e destacou a vontade dele de transformar esse conselho em um espaço permanente e de construir um sistema nacional de participação social, trocar o orçamento secreto pelo orçamento participativo.

É preciso também respeitar e fortalecer alguns conselhos que conseguiram resistir nesse último período – como o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). É preciso avaliar as duas experiências e, na medida do possível, aprimorar e pensar nelas como referências para outras experiências de participação social que vão ser retomadas.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Para a Conam, não existe saúde, direitos humanos, direito à cidade, direito à moradia sem democracia. E tudo isso para nós também é direito humano. Então, se confunde muito: **os espaços para a construção da cidadania só existem num ambiente democrático.** A vitória de Lula não resolve todos os problemas – longe disso –, mas reafirma a democracia, o ambiente democrático, a necessidade de se trabalhar para construir conferências, espaços de discussão. Isso precisa ser traduzido também na construção de peças orçamentárias, plano plurianual, ações efetivas que traduzam todo esse debate no plano nacional de direitos humanos.

Não basta simplesmente a letra fria dos textos, das conferências ou da construção coletiva se isso não se efetivar em políticas públicas. E essas políticas públicas, se não tiverem diálogo e participação, podem ser importantes, mas se tornam pouco efetivas.

Acho que a vitória do Lula é muito boa para a democracia e precisa, agora, ser acompanhada de medidas efetivas que garantam a transversalidade, que isso se transforme nas políticas públicas necessárias. Ter um sistema nacional de participação social que possa garantir gestão democrática, que possa garantir a implementação dessas políticas públicas,

dialogando com as demandas dos movimentos históricos, dos novos movimentos, envolvendo pessoas que querem ajudar de alguma maneira, mas não estão nos movimentos tradicionais ou não estão organizadas, compreendendo também a nossa grande diversidade.

Existem pessoas que estão nas periferias, não têm acesso a uma rede de internet estável, então têm que ser encontrados mecanismos e formas de participação que consigam interagir com essas pessoas que querem participar e não possuem oportunidade. Isso também é garantir direitos humanos e democracia. Democratizar o acesso para todos e todas, garantir mecanismos que democratizem o acesso à participação. Então, quando se abrem novas frentes, novas oportunidades, como o governo federal está anunciando que fará no próximo período, é importante ter esse olhar de inclusão e transversalidade e que os diversos segmentos possam fazer parte desse mosaico tão bonito que são os movimentos sociais, a diversidade da nossa população.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Eu acho que o Lula terá muita dificuldade – não por ele, mas pelo outro campo – mas agora é um momento de pacificar. É um momento de construir bandeiras que garantam a unidade. Pode haver divergências na democracia, mas não pode haver violência. Para mim, o principal desafio é superar essa violência política do último período: famílias divididas, movimentos terem tido rachas de pessoas que pensam e atuam de maneiras muito diferentes. Então eu acho que o primeiro desafio, nesse pós-eleição, é criar um pacto mínimo de unidade na nossa sociedade. Acho que é um momento de construir juntos, de superar essa divisão.

A gente tem um trabalho muito grande de reconstruir o Brasil depois da pandemia, depois dos problemas que a gente vem tendo desde 2016, com o “lavajatismo”, o golpe... Esse é o momento de superar isso e de apostar na unidade, na construção coletiva sem revanchismo.

A gente vai precisar de todo mundo que quer reconstruir o país, inclusive para retomar uma maioria democrática. O processo eleitoral mostrou que praticamente metade dos eleitores preferiu votar em uma candidatura fascista porque tinham algum nível de discordância com as candidaturas progressistas. Eu acho que a gente tem que reafirmar alguns valores de civilidade, de democracia, de defesa dos direitos humanos e de garantia de direitos essenciais, para que o próximo período seja melhor, porque, se não, a gente vai estar sempre com essa faca do totalitarismo no pescoço.

A gente tem que aproveitar esse próximo período para reestabelecer alguns marcos democráticos e deixar claro que algumas coisas, como os direitos humanos, direito à saúde, e outras questões, que são inegociáveis e que, independentemente de quem seja a presidenta ou presidente, isso não pode ser questionado. Não se pode ter como alternativa o fascismo porque as alternativas do campo democrático não são aquelas que a gente mais gosta. Então eu acho que o grande desafio é isso: fazer um grande pacto pela unidade do Brasil em torno de bandeiras essenciais, e que tenham a bandeira dos direitos humanos como uma grande qualidade.

A democracia, os direitos humanos, o direito à saúde, as políticas essenciais não podem ser vistas como políticas de governo. Elas têm que ser tratadas como políticas de Estado, porque, assim, nós teremos a segurança de que, talvez não tenham avanços, mas não tenham retrocessos civilizatórios como esses que marcaram o período de 2016 pra cá. Então a gente precisa superar essa instabilidade. E isso só faz com um acordo que transcende a questão do governo federal, que passa por um pacto com a sociedade, com o parlamento, com setores importantes da sociedade, com os movimentos organizados.

Giuliano Galli

Instituto Vladimir Herzog / Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores



Meu nome é Giuliano Galli, tenho 34 anos, dos quais 14 foram dedicados à luta pelo direito à liberdade de expressão, que é um direito humano consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948.

Atualmente atuo no Instituto Vladimir Herzog, uma organização da sociedade civil sediada em São Paulo, que, entre outras coisas, luta pelo direito de jornalistas e comunicadores poderem atuar de forma livre, independente e segura em todo o Brasil.

Nesse sentido, eu sou um dos fundadores da Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores, iniciativa que, desde 2018, congrega ativistas de todo o país que, juntos, concebem e implementam ferramentas de proteção e formas de valorização do trabalho de jornalistas e comunicadores, especialmente aqueles que atuam em regiões de conflitos, e que denunciam atos ilegais, como a exploração descontrolada de recursos naturais, abusos de poder público, entre outros.

Por fim, vale destacar que eu atuo pelo direito à memória, à verdade e à justiça, especialmente quando diz respeito a crimes cometidos por agentes do Estado durante a ditadura militar e, posteriormente, repetindo a mesma postura autoritária contra jovens pobres, pretos e periféricos de diferentes regiões do Brasil.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

O processo eleitoral de 2022 foi, sem dúvida nenhuma, depois do processo de redemocratização do Brasil, o mais violento, degradante e perigoso para os defensores dos direitos humanos no país. A gente conviveu, de uma forma absolutamente sistemática, com casos de abuso de poder financeiro, poder político, ataques a jornalistas e comunicadores, com ameaças a ativistas de diferentes campos dos direitos humanos e, como se isso tudo não bastasse, convivemos ainda com tentativas incessantes de descredibilização do próprio processo eleitoral em si.

É inacreditável perceber que, ainda jovem e, em diversos momentos, por linhas tortuosas, a democracia brasileira felizmente sobreviveu a esse processo que hoje tinha tudo para dar errado. Mas acho que essa vitória no processo eleitoral não pode, de forma alguma, provocar

algum tipo de engano na sociedade. Isso só aconteceu porque houve, entre outras coisas, uma atuação de organizações da sociedade civil absolutamente valente e um compromisso surpreendente de representantes do poder Judiciário com a isonomia do processo eleitoral.

De qualquer forma, me parece absolutamente claro que, enquanto Estado, o Brasil precisa fortalecer diversos de seus organismos e promover uma série de transformações de seu ordenamento jurídico para que o próximo processo eleitoral não flerte o tempo inteiro com o desastre que as eleições de 2022 quase trouxeram para o nosso país. Então há, certamente, um longo caminho a ser percorrido e há muito o que se fazer pela sociedade civil, mas também por aqueles que hoje ocupam os cargos do poder público.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

O Instituto Vladimir Herzog, durante esse processo eleitoral, se dedicou de forma absolutamente restrita em contribuir com a realização de eleições íntegras, democráticas e seguras. Entre as nossas diversas iniciativas nessa linha, **eu destaco a participação na campanha “A Democracia Pede Socorro”,** que juntou dezenas de organizações da sociedade civil para fazer com que as plataformas digitais se comprometessem a desenvolver formas concretas de combate tanto à desinformação quanto ao ódio, que assolaram o processo democrático anterior, e me parece que, ainda que a atuação dessas plataformas não tenha sido a ideal, houve algum avanço, algumas conquistas que certamente tiveram a atuação da sociedade civil como responsáveis.

Além disso, a gente intensificou bastante as atividades da Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores, que se articulou com diferentes representantes do poder público

para fazer com que o Estado brasileiro – e não determinado governo – se comprometesse a adotar iniciativas para coibir ataques e, mais do que isso, investigasse os ataques efetivamente realizados contra profissionais da imprensa que se dedicaram à cobertura do processo eleitoral.

E, por fim, destaco aqui também a nossa atuação dentro do Pacto pela Democracia, um coletivo bastante relevante, que congrega diferentes organizações da sociedade civil brasileira, que denunciou de forma absolutamente permanente os abusos cometidos ao longo do processo eleitoral em seus mais diferentes âmbitos.

Apesar de todos os problemas, se o processo eleitoral acabou sendo realizado de uma forma democrática, íntegra, e a gente pôde ter um resultado proclamado pelas urnas e pelas autoridades eleitorais, isso tem muito a ver com a atuação da sociedade civil e, entre elas, o Instituto Vladimir Herzog.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu

O Brasil vive um momento de avanço de forças conservadoras, e a vitória do presidente Lula não anula isso de forma alguma, pelo contrário: desde a vitória nas eleições, o que a gente tem visto são essas forças conservadoras escalando nas suas tentativas autoritárias e golpistas. E o fato é que elas estão, sim, organizadas e cada vez mais numerosas, mais poderosas, e, por isso, a gente precisa permanecer em um estado de absoluta vigilância e de cobrança, para que as autoridades, em especial a Justiça, atuem, para, de alguma forma, conter essa ameaça, que não é a um projeto de poder ou projeto político – é uma ameaça ao regime democrático. Então o que a gente percebe é que há um grupo bastante numeroso da população que não enxerga na defesa dos direitos humanos uma pauta prioritária, ou sequer necessária para o fortalecimento do Brasil enquanto nação.

E esse é, sem dúvidas, o nosso maior desafio: conscientizar a totalidade da população brasileira sobre o que são realmente os direitos humanos e por quê lutar por esses direitos é algo absolutamente essencial para todo e qualquer cidadão. Além disso, outro ponto bastante importante é que o Brasil, historicamente, lida muito mal com seus processos de violência propagados pelo Estado. Foi assim com a dizimação da população indígena, com a escravização da população negra, com os mortos, torturados e desaparecidos do regime militar, e é assim com todos os jovens pobres, pretos e periféricos assassinados dia a dia ao redor de todo o país. **Então acho que outro desafio – sem o qual a gente não vai conseguir avançar – é fazer com que seja promovida uma ruptura dessa impunidade que é sistêmica e que consagra, em especial, os agentes públicos por trás de todos esses processos de violência que historicamente se repetem no Brasil e continuam se repetindo até hoje.**

Acho que não há fortalecimento da democracia e dos direitos humanos que não passe por uma conscientização da população sobre esses conceitos e porque esses conceitos beneficiam toda a sociedade, da mesma forma, também não há avanço nesse sentido sem que haja uma responsabilização de todos aqueles responsáveis pelos processos de violência que historicamente atingem a sociedade brasileira.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

As organizações da sociedade civil e movimentos sociais são instituições absolutamente legítimas, óbvio, que atuam em prol de causas inquestionáveis e que são fundamentais para o fortalecimento dos direitos humanos e da promoção da cidadania no Brasil. Acima de tudo, precisa haver um reconhecimento da importância desse papel e, posteriormente, a valorização do trabalho realizado por essas instituições. Até porque, historicamente, essas instituições foram diretamente responsáveis por conquistas de direitos que beneficiam até hoje toda a população, e isso não pode, de forma alguma, ser apagado – pelo contrário – é preciso ser valorizado e reafirmado a todo instante.

Mas acho que, mais do que isso, é necessário que o Estado brasileiro, independente dos governos, atente para a necessidade de valorizar e garantir o funcionamento de organizações e movimentos sociais que são, acima de tudo, representações populares, e são instrumentos que garantem a participação de diferentes camadas da população, em instâncias de discussão e de decisão política – espaços esses que antes não eram acessados. O acesso a esses espaços deve-se muito à atuação de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais.

Me parece que um regime democrático sai verdadeiramente forte, efetivo, amplo e plural, quando a população tem ferramentas pra participar direta e ativamente de decisões que implicam na sua própria vida. E a sociedade civil e os movimentos sociais têm um papel fundamental para que isso aconteça. O desafio, então, em primeiro lugar, é reconhecer esse papel, e, em segundo lugar, criar ferramentas para garantir que essas instituições possam seguir atuando de forma combativa, independente, forte, ampla, plural e, acima de tudo, atenta às demandas populares, que são muitas e que são absolutamente insuperáveis para que a gente possa considerar o Brasil um país verdadeiramente democrático como prega a sua Constituição.

Givânia Silva

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq)



Eu não começaria com a chave dos direitos humanos, porque essa não foi a chave que eu entrei e que eu estou e sou da luta. Essa ideia de direitos humanos vai surgindo no caminho, mas a necessidade que se apresenta para os quilombos no Brasil e para as lideranças quilombolas, antes de discutir conceitualmente o que é, é a luta pela vida.

É a luta para se manter vivo. Então essa necessidade de lutar para estar viva se apresenta para mim desde sempre, por ter nascido em um quilombo, no interior de Pernambuco, formado por mulheres. Depois essas terras foram invadidas e nós precisamos lutar constantemente para permanecermos lá, para depois recuperar, reorganizar e retomar essas terras.

No andar de tudo isso é que eu entendo que isso pode ser tratado dentro dessa chave de direitos humanos, mas a chave que me é dada é a luta pela sobrevivência, que é uma luta muito mais na perspectiva antirracista, que não é a perspectiva de direitos humanos. Os direitos humanos nem sempre trazem o tema racial como foco – e a gente precisou trazer esse tema porque é inerente à nossa própria existência. Então é a partir daí que eu me constituo.

Eu sou professora, atuante, militante local desde muito cedo, por essa necessidade. Vivi minha juventude toda ameaçada de morte também por essa luta e, desde então, faço da minha própria profissão e desse contexto da comunidade,

uma bandeira de luta que depois se desenvolve em vários outros processos, tanto no fortalecimento e criação da Conaq, da qual eu sou cofundadora, agora mais recentemente no coletivo nacional de educação, na luta pelo reconhecimento dos territórios quilombolas.

Então é como se essa coisa que vai se criando inicialmente vai depois se desenvolvendo em vários processos. Hoje eu já me vejo como uma defensora dos direitos humanos, mas isso não é algo que eu via, porque eu não entrei reconhecendo “ah, aqui são os direitos humanos!”, até porque os humanos ainda não somos nós, os negros e negras, infelizmente. Essa compreensão de que o que a gente faz é uma luta em defesa dos direitos humanos é mais recente do que a luta inicial para estar vivo, para não ser jogado fora do território, para não perder o seu lugar de origem, a sua relação ancestral com aquele território. Esse é o primeiro aprendizado e o primeiro embate que a gente faz; depois é que a gente vai compreendendo que elas também transitam em outras categorias que são conceituais.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Essa é uma pergunta que eu sempre evitei responder, porque eu queria que essa pergunta fosse feita diretamente a quem viveu intensamente o processo eleitoral em 2022. O ano de 2022 foi um dos anos mais difíceis que eu tive em minha vida. Primeiro, porque eu estava no final de um doutorado, escrevendo a tese. E depois porque eu fiquei quase 6 meses com minha mãe internada.

Eu tinha dois caminhos para fazer: um era ir à escola, chegar e ir ao hospital. Então eu não me envolvi no processo eleitoral. Toda vez que quiseram me fazer essa pergunta eu fugi dela, porque eu acho que quem tem que responder essa pergunta não sou eu. Eu queria que respondesse alguém que estava no front, coisa que eu não estive em 2022, por essas circunstâncias que eu coloquei.

Não só no processo eleitoral, mas essa ideia de alguém que se posiciona e que defende a vida, seja o local onde ela estiver, é sempre uma ameaça e é sempre uma tensão. Quando chega no processo eleitoral, essa pressão só aumenta. Não é que ela nasce, ela já está dada pelos embates desse processo de colonização e de dominação de onde nós não saímos, desde o início da nossa história. **Então esse lugar da gente querer falar sobre política, sobre mulher negra querer ser candidata, mulher trans querer ter voz, homens gays e mulheres lésbicas quererem falar por si nos espaços de representação, é óbvio que isso gerou muito mais tensão.**

No campo dos movimentos sociais, essa tensão não é de 2022. Ela é permanente, ela só piora. É parecido com a análise que eu faço sobre a Covid-19 – as pessoas perguntam muitas vezes para mim o que a Covid-19 trouxe pros quilombos, e eu falo que ela trouxe o que trouxe para o resto do mundo, porque, na verdade, os quilombos já estavam em desvantagem quando a Covid-19 chegou. Então não foi a Covid-19 que nos impediu de ter energia elétrica, de ter saúde; não foi a Covid-19 que fechou as escolas, isso já estava dado.

Mas, há o fato das crianças das comunidades não terem acesso à internet. **Quando passou a ter ensino só remoto, é óbvio que foi ruim, piorou. Mas é porque eles já não tinham internet, não foi a Covid-19 que tirou a internet. Então no caso nosso, do campo das comunidades quilombolas, 2022 só foi a piora do que já acontece historicamente.**

Em 2018, nós publicamos uma pesquisa mostrando que, em 2018 e 2017, aumentou o número de assassinatos de lideranças quilombolas em 360%. Então nós chegamos em 2022 com um saldo já muito horrível. O que a gente viu foi que isso que já está dado para determinados grupos acentuou ainda mais também para outros grupos, quando eles tentaram sair desse lugar petrificado, colonizador, imposto pela nossa história. Então acho que, quem foi para o front, efetivamente, não foi só violentado de uma forma, foi violentado de várias formas. E muitos desses já vinham, só que eram violências muito silenciadas; 2022 foi a revelação das violências que acontecem no nosso país desde o início da sua história.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

A Conaq ainda é um movimento muito novo nesse debate. Os quilombos passaram a ser agentes de políticas públicas em 2003. Então nós só vamos completar 20 anos como agentes de políticas públicas em 2023.

Em 2022, é que chegou esse governo – não sei nem se a gente comete um equívoco na língua portuguesa quando a gente chama o governo de Jair Bolsonaro de governo, talvez a gente esteja, como diz Ariano Suassuna, assassinando a língua portuguesa – e essas coisas pioraram.

A Conaq tentou levantar e apresentar vários nomes, que não tiveram êxito. Mas a Conaq não tem ainda uma estratégia. Nós não somos uma ONG, nós somos um movimento ainda muito de base. Tivemos que sair desse lugar de base, por todas as circunstâncias dos últimos tempos, para também pôr a nossa voz diante de alguns cenários.

Mas não teve uma estratégia construída, programada, planejada. Nós não fizemos isso – nós sobrevivemos do jeito que deu. Nós somos cerca de 6 mil quilombos em todo o **Brasil, então imagina o que é isso em um universo negro, onde as pessoas negras padecem de menor poder de capitalização.** Tudo isso influencia na hora de fazer uma estratégia. Vamos fazer uma estratégia pra cumprir com o quê?

O que se manteve muito entre a gente foi o nosso poder de incidência junto aos poderes constituídos, tentando mobilizar as bases para que elas também fizessem determinados enfrentamentos locais. **Mas é muito diferente quando se fala de uma ONG e quando se fala de um movimento tão plural como os quilombolas.** Mas, de tudo isso, eu diria que a gente sobreviveu. A gente tá vivo. E nós tivemos muitas perdas na Covid-19, tivemos enfrentamentos jurídicos, judicialização de vacina. No processo eleitoral, nós não estávamos em foco porque nós não ameaçávamos nenhum poder. Talvez isso tenha feito com que a gente atravessasse esse ciclo e tivesse vivo hoje para tentar continuar vivendo.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Primeiro, eu acho que a gente não pode abrir mão, em hipótese alguma, de lutar por essa jovem democracia. Ela é jovem, ela é nossa, ela é cara, ela ainda não é plena, mas é o que temos e não podemos perder. Em relação aos direitos humanos, eu sou talvez um pouco crítica a quem são os humanos que os direitos humanos têm buscado tomar para si. **E me parece que esse é o desafio: fazer uma releitura dos direitos humanos para enxergar aqueles que ainda nem chegaram no lugar de humanos, aqueles que ainda nem foram humanizados e humanizadas, para, então, a gente trazê-los também para a luta em defesa da democracia.**



Então para mim esse é o grande desafio: esse encontro dessa democracia que ainda não é para todos, mas que nós precisamos salvar, e encontrar humanidade nesses que ainda não foram tratados como humanos e trazer para esse campo da luta em defesa da democracia. Mas essa luta tem que chegar para eles, senão eles nunca vão se sentir parte também. Senão eles não vão lutar. **Ninguém luta pelo que não conhece.**

E muitos dos nossos – eu estou demarcando um campo, estou falando das pessoas negras, como elas são tratadas nessa sociedade – nós ainda não somos humanos dos direitos humanos, na sua integralidade. Então eu acho que esse encontro é importante para que a gente possa tanto ampliar essa leitura do que são os direitos humanos quanto fortalecer a democracia.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

A gente está saindo desse período de trevas do Jair Bolsonaro com muito mais preocupação porque o bolsonarismo, como uma crença, também chegou nos movimentos sociais. Nós vimos pessoas de movimentos sociais, de universidades, que estudaram, que não estudaram, intelectuais, artistas, grandes nomes famosos da nossa história, da nossa sociedade, defendendo essa ideia tosca.

Então isso para mim é a grande questão: como é que a gente, agora, em tempo recorde, começa a desmontar essa ideia e traz a ideia de que movimento social não é vandalismo, não é terrorismo. O que aconteceu em Brasília [os atos extremistas de direita em janeiro de 2023] é pra gente pensar. Eu não tenho uma receita, mas o que eu enxergo é: **nós vamos ter que sentar, de forma mais organizada, as principais lideranças dos movimentos sociais brasileiros, pra fazer uma releitura do que é movimento social. Não dá pra gente considerar terrorismo como movimento social. E é o que muita gente, às vezes, equivocadamente coloca.**

Então o grande desafio para nós vai ser descobrir como recuperar o que são os movimentos sociais, tirando-os desse bojo do vandalismo e do terrorismo fascista.

Eu continuo acreditando que uma sociedade só vai recuperar valores, só vai recuperar sua normalidade, mas também reduzir desigualdade e não matar as pessoas pela cor da sua pele, pelo seu cabelo ou pela sua identidade de gênero quando esse país também tiver a coragem de mexer em questões estruturais como o racismo. **Nós não vamos fazer direito humano nenhum sem combater o racismo. Não existem direitos humanos sem combate ao racismo.**

Gustavo Coutinho

Associação Brasileira de Gays,
Lésbicas, Bissexuais, Travestis,
Transexuais e Intersexos (ABGLT)



Sou Gustavo Coutinho, baiano, do sertão, advogado, professor de direitos humanos. Comecei minha trajetória como estagiário de Direito do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia, uma política pública do governo do Estado, que era um espaço também que funcionava como apoio para diversas organizações da sociedade civil.

Desde então, passei a integrar coletivos, grupos, inclusive com trajetória no movimento estudantil. A partir disso, me integrei aos movimentos de direitos humanos, movimento LGBT e, hoje, trabalho com Litígio Estratégico, incidência internacional.

A ABGLT surgiu em janeiro de 1995, a partir da necessidade constatada pelos grupos fundadores de se construir uma entidade que desse corpo e sistematizasse as nossas lutas em território nacional. Somos a rede mais antiga do Brasil e também a maior da América Latina e Caribe, com cerca de 238 organizações afiliadas em todo o país.

Nós também participamos de diversos momentos na construção dos direitos LGBTQIA+ no Brasil, como as defesas no Supremo Tribunal Federal, tanto do casamento entre pessoas do mesmo sexo, direitos de pessoas trans, e a própria criminalização da LGBTQIA+fobia e também na construção de políticas públicas, a exemplo do Brasil sem Homofobia.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

O processo eleitoral de 2022 eclodiu uma série de violências e ataques ao Estado Democrático de Direito, que já estavam sendo construídos há muito tempo no nosso país. E parte dele também é o ódio contra a população LGBTQIA+. Nós, desde o processo eleitoral, temos sido alvo desse setor conservador e reacionário, alvo preferencial de fake news, e, inclusive, de ataques a nossa vida e a nossa integridade física. **Nós avaliamos que esse setor se organiza primeiro em um braço econômico que é muito marcado por uma política neoliberal de destruição do patrimônio público, mas também sobre uma política de pânico moral que é muito forte e que tem a população LGBTQIA+ como um dos seus alvos preferenciais.**

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Nós nos opusemos frontalmente ao governo Bolsonaro desde o seu início, inclusive nos retiramos dos espaços de construção, como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, por entendermos que eles não eram mais legítimos na medida que tiveram o seu escopo, sua capilaridade e sua capacidade esvaziadas pelo governo. **Mas, também, nos preocupamos com a formação política das nossas bases e com o fortalecimento institucional das organizações para a atuação em seus territórios.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Em que pese os atos terroristas e antidemocráticos que tentaram instaurar um golpe no Brasil, nesse início de janeiro de 2023, início do governo democraticamente eleito, **nós temos uma nitidez de que a democracia não se faz dos tijolos do Palácio do Planalto.**

Se faz, sobretudo, da nossa vontade popular de construir – e de reconstruir – o Brasil. No entanto, para além de reconstruir e reconstituir um espaço de Políticas Públicas que foi destruído e atacado nestes últimos quatro anos do governo Bolsonaro, nós precisamos também avançar e precisamos vencer alguns debates na arena pública que não vivenciamos até hoje. Como, por exemplo, debater sobre as milícias, falar das violências no campo, falar dos direitos da população LGBTQIA+, direitos sexuais e reprodutivos, direitos das mulheres, demarcação de terras indígenas, entre tantos outros.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Para além dos desafios de fortalecimento e sustentabilidade institucionais, temos um grande desafio que é intensificar a nossa luta e a nossa presença nos territórios, inclusive para uma verdadeira reconstrução democrática desses horizontes. **Pensar em uma política que seja ampla, no sentido de atender às necessidades das nossas populações nas capitais e nos interiores.**

Heliana Hemetério

Rede Candaces de Lésbicas e Bissexuais Negras / Articulação de Mulheres Negras Brasileiras



Eu me chamo Heliana Hemetério, sou uma ativista que inicio minha vida no movimento negro, no Instituto de Pesquisa da Cultura Negra do Rio de Janeiro (IPCN).

Depois, com outras amigas, nos juntamos para sermos ativistas somente com mulheres negras porque o movimento negro não trazia – e até hoje não traz – as pautas importantes para as mulheres negras: os direitos sexuais e reprodutivos, a paternidade irresponsável, as violências e como o racismo incide sobre mulheres negras diferentemente de como incide sobre os homens negros.

O debate de gênero e raça ainda é muito ínfimo no movimento negro, que tem características, ainda, de debater o racismo no viés político; e as mulheres negras precisavam debater isso de outra maneira. A minha percepção é que o movimento negro não debate orientação sexual, identidade de gênero e as questões relativas às mulheres negras, já citadas. Então eu fui para o movimento de mulheres negras, fiz parte do Fórum de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e elas não debatem orientação sexual e identidade de gênero.

Fui para o movimento feminista, onde o debate sobre racismo não existe, principalmente na questão do protagonismo, assim como o debate das lésbicas. Mais tarde, me aproximo do movimento LGBT e percebo que esse também é um movimento masculino, branco e de classe média e eles, novamente, não

debatem o espaço das lésbicas, sejam elas brancas ou negras. Então, é a partir disso que eu começo a fazer as minhas elaborações. Não sou uma mulher acadêmica, mas me considero uma intelectual negra. Sou uma mulher que leio muito e elaboro sempre sobre tudo que eu leio.

Hoje, sou articuladora nacional da Rede Candaces de Lésbicas e Bissexuais Negras. A rede tem esse papel porque, em 2007, durante o Senale (Seminário Nacional de Lésbicas), passamos um momento constrangedor, um fato racista e, ali, nós, lésbicas negras presentes no seminário, construímos o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras e onde, mais tarde, devido a questões pessoais e políticas, um grupo sai e constrói a Rede Nacional de Lésbicas Negras, passando a se chamar depois Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras. Hoje, sou conselheira nacional de saúde pela Rede Candaces.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Nunca ficamos tão vulneráveis quanto no governo do Bolsonaro. Confesso a você que, como uma defensora de direitos humanos, pela primeira vez fiquei preocupada com a minha vida porque Bolsonaro deu um sinal verde **que nos colocou nesse lugar de “matáveis” – as mulheres, os negros e LGBTs – e eu estava inserida em tudo isso. Sou uma mulher negra, lésbica, então, estou entre os “matáveis”. Sem contar a intolerância religiosa.**

Esse foi o pior período da minha vida. Tenho 71 anos e eu ousou dizer que nem a ditadura foi tão ruim quanto esse período. Na ditadura, nós sabíamos que estávamos na linha do tiro, da morte. Mas esse governo se colocou de maneira subliminar: a morte da juventude negra sem resposta; a perseguição à comunidade LGBT, às pessoas de religião afro-brasileira, à população em situação de rua; a morte dos ribeirinhos. Tudo foi franqueado: podem matar à vontade porque estamos aqui para garantir. Porém, não podemos colocar somente na conta do governo.

Essas pessoas que sempre nos consideraram “matáveis” existem há muito; não apareceram agora. Sempre foram racistas, LGBTfóbicos, misóginos, apenas não tinham espaço.

Eu estou muito preocupada porque temos uma população pobre que se pensa representada pelo governo [Bolsonaro], com a influência de igrejas neopentecostais absurdamente poderosas. Como vamos lidar com isso?

No meu lugar de defensora de direitos, sempre devo pensar o que vou falar, quando estou em palestras. Nós estamos sofrendo perseguição. Aí você conversa com pessoas negras que dizem: “não quero PT, PT é ladrão”. Não conseguem perceber que estão na linha de tiro, que são a população direcionada para a morte, para a subalternidade. A gente, que volta agora ao governo, tem uma responsabilidade seríssima; vamos ter que trabalhar muito, levando em consideração que temos pessoas de matizes africanas, LGBT, mulheres, que votaram em Bolsonaro, mesmo ele mandando matar.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

A Rede Candaces, que é da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e da Rede de Mulheres Negras Latinoamericanas, Caribenhas e da Diáspora, vem trabalhando com a base, sempre. Nós, da Candaces, acabamos de construir, com duas entidades estaduais da Bahia, a Escola de Formação Heliana Hemetério, trabalhando com a base.

Não tem outro caminho a não ser a esquerda voltar para a base, buscar um diálogo com as mulheres negras, principalmente as neopentecostais, pessoas desesperançadas.

Na minha experiência, como pesquisadora, você chega numa igreja dessas e eles apresentam para você um Deus que tem um projeto e é ele que está “guardando um lugar” para você; é ele que vai ajudar você a usufruir de um momento melhor de vida; basta que você acredite nele.

Por isso, as igrejas neopentecostais, algumas igrejas “de portinha”, têm um acolhimento: se eu chego com fome, oferecem cesta básica; se digo que meu filho é drogado, oferecem um grupo de oração que me acolha e ajude a tirar meu filho da droga.

A igreja Católica não faz isso; ela continua na sua identidade para a classe média e, para os pobres, oferece o reino dos céus. Em contrapartida, as religiões afro brasileiras apresentam o orixá como presença de ancestralidade que tem como exemplo o “caminhar conosco”. O papel dos orixás é estar na nossa vida para nos fortalecer e dar respostas a essa vida; e não nos promete nada.

Você terá um orixá sempre, não um orixá de merecimento, seja você bom ou ruim; você tem o livre arbítrio. Enquanto que nas igrejas neopentecostais você pode descansar porque esse “Deus maior” vai trazer a resposta. Como vamos trabalhar isso? Como construir uma maneira de chegar a essas mulheres neopentecostais, respeitando sua crença, mas mostrando que ela é uma mulher negra, subalterna, pobre, por conta de uma estrutura de sociedade racista?

Dentro do grupo que temos aproximação, temos falado disso: o que é fé em Deus? E que Deus é esse? E a gente traz toda a história da colonialidade: como chegamos aqui como povo escravizado, como nossa identidade e a nossa crença foram retiradas e nos oferecem um Deus que veio da Europa, um Deus branco. Eu tenho fé em um Deus que me protege, que não me julga, que não me obriga a perdoar um marido que me bate, que me estupra. **É um diálogo difícil, mas estamos conseguindo fazer. Da mesma maneira que temos conversado com as mulheres negras, em geral: “vocês são hétero, trazem o debate do racismo que coloca vocês em vulnerabilidade; mas a lesbofobia, a transfobia de vocês nos mata; vocês precisam entender que estão na linha de tiro dos brancos, porque são negras e nós, além da linha de tiro dos brancos, estamos na linha de tiro de vocês porque são negras e hétero e nós somos negras lésbicas, bissexuais, transexuais”.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Para o fortalecimento dos direitos humanos, o combate ao racismo é prioritário; é a primeira linha do debate. Eu quero ver como o novo governo vai se relacionar com o racismo – inclusive um governo que continua sendo, majoritariamente, branco e de homens. Eu e meus pares – mulheres negras, bissexuais, travestis e hétero – não temos dúvida de que a esquerda é branca, racista, misógina e lesbofóbica.

Mas entendemos que precisamos estar na luta. Não haverá democracia se não houver combate ao racismo. Isso é uma pauta inegociável, como também é inegociável a pauta LGBT. Não podemos ser o segundo país do mundo a matar mulheres trans; não podemos continuar a ter um 8 de Março se não se coloca ali a morte de mulheres trans, bissexuais e lésbicas. É impossível ter um debate sobre feminicídio sem discutir isso. Não podemos ter governos de esquerda que naturalizam a atuação das polícias que exterminam jovens negros. Quer coisa mais racista do que essa? É inadmissível. Então estamos atentas para este governo – que nós votamos, queremos, vamos trabalhar, vamos torcer – mas, sabemos que ele não vai dar conta. Dois ou três ministros negros não vão resolver o racismo.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O desafio nessa área de defensores e defensoras de direitos é a garantia da sua vida. Tem que ter uma política muito séria para defender os defensores e defensoras. Isso tudo está acabado. **Eu poderia citar várias companheiras quilombolas, ribeirinhas, que atuam nas capitais, ameaçadas de morte. É preciso ter um olhar, de fato, para defensores e defensoras; entender o papel que nós temos e como devemos ser protegidos.** Na realidade, a gente nunca conseguiu ter uma política de defensoria de defensores de direitos humanos.

Sobre as organizações e movimentos, eu diria que a gente tem que estar juntos o tempo todo, ter uma articulação muito maior. **Não dá para discutir racismo sem discutir trabalho, saneamento básico, violência e outros temas, sem uma articulação ampla, irrestrita. Como sensibilizar os outros movimentos? Por exemplo, eu acompanho a Camtra (Casa da Mulher Trabalhadora) há anos. Eu nunca vi nenhum sindicato apoiar a Camtra; nunca vi sindicatos com dinheiro terem uma pauta sobre a mulher trabalhadora na perspectiva de gênero.**

Os movimentos continuam se movimentando a partir do seu umbigo, principalmente os sindicatos. Eu tenho um pouco de antipatia pelos sindicatos porque eles não fazem uma pauta diferenciada; nunca trazem a defesa das mulheres, mulheres negras, LGBTs, mulheres em



situação de rua. **Eles estão sempre pensando na pauta que tem a ver com eles, com o grupo de trabalho que eles defendem. Isso é uma falha na questão dos defensores.** Outro exemplo: eu nunca vi o movimento de mulheres ter uma pauta ampliada e colocar a mulher doméstica. **Toda hora aparecem casos de mulheres de 80 anos que viveram pelo menos 50 deles escravizadas. Ou a gente vai interagir, buscar uma interlocução, ou não dá. A gente tem que mudar isso:** há os que falam e “os outros”. Não tem nada de outros; cada um fala à sua maneira, traz a sua demanda. E esse é um desafio: o reconhecimento da fala do outro.

Sou uma mulher de 71 anos e passei minha vida de militância a “chutar portas”. Primeiro, no movimento de mulheres, chutar a porta e dizer: “somos mulheres negras, temos especificidades”. Depois, dizer: “somos mulheres lésbicas e transexuais”. Depois dizer: “estamos em todos os lugares”. Não existe movimento social onde não estejam mulheres, negras, lésbicas, bissexuais, de várias religiões. Ou a gente entende isso de uma vez por todas, ou a turma que está chegando agora vai ter as mesmas demandas. Ou olhamos para nós e para nossas discriminações, as nossas dificuldades em lidar com o outro, ou não haverá solução. **Ou esses homens brancos e teóricos – que continuam permeando o debate, que continuam em lugar de privilégio – param com esse discurso e se colocam disponíveis para mudar a sociedade ou outra virá em meu lugar, daqui a 10 anos, para falar o mesmo que eu estou falando.**

Precisamos dizer: “sou racista, mas quero estar na luta antirracista. Como vou estar nesta luta e perceber meu racismo? Como vou perceber minha lesbofobia, transfobia, bifobia? Como vou olhar para a população de rua? Como vou olhar para a que é de candomblé, de umbanda, pentecostal?”.

Tenho que olhar para todas, perceber porque não gosto e perceber em que momento eu e você – como duas mulheres negras – estamos alinhadas; perceber como estamos alinhadas, apesar de você ser uma mulher branca e eu ser uma mulher negra, porque temos coisas em comum. Existia uma oficina que, lamentavelmente, o movimento feminista perdeu, que se chamava Linha da Vida.

Era exatamente isso: em que momento nós nos encontrávamos, num projeto comum de vida. O movimento feminista parou de fazer isso e nós precisamos retomar porque eu preciso saber que, apesar de ser negra, lésbica e hoje uma mulher idosa, eu tenho a ver com você que é branca, hétero, mas temos coisas em comum, como mulheres, e é a partir do que temos em comum que vamos construir uma sociedade e transformar isso que chamamos de diferença em especificidades. Todo dia vem uma pauta. **Mas uma pauta de quê, se a gente não se coloca no papel da reformulação, se a gente não se coloca no papel daquela outra que não somos nós?** Lula ganhou, vamos trabalhar pra chuchu porque a ultradireita não vai dar mole para nós porque eles sempre existiram e ganharam asas nos últimos quatro anos.

Eles vão perrengar o tempo todo e vão construir candidatura para daqui a quatro anos. E nós, da esquerda, não podemos colocar Lula como candidato, com 80 anos, porque ele tem direito ao descanso. Lula veio agora com o resto de fôlego, um homem de 76 anos, que merecia estar descansando e está vendo suas últimas energias sendo sugadas, à frente deste país caótico, acabado, negativado por energias ruins. Não foi justo com Lula. **A esquerda nem se preocupou em achar outro nome e eu quero ver se nos próximos quatro anos teremos um nome para dar continuidade ou se a gente vai voltar para os amigos do Bolsonaro, que não dormirão.**

lêda Leal

Movimento Negro Unificado (MNU)



Meu nome é lêda Leal, tenho 57 anos. Sou uma mulher negra, de 1,70m, corpo magro, gosto de pintar meus lábios de vermelho, meus cabelos são grisalhos e meus olhos castanho-escuros.

Sou pedagoga e trabalhei nas séries iniciais, como alfabetizadora. Saí da universidade em 1988, com o objetivo de ajudar na alfabetização de jovens e adultos e séries iniciais. Depois me tornei especialista em Métodos e Técnicas de Ensino para trabalhar melhor as relações étnico-raciais nas escolas, uma especialização que eu fiz in loco, para aprender e organizar materiais de apoio pedagógico tanto para profissionais da educação quanto para estudantes, pais e mães.

Hoje eu me tornei uma sindicalista, estou na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) como secretária de combate ao racismo. Na Central Única dos Trabalhadores (CUT/GO), sou secretária de imprensa e comunicação; no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), sou tesoureira geral. Sou mãe de quatro meninas e avó de uma menina chamada Luara. Gosto de dizer que, no meu currículo de vida, o melhor é ser avó.

Minha existência política está no fato de eu ser uma mulher negra construindo na resistência diária contra todo tipo de opressão e por meio dos movimentos sociais, da minha luta contra o racismo, perpassando por todos os outros campos da sociedade: dialogando com mulheres, homens, os mais novos, os nossos parentes indígenas, com a população que vive nas ruas, nos conselhos estadual e municipal de educação, fazendo um diálogo com a sociedade para além de resistir ao racismo, aniquilá-lo, centrando nossos esforços para construir uma perspectiva de reparação do povo negro por conta dos quase 400 anos de escravidão.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Essa construção que a gente faz, dialogando com a sociedade e nos colocando na proteção de vidas, de defensores da vida, é fundamental. Participar das últimas eleições foi para nós um processo de muita resistência. Eu tive muito medo, confesso para vocês. Porque sempre que a gente tem os nossos corpos ameaçados de morte, a gente tem que ter medo. E tem que ter estratégias para se proteger. As eleições nos deram a condição de conversar sobre como nos proteger de certas coisas que achávamos já adormecidas ou quase mortas: ódio pelo ódio, o desprezo pela vida do outro, a forma muito violenta com que um homem tira a vida de uma mulher ou como homens e mulheres brancos/as partem para cima de homens e mulheres negros/as com a violência com que dizem nos gestos, nas palavras, que são nossos donos. O crescimento do ódio na sociedade cresceu muito e isso me preocupou muito.

Foi uma eleição de muito sacrifício, de muito medo, mas foi uma eleição de muita coragem, de olhos nos olhos. Da descoberta de estarmos proporcionando para as pessoas o debate das nossas vidas um debate saudável que era urgente e necessário. Nós ganhamos as eleições com uma diferença pequena, mas que foi fundamental para dizer que nós sabemos que o lado melhor é o que caminha com a democracia, o que caminha perto das lutas contra todo tipo de ataques aos seres humanos. Nós vencemos aquilo que quer tirar a vida das pessoas: a pobreza, a miséria, a falta de saúde, o não investimento na educação, a falta de emprego, de renda. Essas coisas todas vão facilitando a morte das pessoas. A eleição da chapa Lula-Alckmin, da Frente Ampla, passou o seguinte recado: nós queremos viver e queremos salvar as pessoas desse inferno que é pensar com ódio, com desprezo, com desejo de matar, de cercear a liberdade do outro.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Primeiro, atribuímos uma coisa que todos nós gostamos muito: a verdade. Restabelecer a verdade. Não termos medo de contar, de insistir, de dialogar com o outro sobre as verdades porque muitas mentiras estavam sendo contadas ao nosso povo pobre, quase na linha da miséria, com uma pandemia que devastou, que tirou mais de 700 mil vidas. **E precisávamos ter a certeza do diálogo e de chamar as pessoas para a responsabilidade. Fazer com que as boas memórias de luta neste país pudessem aflorar para as pessoas terem condições de compreender o quanto era importante essa unidade.**

Eu sou do Movimento Negro Unificado (MNU), que tem 44 anos. E uma coisa importante foi ressaltar a luta antirracista, de termos para nós a tarefa de convocar outras pessoas – não só os/as negros/as – **para que elas pudessem compreender, juntas, a importância do tema e gerar polos locais de discussão e mostrar que o outro não tem essa discussão acumulada porque não acredita que racismo é crime, que LGBTfobia é crime, que o feminicídio se dá num momento de opressão e do vigor do machismo.**

As nossas armas foram os livros, as escolas, o diálogo, a conversa dentro de casa, transformando cada casa em um quilombo, cada ser humano se comprometendo com a verdade, se transformando também em quilombos andantes pelo país. Para a nossa entidade, o MNU, o compromisso foi esse: conversar, ter coragem, nunca estar sozinho/a e ter o senso da coletividade.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A democracia corre risco porque a gente tem pessoas da extrema-direita que desconsideram a organização do pensamento humano, que querem barrar a população mais pobre no ensino médio, querem evitar que a gente chegue ao ensino superior. Porque, no ensino superior, as pessoas conseguem elaborar mais conteúdos e se transformam em grandes cientistas, em pessoas que vão estar nas universidades para continuar o debate.

O Estado não pode ser mínimo; tem que ser o grande articulador das vidas. Então, a democracia corre risco quando temos alguém que quer limitar o papel do Estado nas nossas vidas, que quer tirar os financiamentos da educação e da saúde por achar que pobre não tem direito à saúde e à educação.

Estamos reafirmando que a democracia anda junto com a possibilidade de adquirirmos nossas casas, nossos terrenos, ser empresário/a, poder escolher a escola que meu/minha filho/a irá estudar, tirar férias, poder usar o transporte coletivo. Então, democracia rima com liberdade de viver, de ir, de existir, de comer o que gosta e não a imposição dos ossos, das peles, a correria atrás de cestas. A gente precisa reinaugurar a democracia em nosso país.

Direitos humanos é fundamental. Viver bem. **Gosto muito de uma frase dos encontros de mulheres negras em nosso país: o bem viver.** É, por exemplo, acordar no dia das eleições, pegar nosso título e escolher alguém para nos representar nas esferas de poder. Eu tenho este direito. Direito de a gente se relacionar, viver, termos condições de ser felizes, viver todas as experiências possíveis de andar com o outro ou, individualmente, investir na nossa carreira para ajudar o outro. Sempre pensar em uma relação onde cada pessoa possa ter condições de proteger a vida; de conhecer sua história; de ser sabedor de suas memórias e saber respeitar a diversidade, a pluralidade das pessoas; dar as mãos; ter o aconchego do território onde nasceu e onde vive. Direitos humanos rima com a alegria de adquirir os bens materiais para que a gente possa ter os bens espirituais bem organizados para continuar vivendo.

Quando vocês se reúnem neste grande projeto chamado “Sementes de Proteção” é porque vocês acreditam na possibilidade do ser humano. Essa multiplicação das sementes pelos campos e com ajuda da água – que simboliza nossa resistência – e com o fortalecimento do sol, nós vamos ter, verdadeiramente, direitos humanos sendo protegidos para que cada um/a compreenda que a relação se dá da forma como nós, descendentes dos africanos, do continente-mãe, pensamos: ubuntu – eu sou porque nós somos. Se você existe, você é uma semente – e semente dá vida. Portanto, nós precisamos, como herdeiros de Zumbi e de Dandara, continuar insistindo que o mundo precisa ser coletivo e eu preciso que o outro compreenda que a minha existência depende da existência do outro. Nós existimos para garantir a vida.

A proteção para os/as defensores/as é para todo mundo de bem que habita nossa sociedade. Dar as mãos, ter a responsabilidade, o compromisso com a vida, com acabar com a miséria, ter a educação como prioridade, com a saúde preventiva, a moradia, o lazer, o esporte, a dança, a música como pares na construção humana. As coisas todas desse mundo têm um significado: fazer o bem para a humanidade.



Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O fortalecimento vai se dar a partir de algo que a gente precisa colocar na mesa do café da manhã, do almoço e da janta: a informação sobre os nossos direitos. **Eu sempre achei que a escola é um lugar onde a gente tem parceria. Mas precisamos ter parceria também em outros aspectos da nossa sociedade: nos espaços sagrados, nas associações de bairro, nos clubes de pais/mães, nos clubes de lazer.** Precisamos ter uma parceria para informar sobre os nossos direitos.

Qualquer cidadão e cidadã bem informado/a tem os seus direitos na ponta da língua e ele não vai violar o direito do outro. Em todos os espaços, é preciso que as pessoas compreendam o quanto nós temos direitos que estão representados na nossa Constituição, nos nossos códigos, nos estatutos. Precisamos ter esse punhado de informações para garantir mais sabedoria e um trato respeitoso com as outras pessoas. O movimento social precisa se apropriar dessas informações para que a gente possa, de fato, continuar ajudando no debate e nos fortalecendo na questão dos direitos humanos, da proteção das vidas e da nossa democracia.

É muito importante quando temos instituições que apostam no bem viver. Que dão conta de colocar, não só nas pesquisas feitas, mas num grande projeto de abraçar o país para a gente poder viver melhor. E falar de direitos humanos não é essa coisa pequena que alguns acham que só uns têm e outros não. Falar de direitos humanos é o bom reforço à democracia, trazer para perto do coração a batida mais perfeita, mais correta, de como alguém pode se comprometer com o outro na sua vida, dando importância a cada centímetro respirado de cada um em nosso país.

Precisa entender que a cor da pele, o jeito do meu cabelo, a forma de vestir, são espaços onde estou confeccionando minha resistência. Mas preciso olhar para meus parentes, os/as indígenas, para as mulheres, para os não negros/as e entender que eles também precisam ter possibilidade de empregos, de ter renda, poder fazer a compra da forma que ele quiser, se alimentar bem.

Precisamos de um plano de saúde que dê conta não da doença, mas da prevenção, para que a gente não precise ser um povo que, na velhice, vai ter que juntar dinheiro para comprar remédio.

Irene Maria dos Santos

Instituto Brasil Central (Ibrace)



Meu nome é Irene Maria dos Santos, eu trabalho no Instituto Brasil Central (Ibrace), há mais de 30 anos e comecei minha trajetória de atuação em direitos humanos quando ainda nem se falava em direitos humanos.

Essa palavra não era comum pra gente. Eu comecei nas Comunidades Eclesiais de Base, na década de 1970, depois entrei para a Comissão Justiça e Paz, coordenei, inclusive, por um bom tempo, a regional que era Rubiataba / Mozarlândia, no interior do estado de Goiás, e depois, quando surge o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), já em 1982, eu comecei a participar, representando o estado. Não tinha ainda o Ibrace, que foi fundado em 1984, e comecei a participar do MNDH desde o segundo encontro nacional, inclusive fui da coordenação nacional de 2002 a 2008. Tudo que envolve a questão da promoção e defesa dos direitos humanos eu estou envolvida, desde a década de 1970. Quando a gente se envolve com os direitos humanos, não consegue sair. Às vezes a gente pensa “vou dar um tempo”, mas não tem como a gente dar esse tempo. Enquanto eu puder contribuir com o pouco que posso, vou continuar.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Nesses anos todos, eu nunca havia passado por um processo eleitoral tão tumultuado e com tanta violência. Quando teve a ditadura militar, eu não tinha envolvimento, morava no interior, a informação não era fácil de chegar até a gente. Eu vim me envolver já no final da ditadura, quando participei da Constituinte, já atuava também no sindicato dos trabalhadores rurais. Mas eu nunca tinha vivenciado um processo eleitoral tão violento como foi este. E, claro, na área de defensoras e defensores de direitos humanos isso se complicou muito mais. A gente nunca teve dias pra dizer que está tudo bem, porque não está, nunca esteve, mas piorou.

Nesses últimos quatro anos – e não tem como deixar de falar desse período –, eu às vezes me perguntava o porquê. E tem muitas análises de conjuntura, coisas que a gente já sabe, já percebeu, mas o nível a que chegou foi muito difícil. E ainda não terminou... A gente deu um passo muito importante no processo eleitoral, mas vivenciamos um período que eu espero nunca mais vivenciar. É um cenário novo, a gente tem toda a tecnologia que contribui muito – a internet, as fake news – e a gente percebe o quanto nosso passado tem influência nessas ações, que a gente nem esperava. Se a gente for fazer uma breve avaliação, temos pouco mais de um século que a gente viveu o período da escravidão, que é um crime hediondo, e isso continua perpassando nossas vidas, o que criou uma forma pejorativa de falar em direitos humanos. E a gente tem várias frases sobre isso, que eu não vou repetir, porque cada vez que você repete essa coisa negativa, ela referenda ainda mais.

O processo eleitoral foi difícil, dolorido, mas também nos serviu de alerta porque, como sociedade civil, na área de defensoras e defensores de direitos humanos, a gente precisa ressignificar ou repensar nossas estratégias de luta. Nós temos uma parcela da sociedade que ignora – ou é nisso mesmo que acredita – para quem os direitos humanos são uma pedra no sapato.

A luta pelos direitos humanos é muito intensa e complexa também. Não dá para dizer que estou lutando pelo direito da mulher, dos negros, da criança e do adolescente, pela questão indígena, porque ela envolve tudo. Nós temos, inclusive, no grupo Sementes de Proteção, o Fabrício Rosa, que faz parte dos policiais antifascistas, que tem uma luta muito grande, muito difícil na questão do fascismo porque ser policial num cenário desse em que vivemos, em que parcela da sociedade acha que está bom, que é isso mesmo: prender, bater, faz parte.

Acreditamos que é uma luta difícil, mas possível de mudança. O estado de Goiás não é diferente dos outros, mas o nosso é um pouquinho mais complicado: um estado do agronegócio, de grandes extensões de latifúndio, de muito desrespeito à questão ambiental e, dentro disso, apareceu o fascismo que estava aí, mas não tinha ninguém para dar força. **Quando apareceu alguém para dar força, ele veio à tona.**

Eu vejo que a gente precisa, como defensoras e defensores de direitos humanos, dar continuidade à formação para os direitos humanos, numa linguagem popular, porque boa parcela da sociedade não tem a menor ideia do que significa essa palavra fascismo. A gente precisa, dentro da luta, trocar isso em miúdos. **Como eu sempre trabalhei na base, sempre fico preocupada com o que a gente leva para as comunidades, para os grupos de jovens, de mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de agricultores e agricultoras familiares. Como é que a gente leva essa discussão?**

Porque não é fácil e não é simples e, se a gente fala de uma forma muito intelectualizada, não chega às nossas bases. Então, nessa questão do combate ao fascismo, a gente precisa mudar nossa forma de abordagem do assunto. É um desafio que está colocado para todos nós, defensoras e defensores de direitos humanos.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Em primeiro lugar, a pandemia trouxe certo desafio na questão do enfrentamento. Nós deixamos de nos reunir presencialmente, começamos a nos reunir virtualmente. No projeto Sementes de Proteção, só conseguimos fazer uma reunião presencial em agosto de 2022; até então, era virtual.

E sempre, nas nossas discussões, a estratégia era não ir para o confronto. Se alguém viesse pra cima da gente, que a gente estivesse preparada para não usar as mesmas armas que eles utilizam: agressão, ódio, não respeito às diferenças. Temos que trabalhar com aquilo que a gente aprendeu: o respeito, a solidariedade, reconhecer que o outro – embora não pense como eu – tem sua razão e precisa ser respeitado. E a gente trabalhou muito o cuidado e a necessidade de cuidar um do outro.

Nas nossas reuniões, que praticamente foram mensais nesse período, sempre a primeira questão debatida no grupo era cuidar um do outro. A gente precisa desse cuidado porque, também, temos vários companheiros e companheiras que estão adoecidos por esse momento que estamos vivenciando. Difícil para todos nós, mas uns assimilam de uma forma, outros, de outra.

A gente sempre pautou não levar o confronto da mesma forma que recebeu. Se não dá pra ter um diálogo que possa chegar a um entendimento, então não vamos enfrentar a pessoa. Essa foi uma das estratégias, além do cuidado que a gente já tem no dia a dia, porque não foi agora que a gente começou isso: ver o que fala, o que publica, dizer onde está, não sair sozinho e, se chegar em casa fora do horário, observar como chegar. Esses cuidados cotidianos que às vezes a gente não dá importância, mas que são fundamentais para evitar um mal maior.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A democracia é um processo em construção. E eu volto à minha questão anterior, sobre participação. Na democracia, os direitos do cidadão e da cidadã dependem muito da política do governo que está na gestão – seja ele federal, estadual ou municipal. E nós, por certo período, perdemos muito porque estamos numa democracia que traz a cidadania passiva: “o governo criou isso. É bom? A gente vai”. E pra mim, um grande desafio na democracia é sair dessa cidadania passiva para uma cidadania ativa, onde, de fato, o cidadão e a cidadã possam participar, fazer intervenções nas políticas, criar novos mecanismos de direitos.

Porque, na medida em que o tempo passa, os direitos também exigem mudanças. Por exemplo: há 10, 15 anos, a gente tinha uma série de direitos que nem se falava e foi um processo que foi se construindo. E a democracia é um processo em construção.

Eu estava lembrando esses dias do processo da Constituinte, em que eu participei das discussões. Naquele momento, a gente teve grandes avanços na democracia, resultando na Constituição de 1988, que traz diversos direitos. Entre 1988 e 2022, a gente percebeu também que a democracia retrocedeu. E, se a democracia enfraquece, com certeza os direitos humanos são enfraquecidos. A democracia vai fazer as alterações institucionais que são necessárias e, com certeza, o cidadão e a cidadã têm que acompanhar isso.

Eu escuto muita gente falar: “a gente precisa fazer incidência política”. Mas, qual é a incidência que temos feito? Para mim, um dos grandes desafios do processo da democracia e dos direitos humanos é a gente fazer essa incidência, como sociedade civil, porque o governo tem seu papel na ordem jurídica, da política, do Estado e nós temos outro papel.

E, às vezes, a gente pensa: “agora temos um companheiro X que vai assumir tal lugar”. É bom? É ótimo! Temos alguém que tem compromisso, que conhece a realidade do povo para estar lá. Mas não podemos esquecer que o Estado tem um papel e uma forma de exercê-lo. Já o papel do cidadão e da cidadã é diferenciado e precisamos fazer essas incidências contribuindo também para a efetivação dos direitos humanos.

Eu me preocupo com as questões que a gente não consegue monitorar. **Por exemplo: quando saiu o PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos), nós ficamos muito felizes, na época o Brasil era o terceiro país que tinha um programa nacional de direitos humanos (nem chamava programa, era plano) e houve uma série de mobilizações da sociedade civil para que chegasse até onde chegou.** Ele tem seis eixos e é importantíssimo para as políticas de direitos humanos.

Mas, como diz o ditado popular, nós não tivemos perna para acompanhar e isso ficou para trás. Por que a gente não conseguiu incidir, fazer a cobrança que precisa ser feita? **Ele foi feito por milhões de mãos – tanto do governo quanto da sociedade civil – e agora pouco se fala do Programa Nacional de Direitos Humanos.**

Nós temos agora, novamente, uma grande expectativa com o Ministério dos Direitos Humanos, a gente está apostando, mas precisamos estar junto com esse ministério, pois não adianta ter uma pessoa comprometida com a dignidade humana e a gente não estar junto porque a máquina governamental não é simples.

Sabemos que existem muitos que não querem o Programa de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Eu não tenho a expectativa de que ele atenda 100%, mas que atenda pelo menos parte daquilo que a gente deseja com o esperar de novos dias. Eu chamo atenção de defensores e defensoras de direitos humanos, de todos e todas as pessoas que estão organizadas nos seus sindicatos, nos fóruns, para que a gente possa fazer essa incidência e para isso é preciso estar junto e conhecendo o que está sendo feito.

Para evitar, no futuro, a gente perguntar onde devia ter sido propositivo e não foi. E aqui eu quero trazer a lembrança muito viva – tanto das formações quanto de muitas conversas – **do nosso querido Zanetti que sempre falava: “gente, precisamos planejar, avaliar e monitorar”.**

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Os desafios são vários, mas eu quero trazer apenas uma reflexão sobre os desafios do fortalecimento, da articulação, e eu quero começar por nós aqui de Goiás. Nós temos muitos grupos de fundamental importância para a gente dar um passo à frente na Política de Direitos Humanos, para que a gente possa, de fato, ter garantia de menos violência (no estado de Goiás, o feminicídio e a violência policial aumentaram muito).

Para nós, das entidades que compõem o MNDH, mesmo aquelas que compõem, mas não são filiadas, precisamos deixar um pouquinho o protagonismo e as vaidades. Isso é uma das coisas que nos enfraquecem porque, quando a gente está numa luta, como a luta pelos direitos humanos, a gente não pode pensar no nosso grupo. É claro que a gente se identifica mais com algumas pessoas e menos com outras, mas a gente tem que ter em mente que a luta pela dignidade humana, contra a desigualdade social – que para mim é uma das grandes questões de direitos humanos – é maior do que isso; tem que estar acima de tudo isso.

Aqui em Goiás, temos muitas disputas internas entre nós e eu sei que isso existe no país inteiro. Mas, estamos disputando o quê? Essa disputa vai levar a gente aonde? **Eu tenho muita preocupação com o fortalecimento do MNDH e de todas as entidades. Mas a gente tem que ressignificar e pensar novas formas de ação, pensar sobre onde estamos e para onde a gente quer ir. Precisamos traçar um caminho e, para isso, precisamos estar juntos e juntas. Se a gente não estiver, vai ser mais difícil chegar onde queremos.**

Às vezes, durante a trajetória, muitos vão se perder pelo caminho. Então o grande desafio é unir nossas forças, aquilo que a gente quer para defensores e defensoras de direitos humanos, fazer também com que as pessoas se reconheçam como defensores e defensoras. Temos um caminho muito longo e difícil para percorrer, mas não acho impossível.

Eu já caminhei um bom pedaço, mas ainda não cheguei onde quero. Eu quero coisa melhor e que a gente tenha nosso movimento de direitos humanos fortalecidos e com respeito entre nós. Porque a gente não dá o que não tem. Se, entre nós, a gente não consegue traçar uma meta de qual caminho queremos, como a gente vai querer traçar a meta dos outros?

Resumindo: o desafio é a gente se unir cada vez mais e também, em determinados momentos, precisamos diminuir um pouco os encantamentos.



João Marcos R. Dutra

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)



Eu faço parte do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sou militante da coordenação nacional do movimento e acompanhamento, junto com outros companheiros, o estado de Rondônia. Eu estou aqui há cerca de 10 anos. Aqui a gente tem um grande passivo socioambiental da construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, que foi construída durante o período do regime militar, no mesmo período de Balbina e Tucuruí. Depois tivemos, durante o período do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a construção das duas usinas do Rio Madeira – Jirau e Santo Antônio – duas grandes hidrelétricas do maior afluente do Rio Amazonas, que deixaram muitos problemas que até hoje a gente luta para tentar resolver.

E agora a gente está enfrentando mais dois projetos – um, que é o terceiro do complexo Madeira, que fica na fronteira com a Bolívia, na região de Guajará-Mirim, em Nova Mamoré, que é uma grande hidrelétrica; e outro projeto de uma hidrelétrica média no sul do Amazonas com o norte de Rondônia, no Rio Machado, um projeto que prevê uma geração muito baixa de energia, mas uma grande quantidade de impactos, porque no entorno da obra tem terras indígenas, unidades de conservação, comunidades ribeirinhas e a gente faz a luta pra garantir o direito dessas famílias, garantir o direito ao território, direito de dizer não ao empreendimento.

E quando os impactos da obra são perpetuados, a gente luta para garantir os direitos da reparação: o direito à terra, moradia, trabalho, indenização justa, reparação pros agricultores, pescadores, extrativistas.

E eu tenho acompanhado, principalmente, a construção de Jirau e Santo Antônio, no Madeira, e agora a gente está voltando a atenção para esses dois novos projetos.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Aqui, em Rondônia, é uma violência muito grande contra defensores de direitos humanos, que se projeta mais do que em outros lugares.

É onde tem a maior incidência de execuções e assassinatos na luta pela floresta e pela terra no Brasil. E os setores historicamente responsáveis por essa violência, os setores econômicos e políticos, são os mesmos que fazem parte do bolsonarismo. Então já existia uma violência desses grupos contra os povos indígenas, as mulheres, os quilombolas, os camponeses. E isso se acirrou durante o governo do Bolsonaro, onde o Estado estava totalmente do lado desses violadores, contra os direitos humanos e os próprios defensores.

A possibilidade do bolsonarismo sair do poder fez com que esses grupos agissem de uma forma ainda mais violenta agora no período eleitoral. Porque uma série de práticas, de organizações criminosas associadas a esse governo iam perder espaço e, também, passar a correr um certo risco. Como um exemplo disso, eu posso dar um caso que aconteceu na região do Vale de Guaporé, em que os fazendeiros da região publicaram um vídeo dizendo que se a esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhasse, teria demarcação de terras indígenas. E eles divulgaram uma área errada de demarcação, porque o processo de demarcação ainda não tem laudo antropológico, mas isso gerou toda uma mobilização na região contra as lideranças indígenas, e uma das lideranças passou a receber ameaças de morte, inclusive teve a casa invadida e a gente apoiou a proteção dessa liderança com o projeto. Além desse caso, tiveram vários outros, de violência associada à questão eleitoral.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Uma coisa que a gente já adotava antes é ter essa questão da proteção e da segurança como uma cultura, como uma prática dentro do movimento, porque, no limite, o capital sempre parte para violência física, quando não consegue garantir seus interesses. Isso ficou mais forte agora nesse período, mas essa é uma característica do sistema político que a gente vive. **Então devemos ter essa prática de adotar a segurança já durante o processo de planejamento, organização e formação dos militantes de construção da luta.**

A gente viveu um cenário que não atinge só a pauta do MAB, mas também atinge a sociedade, de diversas formas. A gente superou um regime de inspiração e orientação fascista que tentou, de todas as formas, negar direitos e desmontar políticas públicas voltadas para grupos mais vulneráveis. Então, nesse período, a estratégia do MAB, prioritariamente tinha que ser voltada para combater esse regime fascista em unidade com toda a sociedade, com todos os grupos que também são prejudicados por esse regime. Então, derrubar o fascismo, derrubar esse regime pelo qual a gente passou, é lutar, é buscar mudar o cenário para a proteção de defensores de direitos humanos também.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

O cenário atual é de tentar reconstruir o que foi destruído e disputar espaço, inclusive com forças que contribuíram para retirar o Bolsonaro; setores do agronegócio, do capital financeiro, por exemplo, que também convergiram para tirar o governo fascista do poder. **Mas, não necessariamente, esses setores aceitam a pauta dos povos indígenas, aceitam a reforma agrária, aceitam o não uso de agrotóxicos, então a gente precisa reconstruir aquilo que foi destruído.**

Podemos pegar, por exemplo, a questão da política ambiental, que teve um desmonte completo, como também as questões voltadas para a agricultura familiar, as políticas voltadas agora para a educação pública; então vai ter que ter uma reconstrução dessas políticas e, ao mesmo tempo, vai ter que ter uma disputa acirrada dentro do governo com essas outras forças que compuseram essa frente ampla. E parte desses setores é, também, de grupos responsáveis pela violação dos direitos humanos contra os defensores, como parte do agronegócio, por exemplo.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O período eleitoral passou e agora é a hora de construir força própria nas bases, com a sociedade, com a população, para conseguir forçar esse novo governo a implementar um projeto mais popular, que garanta que a democracia se efetive não só do ponto de vista eleitoral, mas também do ponto de vista social, econômico, cultural, ambiental. Porque a democracia é, também, a efetivação dos direitos previstos na Carta Magna – direito ao meio ambiente, à educação e à saúde. Então o nosso desafio é construir força com a população, criar força organizada e voltada para fazer a luta para garantir esses direitos para além das alianças e das convergências eleitorais, por meio da luta popular.

Acredito que, para fazer frente a todos esses desafios, é preciso construir um fortalecimento próprio, porque, infelizmente, as coisas dependem da pressão popular e precisamos de uma grande quantidade de pessoas organizadas, conscientes e dispostas a lutar pelos seus direitos. A eleição do Lula foi acirrada. Por muito pouco o Bolsonaro não ganhou de novo; por alguns deslizos que ele cometeu, e por alguns que se ele tivesse conseguido contornar melhor, ele teria um resultado eleitoral e se garantisse no poder. Então isso demonstra que as organizações progressistas não estão com força social. Foi muito ralado disputar essa eleição, então a nossa prioridade é criar força própria na

sociedade. É trabalhar com a consciência de que a população precisa se organizar e lutar pelos seus direitos de forma consciente. Saber, no mínimo, identificar quem é seu inimigo, o que não é o cenário atual, infelizmente, pois ainda temos uma boa parte da sociedade que apoia o bolsonarismo e um projeto que é declaradamente contra os direitos humanos.

Com relação aos defensores dos direitos humanos, **foi muito importante a sinalização do novo ministro de que é preciso construir, de fato, uma política nacional voltada para isso.** Fortalecer o programa. E isso tem que ser não só na perspectiva de não deixar aquele defensor morrer, mas de tratar os planos de fundo dos problemas que levam esses defensores a ficarem em situação de risco e até serem ameaçados de morte. **Aqui em Rondônia, na Amazônia, a grande maioria dos casos tem um pano de fundo territorial – o direito à terra, o direito ao território.** Então as ameaças, a perseguição a defensores de direitos humanos devem ser encaradas como um indicador de prioridade de conflitos socioambientais, de conflitos agrários, que prioritariamente têm que ser encarados pelo Estado, porque, se não resolver o plano de fundo, a situação dos defensores vai se perpetuar. Teremos uma pessoa assassina hoje, na luta por um território, amanhã terá outra pessoa assassinada, enquanto essa questão territorial não for resolvida.

Júlio Barbosa

Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)



Eu sou Júlio Barbosa, de Xapuri/AC, morador da Reserva Extrativista Chico Mendes. Desde 1968 moro na mesma comunidade. Sou presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antes Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) eleito novamente no último dia 19/12/2022. De profissão sou extrativista, mas sou militante do movimento sindical, dos movimentos sociais desde muito jovem. Iniciei minha militância na Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base. Depois comecei a participar dos empates, a resistência contra o desmatamento da nossa floresta, dos nossos seringais e também no movimento sindical. Essa é um pouco a minha história na defesa dos povos e do meio ambiente.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Para fazer uma avaliação do processo eleitoral de 2022, é preciso dar uma volta no tempo. Esse processo começou com a eleição da presidenta Dilma, em 2014. A partir daquele momento se iniciou um processo de enfrentamento diante da destruição do que eram as conquistas do povo brasileiro. No processo eleitoral que deu a vitória à presidenta Dilma, o sistema dominante do Brasil não aceitou o resultado e o candidato derrotado recorreu à Justiça para reverter. Não conseguiu êxito, mas já naquele momento se iniciava todo um processo de estratégia para querer derrubar o governo eleito democraticamente e que vinha trabalhando para enfrentar o problema da desigualdade, dos direitos humanos da população brasileira e, principalmente, a defesa das minorias.

Começou com as manifestações de rua, em 2013, que num primeiro momento eram pelo passe livre para estudantes, mas desencadeou um processo muito maior. Isso resultou no golpe contra a presidenta Dilma, em 2016 e, a partir daí, chegou um governo a serviço do desmonte.

Podemos citar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma das coisas mais sagradas para o trabalhador brasileiro, que tinha uma série de garantias que não foram destruídas, mas foram detonadas e isso levou prejuízo a milhares de famílias Brasil afora.

Em 2018, tivemos a infelicidade de o presidente Lula ser preso. Fazia parte do pacote: ele não poderia participar da eleição porque eles sabiam que seria muito mais difícil para eles ganharem. E todo um sistema – seja a mídia, setor empresarial, financeiro – se mobilizou para que Lula saísse da disputa eleitoral e a única forma era colocando ele na cadeia. Essa prisão do Lula resultou no que já sabemos – e podemos pular essa página porque foi tão doído, tão ruim que não vale a pena a gente comentar tanto. Esses quatro anos, concluídos agora, talvez foram os piores da nossa história. Nada foi tão grave, nada foi tão destrutivo para os nossos territórios e nossas populações extrativistas na Amazônia do que esses quatro anos de governo.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

O grande trabalho nosso foi manter nossas comunidades unidas, organizadas. **Manter fortalecida nossa luta por um sistema de produção justo e organizado, através das cooperativas, e manter o contato com as associações de base.** A pandemia foi um grande problema, afetou nossos territórios com a crise (embora pouco afetou com o vírus) e, por isso, passaram a não ter muitas oportunidades para vender a produção, o que foi muito difícil nesse período.

Mas, apesar disso, o Conselho não deixou de continuar mobilizando, tendo sua presença ativa junto às comunidades, mantendo as comunidades alertas porque, enquanto a pandemia tomava conta do Brasil, existia uma estratégia do governo

federal de incentivo a todo tipo de ilegalidade na Amazônia, principalmente relacionada à ocupação de espaço territorial e da floresta, de forma ilegal e criminosa, e invasão de garimpeiros não só em unidades de conservação como também em terras indígenas. Foram quatro anos de atraso relacionado ao governo que acabou de sair.

Mas, por mais que eles tenham tentado destruir tudo que nós tínhamos conquistado durante quase 40 anos de resistência na Amazônia, eles não conseguiram destruir, apesar de terem contribuído muito para a implantação de uma desordem muito séria na Amazônia, nos territórios das populações extrativistas e nas terras indígenas. **O CNS continuou lutando, resistindo para manter o grande legado, o mais**

importante de nossa luta, que são as reservas extrativistas. Continuamos na luta, defendendo esses territórios e não deixando que o governo brasileiro nos atrapalhasse, inclusive com projetos de lei que foram para o Congresso Nacional **pedindo a mudança de categoria, a extinção de partes do território da Reserva Extrativista Chico Mendes, querendo mudar as regras do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), que é muito importante para as unidades de conservação no Brasil.**

Felizmente, nós tivemos o apoio, não de uma grande bancada, mas de vários parlamentares, homens e mulheres, no Congresso Nacional, aliados muito importantes na defesa da causa da proteção da floresta na Amazônia.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu

Esses quatro anos de governo genocida trouxeram uma divisão muito grande e uma ameaça muito forte à nossa democracia. O resultado eleitoral do dia 30 de outubro de 2022 foi importante para a gente criar esperança de que a democracia no Brasil começa a voltar e voltar forte. O resultado criou uma luz no fim do túnel para mostrar que o país não vai continuar como vinha nos últimos quatro anos.

O grande desafio agora é enfrentar uma coisa que surgiu e que há muito tempo não se ouvia falar que são esses radicais, irresponsáveis, que começam a fazer um debate utilizando fake news, divulgando o fascismo de forma muito cruel. A solução nossa não é apenas usar a repressão da força policial ou da justiça. Os nossos movimentos precisam se fortalecer muito porque nós temos que fazer o debate com a sociedade para que o fascismo não se espalhe, além do que já se espalhou no meio da nossa população.

Para nós, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, das instituições que representam os povos e comunidades tradicionais no Brasil, estamos vivendo uma oportunidade muito grande agora. Primeiro foi sair de uma situação de crise profunda – não só no campo político, mas no campo econômico, social, na questão dos direitos humanos – e agora estamos criando grandes expectativas.

O governo, sob a liderança do presidente Lula, tem falado constantemente do seu compromisso na busca de resgatar questões como o combate à fome, um tema que tinha sido superado nos governos de Lula e Dilma, mas que voltou com o golpe de 2016 e com o governo de Bolsonaro.

A fome assola o Brasil de uma forma muito mais violenta do que se possa imaginar. Então, nós temos um papel importante de ajudar o governo a acabar, mais uma vez, com a fome no Brasil. População com fome não é uma população feliz e precisamos que a população brasileira seja feliz novamente. Só tem uma forma: é a gente se unir em mutirão para lutar contra a fome.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Nosso grande desafio é fortalecer nossas instituições. **Precisamos retomar, junto ao governo federal, a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões do governo central, nos conselhos, que são instrumentos importantes de participação social no Brasil,** construídos ao longo de 40 anos. Só através da nossa efetiva participação nas tomadas de decisão, nas políticas públicas que devem chegar para as nossas comunidades, é que vamos fortalecer as nossas instituições também na base, onde estão os problemas que temos que enfrentar no dia a dia. Nesses quatro anos, não tivemos participação de espécie alguma, inclusive com conselhos destruídos.

Agora, nossa grande empreitada é fazer com que a sociedade volte a ter a oportunidade de opinar, de ser ouvida pelo governo em qualquer tomada de decisão. Só através desses mecanismos vamos conseguir fortalecer a luta e fortalecer as nossas organizações em termos de defesa dos direitos da população na Amazônia e no Brasil.

Larice Durval Ribeiro

Levante Popular da Juventude



Sou Larice Ribeiro, tenho 27 anos, sou da coordenação nacional do Levante Popular da Juventude, um movimento social que organiza a juventude em torno da luta pelos direitos civis, pelos direitos humanos, pelos direitos políticos. Sou militante do Levante há seis anos e tenho uma atuação mais forte dentro do movimento estudantil. Hoje sou vice-presidente da União dos Estudantes da Bahia e coordenadora geral do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Minha luta pelos direitos humanos parte de um ponto bem pessoal.

Em 2016, houve uma virada de chave na vida de muitos militantes, quando a gente viu um atentado grande à democracia, que reverberou nos direitos humanos também, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos para a saúde e a educação. A gente sabia que isso teria consequências muito prejudiciais para toda a sociedade e, inclusive, a negação de direitos básicos.

Minha jornada nessa luta começou a partir daí, ocupando a universidade contra a aprovação dessa “PEC do fim do mundo”, que acabou sendo aprovada, foi uma derrota pra gente, mas eu passei a enxergar com mais clareza essa luta. Foi onde muitos coletivos de jovens, de classe, de gênero, de raça se fortaleceram também, nessa contradição.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Primeiro ressaltar que, quando a gente se coloca nesse lugar de defensores e defensoras de direitos humanos, a gente já carrega toda uma insígnia que, na visão conservadora, a gente vai “defender bandidos”. Essa visão é predominante desde 2018, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro foi eleito, e com isso a gente viu uma onda crescente de violências diversas. A gente viu esse conservadorismo trajado de muitas opressões. Então a gente já parte desse primeiro ponto: a disputa ideológica de defesa dos direitos humanos que foram muito prejudicados de 2016 pra cá.

A partir de 2018 isso se intensificou, principalmente porque a gente passou por uma pandemia onde os direitos humanos foram totalmente violados. As pessoas voltaram para a fome, uma realidade em grande parte já vencida no nosso país. Esse período de eleições foi muito marcado por essa violência. A gente tinha um lado que trazia essa violência como marca, inclusive na campanha, e a gente se preocupou muito sobre como fazer a campanha na rua, como colocar nosso povo na rua – militantes de organização, de partidos, de ongs, ativistas. Precisamos fazer uma grande aliança para que o presidente Lula fosse eleito, para que a democracia fosse respeitada em nosso país.

Os desafios nas ruas não foram poucos e a gente se preparou para isso durante todo o governo Bolsonaro, nas nossas táticas e estratégias, sabendo a realidade que a gente vivia. A gente, de fato, enfrentou muita violência. Fomos agredidos, colocados no lugar de comunistas, inimigos da nossa nação, antipatriotas, na visão média das pessoas conservadoras, apoiadoras de Jair Bolsonaro.

A gente sofria desde violências verbais a violências físicas. Eles saíram do campo da disputa política, das propostas, dos debates, partindo para esse lugar de violência, de ameaças, a ponto de chegarmos a deixar de fazer algumas atividades que são nossa marca enquanto movimento social jovem, que é a agitação e propaganda, a alegria de colocar nosso comitê, muito preocupados/as com o que aconteceu, inclusive no estado da Bahia, nas grandes e médias cidades do estado, onde a

gente via um aparelhamento muito grande de prefeituras de pequenas cidades que eram do mesmo partido do candidato à reeleição.

Enfrentamos essas dificuldades de ter um aparato estatal inteiro, inclusive com questões financeiras, contra a nossa boa vontade, a nossa esperança de fazer o novo acontecer. Sofremos violências, inclusive institucionais, porque a polícia faz parte desse aparato do Estado que estava, naquele momento, aparelhado para um lado – e não era o nosso.

Quais as estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

A gente vem fazendo um trabalho de nacionalização do Levante desde 2012 e um dos nossos métodos de trabalho de base é agitação e propaganda. A gente investiu muito nisso. Nesse período do governo Bolsonaro a gente não se retraiu, não deixou de avançar, mas a gente também estava se resguardando. Desde 2018, a gente vem fazendo esse trabalho de disputa ideológica mesmo, pelas redes, principalmente no período da pandemia, em que a gente estava muito exposto a vírus, não tinha garantias, pela falta de vacina.

Mas nas ruas também a gente desenvolveu um trabalho de solidariedade muito importante, que pra gente foi um marco. Quando a gente foi às ruas, em 2020, prestando solidariedade às pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade frente à pandemia isso fez uma aproximação da organização, dos estudantes, com as comunidades, com a população. Essa aproximação com o povo, fazer a disputa, que abriu a possibilidade de a gente estar nos lugares, começou muito antes.

Em alguns lugares, o Levante faz um trabalho territorial, desenvolve uma rede de cursinhos solidários – chamada Podemos Mais – em que estudantes da universidade e da nossa

organização dão aulas para estudantes que querem ingressar na universidade. São essas vias que abrem caminhos para essa aproximação com os jovens. E, durante as eleições, a gente traçou estratégias para o nosso ponto chave que é a agitação e propaganda. A gente teve brigadas de agitação e propaganda em diversas cidades; alguns jovens mudaram de cidade para contribuir com esse processo.

Construímos plataformas para marcar os 10 anos do Levante – nosso Projeto Popular para o Brasil e para a juventude – com várias sugestões de caminhos, inclusive de políticas públicas, que podem mudar nossa realidade. **Além das brigadas, tivemos plenárias e apoiamos candidatos que estavam dentro desse plano que construímos, que é o Projeto Popular para o Brasil, porque, mais do que a eleição de um candidato, o que a gente quer, de fato, é um projeto de nação com direitos individuais, com mais acesso, mais democrático.** Essa síntese de 10 anos traz todo nosso trabalho, a experiência que tivemos na pandemia e tudo isso serviu como um impulsionador, um trabalho que nos levou às ruas, às redes, na disputa ideológica, das formas mais criativas: podcasts, sketches de apresentação teatral nas ruas, nas escolas.

Antes das eleições, a gente fez uma campanha nas escolas, nos bairros, fazendo mutirões – que se tornou nacional – para incentivar os jovens a tirarem o título eleitoral porque a gente entendia que a juventude estaria mais aberta ao diálogo, à troca de ideias. Era um trabalho que a gente já fazia e foi agregando pessoas que querem ver a mudança acontecer e isso se aprofundou no processo eleitoral, voltado para essas sugestões de políticas públicas, para a nossa participação no plano de governo participativo no governo do estado, apontando, principalmente, as sugestões e necessidades da juventude.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Essa vitória eleitoral para a gente – tanto no Brasil quanto na Bahia – foi importantíssima para a gente recomeçar, para ter perspectiva de nos enxergar, de fato, enquanto cidadãos plenos de direitos, de enxergamos uns aos outros.

A recriação do Ministério dos Direitos Humanos foi uma sinalização fundamental para termos esperança porque a gente viu a destruição completa, a negação dos direitos humanos.

Diversos conselhos foram extintos no governo Temer; tivemos desinvestimentos, sucateamentos diversos, e a gente sabe em que sujeitos e sujeitas isso caiu.

A gente viu também, nesse período, um crescimento muito grande de armamento tanto policial quanto civil e isso representa um risco muito grande. A gente tem esse alívio, esse respiro, quando a gente vê hoje um presidente que, em seu primeiro dia, suspendeu o porte de armas. Isso sinaliza para nós que esse não é o caminho para a segurança pública e individual. Esse processo todo vem sendo construído coletivamente, reforçado pela nossa Frente, pelo nosso campo político, que se empenhou na campanha. Não vai ser um cenário fácil, não vai ser da noite para o dia. Inclusive porque os cofres públicos ficaram com uma dívida gigantesca, que a gente não tinha dimensão e, infelizmente, sem recursos, as coisas ficam mais difíceis de acontecer. **Os movimentos sociais vão ter que ter sua atuação muito firme na sua base ideológica, continuar seus trabalhos – agora muito mais do que na campanha – nesse sentido de cobrança e de sugestões também.**

Por isso, é muito importante nossa aproximação institucional, de estarmos nos conselhos que, acredito, serão retomados. Se não forem retomados, de imediato, nosso papel é cobrar que esses órgãos que estão mais perto da população estejam em atividade, sobretudo na defesa dos direitos humanos que foram negados nesse último governo, como as vacinas, a falta de investimento na saúde, a farmácia popular que foi desmontada, o SUS, o programa Minha Casa Minha Vida. São programas que têm sujeitos muito específicos que foram negligenciados: em sua maioria, mulheres, negras, pobres periféricas, pessoas LGBTQIA+, jovens. A gente teve uma desesperança muito grande, fomos ignorados. A juventude ficou sem perspectiva, sem emprego, sem acesso à universidade, o ministério da educação foi todo bagunçado.

Pra gente é esse desafio. A democracia precisa ser fortalecida a cada momento. Claro que a gente vai ter críticas ao governo, até porque foi feito um apanhado de partidos que defendem a democracia, foram aliados, mas em algum momento apresentaram contradições. A gente vai precisar ficar muito atento, mas vai ser um período também que vai fortalecer as entidades para a gente voltar a fazer nosso trabalho de base. Não vai ser fácil, mas a gente vai poder dar uma respirada. Porque até as

tentativas golpistas incentivadas pela extrema-direita conseguiram se estabilizar e vimos que não houve golpe durante a posse [de Lula], o ex-presidente já saiu do país e a base extremista está tentando se localizar.

Mas a gente sabe que o bolsonarismo tomou uma forma que não depende mais da pessoa Bolsonaro e ficou enraizado. Então a gente vai ter essa missão de combater o bolsonarismo nas ruas, nesses quatro anos, num trabalho permanente.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

A gente tem alguns. Principalmente porque, nesse período de pandemia, perdemos pessoas. Então temos que parar, se rever, se reorganizar. A gente, enquanto movimento, está se reestruturando internamente porque perdemos pessoas importantes. **O maior patrimônio da nossa organização não são nossos escritos, nossas poesias, nossas sínteses; são nossos militantes.** E a gente perdeu. Seja pelo óbito mesmo, seja pela falta de tempo, de disponibilidade, porque precisava trabalhar, levar o sustento, porque o pai ou a mãe faleceram, ou por outras demandas da vida. As pessoas estão em subempregos, trabalhando 12, 14 horas diariamente, sem carteira assinada.

Infelizmente, estamos em um sistema capitalista e um grande desafio pra gente é a estrutura financeira para as organizações conseguirem se manter, manter suas atividades, sua autonomia e estimular as disputas ideológicas nas ruas. **A gente precisa de estrutura. Seja transporte, transporte público, alimentação. Várias questões que às vezes são básicas, mas que a gente não tem acesso, conta com a solidariedade, com o “Nós por Nós”.** Mas é uma questão que “pega” porque organizações como o Levante são colocadas hoje, na sociedade, de um lado marginal. É um desafio grande, é uma necessidade pra gente ter uma estrutura financeira que dê suporte para nossas atividades, que faça com que a gente tenha condições para expandir nosso trabalho.

Outra necessidade também é a **questão das políticas públicas e por isso a nossa insistência de disputar esse lugar institucional, de estar nos conselhos, de sugerir as políticas que vão favorecer o desenvolvimento desses trabalhos não só do Levante, mas de outras organizações de classe, gênero e raça porque a gente compreende todas essas lutas contra as opressões e para que a gente possa não só lutar contra a perda de direitos, mas também avançar nos direitos.**

Temos esperança, nesse próximo período, de que a gente possa avançar. E para isso a gente precisa estar bem, firme, viva e com condições materiais para estar nessa disputa. **O Levante tem o mesmo tempo da política das cotas nas universidades e a gente consegue visualizar quem são as pessoas que estão na universidade: pessoas negras que tiveram acesso.**

E a gente olha também para o Levante, as pessoas que conseguimos alcançar com os trabalhos que desenvolvemos nas periferias de diversas cidades com nossa iniciativa chamada Nós por Nós, que tem chegado aonde o Estado não tem chegado. Então, quando a gente fala em direitos humanos é algo muito mais amplo do que citar os direitos que todo mundo conhece. Essa defesa dos direitos humanos é no dia a dia, quando a gente luta contra a opressão machista, LGBTfóbica e racista. A gente conseguiu colocar isso na nossa organização como ponto que jamais podemos abandonar: o combate às opressões. Isso é fundamental e é isso que faz da gente uma organização de direitos humanos, de direitos civis. Ser militante no Brasil já é difícil, um pouco cansativo, mas a gente está nesta luta com muito ânimo. Dez anos de Levante Popular da Juventude! É uma criança que começou a andar.

E, ao longo desses anos, fizemos diversos Escrachos contra ditadores, pessoas que serviram à ditadura e não passaram pelo processo de memória, verdade e justiça, a Michel Temer; durante a pandemia, fizemos sobre a venda ilegal de remédios, a falta de vacinas; e, mais recentemente, na luta pela memória de Marielle e de outros que foram assassinados no Rio de Janeiro. A gente só avança quando os direitos avançarem.

Leonardo Pinho

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil) e Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme)



Eu sou Leonardo Pinho, atualmente estou presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil). Sou diretor tesoureiro de uma Confederação de Centrais Cooperativas, Unicoopas, da qual a Unisol faz parte. Sou vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme) e fui eleito recentemente para a presidência do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Primeiro, localizar que as experiências de regimes democráticos no Estado brasileiro são uma exceção. A regra no Brasil é a de regimes políticos fundados na instabilidade institucional, em primeiro momento, e, depois, em regimes autoritários. Se a gente observar todo o processo da proclamação da República, foi um golpe também instaurado no Brasil. E, depois, a gente vai vendo recorrentemente processos de instabilização política e ditaduras. Temos a ditadura Vargas e a ditadura militar no Brasil, por exemplo. Então o regime democrático no Brasil é, infelizmente, uma exceção.

Esse contexto é importante para analisar o processo eleitoral. Nós entramos nesse processo eleitoral onde as autoridades instituídas pela própria democracia, no Executivo brasileiro e em amplos setores no legislativo, operavam processos de instabilização política. E, olhando para a história do Brasil e da própria América Latina, o que antecede processos de golpes e de ditaduras é um processo de instabilidade política. Essa instabilidade política foi instituída pelo poder Executivo, através de sua principal figura, a presidência da República, e pelo Legislativo, buscando alimentar essa tradição histórica no Brasil da instabilidade para buscar instituir um regime totalitário.

Isso se deu por diversas estratégias, mas o principal deles foi o questionamento do processo das urnas eletrônicas no Brasil. Então a gente teve uma violação primeira, que foi a violação de uma cláusula pétrea da nossa Constituição que é o regime democrático. Esse processo de instabilização veio acompanhado por medidas de violação de direitos de forma estrutural e continuada pelo poder Executivo e setores do Legislativo no Brasil, principalmente em alguns territórios específicos, como a região amazônica, muito fortemente, e em algumas outras regiões, como pudemos acompanhar (as chacinas que ocorrem no Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros). Então essa violência eleitoral está alimentada também por um processo generalizado de violação de direitos humanos e de violência institucional a defensores e defensoras de direitos humanos. É de conhecimento mundial, por exemplo, toda a situação das populações indígenas no Brasil.

Isso é um pouco o que eu vejo do contexto do processo eleitoral no Brasil. No entanto, diferentemente de outros momentos históricos, a gente vê que as instituições democráticas vão se mostrando, a gente vê a maturidade das instituições no Brasil caminhando para um processo de reafirmação da vontade popular e da democracia. Acho que, ao finalizar isso com a posse e a estabilidade novamente do regime, se isso se consolidar no Brasil no próximo período, o Brasil vai dar um salto de qualidade em afirmar a democracia como valor universal.

Quais as estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

A primeira aposta central da Unisol junto com a Unicopas foi estabelecer redes mais amplas de atuação na defesa dos direitos humanos e da democracia no Brasil. Então nós participamos de frentes com os movimentos sociais e sindicais dizendo e afirmando a democracia como um valor universal e a defesa do regime democrático no Brasil. A gente colocou isso como uma das prioridades nossas e a Unisol também operou com essas redes a ocupação dos conselhos de participação social. Basta ver essa aposta central no Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Na nossa opinião, manter os conselhos e transformá-los em órgãos do Estado é a grande tarefa democrática do próximo período, porque a gente assistiu esse processo de desestabilização democrática, que também foi acompanhado de medidas de esvaziamento de conselhos. Então, para afirmar a democracia como valor universal no Brasil, além das garantias da estabilidade política entre os três poderes, a nossa grande tarefa é construir um sistema nacional de participação social e transformar o conjunto de conselhos no Brasil em conselhos e órgãos de Estado, que não possam ser simplesmente acabados com uma canetada do poder Executivo. Essa é a grande estratégia que a

Unisol vai operar no próximo período: afirmar que, além da estabilização política dos três poderes, da posse da nova presidência, de uma gestão mais harmônica desses três poderes, é fundamental consolidarmos os conselhos de participação e controle social como órgãos de Estado, com autonomia financeira e administrativa e que todos os conselheiros e conselheiras da sociedade civil sejam eleitos e eleitas pela própria sociedade civil. Essa, para nós, é a grande tarefa para estabelecermos no Brasil um senso comum em torno do conceito da democracia como valor universal.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

O Brasil precisa conseguir estabilizar essa relação entre os três poderes. É uma tarefa institucional. Mas tem uma tarefa que é um lema dos movimentos das pessoas com deficiência e que eu gosto muito: “Nada sobre nós sem nós”. Eu acho que a democracia brasileira precisa consolidar essa visão, esse conceito e essa estratégia. Não é possível a gente construir políticas públicas sem a devida participação e controle social das organizações, dos movimentos da sociedade civil.

Para nós, a tarefa número um do próximo período no Brasil é que se consolide um sistema nacional de participação social, institucionalizar processos interconselhos, de diálogos e participação entre os conselhos de participação e a sua afirmação como órgãos de Estado, com autonomia política, administrativa e com uma gestão autônoma das organizações e entidades da sociedade civil.

Para nós, essa é a tarefa elementar, porque é a partir dela que nós vamos criar, por exemplo, instrumentos poderosos de proteção de defensores de direitos humanos, é a partir daí que vamos trazer o protagonismo para amplos setores da sociedade – populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

É através do controle de participação social que negras e negros vão conseguir colocar nas políticas públicas a prioridade para essas populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil. Não existe democracia real e plena sem o respeito aos direitos humanos. O respeito no sentido de afirmar que a democracia só pode existir em processos permanentes de progressividade dos direitos e, também, afirmar que não é possível ter direitos humanos sem democracia. Então, esses dois conceitos precisam andar alinhados. Afirmar democracia como valor universal é afirmar a primazia da progressividade dos direitos humanos. Essa articulação entre esses dois mundos é realmente afirmar a democracia como valor universal.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O primeiro desafio é a gente compreender que a construção da democracia no Brasil, o processo de democratização do Estado brasileiro e das suas políticas públicas, passam necessariamente pelo protagonismo das entidades e movimentos sociais do Brasil. Passa pelo Estado e pelas políticas públicas reconhecerem as tecnologias sociais, as tecnologias leves que são construídas nas entidades e movimentos sociais junto a territórios e populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil.

E, para isso, passa por um processo de desburocratização da relação Estado e sociedade civil. Hoje, a gente tem uma legislação, que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que veio facilitar e desburocratizar, mas hoje ele é muito utilizado, inclusive, para burocratizar as relações de Estado e sociedade civil. Um grande desafio hoje no Brasil é termos, na secretaria geral da presidência, um espaço institucional que trabalhe com a desburocratização da relação Estado e sociedade civil. Garantir, no imperativo, a transparência dessa relação.



E o segundo ponto, que se garanta que instituições, entidades e movimentos sociais, principalmente de territórios afastados de grandes centros urbanos, ou seja, populações mais vulnerabilizadas, possam também ser protagonistas na execução, no desenvolvimento de ações, em parceria com as políticas públicas e o Estado brasileiro.

Como a gente viu, o processo eleitoral brasileiro radicalizou a violação sistemática e institucional dos direitos humanos no Brasil. A única novidade é que a gente viu isso de forma muito crua e radicalizada, levando a um processo profundo de instabilização política.

O amadurecimento das instituições democráticas e principalmente a mobilização ativa das entidades dos movimentos sociais reafirmaram a democracia como valor universal no Brasil e nós

precisamos garantir a estabilidade política e um novo padrão de relação entre os três poderes, assentada num sistema nacional de participação e controle social do Brasil e de transparência e desburocratização da relação Estado e sociedade civil.

Agora é avançar para uma agenda de progressividade de direitos, assentada na estabilidade institucional, no novo padrão de relação entre os três poderes, um sistema nacional de participação social e num processo de ampliação de transparência e desburocratização da relação entre o Estado e sociedade civil para termos enfim, no Brasil, a tranquilidade em afirmar que a nossa nação tem como princípio a democracia como valor universal.

Lucia Secoti

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI)



Sou Lucia Secoti, tenho mestrado em gerontologia, que estuda o envelhecimento e essa é minha área de pesquisa.

Em minha atuação, a busca é sempre levar vida e dignidade às pessoas idosas em nosso país. Esse meu trabalho me levou para uma ação pastoral, na Pastoral da Pessoa Idosa da Arquidiocese de Campinas. Mesmo antes da conclusão do mestrado e da minha atuação pastoral, eu já vinha conhecendo os conselhos de direitos e todo meu trabalho é pautado nesse viés: a defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, para que ela tenha dignidade nesta fase da vida. Essa busca se dá por entender que os direitos humanos são para todos e por isso eu atuo nos conselhos de direitos.

Nesses últimos anos, eu estava presidindo o Conselho Nacional de Direito da Pessoa Idosa (CNDI). Fui eleita em outubro de 2018, dias antes do segundo turno. Quando o governo Bolsonaro assumiu, em janeiro de 2019, já começou com a medida provisória que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e depois o CNDI também foi atingido pela destituição.

Desde então, a gente vem lutando pela revogação do Decreto n. 9893, de junho de 2019, porque nós temos o direito adquirido, fomos eleitos como entidade e depois eu fui eleita como presidente do CNDI. Então, minha luta, nos últimos quatro anos, tem sido a defesa dos direitos da pessoa idosa, mas também o direito constitucional de participação social.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Esse processo foi muito marcado pelo medo de se posicionar. Voltou-se a dizer que não se fala em política, que falar em política dá confusão, dá briga. Esse medo pairou em todo o processo, mas ele vem desde o início do governo, em 2019, em que as pessoas se sentiram tolhidas em seu jeito de pensar, de agir. **Diversas vezes, fazendo a defesa do CNDI e atuando também em duas comissões do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, eu percebi o quanto foi difícil estabelecer diálogo com algumas pessoas, algumas autoridades, porque elas entendiam que eu estava defendendo uma questão só da esquerda, e não é. Direitos Humanos são para todos e têm que ser protegidos.**

Eu vejo que isso se refletiu nesse processo eleitoral de 2022: as pessoas usando esse mecanismo para enquadrar a população, deixá-la de fora das discussões. Mas, se a participação social é resguardada pela Constituição e ela é um direito humano, por que não se pode discutir política? A gente viu isso, demasiadamente, nas campanhas, participando direta ou indiretamente.

Quando eu ia discutir um programa, falar da questão da pessoa idosa, algumas pessoas diziam: “não quero falar, não falo sobre política”. E, ao mesmo tempo, se via pessoas declarando voto no candidato ou candidata que tinha interesse, mesmo o voto sendo secreto. A democracia, neste processo, estava em jogo. Com a destituição, me foi tirado o direito de participar, um direito adquirido porque fui eleito presidente de um colegiado nacional. Foi um silenciamento.

E mesmo depois das eleições definidas, a gente vê como tem sido tenso o período pós 30 de outubro. As pessoas se afastam da política, achando que a política é coisa de poucos, mas a política é de todo cidadão, ela faz parte do nosso cotidiano; então não tem como eu me afastar – como cidadã que sou. Esse processo eleitoral foi permeado pelo medo, pela preocupação, por não querer falar o que pensa, o que sente, e isso não é bom para o processo democrático; não é um processo democrático quando você não pode se expressar.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Quando foi publicado o Decreto n. 9759, em abril de 2019, havia alguns prazos para a recriação dos colegiados. A data era 28 de maio de 2019. No nosso caso, foi enviada à Casa Civil a estrutura que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos entendeu ser necessária a continuação. Então, primeiramente, ainda como colegiado eleito, eu solicitei, em abril, uma audiência com a então ministra da mulher, família e direitos humanos; só conseguimos conversar em 14 de maio de 2019. Ficou consignado conosco, nessa reunião, inclusive com a participação de dois deputados federais que integravam a Comissão do Idoso da Câmara, que o colegiado teria acesso à documentação que a equipe técnica do ministério estava trabalhando para enviar à Casa Civil.

Solicitei informações, mas não recebemos nada. A gente só veio a saber como foi recriado o CNDI quando da publicação do decreto que nos destituiu. Esse decreto foi assinado no dia 27 de junho e publicado no dia 28 e foi quando eu, como presidente do colegiado, fiquei sabendo o que tinha acontecido com a gente. Durante esse período todo, a gente não teve acesso a essa informação, mesmo tendo tido essa reunião com a senhora ministra, à época. **O documento técnico que eles enviaram para a Casa Civil foi justamente a desfiguração do CNDI: saímos de 14 representações da sociedade civil para três, e de 14 representações governamentais para três.** Mas essas representações governamentais acabaram sendo ocupadas por um único ministério: três secretarias nacionais do ministério

da mulher, família e direitos humanos que tiveram acesso a esses assentos. **A transversalidade da política da pessoa idosa acabou ali; e as três representações da sociedade civil foram escolhidas por eles, então o processo ficou totalmente engessado. Sem contar que nessa configuração, pelo decreto de junho de 2019, ficou definido que o presidente seria sempre o titular da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa.** Isso foi imposto. Isso não existe. Para um colegiado que tem a participação social como direito constitucional **essa é uma violência.**

Depois desse processo, o que a gente pôde fazer? Eu, pessoalmente, entrei com uma ação no STF para tentar barrar esse processo de quebra de direito adquirido, mas não consegui avanço. Também, pessoalmente, trabalhei muito com parlamentares que se colocaram à disposição para nos ouvir. **Nosso trabalho de advocacy, na defesa deste colegiado foi todo no sentido de revogar o decreto por meio de PDLs [projetos de decretos legislativos], para que a gente pudesse ter uma nova legislação que assegurasse a participação social. Também atuamos no protocolo de PL para dispor sobre composição e funcionamento do CNDI.**

A lei de 1994 estabelece a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, mas, nessa lei, foi vetada a composição, por questões administrativas, e a composição foi definida por decreto, posteriormente. Quando o governo Bolsonaro assumiu, trabalhou nessa fragilidade da lei vigente e redefiniu a composição sob o entendimento deles. Não houve discussão com o colegiado, nem com a sociedade. E decreto é imposição: o presidente ou vice-presidente no exercício da presidência assina e ponto final.

Como a gente só pôde atuar quando já não era mais presidente, a gente recorreu a moções, carta de repúdio, à nota pública, inclusive nos colocando à disposição para dialogar e pedindo uma agenda com o presidente Bolsonaro, mas não conseguimos nada. **Só através da movimentação no Congresso foi que a gente conseguiu protocolar alguns projetos para conseguir minimamente fazer a defesa do CNDI.** Aí eu gostaria de emendar com outra questão: por que a defesa de um colegiado? Por que a defesa do retorno do CNDI? Alguns até falam que isso não seria defender diretamente os direitos da pessoa idosa. **Mas é. Porque cabe a nós, o CNDI, zelar pela legislação – a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.**

Então, quando a participação social é garantida, quando a gente está num colegiado, a sociedade civil conversando à mesa com as representações governamentais, há debate, troca de ideias, de experiências. E muitas vezes, como aconteceu com a nossa destituição, o governo faz questão de colocar que a sociedade civil quer impor o que ela quer. Não é verdade.

É nesse diálogo entre sociedade civil e representação governamental que se tem o melhor desenho para a política pública. Por isso eu defendo os colegiados: porque são espaços públicos e democráticos, não espaços de gabinete, onde temos que pedir agenda, autorização para falar com um secretário, um ministro. Eles têm que existir para a existência de uma democracia forte, plural, com o olhar de diálogo. A democracia participativa é constitucional.

Como avalia a situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Apesar de todas as nossas dificuldades, eu avalio que foi muito importante a consciência do papel cidadão, do nosso trabalho voluntário, como sociedade civil, nesses espaços para não deixar esgarçar nosso papel democrático nesses quatro anos em que tivemos um governo totalmente contrário ao entendimento de participação social e direitos humanos. Essa construção – que veio desde a redemocratização, da década de 1980 para cá – foi quando tivemos o fortalecimento desses espaços democráticos que são os conselhos de direito. **Isso foi ultra importante para a gente se manter minimamente pensando nos direitos humanos no Brasil nesse governo, com decretos antidemocráticos, como foi o ato que deformou o CNDI.**

Por que o governo Bolsonaro atacou os conselhos nacionais, os espaços de participação social? Porque quando eu não tenho a sociedade civil participando, eu não tenho um processo democrático nas discussões e essa é uma das características de um governo autoritário. **A sociedade civil ser escolhida pelo governo para compor um colegiado e não por um processo eleitoral, não é um ato legítimo.**

Tanto que os editais são de seleção, em que uma comissão, composta pelo governo, escolhe representantes da sociedade civil, passando pelo crivo governamental. Isso aconteceu com o CNDI e mostra o quanto essa inversão é pernicioso para a democracia.

Esse é um ponto importante que o Brasil, com este novo governo, precisa resgatar e fortalecer.

A democracia se faz nesses espaços. A democracia é sinônimo de diálogo, de participação da sociedade civil. Esse fortalecimento se dá, primeiro, com o fortalecimento desses colegiados que tiveram antes a sua composição por decreto; e que agora sejam efetivados por lei. Aí não tem governo A, B ou C que possa decretar a desfiguração, a limitação, o que quer que o governo deseje, de forma autoritária. Essa é a primeira coisa para o fortalecimento da democracia e para garantir os direitos humanos que – não podemos esquecer – são direitos para todos.

O segundo ponto para esse fortalecimento, pensando pelo viés dos colegiados, é a definição das secretarias executivas dentro desses espaços. Porque a gente vê, muitas vezes, a secretaria executiva sendo um cargo de uma pessoa comissionada. Mas a gente tem advogado que a secretaria seja um órgão técnico, que vai dar assessoria ao colegiado. **E isso já consta no PL 4249, de 2020, que a deputada Lídice da Matta protocolou. Não pode ser um cargo disputado porque tem um DAS [Direção e Assessoramento Superiores];** tem que ser funcionário de carreira, uma pessoa talhada, que tem entendimento do que ela está fazendo no colegiado; ela é o pino da dobradiça, que está ali fazendo toda a movimentação. Não vai decidir pelo colegiado, não está ali para definir a agenda do governo.

Mas, para a gente ter a garantia da qualidade na participação social, a gente tem que pensar nesse profissional que vai exercer essa função. Isso tem tudo a ver com a pergunta sobre fortalecimento porque esse é o espaço garantido para nós e, se a gente quer uma democracia forte, precisamos dar espaço para a sociedade civil participar e fazer o controle social que é devido a ela. Para isso, a secretaria executiva dos colegiados nacionais precisa estar prevista em lei e precisa ser escolhida pelo colegiado, com base em critérios técnicos. O servidor que assume a coordenação dessa tarefa exercerá a coordenação da secretaria executiva, não como muitos acham que são coordenadores do colegiado. Precisa ser um servidor de carreira, que está ali para cumprir uma função pública. Não pode ser imposto pelo ministro A ou secretário B.

Eu vejo esse fortalecimento da democracia e dos direitos humanos por esses espaços democráticos, como os conselhos, as audiências públicas no Congresso, e outros mecanismos. E também pela educação: o papel do cidadão não é só na hora do voto. Nosso papel cidadão é no dia a dia. Temos que repensar também como a gente atua como cidadão nesta sociedade. A gente faz uso das ouvidorias?

Comunica uma situação inadequada? O que ficou claro para mim, desde 2019: um ataque à participação social, à cultura, ao exercício dos profissionais de comunicação, afastamento da sociedade civil dos espaços públicos e isso é o que eu espero que a gente resgate a partir de primeiro de janeiro.

Quais seriam os desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O grande desafio é a inclusão efetiva dos movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas. Outro desafio é a gente ter um entendimento amplo sobre democracia. A gente não pode atuar pensando num espaço de atuação pequeno. A participação do meu movimento vai trazer transformação social; pode atuar localmente, mas é para todos. Também é importante que se tenha entendimento e interesse público e não particular. Isso é um desafio para um cidadão que executa esse papel na ponta, no território. É um desafio para a sociedade entender a atuação das organizações da sociedade civil e é um desafio para o governo – valorizar, entender, dar respaldos.

No caso do CNDI e do Conanda, temos os fundos municipais, estaduais e nacionais que são recursos destinados a essas políticas, a partir de editais, em que os movimentos participam propondo projetos. Os projetos são importantes para ajudar, para apoiar, mas atendem, muitas vezes, a uma questão local e têm um tempo de execução. As políticas públicas são para todos e atemporais. Por isso são ultra importantes porque elas vão existir independente de governos.



As pessoas às vezes consideram que direitos humanos são coisas de um grupo. Quando se fala de direitos humanos da pessoa idosa, por exemplo, se fala em garantir políticas públicas para essa população. **É fundamental que os defensores de direitos humanos sejam vistos com respeito pela sociedade, pelo governo, para que possamos fortalecer a atuação das organizações e movimentos.**

E como se faz isso? Deixando claro para todos que nós somos indispensáveis para a qualidade de vida do povo. E que os direitos humanos não estão vinculados só à questão da violência física.

Há uma violência estrutural, de inexistência de serviços públicos para a população e aí está nosso papel de defensor público para trazer qualidade de vida para nosso povo. É nisso que eu me pauto, é nisso que eu atuo com muito carinho e muito orgulho do meu trabalho.

Makota Celinha Gonçalves

Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro Brasileira (Cenarab)



Eu sou Makota Celinha Gonçalves, eu estou coordenadora geral do Cenarab, Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro Brasileira. Já sou militante do movimento negro há, pelo menos, 40 anos. Sou professora primária, minha formação superior é jornalismo, com especialização em marketing estratégico. Minha militância é basicamente na discussão de que nós precisamos ter nossas vidas asseguradas, nossos direitos assegurados. Eu sou uma macumbeira de esquerda e estou nessa luta, hoje fazendo parte desse movimento de esperar.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Foi um processo eleitoral bastante violento. Teve momentos que eu não sabia se era eleição para presidente da República ou síndico de igreja, porque ficava tanto meu candidato quanto o “inominável” disputando quem era mais cristão. E, como eu venho desse espaço de não cristãos, a gente sofre muito. Foi um ano muito violento, onde os direitos humanos foram extremamente violentados. Tínhamos um Estado que não nos reconhecia. É como se tivesse dado uma autorização para as pessoas: “não gosto de você, não te respeito, não te amo”.

Então para nós, defensoras e defensores de direitos humanos, foi um ano muito difícil. Foi um ano de uma conjuntura extremamente grave, e a gente espera ter alguma sorte agora, a partir desse novo governo. Foi um processo de muita dor. Tanto a dor ainda vivida hoje pelos resquícios de uma grave pandemia, onde mais de 600 mil pessoas morreram, perderam as suas vidas por conta da negação da ciência.

É muito difícil para nós avaliarmos esse estado que a gente vive. Eu acredito que o processo eleitoral do nosso país foi de extrema violência. De um lado, tínhamos a negação da vida e, do outro, nós. Lutando por alguma esperança, por alguma sensação de mudanças, de transformação, mas, principalmente, de resgate de nosso país, da democracia e da esperança – ainda que a coligação, a forma que nós precisamos usar para ter de volta nosso país – não seja a mais agradável, diga-se de passagem. Ainda temos muitos desafios com o governo eleito.

Foi um ano muito difícil. Até a apuração dos votos foi difícil. Imaginar que milhões e milhões de pessoas ainda votaram nesse projeto de governo neofascista, de ultra direita, negacionista. É muito difícil saber que país é esse, que condições de vida são essas. E sofremos muito – o medo, as ameaças constantes – e, no nosso caso, o CENARAB sem poder funcionar em sua totalidade, por causa de ameaças, o medo de sair nas ruas. Eu sempre falava para as pessoas que eu não sabia mais o que é ser racional e irracional, porque o único ser racional é o ser que mata um ao outro, em função desse ódio, dessa não aceitação da diversidade. O animal irracional não é assim. Você não vê cachorro matar cachorro, gato matar gato. E eu quero até discutir sobre os

conceitos de racionalidade e irracionalidade, porque é uma coisa muito complexa. Nós somos ameaçados 24 horas, tanto que no resultado da eleição, no caso de Belo Horizonte, nós tivemos casos de mortes de pessoas negras, na favela, porque votaram no Lula. A gente acompanha tudo isso. **O CENARAB bolou uma série de estratégias, mas nenhuma estratégia vence armas. Nossos corpos são corpos de carne e osso, não são corpos de aço. Nós tivemos depredações em terreiros, terreiros queimados. E a gente só acompanha. É uma sensação, inclusive, de impotência em relação a isso.**

Quais as estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

Nós criamos comitês populares macumbeiros. Porque eles não nos reconhecem enquanto templo, então nós montamos, nos terreiros, comitês populares para derrubar a ultra direita nesse país. **No caso do CENARAB, nós fizemos todo o norte de Minas, o sul de Minas, o triângulo mineiro... Nós certificamos os terreiros em reconhecimento à sua importância para nós e aproveitamos esse momento para criar os comitês populares macumbísticos: “vamos pensar essa fragilidade do racismo, já que eles têm medo da gente e não vão nos terreiros, não nos fiscalizam, nós vamos fazer o que as igrejas fazem”.**

Exatamente a estratégia que o neopentecostalismo utiliza, nós fizemos, mas fizemos pela democracia, pela volta do nosso Estado de direito, pela retomada de nosso país. **Foram mais de 200 comitês populares em terreiros de macumba. Essa foi a nossa estratégia. E foi um sucesso.** Estamos agora com o desafio de **manter esses comitês populares, porque, na verdade, quem vai assegurar governança nesse país e voltar essa mobilização é o povo.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil** e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

Eu acredito que não basta você sair vitorioso do processo eleitoral. Ele é importante porque assegura a retomada, mas a destruição feita em quatro anos de governo Bolsonaro é uma coisa sem precedentes na história. Eu costumo falar que nós recuamos anos. Nós tivemos 16 anos de governos democráticos e populares que, com quatro anos, foram completamente dissolvidos e destruídos. O grande desafio é como resgatar esse processo, mas também apontando para o futuro. Assegurar a política como intrínseca ao Estado brasileiro é uma forma de garantirmos o avanço lá na frente.

Não tenho dúvidas de que a luta da direita nesse país vai continuar extremamente fortalecida, violenta, e nós precisamos ter estratégias de enfrentamento a isso. Qual o papel que nós vamos ter daqui pra frente nesses quatro anos? Nós precisamos resgatar o projeto Fome Zero. As pessoas estão com fome, adoecidas, sem moradia. Não existem hoje políticas públicas como existiam no nosso país nos 16 anos de governo democrático popular que precisam ser resgatadas com urgência. Não vai ser fácil. O que encontramos hoje no Estado brasileiro é a destruição total, não só dessas políticas, mas inclusive dos arquivos. **As conferências são fundamentais para resgatarmos isso e assegurarmos a participação popular.**

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Primeiro, nós temos que estar muito atentos com os nossos espaços físicos, com nossos corpos, porque a ultra direita se organiza através da covardia. Então essa é uma das coisas que nós precisamos ficar muito atentos. Os nossos espaços físicos, porque nós podemos ter um governo, mas temos uma sociedade extremamente dividida. E para nós, defensores dos direitos humanos, essa exposição é intrínseca à nossa atuação.

Mas eu não tenho dúvidas de que não vai ser fácil. Esse governo será um governo de transição para o povo, e nós devemos pensar daqui a quatro anos. Outra coisa que, para mim, é muito concreta é o perfil do Congresso Nacional. A gente nunca teve os cargos, mas não deixa de ser um grande complicador, a moeda, as barganhas que terão que ser feitas para poder assegurar esse governo. Isso me preocupa muito, por isso eu acho muito importante a mobilização popular no sentido da cobrança. **É preciso estar atentos, vigilantes, para podermos cobrar. Do contrário, nós não vamos sair desse lugar. Nós vamos inclusive nos fragilizar mais ainda.**

Sem dúvida nenhuma, a direita desse país, a cada dia que passa, se fortalece mais, inclusive fortalecida por outras experiências que nós estamos vendo com a direita ao redor do mundo. Como nós vamos lidar com o crescimento dessa direita, senão através da mobilização popular? Esse é o grande desafio que nós temos. Mas é necessário que a gente mobilize os comitês populares, faça frente a tudo isso, mas que, principalmente, a gente pontue o governo nas políticas que a gente precisa para, de fato, por esse país nos braços da democracia novamente e nos trilhos do desenvolvimento.

Nós precisamos ter estratégia de como vamos nos posicionar em relação a isso. **E mais do que nunca, a importância de termos entidades fortalecidas, unificadas, com planejamentos estratégicos bem atuais para poder dar conta desse processo. Então eu acredito que tanto a Abong, a Plataforma pela Reforma do Sistema Político, a Frente Brasil Popular, a Frente Brasil Povo sem Medo são espaços fundamentais para o fortalecimento da sociedade civil.**

Nós precisamos nos fortalecer, estar cada vez mais unificados, pontuados essa questão da nossa segurança, para que a gente consiga avançar. Isso para mim é fundamental.

Eu acredito que a gente precisa, nesse primeiro momento, fazer o nosso planejamento estratégico enquanto sociedade civil. Como é que nós vamos pontuar o Estado brasileiro? Nós ajudamos a eleger, portanto temos responsabilidades com esse governo para que ele possa atuar. **Mas não podemos perder de vista que nós estamos do outro lado da trincheira. Nós somos sociedade civil, não somos o Estado.**

Então nós temos que estar muito afiados, inclusive no que nós vamos pontuar. Eu, por exemplo, no meu campo, que lido, por exemplo, com a questão da laicidade, me preocupa muito. Nós precisamos estar atentos, preparados para poder, inclusive, propor ao governo esses avanços e assegurar que de fato nós possamos por nosso Brasil nos trilhos.



Marina Dermmam

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



Eu me chamo Marina Dermmam, sou advogada popular, moro no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. Atualmente eu estou ouvidora da Defensoria Pública do estado do Rio Grande do Sul.

Meu mandato encerra em Abril deste ano. Eu também faço parte do Conselho Estadual de Direitos Humanos, e aqui, no conselho do Rio Grande do Sul, eu estou desde a sua fundação (só um pequeno período eu fiquei fora, para conseguir concluir o mestrado), então, eu estou há mais ou menos oito anos no Conselho Estadual de Direitos Humanos, onde, nos últimos dois anos, eu estou na mesa diretora, na qualidade de vice-presidenta. No final do ano de 2022, fui eleita também para ingressar no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), onde também estou na mesa diretora.

Nesses dois espaços de conselho, eu represento o MST, a Via Campesina, porque eu sou advogada do setor de direitos humanos do MST já faz alguns anos. Eu também sou articuladora nacional da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.

Então essa minha atuação na luta pelos direitos humanos vem desse espaço da advocacia popular, com os movimentos sociais.

Eu não trabalho apenas com o MST, mas com outras pautas, já fui advogada da ONG Themis, trabalho também com quilombolas, indígenas, nesse último período, muito especialmente com a área ambiental, porque aqui no estado a gente tem algumas questões como o uso abusivo dos agrotóxicos, que têm contaminado as produções orgânicas, e também o combate à megamineração no estado, que tem sido uma fronteira de expansão da megamineração aqui no Brasil.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Não foi um processo eleitoral fácil, pensando no pré e no pós eleitoral. No contexto em que estamos fazendo a entrevista hoje, faz menos de uma semana, todas as instituições do nosso Estado Democrático de Direito sofreram um ataque de extremistas, radicais da extrema-direita, para tentar fazer um golpe de Estado.

É um cenário ainda muito nebuloso que as nossas instituições democráticas ainda estão respondendo. Isso vem muito do pré-eleitoral, e, pensando a partir dos espaços de militância, a gente aqui no Rio Grande do Sul, antes mesmo da eleição, tentou construir alguns espaços de proteção da militância e dos nossos representantes, nos parlamentos em especial. Estou me lembrando aqui dos casos das ameaças, principalmente de vereadores e vereadoras negros e negras aqui do Rio Grande do Sul que sofreram, desde a sua eleição, há dois ou três anos, ameaças de morte.

Aqui em Porto Alegre, na última eleição para vereador, conseguimos eleger quatro vereadoras negras e um vereador negro. Durante esse período, eles sofreram sérias ameaças de morte e a gente se ocupou muito em tentar monitorar isso. **Nós montamos, inclusive, um comitê popular contra a violência política, tentando trazer junto instituições e entidades na defesa dos direitos humanos. Houve ameaças também aqui a vereadores negros do interior e a vereadores trans. Ontem a gente fez a oitiva de um vereador gay que está sofrendo ameaça de cassação no município de Marau, uma cidade muito conservadora.**

A gente teve muita preocupação em garantir que o processo eleitoral em si ocorresse com tranquilidade. **Então o nosso Conselho Estadual de Direitos Humanos – e o mesmo aconteceu com o CNDH – a gente firmou termo de cooperação com a Justiça Eleitoral aqui do Rio Grande do Sul, bem como com o Tribunal Superior Eleitoral**, porque a gente veio de um contexto em que a validade da eleição foi posta em cheque, principalmente as nossas urnas eletrônicas e a instituição da Justiça Eleitoral em si.

Então isso foi uma preocupação: monitorar, acompanhar, e, de certa forma, tentar fazer o debate público nessa arena que são os Conselhos de Direitos Humanos.

No dia da eleição, também, a gente organizou uma vigília das entidades e da sociedade civil, porque a gente tinha muito medo da violência na rua. E a gente viu isso principalmente no segundo turno da eleição, algumas tentativas de impedimento da população chegar efetivamente às urnas e depositar seus votos com segurança.

Houve também o fato de um companheiro nosso que foi detido durante o segundo turno, que se deparou com a distribuição de um material irregular por parte do pessoal que estava fazendo campanha para o candidato Bolsonaro. Era um material que tinha até ordem de apreensão e não-distribuição. Ele cobrou um posicionamento da polícia, que estava próxima, deu um pequeno tumulto e ele acabou sendo detido e conduzido a um posto de atendimento da Polícia Militar. Eu e alguns outros advogados fomos impedidos de entrar no momento da detenção dele. Tem registros de que ele sofreu violência física por parte da polícia, quando foi detido, mas logo conseguimos entrar, ele foi ouvido e liberado.

Quais as estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

A gente tentou fazer essa organização no pré eleitoral, então teve essa organização dos próprios conselhos de direitos, que fizeram um monitoramento junto à Justiça Eleitoral. A sociedade civil organizada também se inscreveu para as observações externas, o que eu acho que foi muito importante, foi muito salutar nessa última eleição – e eu acho que deve ser uma estratégia que tem que ser adotada pela Justiça Eleitoral em todas as eleições. A gente teve entidades que estava monitorando, como a **Associação Nacional de Defensores e Defensoras Públicas, que goza de grande confiança da sociedade civil, a Associação dos Juizes pela Democracia, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.** Essa foi uma estratégia muito bem sucedida, de acompanhamento e fiscalização da sociedade civil no processo eleitoral. Essa última eleição mostrou a preocupação da sociedade civil também em garantir a democracia a partir de espaços de validação do processo eleitoral brasileiro.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Essa pergunta se torna mais difícil por conta do cenário de tentativa de golpe e extrema violência que a gente sofreu na nossa democracia no último domingo (08 de janeiro de 2023). Então, para fortalecer a democracia, a gente de fato tem que responsabilizar as pessoas que cometeram e têm incentivado esses atos antidemocráticos nos últimos quatro anos e isso passa tanto por ex-gestores públicos, como o ex-presidente, seus ex-ministros e toda a sua base de apoio; pelo grande empresariado brasileiro, setores do agronegócio, da mineração, que tentaram tomar de assalto a nossa República e imprimiram tantos retrocessos na área de direitos humanos e ambiental. E também agora ficou muito evidente algo que a gente já desconfiava: a conivência do exército e das forças de segurança com essas práticas golpistas e antidemocráticas. Então, fortalecer a nossa democracia passa pela responsabilização desses agentes que há algum tempo têm fomentado esse discurso de ódio, as mentiras, as fake news, entre outros.

E o fortalecimento dos direitos humanos passa pela reconstrução de todas as perdas que a gente teve no último período. O fortalecimento não vem tanto do avanço das nossas pautas, mas sim da retomada das nossas pautas e a retomada dos nossos direitos. E essa resposta vem do momento histórico que a gente vive. Acompanhando a transição do governo, lendo os relatórios, é tão triste o que a gente passou no último período em direitos humanos que a gente tratou mais de sobreviver. Uma sobrevivência que não é apenas uma luta para manter os nossos direitos, mas que a gente usou os nossos próprios corpos como defesa. Quantos companheiros a gente não perdeu nos últimos anos... A gente tratou mais de ficar vivo e não ter mais retrocessos.

Então, o desafio para fortalecer os direitos humanos nesse período é a gente tentar minimamente voltar para a condição que a gente tinha nos últimos anos, que é uma condição que as pessoas não passavam fome, que a gente não tinha tantas pessoas nas ruas, que a gente não perdeu tantos direitos e não perdeu tantos espaços.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O último período foi tão desolador, foi tão horrível, tivemos muitas entidades perseguidas. **A gente tem desafios de avanço também pensando na questão administrativa das entidades, que as organizações, os movimentos, tenham tranquilidade em operar seus espaços de luta**, que às vezes passam também por entidades, por ONGs, por pessoas jurídicas.

Elas foram muito enfraquecidas, seja por falta de recurso, seja por perseguição política administrativa, como a não aprovação de contas de projetos, demora em responder... Isso tudo passando por uma orientação ideológica do governo anterior.

Outra questão é se reagrupar como uma força social importante. Que as pessoas, as organizações e movimentos sociais tenham tranquilidade de levar as suas pautas adiante, saber que vão ser escutadas e que não vão estar ameaçadas por estarem fazendo uma militância em direitos humanos. Quantos companheiros e companheiras que eram importantes para essas organizações se afastaram por questões de abalo psicológico? Alguns saíram do país, inclusive, porque a perseguição aos ativistas de direitos humanos foi muito grande e a gente não tinha estrutura de proteção – pensando no desmonte das políticas públicas nessa parte, os programas de proteção de direitos humanos que foram completamente inoperantes nesse período, e o desmonte de mecanismos, como o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura. T

em tanta coisa para fazer, a tarefa para o próximo período é tão árdua, é difícil até apontar por onde começar. **A gente precisa retomar os nossos espaços de participação social, as políticas públicas prioritárias, fortalecer mais as nossas organizações, tanto financeiramente quanto administrativamente.**

Mônica Alkmim

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)



Eu sou Monica Alkmim, hoje eu estou na coordenação geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), mas tenho uma referência institucional que é a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (ODHPL), onde sou coordenadora executiva.

Pelo MNDH, tenho algumas representações nacionais e internacionais: sou conselheira do Conselho Nacional de Direitos Humanos e recém-eleita para o Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Conanda). Internacionalmente, represento o MNDH e o Brasil na Rede Coalizão Sul, que são organizações mais focadas na área da infância, entendendo que a infância não é isolada, portanto envolve uma série de direitos que devem ser garantidos.

Atuo na área dos direitos humanos há uns 30 anos. Sou pedagoga, comecei na educação formal. Atuava em escolas públicas em diversas funções e comecei nos direitos humanos através da atuação com crianças e adolescentes em situação de rua.

O MNDH é uma rede de um pouco mais de 300 organizações nas diversas áreas de luta, com representação em todos os estados brasileiros. As assembleias são os principais espaços deliberativos e, das assembleias estaduais e da nacional, saem representantes de todos os estados, que formam o conselho, e há uma coordenação geral eleita. Eu já estou à frente do segundo mandato na coordenação do MNDH.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?**

Para a gente avaliar o processo eleitoral, a gente precisa avaliar o que foram esses quatro anos de governo Bolsonaro e dois anos de governo pós-golpe contra a presidenta Dilma. Tivemos uma gestão absolutamente questionável, em todos os aspectos, mas nos dois últimos meses sequer isso tivemos. Entre suas promessas de campanha, Bolsonaro dizia que iria acabar com a militância – colocando militância como algo negativo, na mesma linha de quando ele falava em acabar com a corrupção. **E executou isso nas suas primeiras ações, primeiro com o decreto que fechou alguns espaços de participação (conselhos e comitês) e a mudança de composição e de atribuição de outros, não criados por lei. Isso já deixava claro que ali se encerrava o diálogo da gestão governamental com as organizações da sociedade civil e com os espaços democráticos de participação.**

Isso foi uma frente fundamental, uma linha de governo, que se desdobrou em outras questões, entre elas a criminalização das organizações e das pessoas, dos corpos, ao longo de seis anos – desde o golpe contra a presidenta Dilma – e se concretizou no governo Bolsonaro. Para além das práticas diárias de criminalização de defensoras e defensores que estão nas águas, nas terras, nas ruas, nas calçadas e nas entidades, ele – e seus

desdobramentos familiares e de gestão – também tinham um discurso criminalizador. **Esse discurso, a partir de um lugar de autoridade, fez com que a sociedade – ou quem tinha pouco conhecimento sobre o que é, efetivamente, a atuação de uma defensora, de um defensor – começasse a receber esses discursos contínuos como possíveis verdades, passasse a nos olhar com o olhar desconfiado e começasse a ter a visão de que a defensora e o defensor se aproveitam do dinheiro público, defendem direitos próprios e não coletivos.**

Muita coisa ruim aconteceu. **Muitos desmontes de políticas: o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a não criação dos comitês estaduais, os ataques que aconteceram à forma de composição dos mecanismos.** E as organizações que estavam nos conselhos, lutando por determinadas pautas, foram colocadas todas em dúvida. Teremos um longo caminho para recuperar as políticas e as estruturas que foram atacadas e desmontadas, mas teremos um caminho muito maior para desmontar essa história contada pela gestão Bolsonaro, no que se refere à atuação da defensora e do defensor de direitos humanos.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua **organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Nós tivemos duas estratégias macro. Uma foi a recomposição e reestruturação de participação e de pertencimento do MNDH com todos os estados. Isso começou há quatro anos, quando o Movimento, na sua nova composição de coordenação, **estabeleceu caminhos e fluxo de contato contínuo com todos os articuladores, todas as conselheiras e conselheiros dos estados.** Foi uma estratégia interna de apoio permanente.

Pela estrutura oficial do MNDH, a gente se encontra a cada dois anos nos encontros nacionais e nas assembleias. No período entre um e outro sempre foram contatos esporádicos. Nesses quatro últimos anos, **estabelecemos um fluxo de contato permanente: reuniões mensais do conselho (em alguns períodos até quinzenais),** para apoiar de forma mais imediata no caso de alguma demanda, de alguma violação no estado ou no território, ter a força do coletivo nacional.

Outra estratégia foi a composição e reestruturação o Grupo de Trabalho Acesso à Justiça e Direitos Humanos que é formado por advogadas e advogados populares de organizações filiadas ao MNDH (temos representação de todas as regiões do Brasil) que realiza formação contínua de incidência política através do sistema de justiça brasileiro e/ou internacional para compreenderem que esses sistemas podem – e devem – ser estratégias utilizadas para a reparação de direito violado ou, quando identificada uma situação de inconstitucionalidade, possibilitar uma ação imediata.

Esse grupo foi fundamental nesse período. Entramos com diversas ações de inconstitucionalidade, como Amigos da Corte, a exemplo de quando estavam sendo feitos aqueles discursos absurdos, contrários ao Paulo Freire, que não só eram reproduzidos nas manifestações de pessoas apoiadoras do então presidente como por ele próprio e por pessoas do governo. **O MNDH entrou com uma ação contrária a isso porque Paulo Freire é o Patrono da educação brasileira. Nós ganhamos em primeira instância e o governo não poderia mais atacar Paulo Freire nem o seu legado, pela sua condição de símbolo nacional.**

Ao lado dessas estratégias, tem o próprio Projeto Sementes. O MNDH vai fazer 41 anos, em 2023, e, desde o seu surgimento, sempre teve como uma frente fundamental a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos porque, por mais que as nossas filiadas sejam entidades, as entidades são formadas por pessoas, por militantes. Sua frente sempre foi não só na criação de metodologias, como é o Projeto Sementes, que faz uma discussão da proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos. Sem ser contrária à proteção institucional do Programa de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, **ela tem algumas questões diferenciadas, entendendo que os fluxos de proteção, grande parte das vezes, já acontecem no território; o que precisa é o seu fortalecimento.**

Acontece a identificação, para a defensora e o defensor, sobre a existência desse fluxo, sobre essa rede de proteção, essa estrutura protetiva, mas precisa ser fortalecida através do conhecimento da rede e, muitas vezes, com apoio financeiro. E a metodologia do MNDH é de fortalecer o apoio local, fortalecer ou criar relações. Para isso conta com o apoio da própria estrutura, do Grupo de Trabalho de Acesso à Justiça e dos projetos financeiros ou metodológicos, como na formação em direitos humanos, na formação de conhecimento de rede e na identificação de projetos, entre eles o Sementes.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Nestes dois meses da transição de governo – o MNDH integrou o Conselho de Participação, que compôs o governo de transição – foi dado um sopro de esperança na retomada do diálogo porque a gente pôde, efetivamente, colocar nossas pautas, fazer um debate, reencontrar essa rede que nunca deixou de existir, mas, obviamente, se enfraqueceu e que não dialogava com o governo [anterior]. E começa o novo governo com esse sopro democrático. Valorizar tanto este momento mostra o quão falho, o quão difícil estava antes.

Um país se identifica como democrático por vários pontos. O processo eleitoral é fundamental porque é a expressão da vontade do povo, mas é necessário fazer uma rediscussão do sistema eleitoral não pelas suas estruturas, mas sobre estruturas de poder, de forças financeiras que interferem no processo de escolha da vontade popular. **Entre os pontos que identificam um país democrático está a transparência, o acesso à informação pela população.** Nós vivemos, nesse último governo, não só a limitação do acesso como a divulgação de informações erradas, informações manipuladas. **Exemplo disso foi o estímulo ao mau uso do Disque 100, como uma ferramenta de denúncia de professores por sua atuação em sala de aula.**

Outra estrutura de um governo democrático é o fortalecimento das organizações que representam a democracia, a exemplo do Supremo Tribunal Federal (STF), que a gente tem que defender – por mais que tenha críticas à sua composição, que não representa o povo brasileiro – e que foi constantemente atacado. Como foi também atacada a atuação dos e das jornalistas e criou-se outro grupo na área da comunicação que não tem compromisso ético com a verificação da verdade, que divulga informações sem essa verificação. E esse grupo passou a ser referência para uma parcela da população. Esta é uma análise destes últimos anos. Se formos fazer uma análise mais ampliada da democracia no Brasil, a gente vive, desde o período anterior à Constituição de 1988, um processo de redemocratização. Um dos aspectos da democracia é a garantia dos direitos humanos e não só do direito a serviços. Educação, saúde, segurança pública são direitos humanos – mais o direito ao reconhecimento, à qualidade de vida – tudo isso faz parte da estrutura de um país democrático e nunca

vivemos isso de forma plena no Brasil, o que difere deste último período em que, além de não viver de forma plena a democracia, perdemos algumas estruturas já conquistadas: a troca, o diálogo, o ir e vir, a participação democrática, a transparência e a incidência em políticas.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O principal desafio é a retomada do diálogo, da escuta das organizações, das entidades que fazem uma atuação organizada e que trazem essa discussão da definição de políticas com um diagnóstico do que efetivamente acontece no território. Com a retomada do diálogo, se discute e planeja as prioridades para a gestão.

Outro é a questão orçamentária. É fundamental que se discuta essa questão focada na atuação do governo federal, mas, em especial, para os territórios, para que haja um aproveitamento nos espaços onde as violações acontecem. Para isso é fundamental que o teto de gastos caia, que se mude as prioridades de decisão, colocando como foco a necessidade da política. Por isso eu acredito no governo Lula. Foi assim nos seus outros governos e também no governo Dilma: a decisão parte da necessidade da política e, aí sim, o orçamento é definido.

Para as organizações que atuam independente de governo, eu não acredito no fortalecimento da atuação se não for através do trabalho em rede. A manifestação organizada, a atuação que se complementa é fundamental. Não acredito naquelas grandes organizações que fazem tudo – desde a abordagem, o acolhimento inicial até o atendimento propriamente dito – depois fazem a formação, a produção de saberes etc. Isso é um exemplo de atuação em rede: organizações que têm atuações diferentes e que, juntas, têm uma atuação mais qualitativa. Eu defendo e sempre vou defender a atuação em rede, a importância que, de forma coletiva, se construa ou se atue na política pública porque é essa atuação em rede que vai mostrar o que vem a ser um fluxo da política pública – seja ela executada pela gestão, seja pelas organizações e entidades. O coletivo protege, a atuação em rede fortalece. **E foi assim que o MNDH sempre atuou: na importância do trabalho coletivo, do trabalho em rede, e na importância da troca a partir das visões diferentes. E é esse encontro de propostas, esse encontro metodológico e político que cria novos caminhos.**



foto: Michelle Guimarães

Nilma Bentes

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Cedenpa



Sou Nilma Bentes, graduada em engenharia agrônoma. Sou uma pessoa negra e descobri o racismo desde muito cedo, então não tive outra forma de pensar a não ser a partir do racismo. Na verdade, a pobreza, o racismo e a questão de ser mulher, também. Ser mulher negra, inclusive, é estar sujeita a vários assédios – que não tinha esse nome antigamente – e que não tinha como revidar porque minha palavra não tinha valor frente à de um homem branco.

Nós fundamos o Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) em 1980. Ele não atua baseado em método convencional – nem sindical, nem partidário, nem de igreja –, o método de trabalho vem da nossa cabeça pragmática. Nunca tivemos uma relação orgânica com esses métodos. Trabalhamos no que eu chamo “método capoeira”: saltando, agachando, chutando, recuando, gingando pra um lado, gingando pro outro para poder viver institucionalmente, diante da gravidade do racismo existente, inclusive nesta Amazônia, onde somos maioria, mas invisibilizada. A gente tem atuado em Belém (e no Estado), em largo espectro: tudo é demandado da gente no sentido de apoio a lutas, na questão do Executivo, legislativa, nas questões jurídicas, no racismo de todo dia.

O Cedenpa tem sido um misto de ong com movimento negro. O Cedenpa tem sido hegemonizado por mulheres negras.



A gente nem sabia, mas desde o início somos bastante decoloniais. Não consigo muito falar de mim mesma porque é mexer em feridas horríveis. Eu já fui detida uma vez e fui presa uma vez (não sabia que tinha diferença), justamente por essa questão racial. Fui “defender” um rapaz negro que estava preso e eu acabei indo também.

A delegada era uma moça jovem, branca, e os policiais militares que me prenderam, um era branco e o outro, negro. Eles combinaram (entre eles) de me enquadrar em crime de racismo alegando que eu teria dito para o policial que ele era negro, safado, ladrão – montaram uma “casinha”. Eles não sabiam que eu era do movimento negro; ela rasgou várias vezes o B.O. que eu ia assinar. Fui presa, houve um monte de complicações;

tiveram que apelar para um juiz para evitar que eu fosse para o presídio mesmo. Na outra vez, eu participei de protesto contra uma mulher de uma seita que emasculava meninos, em Altamira. Ela foi absolvida, eu fui participar desse protesto e acabei sendo detida – ações políticas ajudaram a me soltar.

Até hoje há processo cobrando indenização ao Estado, mas cadê justiça? São questões tipo “Ninguém escreve ao Coronel”. Esses pedaços foram horríveis. Uma coisa é você estar em casa e não querer sair. Outra é estar numa cela e não poder sair. Os presídios são horríveis. Não posso entender como as pessoas sobrevivem lá dentro. A luta contra o encarceramento em massa é legítima e importante para a população negra (somos as principais vítimas).

Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Rolou muito medo porque o pessoal da extrema-direita é muito agressivo, violento mesmo. Chegou um momento em que eu disse pra mim: “não podemos ser tão covardes assim”. A gente mais velho deveria ter mais coragem, porque já estamos mais perto do fim. **A gente conseguiu sobreviver, então, nós tínhamos que ter coragem mesmo, colocar nossas bandeiras, porque estava todo mundo acuado.**

Aqui em Belém a gente via só a bandeira “deles”/ brasileira. E eu achei que o melhor era os mais velhos se arriscarem e, por isso, eu decidi me engajar mais na luta, mesmo que todo mundo tivesse medo. Eu saía e, quando estava de carro, colocava bandeira. **Várias vezes foi tirada do carro, mas também recebia muitos elogios de pessoas que não tinham bandeira e que se admiravam da coragem.**

A democracia aqui só funciona para uma pequena parcela da população branca. Negros e indígenas nunca experimentaram, de fato, uma democracia. E agora a gente tem que defender essa democracia fajuta que não servia e nem serve pra nós. Se dizia, no auge da Covid-19: “quando voltar ao normal...”. Mas nunca foi normal para nós. Voltar ao normal, pra nós, é enfrentar o racismo diário.

Eu luto, fundamentalmente, nessa questão do racismo e descubro que o mundo tem quase oito bilhões de pessoas, sendo aproximadamente 50% de mulheres. Então a luta das mulheres avança bastante porque é uma luta no mundo inteiro, assim como a luta das pessoas homossexuais, transexuais – que existem no mundo inteiro. A maioria de nós, negros, internalizou as três ideologias básicas: a inferioridade racial, a democracia racial e o embranquecimento. O embranquecimento, então, é um genocídio silencioso! Vai mudando o fenótipo negro. Ao internalizar uma, duas ou as três ideologias (as quais se interpenetram) pessoas negras procuram se portar como brancos, casar com brancos, falar um português melhor possível. **É superimportante para a população negra que seja estimulada a autovalorização racial coletiva.**

Nossa luta na busca por equidade sabemos ser difícilíssima. A gente sabe que, inclusive a esquerda, sobretudo na questão racial, é parecida com a direita: a diferença é como da Coca Cola para a Pepsi Cola – **ver a célebre frase de Sueli Carneiro: “entre a esquerda e a direita, continuo negra”.** No atual governo Lula isso avançou um pouco. Porém não colocariam pessoa negra para ser ministro do planejamento ou fazenda ou mesmo da educação; só servimos para tratar de direitos humanos, do racismo, da questão da mulher – olhe lá. E isso não é só no governo federal.

Uma das coisas que o ex-presidente (o coiso) fez foi fortalecer não só certa ala nazi-fascista do exército, mas também as das polícias militares dos estados. Tem um deputado aqui que diz que matou muitas pessoas e eu não sei o porquê de não ser processado. Esse fortalecimento de alas milicianas vem sendo cultivado há anos. Então a eleição aqui foi num clima de medo; as pessoas não iam votar com tranquilidade. Antigamente tinha as bandeiras na rua, a eleição era uma alegria – eram adversários, não inimigos – mas nesse período não foi assim; foi horrível.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

O Cedenpa, como organização, preza por não se partidizar; é uma organização sem fins lucrativos e sem vínculos político-partidários.

A gente continuou com essa posição, institucionalmente, mas toda a militância trabalhou para que “o coiso” não ganhasse.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Houve avanços. A gente costuma dizer que sempre estivemos por nossa própria conta. **Temos poucos aliados porque o racismo beneficia qualquer pessoa branca, mesmo nas vagas de baixos salários (como recepcionista, loja de shopping e outros), nós, praticamente, não temos tido vez.**



foto: pexels

A população branca ou não negra que está na pobreza (eu não gosto de usar a palavra pobre e sim estar na pobreza pois é situacional; um lugar de onde você pode estar, sair ou entrar) se beneficia, é priorizada. Então, praticamente nenhuma pessoa branca se interessa por acabar com o racismo; são raros os que têm uma ação sincera.

Certa vez eu falei numa atividade de formação – em tom de brincadeira – que a gente teria que começar a exigir cota para negros nas ONGs porque, como a gente não tem chance nem para errar, é mais difícil para a gente se preparar. E a pessoa palestrante respondeu: “mas não tem vaga nem para nós!”. A pessoa não sentiu o que estava dizendo... E olha que era uma pessoa de esquerda. No início da Abong, quando eu tocava na questão racial, era um silêncio sepulcral! Eu tinha que reunir toda minha coragem pra poder falar sobre essa questão e eu tenho certeza que o racismo é a pior doença social que o Brasil tem. Porque isso acaba pesando no todo social. Se somos maioria da população e temos uma baixa autoestima coletiva, o país pode ter também: os jogadores de futebol não querem mostrar a mãe, todos casam com louras, e raros são os que falam no assunto. Celebidades têm seguidores e seria importante que eles se pronunciassem – assim como Muhammad Ali/Cassius Clay e outras personalidades estadunidenses, como Nina Simone, por exemplo.

Aqui na Amazônia tem uma sinergia – a população negra não gosta de ser negra e também uma porção de indígenas não gosta de ser indígena. Então aqui se naturaliza o racismo, tanto na questão indígena quanto na questão negra. Mas vamos esperar este governo do Lula, que ele está mais corajoso (depois de mais de 500 dias na prisão), está diferente, quer conciliar com serenidade. Eu nunca acreditei que o envelhecimento “naturalmente” traz sabedoria. Veja os idosos que estavam no 8 de janeiro [de 2023, nas manifestações de extrema-direita]: eles cresceram fascistas. Mas nós – indígenas e negros – temos uma sabedoria ancestral nossa: o sofrimento.

Nós, negros, ficamos, praticamente no meio do Atlântico, fomos trazidos à força da África (muitos foram vendidos na África por etnias inimigas, estimuladas por europeus imperialistas), fomos e somos tratados como estorvo aqui. **Autoconstruir valor humano na diáspora tem sido tarefa árdua para nós no Brasil.** Um pouco diferente dos indígenas que têm essa força de saber que são os “donos da terra”; eles sabem que são legítimos/ chegaram primeiro. E as mulheres indígenas são muito fortes.

Mas a gente percebe que alguns indígenas também não gostam de pessoas negras. Não poderemos sair desse poço puxando-nos por nossos próprios cabelos, portanto precisamos de alianças. A gente não está excluída e sim está incluída, mas num lugar horrível. Ontem eu rodei a cidade e vi a situação precária de moradia...

Fiquei desanimada...Cheguei a um ponto de pensar que não existe um Deus misericordioso, pois deixa essa desigualdade imensa acontecer. Mas não acreditar significa ter que encarar a vida de “cara limpa” – difícil, né? Religiões, religiosos são racistas, machistas; eita!

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

No momento aqui no Pará a gente está um pouquinho folgada... A gente confia que pode falar com certa folga porque esse governador é menos pior do que o pai dele e o prefeito de Belém tem sido progressista confiável. A gente tem uma expectativa de que avance. Porque um dos erros políticos dos outros governos Lula é que não procuraram estimular uma capilarização de conhecimentos políticos engajadores.

Nós temos que fazer isso. Nem a esquerda, nem o movimento negro conseguem penetrar na população porque o Brasil tem uma história de paternalismo muito antiga, então as pessoas esperam presentinhos, votar por uma camisa de futebol. E como a esquerda, inclusive, não tem dinheiro para fazer isso, não capilariza. E no caso do negro, a gente tem dificuldade de chegar a outro negro. Só se for nesse caminho de cesta básica, e isso a gente não gosta.

Talvez seja burrice nossa a gente não procurar ter dinheiro para atuar e convencer a maioria da população negra a se engajar na luta pela equidade. Nós temos que ser úteis para a população. E a parte horrível da mídia que tira sangue, além de não educar, deseduca... **As pessoas gostam (se agitam), na periferia, ao ouvir barulho de sirene de ambulância ou de carro de polícia. Isso é o que os atrai, justamente por força desses programas deseducativos da TV. Nós tínhamos que ter um mecanismo de “forçar” a politização, no sentido de estimular a conscientização sobre os direitos individuais e coletivos e estimular as ações coletivas.**

A gente está tentando ver se aprova um projeto para realizar um encontro de mulheres negras em maio. Aqui, quase todas as diaristas, empregadas domésticas, vêm ou de aldeias ou de quilombos. Os enricados ainda têm esse negócio: “traz uma menina pra mim lá do Maranhão, do Marajó...”. Eles nem se tocam, dizem que vão fazer as meninas estudarem, mas na verdade é pra ser babá, diarista. Precisamos que haja conscientização de que o trabalho doméstico **é digno e que, a rigor, é o que dá suporte ao capitalismo (ver Françoise Vergés – Feminismo Decolonial)**; e precisa ser remunerado de forma justa. Insisto, há avanços, mas sabemos que nesses tempos, tudo que fizermos ainda será pouco para viabilizar reparações aos sofrimentos dos mais de quinhentos anos de opressão.

Não custa enfatizar o que tenho divulgado desde 2016/2017 sobre a necessidade, ao se pensar em projeto de alternativo/alterativo ao neoliberalismo, de se levar em conta os princípios (e recomendações) **do Bem Viver – Ubuntu – Teko Porã – Florestania – Feminismo Decolonial, alinhado ao paradigma do Cuidado: Cuidar de si (autocuidado: alimentação, saúde, educação-intelecto, espírito e outros); Cuidar dos Outros (inclui estrangeiros, outros desconhecidos) via apoio a órgãos / sistema público gratuito (sistema de saúde, escolas-universidades públicas, sistema de segurança pública, etc.) e Cuidar do Planeta (não contribuir para o avanço das mudanças climáticas)**. Lembrar que economia deve ser subordinada à ecologia e não o contrário, como acontece atualmente. “Um mundo diferente não pode ser construído por pessoas indiferentes”. “Metade da humanidade são mulheres e a outra metade são filhos delas”.

Paola Falceta

Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico)



Minha principal atuação nos direitos humanos é a defesa do direito humano à saúde, sobretudo ao direito humano das vítimas da Covid-19, seja dos familiares enlutados ou dos sobreviventes com sequelas da Covid-19 longa. Vai desde o acesso à saúde mental dos enlutados, uma bandeira levantada pelo nosso coletivo há mais de um ano e meio. Não existe no SUS, nos CAPS, um apoio ou um serviço especializado para atendimento aos enlutados, principalmente viúvas, viúvos e órfãos, bem como para os sobreviventes da Covid-19 longa.

Como é uma doença que necessita de um atendimento multiprofissional, descentralizado, e isso ainda não existe no SUS de forma federativa, temos pleiteado a criação dessa política pública nas três esferas de Estado. Sabemos da existência de alguns serviços pontuais, mas nossa bandeira é a criação de um programa específico e permanente, protocolos, assim como o protocolo de atendimento da Covid-19 longa e a ampliação da vacinação em todo território brasileiro.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

O processo eleitoral de 2022 foi bastante violento, principalmente em decorrência das desinformações e dessa violência velada contra os enlutados e sobreviventes com Covid-19 longa, principalmente por grupos bolsonaristas, nazifascistas que desacreditam, que acham que a gente não tem que ter nenhum tipo de acesso, que minimiza nossa dor, que debocha. Que diz que nosso luto é um luto qualquer e que a morte faz parte e a gente tem que passar a conviver com isso da maneira mais rápida possível, o que não é verdade.

Então, eles desqualificam nosso sentimento, minimizam nossa dor, e isso é uma característica muito própria da extrema-direita, atualmente bolsonarista. A gente percebe essa violência quando eles atacam nossas postagens nas redes sociais. Eu, particularmente, não sofro ataque direto porque minhas redes sociais são privadas, fechadas, eu não aceito desconhecidos. Alguns amigos já tentaram me deslegitimar, eu excluí, discuti e coloquei meu ponto de vista. **Mas são principalmente as publicações nossas – falando sobre ciência, vacina, sobre a quantidade de mortes evitáveis, a quantidade de órfãos – que eles sempre refutam, dizendo que não é assim, que não foi isso que aconteceu.**

Outra violência que nos causa medo é quando vamos para a rua, em alguma manifestação, algum lugar público fazer a defesa das pautas da Avico, e que nos atacam, gritam, falam coisas absurdas. Nós também rebatemos, mas é um desgaste absurdo. No dia 23 de outubro, em que fizemos o memorial, em São Paulo, houve um episódio bem desagradável. Fizemos um mural enorme para os enlutados escreverem os nomes das vítimas familiares e amigos que perderam. Acredita que a primeira pessoa que teve a cara de pau de escrever no mural foi um bolsonarista? Ele escreveu absurdos contra o Lula, contra a esquerda, que não tinha nada a ver com a nossa ação. Eu vi que a mensagem dele era de agressão à nossa ação, o interpelei e pedi que ele se retirasse do nosso espaço. Ele alegou ter liberdade de expressão. E eu rebati, dizendo que não havia essa liberdade em um muro privado, pago pela Avico e que, se ele quisesse, fosse fazer em outro lugar.

Conseguimos esconder a mensagem dele com um letreiro, mas foi um enfrentamento complicado. Até os meninos que estavam fazendo a segurança tiveram que chegar perto dele com medo que me agredisse. Isso que era um senhor de uns sessenta anos e, no meio da confusão, outro bolsonarista também tentou nos provocar, fazendo coro ao idoso, mas conseguimos que ambos fossem embora dali.

Não é a primeira vez que isso acontece numa manifestação da Avico. Sempre aparece um bolsonarista para gritar, falar as palavras de ordem deles pro nosso grupo. Por enquanto, nenhum de nós foi agredido fisicamente, mas não sei até que ponto isso vai ser coibido. **Eu tenho medo da piora desses ataques de fanáticos descontrolados, podendo – podem, sim – chegar a um nível de violência física contra a gente.**

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

A gente tem um impasse muito grande: na maioria das famílias de enlutados, parte é completamente contra o Bolsonaro e parte é bolsonarista. Existe um atrito, uma briga, um espaço de violência muito grande dentro dessas famílias. Isso fragiliza muito essas pessoas, mas ao mesmo tempo elas não permitem ser silenciadas. A gente tem pedido para as pessoas tentarem evitar desavenças, discussões, brigas mais violentas. A gente tem pedido para se retirarem, muitas vezes, para se protegerem, e evitarem o confronto.

Em relação à Avico, temos mecanismos tecnológicos para não sofrer ataques nas redes sociais, no site, mas a gente não tem outros tipos de ferramentas para coibir. Por exemplo: quando vamos, em grupo, na Assembleia Legislativa ou na Câmara de Vereadores, sempre tem um atrito. Mas sempre contamos com o apoio de quem nos convida, porque nunca vamos a esses espaços sem ser convidados. Então tem seguranças, deputados, vereadores que nos apoiam.

Eu sou a presidente da Avico, mas temos diversos representantes no estado, então parece que eles ainda não localizaram uma liderança única para perseguir. Eu sofri uma tentativa de ataque recente, no meu Instagram, mas não foi bem sucedida. Tentei me precaver da melhor forma possível, mas eu tenho certeza – e isso é uma

pauta que eu levantei no grupo de transição do Ministério dos Direitos Humanos – da necessidade de criação de política de defesa para os defensores de direitos humanos e de evitar essa violência, seja verbal, psicológica, física. **Eu vejo que, quando estou nos espaços, sou mais atacada por ser mulher, se comparado a companheiros de luta, homens. Isso é perceptível, mas nem assim eu permito me abater. Eu sempre me faço escutar.**

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Acho que a gente está numa crise, neste momento. **Uma crise em relação à democracia e até aos direitos humanos. É acho que espaços de crise são espaços de luta, sim, mas também são espaços de criação.** Eu entendo que o conceito de direitos humanos, enquanto fundamento e como legislação, não é informado pra população da forma correta e sim debatido como senso comum. Existe uma desinformação sobre direitos humanos, somente como direitos dos apenados. Então entendo que precisamos debater sobre direitos humanos a partir do cenário sócio histórico de seu surgimento. A partir das lutas sociais coletivas e depois como direitos positivados na Constituição Federal de 1988: direito à saúde, educação, moradia, trabalho, lazer, esporte, cultura etc. Esses são os direitos humanos e a população não sabe disso. E é engraçado quando eu vou a um espaço e debato sobre os direitos humanos como fundamento, é como se abrisse uma névoa que estava na frente das pessoas.

Então eu acho que o Estado, o governo federal, tem o dever – e a nossa luta também é pra isso – de debater os direitos humanos tanto como legislação quanto como fundamento. Esse direito que todo ser humano tem. É um debate um pouco mais profundo, mais filosófico e sociológico, mas pode ser popular. Eu entendo que os parlamentares, por exemplo, não debatem isso. Eles falam exaustivamente nas palavras direitos humanos, mas nunca exemplificam amplamente; fica muito centrado em direitos LGBT, direitos indígenas, mas não é só isso. Direitos humanos são de toda a população, independentemente de suas diferenças.

Ressaltando que as minorias mais vulnerabilizadas, têm direitos específicos de proteção. É um debate mais profundo, mais filosófico, sim, e população deve ter acesso a esse debate pra exercer a sua cidadania sem ser tutelada. Aí a democracia se fortalece e a própria área de direitos humanos se fortalece porque o povo se entende como sujeito dos direitos humanos e como cidadão que deve ter acesso a esses direitos, mas que também tem deveres em relação à proteção da democracia e dos próprios direitos dos demais. Esse debate tem que ser ampliado na base, nas periferias e, quanto mais popular, melhor pra todos.

Sou assistente social e acho que não é um tema difícil, que a população não entenda. É possível debater isso em qualquer espaço, mas não pode ficar na mão só dos movimentos sociais; tem que existir uma política pública que debata os direitos humanos nos mais diversos espaços e grupos, a partir da identidade que aquele grupo tem. Se eu for falar sobre direitos humanos em território indígena, vou ter que usar a linguagem mais apropriada. Tem coisas que não adianta ficar falando no plano das ideias, da legislação, que é uma chatice.

Então, a gente tem que ter uma linguagem de praticidade, daquilo que é concreto, do dia a dia. O que é ter direito à saúde? É uma saúde pública, o SUS, poder acessar a qualquer momento, não ter que enfrentar fila, não ter que esperar anos para fazer um exame. É puxar o povo para essa concretude. Então, acho que esse momento de crise da democracia e até dos direitos humanos é um momento rico para criação.



Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Acho que o principal desafio para os defensores de direitos humanos, das organizações e movimentos sociais, é entender o que são os direitos humanos. **Eu assessoriei muitos movimentos sociais e presenciei o desconhecimento, a desinformação e muitas vezes o senso comum sobre a área. Então, é preciso um trabalho de base, primeiro, para trazer esse movimento social que vai ser mais localizado no território, com uma pauta específica, de um grupo específico, e trazer esse debate para a realidade deles.** Este é um desafio enorme, que não pode ser enfrentado só pelos movimentos sociais. A gente precisa do Estado para fazer isso porque, também, é uma questão de educação cidadã. E quando a gente fala em cidadania, em educação cidadã, a gente **tem que falar que o Estado também tem esse dever.** Este seria o principal desafio: **chegar às diferentes bases do território brasileiro e poder dialogar com a população, com os diferentes grupos e minorias.**

Em relação às potências, acho que a gente tem esse momento em que as pessoas que têm discernimento – não estou falando dos negacionistas, dos nazifascistas – pessoas que têm um mínimo de educação cidadã, estão famintas, estão querendo esse debate. Na própria Avico, que tem milhares de pessoas, quando a gente começa a falar sobre isso, eu vejo que tem muita adesão: as pessoas querem perguntar, falar, contar; querem colocar essa pauta na concretude da sua própria vida.

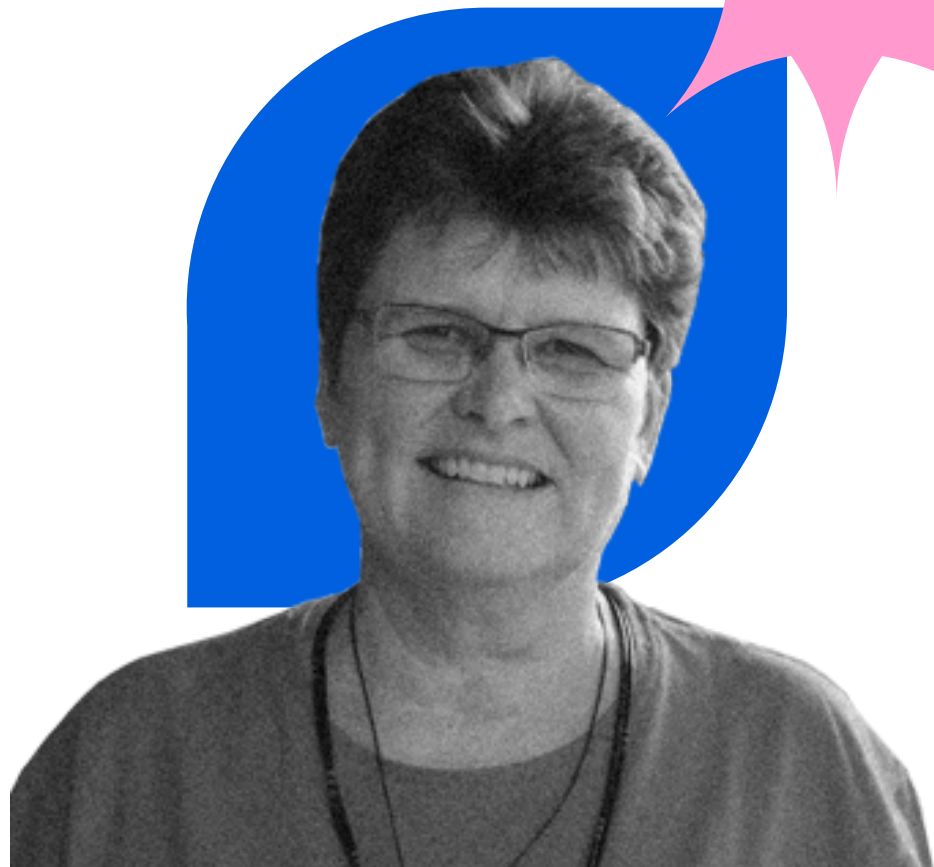
A gente está num momento que tem que aproveitar. Não é um trabalho fácil, ainda mais que a gente sabe que tem uma contraposição muito forte, mas acho que é um trabalho muito rico e, agora, com a mudança de governo, a gente tem possibilidade de dialogar porque a gente chegou a um nível de exaustão e de massacre que a gente não aguenta mais. **É o momento de uma transformação social no Brasil. Não vai ser fácil, não vai ser rápido, mas a gente está preparada e quer muito isso.**

Petra Pfaller

Pastoral Carcerária



A Pastoral Carcerária tem como missão a evangelização e a promoção da dignidade humana nos cárceres. Por isso, nós e nossos agentes visitamos cotidianamente os irmãos e irmãs encarcerados, que são em sua maioria pessoas pretas, pobres e periféricas – que são vistas como à margem da nossa sociedade. Nossa atuação na luta por direitos humanos é, sobretudo, estar presente física e espiritualmente nesse espaço que é, só por existir, um ambiente violador de Direitos Humanos. É por isso também que nosso ponto norteador para nossa atuação é atingir o mundo sem cárceres.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

O processo eleitoral de 2022, assim como o de 2018, foi marcado por situações vexatórias às populações vistas como marginalizadas pela sociedade. Em 2022, contudo, observamos que pouco menos da metade do país acredita em um projeto político de extermínio do nosso povo preto, pobre, indígena, LGBTQIA+ e periférico.

Isso dificulta muito a luta como defensor de Direitos Humanos, pois, se essas pessoas sequer são vistas como gente, temos uma ruptura social muito grande a ser repensada e reconstruída. Além disso, percebemos que o armamento da população e a militarização da sociedade fizeram com que o dissenso se transformasse em ataque por parte da extrema-direita neofascista. Nossos agentes, por exemplo, por serem defensores dos direitos das pessoas presas, antipunitivistas e lutadores pelo fim da prisão foram, de alguma forma, ameaçados, mesmo que indiretamente, pelas forças de segurança e pelos defensores desse projeto político excludente e exterminador. Nas nossas visitas ao cárcere, nas nossas publicações nas redes sociais, enfim, em todos os espaços em que ocupamos somos, de alguma forma, amedrontados e desencorajados.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Ainda no processo eleitoral de 2022, foi veiculada propaganda eleitoral que atacava o direito ao voto para as pessoas presas provisoriamente e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, previsto constitucionalmente. A propaganda, para chocar a população, trazia bastante desinformação. **Como Pastoral Carcerária, enviamos denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral e à Procuradoria-Geral Eleitoral, visto que esse direito, que já é amplamente negado, estava sob ameaça.** Produzimos também materiais informativos sobre o assunto, sempre ressaltando que a regra para **os direitos da população privada de liberdade – que já são poucos – é a negação.**

Além de atuações estratégicas, durante esses 50 anos de Pastoral Carcerária, estamos denunciando publicamente as violações de direitos humanos nas prisões. Temos um canal online de denúncias, em que recebemos quase diariamente relatos de pessoas presas que passam fome, não têm onde dormir, não têm acesso à saúde, sofrem agressões físicas das mais diversas – desde chutes até empalamento – e são mortas. Essas denúncias são encaminhadas para as autoridades públicas que têm o papel de fiscalização dos presídios, para que tomem as devidas providências.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

A democracia e os direitos humanos estão, sem dúvidas, fragilizados no nosso país. **Estamos com quase 1 milhão de pessoas presas, sendo essas majoritariamente pretas e pobres. Não existem plena democracia e direitos humanos num cenário em que o sistema punitivo claramente escolhe seus alvos e as condutas que serão criminalizadas.** Isso porque o racismo corre nas veias do nosso país e é preciso estancar essa ferida aberta. Logo, precisamos tirar o racismo, o machismo, a LGBTQIA+fobia e a aporofobia do projeto político que queremos para o nosso país e, para isso, **entendemos que as principais frentes são a implementação de políticas de desencarceramento, da justiça restaurativa popular e de responsabilização não punitiva.**

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Os desafios são muitos, **mas entendemos que uma das questões centrais é a falta de sensibilização popular para os direitos humanos.** Sabemos que quando em situação de violação, muitas pessoas recorrem aos direitos fundamentais e a defensores/as de direitos humanos para pedir ajuda. Mas, quando não se percebem nesse lugar de vítimas, são poucas as pessoas que se sensibilizam pelas causas. Entendendo isso, pensamos que o fortalecimento daqueles e daquelas que estão dispostos a fazer esse trabalho de formiguinha é primordial.

Ronilson Costa

Comissão Pastoral da Terra (CPT)



Meu nome é Ronilson Costa, sou membro da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e minha trajetória junto à CPT vem desde o início dos anos 2000. Sou da CPT do Maranhão e ali iniciei meus trabalhos fazendo um pouco mais esse diálogo com as comunidades, tentando entender a situação dos conflitos, das ameaças e outras formas de violências que essas comunidades passavam.

Nos primeiros três anos, contribuía com os registros de conflitos no campo, um compromisso da CPT voltado não apenas para a denúncia, mas também para a memória das lutas dos povos do campo. A partir desse trabalho, a CPT elabora o Caderno Conflitos no Campo e o publica desde 1985. Depois desse período, fiquei mais ligado ao trabalho de campo, atuando mais nesse processo de formação, assessoria às comunidades, diretamente no contexto dos conflitos. A CPT se faz presente no meio das comunidades, junto a elas, contribuindo no seu protagonismo, nos seus processos de organização e de luta. Em 2021, passei a compor a coordenação colegiada da CPT Nacional, atuando mais diretamente na Secretaria Nacional, em Goiânia.

Minha relação com a luta por direitos humanos se dá, sobretudo, nesse espaço, com a CPT. A gente tem encontrado, nessa caminhada, diversas comunidades quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, indígenas, acampados e assentados com as quais caminhamos juntos. Algumas delas estão fazendo esse processo de autodeclaração e se organizando em torno da luta em defesa de seus territórios sagrados.

Há comunidades que, ao longo de décadas, foram violentadas a ponto de terem que fugir de seus territórios e obrigadas a negar até a própria identidade. E, atualmente, muitas comunidades insurgentes encontram condições de fazer esse processo de luta a partir da autodeclaração e também do processo de retorno a seus territórios. É um retorno que, muitas vezes, é doloroso e conflituoso, mas estamos aí contribuindo nessa caminhada.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Eu considero que foi um momento bem delicado, porque nós tínhamos uma conjuntura de acirramento de uma extrema-direita violenta e fascista que odeia falar de direitos humanos, que odeia os pobres e carrega o ranço colonialista da exploração do outro. Tinha um presidente que havia declarado guerra contra os movimentos sociais, contra os defensores dos direitos humanos, fez muito descaso às políticas de proteção, **assumiu o controle do trator e passou por cima de todos e de tudo que tinha relação ou que fosse fruto das conquistas desde a redemocratização do país, no final dos anos 1980.**

Os movimentos sociais, tão necessários em qualquer país democrático, perderam os canais de diálogo com o governo e este abriu mão de ser um agente colaborador na mediação de conflitos. Em vez disso, levou quatro anos disseminando o discurso de ódio, atacou as instituições, promoveu o armamento de forma irresponsável e precarizou as políticas de proteção e de garantias de direitos aos defensores de direitos humanos e, também, àqueles que são mais diretamente ameaçados.

Nesse contexto, quem fazia a defesa de direitos humanos – seja de quem está retornando ao território, retomando a terra, ou exigindo a demarcação de seus territórios, exigindo políticas públicas – era visto sempre como agentes que estavam ameaçando esse poder tão autoritário e centralizador das decisões. Então tivemos poucos espaços de diálogo, poucos espaços de proposição, dentro de um governo muito militarizado, que entendia que o mundo funciona a partir de suas cabeças, e que desconsiderava situações e questões que são muito próprias dos povos.

Tivemos diversos casos que revelavam uma posição de omissão e negligência do Estado brasileiro, a partir do governo que estava ali. Isso gerou muita insegurança, também, porque parece que, se algo acontecesse, em termos de integridade física, moral, psíquica, poderia ser simplesmente mais um número e não uma situação para se debater a fundo e enfrentar a raiz do problema.

Então, nesse sentido, foi um momento delicado. O ano eleitoral de 2022, para esse grupo que estava no poder, foi uma espécie de “tudo ou nada”. Essa coisa do armamento, essa permissividade da atuação criminosa nos processos de ocupação dos territórios tradicionais, essa falta de compromisso de combate à atuação das agromilícias ou do narcotráfico adentrando no campo, garimpo ilegal em terras indígenas. **Tudo isso gerou um cenário muito preocupante. E a CPT monitora muitos aspectos da realidade dos conflitos e das violências que incidem sobre os povos do campo e o que a gente percebe é que 2022 foi mais um ano dramático de violências em proporções ainda mais preocupantes. Tivemos situações de indígenas que foram mortos, lideranças camponesas, indigenistas, jornalistas e, em nenhum desses casos, até o momento, a gente tem uma conclusão das investigações e a punição daqueles que são os responsáveis.**

Tudo isso gera uma situação bem complicada e, quando não há espaço de diálogo com o governo, quando a gente não consegue propor, essa situação fica ainda mais difícil.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Primeiramente, lá a partir das bases, que é o nosso ponto de partida, a partir das comunidades que estão em situação de conflito e ameaçadas em seus direitos, na medida em que conseguimos alcançá-las, tivemos uma postura muito leal no sentido de ajudar a entender a conjuntura, ajudar em seus processos também de decisão, sobre o rumo do país... Acho que não era o momento de se pensar apenas no problema local, mas se pensar na conjuntura, pensando o país, nesse momento. **E diante desse quadro sempre crescente da violência no campo, a CPT buscou dialogar também com diversos movimentos sociais, em nível nacional, macro regional, regional, local, para propor a realização de uma Campanha Nacional de Enfrentamento e Combate à Violência do Campo.**

Nós tivemos alguns momentos formativos com as organizações – **atualmente são mais de 60 entidades, movimentos, organizações não governamentais, pastorais e igrejas que assinam essa Campanha** e que estão empenhados para que ela de fato cumpra um papel de provocar a

sociedade para debater a situação dos povos do campo, que vai desde a omissão na demarcação dos territórios, como, também, na violência cotidiana que eles sofrem. Então nós temos uma campanha nacional que, nesse período eleitoral, conseguiu sobreviver, conseguiu pautar. Conseguimos, neste momento de transição, sugerir também, para o próximo governo, questões importantes que podem contribuir para que medidas eficazes sejam adotadas para solucionar ou aliviar esses problemas que ocorrem atualmente.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Eu avalio que esse novo momento abre perspectivas. A gente esteve, nesses últimos seis anos, em situações muito tensas e sob ameaças constantes. A cada dia havia uma fala, uma postura, uma medida que colocava em xeque as conquistas do povo ao longo desses anos após a democratização. Vivemos momentos de muitas incertezas, a cada dia encarando um episódio novo que desestabilizava e desconstruía os processos de conquistas que estavam em curso a partir da luta popular. Diante dos fatos e das ameaças, quem estava atuando em organizações com certa capacidade de articulação, de diálogo com as bases e as comunidades, muitos foram criminalizados. E **houve diversas tentativas nesse sentido, desde quando classificaram CPT como entidade da Igreja Católica que fazia parte da “banda podre”.**

Fazer a luta e ter esse espaço garantido no sentido de reivindicar o respeito aos direitos, reivindicar políticas que visem à melhoria de vida das pessoas, dentro de uma democracia, é fundamental, necessário e precisa ser apoiado. O governo não dá conta por si só. Ainda mais em um Estado capitalista como o nosso, onde os interesses privados são muito fortes e disputam os bens comuns da natureza e todas as riquezas que poderiam estar a serviço da promoção da vida e não da morte.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Acredito que um dos principais desafios é ter a garantia da abertura de diálogo. Eu penso que o governo atual terá que fazer grandes esforços para ter espaços, debates e diálogos e ouvir o que os povos do campo e das cidades, as organizações representativas de classe ou de assessoria, de apoio às comunidades, as pastorais, as igrejas têm a dizer. Ter essa sensibilidade de escutar também esses clamores dos pobres e injustiçados que precisam ser ouvidos e atendidos.

Quem elegeu esse novo governo foram os pobres deste país, foram aqueles que têm sede de justiça, de paz, que querem comida na mesa, que querem territórios livres, corpos livres. São esses que hoje têm suas demandas muito legítimas, muito bem estruturadas e que sabem o que querem. Mas, dentro do neoliberalismo, eu acho bem complicado. É mais fácil se a gente não se arriscar a mexer nessa estrutura. Mas, se não repensarmos um outro modelo, uma outra estrutura, a gente vai continuar a se satisfazer com migalhas e com coisinhas pequenas, achar que por aí está indo bem e que, quem sabe um dia, a gente conclua esse processo. Eu não aposto nessas vias. Eu aposto na possibilidade de haver coragem de, ao menos, ensaiar rupturas. **Caso contrário, os conflitos no campo vão continuar, os problemas das periferias vão continuar, os problemas da população LGBTQIA+ vão continuar, nós vamos ter sérios problemas de polícia com a juventude negra, de periferia. Então é necessário que essa mudança seja de natureza mais profunda.**

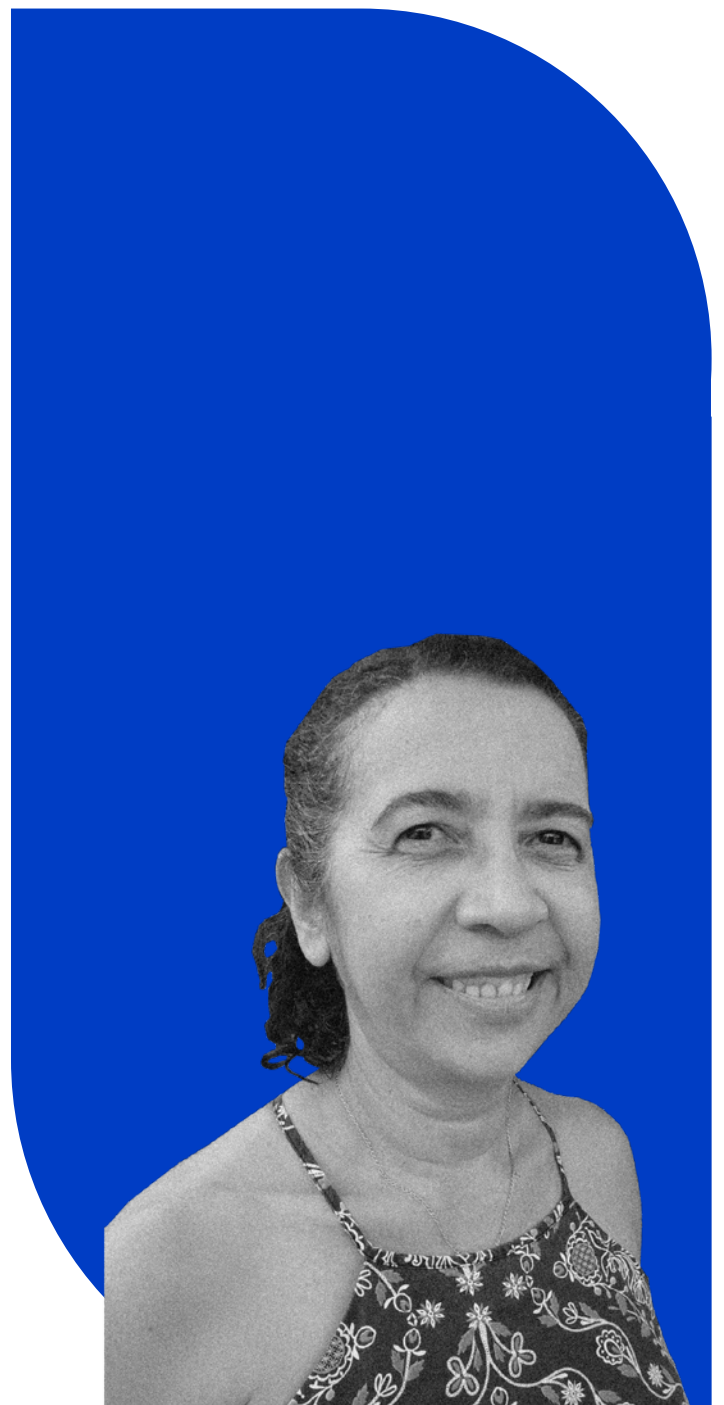
Me sinto bem do lado que escolhi. Acho que esse trabalho na luta por direitos é uma opção de vida que cada um de nós faz, é um compromisso político com grande parte da população – a maior parte dela, na verdade – que não tem acesso aos direitos básicos. Então eu acho que estar do lado de cá é uma questão de honra e de compromisso ético e político. E a gente não desanimou e nem desistiu nesses 500 anos de um modelo colonialista, opressor, autoritário, machista, homofóbico. Eu acho que, se a gente não desistiu até aqui, nessas experiências tão difíceis a gente acumulou forças e aprendeu a resistir melhor. **A gente não vai parar, vamos dar continuidade até que os últimos dos cidadãos e das cidadãs tenham seus direitos garantidos em plenitude.**

Roseane Dias

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)



Sou Roseane Dias, sou assistente social, trabalho na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) já faz algum tempo e eu destacaria quatro atuações em que eu estou inserida. A primeira é uma ação de acompanhamento sociojurídico das lutas pelos direitos territoriais de comunidades tradicionais; a segunda, a incidência nacional e internacional que promove o fortalecimento das lutas pela realização dos direitos humanos de povos e comunidades tradicionais; uma terceira é o fortalecimento de redes de proteção popular, no âmbito deste trabalho de promoção, de proteção, de defesa e de reparação de direitos humanos de comunidades tradicionais, essa ação de fortalecimento das articulações, da atuação em rede; eu destacaria ainda uma quarta atuação que é nos espaços de controle social sobre a atuação do Estado, no que se refere ao enfrentamento da violência no campo.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Pensando de maneira ampla, uma das grandes dificuldades que os defensores enfrentaram no contexto do processo eleitoral foi justamente **aquilo que deve ser um princípio básico do Estado Democrático de Direito que é das pessoas se manifestarem plenamente, realizando o seu direito de reunião, de associação, de manifestação do seu pensamento, das formas de expressão da sua vontade**. Nesse contexto eleitoral, os defensores de direitos humanos, mas também as pessoas que não se autodefinem como defensores e defensoras de direitos humanos, mas comungam, compartilham de um projeto de país, ao nos manifestarmos sobre essa situação, houve constrangimento.

Estou usando esta palavra para dizer que o constrangimento também é uma forma de expressão de toda essa situação que a gente viveu, mas, em muitos casos, o que a gente verificou não foi somente o constrangimento das pessoas, dos defensores, se manifestarem naquilo que pensam para o país, na defesa de um projeto político que a gente via que seria foco de uma grande disputa nesse processo eleitoral.

O constrangimento para mim foi uma marca, mas ele resultou, em muitas situações, em perseguições e ameaças – algumas veladas e outras de forma explícita –, violências que foram às vias de fato contra a integridade física das pessoas. **Então, eu destacaria como uma grande dificuldade o constrangimento para a realização desse direito básico; de um Estado que seria marcado por princípios de respeito, de valorização e, sobretudo, de realização dos direitos humanos**. Manifestar-se, nesse contexto político eleitoral que nós atravessamos, foi extremamente perigoso, extremamente arriscoso. E não foi apenas um constrangimento; em muitos casos a gente viu, realmente, situações de violência que resultaram em mortes, ameaças, perseguição e um risco maior para a própria vida de muitos defensores. Eu me refiro mais ao processo eleitoral, mas essa ambiência ainda está muito presente. É claro que, naquele momento, com muito mais intensidade. **Uma grande dificuldade foi algo muito básico: a gente se manifestar. E se manifestar significava pensar em muitas estratégias: de autoproteção e de proteção uns dos outros**.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Quando eu olhava essa pergunta, me veio muito na memória muitas discussões, reflexões que a gente fazia periodicamente sobre a conjuntura; não só sobre a conjuntura política que a gente atravessava – no sentido de perceber movimentações, alianças, articulações políticas e a movimentação dos grupos políticos eleitorais propriamente ditos para nos situar nesse contexto – mas em várias atividades virtuais que realizamos, não só internamente, mas com parceiros, no sentido de discutir que impactos a gente vivenciava naquele momento, justamente daquelas formas de violência que a gente identificava, que ouvia relatos.

Essas formas de violência faziam parte das nossas análises, mas, sobretudo, lembro de muitas reflexões sobre que estratégias a gente poderia pensar e lançar mão para se autoprotger, nos desafiando a uma tarefa que era muito importante que era se manifestar, falar sobre esse processo com outras pessoas que não eram aquelas do acompanhamento diário que a nossa organização fazia, mas com a sociedade de forma mais ampla, nas redes sociais, no corpo a corpo – que embora com algumas restrições – era necessário e foi possível, graças ao avanço da vacinação, às notícias da evolução daquilo que a gente buscava com a vacinação, que eram condições epidemiológicas mais seguras para a gente atuar.

Essa foi uma questão que nos acompanhou durante todo o ano: não só discutir movimentações que ocorriam no campo partidário, em função do processo eleitoral, dos impactos que isso tinha, para nos posicionar naquele contexto, mas lembro muitíssimo da preocupação em relação às formas de proteção e autoproteção que nós e os parceiros precisávamos ter, inclusive com recomendações, orientações. Internamente, essas orientações circulavam semanalmente nos grupos. Foram formas que nós encontramos de nos posicionar nesse contexto, mas sem abrir mão de pensar em medidas de autoproteção. Essa foi uma prática que muitas organizações do campo dos direitos humanos, do campo dos movimentos populares fizeram durante todo tempo.

Outra coisa que eu destacaria é que as ações presenciais, feitas nesse período, eram também planejadas. Não era recomendável que uma ou

duas pessoas fizessem sozinhas. **Eu lembro da formação de grupos em que se discutia como, com quem, com que recursos. Na medida em que era possível fazer, não era de qualquer forma.**

A forma de fazer ações, mobilizações, nos posicionar nesse contexto, sempre foi marcada por essa preocupação com a proteção de quem estava fazendo. Uma vigilância, um monitoramento que nos acompanhou durante todo esse período. As discussões sobre direitos humanos, as análises de conjuntura, as orientações em relação à formação de grupos para fazer manifestações, planejar o fazer. Não nos eximir de nos posicionar, de nos colocar nesse cenário, mas nos preocupando com nossa segurança e proteção.

Como avalia a situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

A situação atual tanto da democracia quanto dos direitos humanos está em um momento de reconstrução, de retomada, de redemocratização. Quando eu falo de retomada, de reconstrução, não é do ponto em que nós estávamos. Hoje esses processos deveriam considerar como parâmetros orientadores o contexto político atual, a situação de violação dos direitos humanos, o processo de desmonte de institucionalidades protetivas, o aprofundamento do conservadorismo nas relações, nas dinâmicas sociais, na estrutura do próprio Estado.

Eu penso que retomar a democracia, por exemplo, é tomar como princípios orientadores aquilo que está na base do que a gente chama de Estado Democrático de Direito e pensar o aprofundamento da própria democracia considerando que o contexto que nós temos é muito mais adverso à democracia do que antes.

Qualquer retomada tem que ser considerando o que a gente tem hoje, para avançar, para aprofundar a democracia. E isso vai exigir uma tarefa gigantesca dos movimentos que fazem a luta pelos direitos humanos, dos movimentos populares, da sociedade civil que luta por direitos neste país. Isso traz uma demanda muito maior pelo aprofundamento da democracia entre nós: nas instâncias do Estado, nas relações estabelecidas a partir de políticas públicas, no sistema político eleitoral.

Tem que ser o aprofundamento daquilo que rege a democracia. E quando eu penso em direitos humanos, é isso também. Não é do ponto que a gente parou. Hoje, a situação da violência está muito mais intensa, muito mais enraizada, transversalizando muito mais todos os tipos de relações, todas as dinâmicas sociais. Então, é deste ponto que a gente deve pensar qualquer retomada.

Nesse sentido é que eu penso que a situação atual dos direitos humanos traz para todos nós um grande trabalho que é de remontar um desenho institucional – mas não só; **remontar relações, concepções, práticas, intervenções. Isso traz enormes desafios.** E eu fico pensando: como a gente faz reconstrução dos princípios democráticos sem um aprofundamento da participação popular, do controle, da presença popular na reconstrução deste país e de institucionalidades protetivas dos direitos humanos, na reconstrução deste Estado que nós vimos desmontado nestes últimos cinco, seis anos? **Como a gente imprime princípios democráticos nessa reconstrução? Acho que aqui está um grande desafio. Por outro lado, como a gente aprofunda a participação e controle popular nesse processo?**

Nós, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, pensando na possibilidade de mudanças políticas em nosso país a partir do processo eleitoral, **elegemos nos dois últimos anos um Projeto Popular com Direitos Humanos, Democracia e Bem viver.** Pensar a reconstrução ou a afirmação de um projeto político que tenha essas marcas – da democracia, do bem viver, dos direitos humanos, mas a partir do controle popular. Esse é para nós o grande desafio, se a gente pensa no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, que vai nos acompanhar, inclusive, no ano de 2023.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Um grande desafio, se a gente pensa o próprio processo de fortalecimento da atuação dessas organizações, é como continuar lutando pela sustentabilidade política e financeira para continuar atuando, no momento em que é fundamental a presença, a participação, a manifestação, o posicionamento dessas organizações que fazem **a luta pela afirmação dos direitos humanos, pelo aprofundamento da democracia, pela defesa de todas as formas de vida marcadas pelo bem viver.** Manter-se vivos, atuantes, nesse contexto, é fundamental. São essas organizações que vão dar uma grande contribuição para o aprofundamento da democracia nesta retomada; **são elas que vão continuar lutando para que a agenda dos direitos humanos volte para um front que é de princípio orientador da atuação do Estado. Não é que era antes princípio orientador da atuação do Estado.**

Mas esses movimentos, ao longo da sua história, lutam bravamente por esses princípios orientadores, não só da atuação do Estado, mas também das relações que os humanos estabelecem entre eles; entre eles e a própria natureza. **É fundamental, é estratégica a existência dessas organizações nesse processo de reconstrução do nosso país e de afirmação da democracia, da luta pelos direitos humanos.**

Afirmação de um projeto de país em que a gente não abra mão do respeito aos direitos humanos, do respeito ao bem viver e à democracia. **Penso que a grande contribuição das organizações, nesse contexto, é justamente se posicionarem com essa missão: mobilizar bases, articular ações, fazer conexões de movimentos, propor agendas, cobrar desse Estado o seu lugar que é de garantir a realização dos direitos humanos, se orientar pela democracia.** Então, esses princípios todos eu não vejo outro tipo de organização para afirmar, para defender, muito mais que essas organizações.

Há um grande desafio na realização dessa missão que é justamente as forças contrárias, presentes neste novo ciclo. Atravessamos um ciclo fundamental que foi o processo eleitoral. Mas a gente sabe que se manter nesse processo para a construção de um projeto político marcado pelas forças populares que darão o tom da democracia, dos direitos humanos e do bem viver, nos colocará também numa posição de enfrentamento das forças conservadoras que produzem outro tipo de relação, que constroem outro tipo de projeto político.

Então, eu destacaria esses dois desafios: um é se posicionar, se desafiando a contribuir na reconstrução do nosso país, inscrevendo pautas, mobilizando bases, articulando esforços, dialogando com grupos que poderão assumir essas pautas como uma agenda de Estado. Mas, concomitante a esse grande desafio, é fazer o enfrentamento às formas de comunicação violentas, aos contextos, também, de maior presença de forças do agronegócio, das mineradoras, de grandes empreendimentos que produzem violações, violências e ameaças a defensores e defensoras de direitos humanos. Eu destacaria esses dois grandes desafios.

Um que é próprio da atuação dessas organizações neste contexto que a gente atravessa, mas eu diria que, ao nos colocar nesse lugar, a gente também é desafiado por todas as forças que produzem e querem construir outro tipo de relação, outro tipo de projeto de país, outro tipo de Estado. Se antes a gente já enfrentava esses dois grandes desafios, o contexto que a gente vai atravessar exigirá mais de nós, para essas organizações atuarem nessa defesa e proteção dos defensores e defensoras dos direitos humanos – isso os inclui também como organizações, como sujeitos que fazem a luta por direitos humanos. Vamos precisar aprofundar muito mais as nossas ações de solidariedade entre nós para que a gente consiga fazer esse enfrentamento. E eu acredito piamente que a gente consiga – claro que com muitos limites, muitas dificuldades. **Mas, se tem uma marca que a gente pode destacar na atuação dessas organizações é a resistência. Ao longo do tempo, trajetórias marcadas por muitas dificuldades, mas ao mesmo tempo com muita força no enfrentamento desses desafios.**

Tânia Dornellas

Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE)



Sou Tânia Dornellas, cientista política, especialista em democracia participativa, República e movimentos sociais. Sou assessora da advocacy da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE). Minha atuação na área dos direitos humanos vem desde a adolescência, desde que entendi que, para que o mundo seja melhor, não adianta só eu ter os meus direitos garantidos. É necessário um olhar de coletividade, que eu comecei a construir quando passei a trabalhar com os movimentos.

“Eu sou porque nós somos”. A partir daí, comecei a atuar em diferentes áreas dos direitos humanos – infância e adolescência; do campo e da cidade; das florestas, das águas e dos rios. Atualmente, tenho atuado diretamente com a garantia do direito à educação.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Os dados do Grupo de Investigação Eleitoral da UFRJ apontam que o Brasil registrou, neste processo eleitoral, 103 casos de violência política relacionados aos candidatos.

O levantamento preliminar, feito pelo Comitê de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, mostra claramente que, durante o período eleitoral de 2022, principalmente entre 16 de agosto e 30 de outubro, **tivemos mais de 10 casos registrados de candidaturas de defensores/as que sofreram graves violações de direitos. Esses dados dizem respeito a vários tipos de violências, por exemplo, ameaças, agressões durante as campanhas de rua, ameaças de morte com armas de fogo.**

Essas violências evidenciam uma dimensão de gênero, de raça, de orientação sexual e uma dimensão de cor, o que ficou muito visível nas denúncias de violências durante o processo eleitoral. Diversos exemplos deixam muito caracterizado que os defensores e defensoras de direitos humanos neste cenário da política ficam extremamente expostos e sofrem todo tipo de ameaças.

A eleição de 2022 foi, de longe, a mais acirrada de toda a história da República brasileira porque aconteceu em um clima político e social de extrema polarização, em que afloraram atitudes apaixonadas que, muitas vezes, culminaram em agressões e até em morte. Nesses últimos seis anos, vivemos um estado de exceção dos direitos humanos – que teve início no governo Temer, com a Emenda Constitucional nº 95, que congelou por 20 anos os gastos públicos com serviços essenciais, como educação, saúde e proteção social – que foi aprofundado na gestão Bolsonaro e que ainda contou com os efeitos perversos da pandemia.

A gestão Bolsonaro, extremamente autoritária e promotora de violência, aliada aos cortes orçamentários nas políticas públicas e aos efeitos da pandemia, aprofundou os problemas estruturais da nossa sociedade: o desemprego, a fome e a miséria aumentaram, assim como a disputa por terra em territórios dos povos e comunidades tradicionais. Tudo isso, obviamente, violou os direitos humanos da população brasileira e colocou em risco aqueles que defendem os direitos humanos.

É importante ressaltar que todo o sistema político de proteção das defensoras e defensores de direitos humanos, assim como as demais políticas públicas, também sofreram cortes orçamentários, gerando uma fragilização na gestão das políticas e isso afetou negativamente, não só a atuação de defensoras e defensores, mas também a garantia de proteção, de salvaguarda dessas pessoas. **Segundo a Global Witness, o Brasil é o país que ocupa o quarto lugar no ranking dos que mais matam defensores e defensoras de direitos humanos**, ficando atrás apenas da Colômbia, do México e das Filipinas. Nós já não tínhamos um cenário favorável para a atuação e, de seis anos para cá, isso piorou muito.

É no contexto de racismo e sexismo estruturais da sociedade brasileira que se dá a nossa atuação como defensoras e defensores de direitos humanos, uma sociedade que valoriza a vida de determinados segmentos da população, enquanto outros não têm valor, são descaradamente invisibilizados, ignorados pelo Estado e pelas políticas públicas. **Segundo o Decreto nº 6044/2007, “uma das diretrizes para garantir a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos é o fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo, na proteção aos defensores dos direitos humanos e nas causas que geram o estado de risco ou vulnerabilidade”.**

O Decreto é claro, mas as condições objetivas e materiais para sua implementação estão aquém do necessário. A incitação do armamento da população, o discurso de ódio contra determinados grupos, o enfraquecimento da participação social com o fechamento de conselhos e de outros espaços que permitiam o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, avanço de políticas autoritárias e retrógradas, que restringem os direitos humanos, contribuíram, sem dúvida, para que tivéssemos um escalada de violência letal contra defensores e defensoras de direitos humanos em seus territórios, a exemplo das violências contra lideranças indígenas e do genocídio da população indígena; dos despejos, inclusive durante a pandemia; da precarização do programa de defensores; da criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças; da violência política, doméstica e digital, sem responsabilização; de intimidações e, em última instância, de assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos.

Quais as **estratégias e alternativas** que sua organização implementou para o enfrentamento deste cenário?

A Campanha não tem uma atuação restrita só ao tema da educação; também trabalha com a promoção dos direitos humanos como um todo. **Ela faz parte da Plataforma DHESCA, do Grupo de Trabalho da Agenda 2030, que acompanha a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, do Coletivo Revisão Periódica Universal (Coletivo RPU), que monitora os direitos humanos no Brasil e realiza uma revisão de todas as recomendações feitas ao Brasil e o nível de implementação ou não dessas recomendações (e praticamente nada foi implementado).**

Contribuímos também com a elaboração do Relatório Luz nos ODS 4 (Educação) e 8 (Trabalho) e com a divulgação deste relatório para todas as embaixadas no Brasil e, em Genebra, para as missões diplomáticas. Também contribuimos com a elaboração do **Informe Defensorial: situação dos Direitos Humanos no Brasil, da Defensoria Pública da União (DPU).** Nos últimos seis anos, tivemos um avanço de pautas conservadoras, como o Escola sem Partido que, embora não tenha avançado em termos de legislação, foi muito percebido na prática, com o emudecimento dos professores em sala de aula. Eles têm medo de dar o seu conteúdo curricular porque tudo é visto como reforço a uma ideologia política. Como um professor de História não vai falar de nazismo, de ditadura? As famílias vêm falar que isso não é papel do professor.

Para apoiarmos a prática pedagógica nesse contexto, participamos da reedição do Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas, material em resposta ao ultraconservadorismo na educação. **A CNDE também tem uma política clara de proteção e salvaguarda de defensoras e defensores de direitos humanos (DDH),** de crianças e adolescentes e para populações em situação de vulnerabilidade é orientada para a prevenção de danos à integridade física, psíquica ou moral.

No âmbito do Projeto Infâncias e Adolescências Invisibilizadas, foram elaborados oito estudos que apontam para um projeto de país que não prioriza grupos e segmentos das diversas infâncias e adolescências brasileiras.

Foram analisados oito contextos: infâncias e adolescências em situação de rua; migrantes;

residentes em territórios urbanos, em zonas de conflito e violência; no sistema socioeducativo, em acolhimento e filhos de responsáveis encarcerados; da reforma agrária; da agricultura familiar; quilombolas; e indígenas.

Outro viés é o **acompanhamento, no Congresso Nacional, das pautas que restringem direitos, que são consideradas retrocesso, para que elas não avancem.** A Campanha também atua nas denúncias. No nosso campo específico, a gente discute muito a questão da privatização da educação que aumenta as desigualdades educacionais históricas – e isso não acontece só no Brasil, mas no mundo. Obviamente que nestes seis anos, não só a Campanha, mas praticamente todos os movimentos sociais, atuamos muito contra os retrocessos e nossa esperança é que, agora, a gente consiga – mesmo com dificuldades – ter um outro cenário, com possibilidades de diálogo em prol da necessária e urgente reconstrução do país.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Houve um avanço da extrema-direita no país. Ela está enraizada e mais forte do que nós supúnhamos. **Concordo com a Profa. Gabriela Kalil, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, quando ela afirma que os atos do dia 8 de janeiro de 2023 evidenciam que a extrema-direita brasileira está em sintonia com a extrema-direita global.**

Há um movimento crescente, sobre o qual a gente ainda precisa se debruçar, que é a mobilização digital. Para além do uso de robôs, muito presentes em audiências públicas que falam sobre defesa de direitos, há aplicativos de mensagens instantâneas e as próprias redes sociais que permitem e, muitas vezes, são coniventes, com a disseminação das fake news que se espalham rapidamente nesses espaços. Precisamos falar sobre isso e na regulamentação. **E é preciso deixar claro que regulamentar não é violar a liberdade de expressão.**

A gente pode afirmar que, nesse contexto de autoritarismo, de avanço e fortalecimento da extrema-direita, as dimensões e os princípios da democracia foram fragilizados, no que

se refere a procedimentos de decisão, à comunicação pública, à garantia dos direitos, ao estabelecimento e execução das regras – sejam constitucionais, seja de implementação de políticas públicas. **Tivemos uma redução do nível de transparência e do acesso à informação em praticamente todos os temas, uma fragmentação ou extinção de políticas públicas, aliados a cortes orçamentários e a uma baixa execução orçamentária.** Esse avanço do autoritarismo foi muito representado pelo bolsonarismo que, por sua vez, é constituído a partir de um reacionarismo cultural, de um militarismo muito forte e de um ultraliberalismo.

A partir de todo esse cenário, é possível afirmar que a situação da democracia e dos direitos humanos no Brasil é de fragilidade. Portanto, a luta pelos direitos humanos no país precisa, mais do que nunca, ser feita a partir da articulação e mobilização ampla de diferentes atores políticos da sociedade civil. Precisamos nos mobilizar de forma articulada, integrada, porque é isso que vai fazer com que a gente tenha poder de mudança, que vai fazer com que se consiga superar esse extremismo político, que a gente consiga sair da barbárie.

A nossa democracia – que é nova, comparada com as democracias da Europa, por exemplo – já tinha muitos desafios para a sua consolidação e hoje os desafios são, praticamente, de repactuação do que entendemos sobre a própria democracia. Dentre esses desafios, está garantir a porosidade do Estado: que ele tenha mais pontes e menos muros na hora de garantir a participação social. O Estado tem a responsabilidade de garantir o diálogo para a tomada de decisões – elas precisam ser tomadas “com” as populações, com a sociedade; e não só “para”. É fundamental que se restabeleçam canais de diálogo, que sejam criados novos espaços cívicos para que o debate seja representativo e abarque as diversidades. Não é só garantir o diálogo, mas a escuta das diversidades para a definição de ações concretas.

Sobre as políticas públicas, é preciso garantir uma execução orçamentária que seja efetiva e que se fortaleça o pacto federativo, extremamente fragilizado nos últimos anos (vide a questão das vacinas na pandemia).

Paulo Freire coloca algumas questões que dialogam muito com os desafios da democracia. Ele considera que a conscientização é como uma inserção crítica na história. Quero dizer com isso que as pessoas devem assumir seu papel de sujeito crítico que faz e refaz o mundo.

Quando a gente fala em educar para a democracia, trazendo Anísio Teixeira, não falamos em educação formal; falamos da educação popular, da educação para os direitos humanos e para a cidadania, que tenha uma pedagogia democrática e não uma doutrinação ideológica. A gente precisa garantir um pacto que seja emancipador da sociedade brasileira. **É isso que a CNDE acredita e defende.**

É o que vai fazer com que o país alcance o que a gente deseja: um desenvolvimento sustentável e que seja sustentado. Trazendo a Agenda 2030, os ODS nada mais são do que uma tradução dos direitos humanos; não é uma agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), mas nossa, dos direitos humanos, e que está a serviço do fortalecimento da democracia. Nesta nova oportunidade que estamos tendo de fortalecê-la, não podemos soltar a mão de ninguém.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

O resultado das eleições de 2022 aponta para um resgate das esperanças. **O esperar a partir do que traz Paulo Freire: esperança crítica, esperança no agir.**

E alguns desafios de ação são: buscar estratégias para enfrentar o fascismo no Brasil, o que significa implementar ações, programas, que busquem uma educação para os direitos humanos, que traga as memórias coletivas. Quando não valorizamos os processos históricos da sociedade, como o autoritarismo, eles se repetem porque as novas gerações não vivenciaram e não conhecem as consequências. **Então é estratégico chegar às escolas com essas memórias coletivas – não de uma forma automática, de cumprimento de grade curricular -, mas tendo a educação popular como uma estratégia importante pela sua capacidade de trazer reflexões críticas.**

Outro desafio é reeducar para a política. As pessoas não acreditam nas instituições; a gente precisa recuperar a crença das pessoas de que elas funcionam e, para isso, é preciso que elas se reinventem também. Buscar a transformação na ação. É isso que vai fazer com que a gente debele também essas células fascistas, terroristas, que têm encontrado terreno fértil no Brasil.

É fundamental fortalecer a institucionalidade da democracia, reaver nossa Constituição Federal de 1988, que representa tudo que temos do Estado de Direito, que trouxe contribuições importantes para a garantia dos direitos sociais, trabalhistas e dos direitos humanos de forma mais ampla. **Precisamos de mudanças profundas no agir e no pensar da nossa sociedade, a começar pelo enfrentamento real do racismo e do sexismo que são estruturais.** São desafios que não são fáceis e são de médio e longo prazo.

Demos uma guinada à direita e extrema-direita no Congresso Nacional, que traz desafios para a governabilidade e para o debate de pautas importantes para a sociedade, como o desarmamento. Nós passamos os últimos quatro anos com um presidente que, todos os dias, afirmava que a população tem que ter o direito de ter arma para se defender, o que, na verdade, é tirar a responsabilidade da segurança pública do Estado e passar para a mão do cidadão. Estudos e pesquisas evidenciam que essa é uma estratégia totalmente equivocada e que não funcionou nos países onde foi implementada.

É fundamental discutir a questão da saúde mental. Este é um tema que deve estar sob atenção de toda a sociedade e não somente no campo das individualidades. É uma questão de saúde pública. No campo da educação, por exemplo, temos visto um aumento da violência nas escolas, com crimes que nunca foram tão recorrentes na nossa história educacional como tem sido agora. Os impactos da pandemia ainda estão sendo sentidos por todos nós, incluindo as crianças, os adolescentes e os jovens, bem como a comunidade docente.

Por fim, precisamos nos reeducar e educar para a democracia, para os direitos humanos, para a política e para a promoção da cultura da paz. Todas essas dimensões estão entrelaçadas. A gente precisa mudar as estratégias porque, com as que a gente tinha até hoje, não vamos avançar muito. Então a questão é: o que vamos fazer para defender, promover e garantir a democracia que a gente quer? Os desafios são grandes, mas não são impossíveis de transpor, se a gente, realmente, fizer isso de forma coletiva e integrada.



Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi

Justiça nos Trilhos



Sou Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi, tenho 55 anos, sou advogada, defensora e ativista de direitos humanos. Há quatro anos trabalho na associação **Justiça nos Trilhos**, com sede em Açaílândia, estado do Maranhão. Nós trabalhamos com comunidades impactadas pela mineração e agronegócio ao longo do corredor Carajás.

Minha trajetória na militância de direitos humanos se deu, principalmente, nas favelas da Zona Leste de São Paulo, mais especificamente em Sapopemba, acompanhando adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto, mas trabalhando também com mulheres, juventude negra e periférica vítima do genocídio imposto pelo Estado.

Atuei e atuo na defesa das defensoras e defensores de direitos humanos, em razão do acúmulo dos anos sendo perseguida por conta da minha atuação e sendo protegida pelo Programa de Proteção na gestão do governo do presidente Lula e da presidenta Dilma, bem como por organizações não governamentais com essa missão.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

O processo eleitoral de 2022 foi de uma violência já anunciada, pois desde a candidatura do ex-presidente Bolsonaro, suas propostas indicavam que teríamos uma governança bastante difícil no Brasil, principalmente para defensoras e defensores de direitos humanos. Iniciamos aquele governo com a morte da Marielle Franco, que marcou muito a todos/as/es no campo dos direitos humanos. E, já tínhamos o anúncio da liberação de armas; do avanço do agronegócio sem nenhum respeito às comunidades tradicionais; ataque às comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas – sem falar as que para aquele governo nem existiam, como as comunidades ciganas e outras.

De lá para cá, tivemos um aumento de assassinatos de defensores/as, o avanço das invasões de terras indígenas, a suspensão de emissão de títulos e de qualquer processo que levasse aos títulos de comunidades quilombolas, ao mesmo tempo em que houve um aumento indiscriminado na distribuição de armas. A impunidade fazia parte desse pacote. Por que as investigações do caso Marielle Franco não avançaram? Por que não houve esforço na investigação do sumiço do Bruno Pereira e do Dom Phillips, entre outros casos em que o governo federal poderia ter agido de forma mais contundente a isso?

Estou fazendo essa premissa para a gente entender as eleições de 2022. Ela consistiu numa disputa de projeto de sociedade e a estratégia do então candidato Bolsonaro foi acirrar o discurso do ódio, destruindo verdades, com mentiras acirradas, e prometendo a flexibilização de armas, o que depois se concretizou.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que tem acompanhado muito de perto a liberação de armas e o aumento dos clubes de atiradores, revela um dado assustador: juntando todas as polícias do Brasil, elas têm menos armas do que as que estão nas mãos de pessoas comuns e associações de atiradores. Isso fez com que as defensoras e defensores tivessem que tomar muito cuidado. **Pessoas comuns que também acreditam num projeto de sociedade, que será coordenado pelo presidente Lula, silenciassem por medo.**

Eu mesma atuei diretamente pedindo proteção para o bispo Vicente Ferreira, que acompanha o caso de Brumadinho, e em outros casos de defensoras e defensores ameaçados no período pré-campanha e durante a campanha, por defenderem esse novo projeto de sociedade. **O conceito de segurança não é povo armado, mas educação para todos, moradia com dignidade, acesso à alimentação.** Então, a defesa dessas bandeiras já implicava em risco. Bolsonaro alcançou um exército de militantes que criou um pavor na sociedade, desafiando instituições. Nossas instituições, sobretudo do sistema de Justiça, sempre foram elitistas. Felizmente, elas tomaram uma posição muito importante nas eleições de 2022, caso contrário, o caos teria tomado conta do país.

Essas eleições marcaram, de forma muito nítida, a disputa entre dois projetos de sociedade e os defensores pagaram com a própria pele. Alguns com a própria vida ou com a liberdade. Felizmente, resultou no projeto que nós acreditamos, mas não cessa a nossa preocupação, pois, nesses próximos quatro anos, essa turma vai trabalhar o tempo inteiro para atrapalhar esta gestão e para tomar o país daqui a quatro anos. Isso significa novos ataques e perseguições. Precisamos estar preparados para esse enfrentamento.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

As estratégias foram: **estar sempre em rede; atender às orientações do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, do qual nós também fazemos parte; revisitar nosso próprio plano de segurança; maior atenção a quem nos pede informação e como colocar nossas informações; diálogos com candidatos que defendiam as mesmas causas (porque era um pleito eleitoral e nós temos bandeiras a defender, então, soltamos cartas de compromisso); reforçamos orientações sobre como se comportar nas redes; orientações para monitoramento do próprio carro; não responder a provocações de forma imediata, mas levar para a equipe avaliar e discutir.**

Sou voluntária no Centro de Direitos Humanos Carmen Bascarán, que trabalha no enfrentamento ao trabalho análogo ao escravo, e o Centro sofreu vários ataques midiáticos de desqualificação.

Então, a orientação foi não responder de forma imediata, mas pedir direito de resposta e comunicar ao Ministério Público (MP). Fizemos muitas reuniões com o MP, seja eleitoral, seja da pasta de direitos humanos da comarca para dialogar sobre como enfrentar tais ataques.

Na cidade de Açailândia, nós já vínhamos trabalhando com as organizações, lideranças sociais e pessoas comuns. Ainda assim, chegaram recados indiretos para tomar cuidado. A bandeira do Lula, eu só pude colocar na minha casa depois do primeiro turno. Tivemos carros riscados na cidade, mensagens de que não era para fazer atos públicos; nossas faixas de direitos humanos foram retiradas de praça pública. Várias formas de ataques e cerceamento total nos meios de comunicação locais. Foi um período de vigilância e autoproteção individual e coletiva.

A Campanha A Vida por um Fio, que teve início em 2019/2020, nos permitiu trabalhar a prevenção sobre segurança: como está nosso plano de segurança, como damos publicidade às comunicações, o que comunico, o que pode ser público. Essas e outras estratégias foram preventivas e ajudaram para que 2022 não fosse ainda pior.

A Rede Cidadania de Açailândia agrega mais de 30 organizações e movimentos sociais uma rede de defesa da democracia. Nós procuramos sempre atuar conjuntamente; se uma entidade é provocada, a rede é quem responde. **Outra estratégia que deu bastante certo foi chamar representantes do MP para as formações mensais da Rede e dar publicidade a essas formações.** Isso fazia chegar aos bolsonaristas que não estávamos sozinhos, que as autoridades nos respeitavam e isso criava um escudo moral e ético.

Uma das coisas que a gente mais sentiu nessa campanha foi a impossibilidade do debate; não havia abertura para isso. As pessoas atacavam ou se afastavam. E a estratégia era buscar a melhor forma de comunicação. Realizamos muitas visitas aos assentamentos rurais para orientar, fortalecer essas comunidades, discutir com elas estratégias de segurança. **Montamos, junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um rodízio para marcar presença em um acampamento que leva o nome da Marielle Franco, que sofreu vários ataques de policiais e de jagunços dos sojeiros da região.** Esse é um dos casos acompanhados pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), que é a entidade gestora do Programa de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PDDH) no estado.

Outra estratégia foi cuidar do estresse. Acompanhar as principais lideranças que estavam com alto nível de estresse para que não caíssem em armadilha, pois os algozes estão vigilantes o tempo todo e esperam um momento de debilidade. A gente sabe que a estratégia é atacar as lideranças para atingir o coletivo. Esse cuidado foi reforçado por uma das metodologias do projeto que é a pedagogia da proteção a defensoras e defensores.

Como avalia a situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios para seu fortalecimento?

O respeito aos direitos humanos passa por uma democracia forte e bem estruturada. Os desafios ainda são gigantescos porque nós falamos de um país que já era um dos mais desiguais do mundo e, nos últimos quatro anos, essa desigualdade ganhou uma proporção ainda maior.

Nós temos um modelo – Congresso, sistema de Justiça e poder Executivo. Temos que preparar lideranças para ocupar esses espaços. Não temos quase ninguém dentro do sistema de Justiça. Esse sistema, para nossa sorte, reagiu positivamente nas eleições de 2022, mas é o mesmo que tem decisões muito conservadoras com relação à propriedade e em favor da elite, em outras pautas. Ainda há corporativismo muito grande e um elitismo branco muito forte no sistema de Justiça. **Isso implica preparar nossa juventude indígena e negra para as universidades, para estar prontas para um concurso público, com a ideologia deste projeto de sociedade que acreditamos.**

Então, se a gente pensa em fortalecer a democracia, precisamos: **não descuidar da base – que foi uma crítica que nós de esquerda fizemos na composição das duas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). É preciso cuidar da base com muito mais atenção, compreendendo a sua diversidade neste país continental.** Precisamos retomar as instituições de controle social, algumas delas desconstituídas pelo governo Bolsonaro, **como o Conselho Nacional de Direitos Humanos; fortalecer, resgatar e fazer um trabalho de qualidade no controle social para que essa gestão consiga ter sucesso.**

Também é importante olhar o cenário como um todo, buscar essas redes regionais (América Latina) e global; nos valermos dos sistemas de direitos humanos. Precisamos nos empoderar das mudanças que ocorreram nas últimas décadas para realmente fazer a defesa dos territórios, dos povos tradicionais e da democracia que acreditamos.

Com relação aos direitos humanos, **as pautas são direito à vida, resgate de perdas sofridas pela comunidade LGBTQIA+, defesa dos territórios.** Defender isso não vai ser fácil. A Tebet, por exemplo, teve um papel muito importante na vitória, mas não podemos esquecer que ela veio do agronegócio. **Por isso, como diz a juventude, a gente precisa estar o tempo todo “atuante e vigilante” para que não haja um ataque a defensoras e defensores de direitos humanos,** seja como pessoa, seja como coletivo. Esperamos, com muita ansia, **que o PPDDH seja fortalecido, que ele alcance os estados onde ainda não está instalado.** Espero que no anúncio dos 100 dias de governo essa pauta seja apresentada; que o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura seja fortalecido, que o Conselho de Direitos Humanos tenha condições de trabalhar.

Os passos que o Executivo dará dependerão muito do Congresso – que é conservador – e vejo que a principal estratégia para pressioná-lo é a sociedade civil organizada, movimento na rua, articulação, sem descuidar da base.

Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Os desafios passam pela questão econômica. Hoje existe uma situação de pobreza global e nas associações isso está sempre na pauta. Na área da defesa dos direitos humanos e segurança é necessário pensar na formação e acompanhamento de planos de segurança institucionais, em que a formação seja feita com a organização, que o plano seja construído coletivamente e seja designado alguém para acompanhar.

Essa é a melhor forma de prevenção a ataques contra defensoras e defensores, sejam individuais ou coletivos (uma organização ou comunidade territorial).

Precisamos mapear quem são nossos aliados no Poder Executivo, no Legislativo (local, estadual e nacional). Quem são nossos pares e quem podemos conquistar, quem são essas pessoas, como a gente se aproxima e apresenta essas pautas. Porque existem várias pessoas que não são ruins, mas são distantes dessa temática por desconhecimento.

Outro desafio é romper com a segmentação das bandeiras que acreditamos. Como fazemos da bandeira dos/as companheiros/as a nossa bandeira também, com respeito aos espaços e às expertises de cada um/a, valorizando a força da diversidade. Este ainda é um desafio, mas nós estamos mais maduros. Há 20 anos a gente estava dizendo: “nós existimos”. **Hoje, essa existência foi proclamada na subida e na entrega da faixa presidencial, no discurso do nosso Ministro dos Direitos Humanos, no discurso da Sônia Guajajara, entre outros que vêm da militância.**

Na área de defensoras/defensores de direitos humanos, nós defendemos bem as bandeiras, avançamos na comunicação, mas na área da criminalização nós avançamos pouco. Precisamos discutir quem julga os nossos e como a gente vai para dentro do júri. Precisamos acompanhar melhor nossos inqueritos. São poucos os advogados e advogadas preparados nessa área ou liberados para fazer esse acompanhamento.

Não podemos esquecer que a força policial ainda está a serviço da elite. Então, quando há uma criminalização de defensora/defensor, naquele momento, nós conseguimos fazer a defesa midiática. Vêm advogados/as parceiros/as de outras organizações para dar o apoio, mas depois precisam voltar para suas organizações e aí a gente perde e a criminalização fica.

Esse relatório do Projeto Sementes de Proteção é muito importante. Nos traz dados da realidade, nos ajuda a ler a realidade com perspectivas. Nos provoca a pensar estratégias para construir um plano mais interativo e sistêmico na defesa dos direitos fundamentais. Isso exige de nós, defensoras e defensores de direitos humanos, uma militância proativa, responsável e, sobretudo, inteligente.

Não pode ser uma militância de bondade; precisa ser uma militância política, com foco nesse projeto de sociedade que defendemos. **Uma sociedade onde todas e todos sejam respeitados e que o direito da natureza seja defendido e respeitado tal qual os direitos humanos.**

Virgínia Berriel

Central Única dos Trabalhadores (CUT)



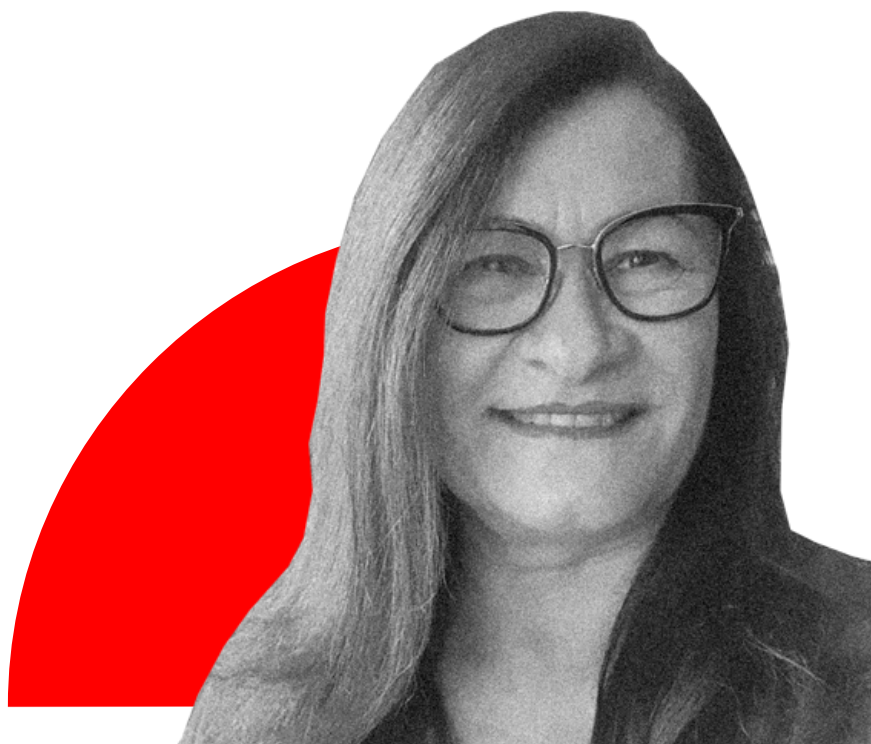
Sou Virgínia Berriel, jornalista profissional, estou diretora no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro, SINTTEL/Rio, também sou coordenadora do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e da executiva da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Estou na executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Movimento Humanos Direitos (MHUD) desde 2003, quando passei a atuar na defesa dos direitos humanos e, atualmente, estou conselheira reeleita no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e integrante da mesa diretora no biênio 2023-2024. Ainda vamos montar as comissões, mas tudo indica que ficarei coordenando a Comissão Permanente do Direito ao Trabalho, da Educação e da Seguridade Social.

Minha atuação nos direitos humanos iniciou em 2003, quando eu entrei para o MUHD, um movimento composto por artistas, intelectuais, padres, entre outros. Passei a atuar na defesa dos direitos humanos, ora viajando com os militantes para defender pessoas ameaçadas de morte no Pará, defender direitos dos povos indígenas e quilombolas. Algumas das nossas lutas foram para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) contra o trabalho escravo no Congresso, em 2004; o diálogo com o governador do Pará em relação à chacina de Pau D'Arco; a lavagem das escadarias da

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para denunciar trabalho escravo na fazenda do presidente da ALERJ, à época. Realizamos outras ações no combate à prostituição de crianças e adolescentes e na defesa das populações indígenas e quilombolas.

Minha militância vem de longe. Ainda no primeiro grau, cobre do prefeito da minha cidade melhores condições e perspectivas para os jovens.

Trabalhei como assessora do sindicato dos ferroviários em Campinas, me formei como atriz de teatro e trabalhei profissionalmente com teatro por muito tempo. Depois vim para o Rio, onde não consegui continuar com o teatro e fui fazer jornalismo, que eu já tinha atuado no interior. Casei, tive filhos e fui para uma empresa de telecomunicações. Entrei para o movimento sindical, em seguida concluí Comunicação Social e fiz assessoria de imprensa para vários projetos, espetáculos, shows, em paralelo com o trabalho na empresa. Fui largando o teatro, fui para a direção do SINTTEL, para a direção da CUT e agora estou no primeiro mandato como uma das coordenadoras do sindicato dos jornalistas.



Como avalia o processo eleitoral de 2022: **quais as dificuldades e violências percebidas neste período**, sobretudo para defensores/as de direitos humanos?

Não foi fácil! Um dos maiores desafios nesses quatro anos foi viver. Nós sobrevivemos à barbárie e à eleição. Foi um processo de construção, de reorganização do movimento sindical. **Também no CNDH fomos nos organizando, a tal ponto que fomos fazer incidência junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Supremo Tribunal Federal (STF); fizemos várias parcerias. Foi um desafio gigantesco.** Todos os dias chegavam denúncias de que defensores e outras pessoas estavam sendo atacadas; a barbárie das fake news foi tão assustadora que fizemos no CNDH um seminário sobre tudo que teríamos que enfrentar: o combate às fake news, às mensagens de ódio e mentirosas.

E mesmo com tudo que fizemos, com toda nossa organização como Conselho, também na CUT e nos sindicatos, eles permaneceram atacando, compraram votos de forma escancarada, rodovias fechadas no Rio de Janeiro, a Polícia Rodoviária Federal impediu ônibus que levavam pessoas no Nordeste para votar e muitas delas não conseguiram chegar ao seu destino, outras andaram por horas a pé. Foram muitas as denúncias e os ataques, a compra de votos, não só no Nordeste, mas também no Mato Grosso e em outros estados. Muitos moradores de favelas relataram que votaram no primeiro turno e, no segundo, seu nome não estava lá.

Foi um dos maiores desafios que passamos e nós vencemos pela gana de querer a mudança, por essa resistência, por essa brava luta de todos – das pessoas que moram nas favelas, dos militantes, dos sindicalistas, dos defensores de direitos humanos. Esses lutaram bravamente, arriscaram a vida até a apuração e continuaram sendo ameaçados e atacados. Foi o momento mais desafiador das nossas vidas. Posso afirmar com muita tranquilidade que certamente não viveremos outro período como esse. E nunca vivemos um período como esse, muito ódio e dor.

O que estava em jogo eram aquelas quase 700 mil vidas perdidas para a Covid-19. Uma história monstruosa de tanta dor e perda a ser contada. Das 700 mil mortes, pelo menos 300 mil poderiam ter sido evitadas se tudo tivesse

ocorrido no tempo certo, através da vacinação, se o presidente, os filhos e os seus aliados não tivessem feito propaganda enganosa. Isso é crime. E todas essas violações, esse genocídio, não podem ficar impunes. Para a extrema-direita, o bolsonarismo, estava em jogo eles continuarem massacrando a população, tirando direitos, violando os direitos humanos, era permanecer o sistema de saqueamento e destruição do país.

Para nós, era a sobrevivência, a vida. É por isso que estamos aqui hoje, falando da vida e de que precisamos acreditar na mudança, na esperança. Isso foi o que nos deu força para sobreviver a tudo que passamos no período eleitoral. Precisamos limpar a casa. Pode não ser 100% o que conseguiremos daqui para frente, mas não será esse período tão cruel que vivemos nos últimos quatro anos e, principalmente, no período e no processo eleitoral.

Quais as **estratégias e alternativas que sua organização implementou para o enfrentamento** deste cenário?

Para os sindicatos, a CUT e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), uma das estratégias foi a montagem dos comitês de luta. Isso foi estratégico para ganhar essa eleição. Foi ressuscitar aquele trabalho de base que foi meio “largado” logo após a primeira eleição do presidente Lula. Muitos dirigentes, sindicalistas, militantes foram para o governo e “deixaram a cadeira vazia”. A criação dos comitês de luta colocou o povo ali, para conversar, falar com a população, para enfrentar. E todos os dias tinha gente nos comitês, que foram se multiplicando, não só por cidades, mas por bairros, condomínios, por regiões. Tivemos dois anos de pandemia em que grande parte da militância ficou meio paralisada porque não podia sair, nem ter contato com tanta gente. Tudo atrapalhou. Mas a criação dos comitês e a volta dos militantes às ruas e com materiais, conversando com as pessoas, indo de casa em casa, deu outro gás. Essa era uma proposta do PT, que passou para a CUT e fomos alastrando comitês e mais comitês, criados pelo movimento sindical.

No que diz respeito ao Conselho, nós também **tivemos as nossas estratégias, acho que foram extremamente válidas. Fizemos três reuniões, duas delas ainda com Edson Fachin quando estava ministro no TSE, fizemos um termo de cooperação, assinado pelo TSE e pelo Conselho**, para o combate às fake news, às mensagens

mentirosas e tudo que pudesse acontecer de errado nas eleições. **Pedimos ajuda do TSE e conseguimos levar o termo de cooperação para todos os estados: passou pelos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos e foi entregue a todos os TREs para que eles soubessem agir, se tivesse alguma insurgência.** Por sua vez, o próprio TSE também criou mecanismos de verificação de mensagens mentirosas, de discurso de ódio e imediatamente agia. **E nós agíamos em parceria, mandando material para o TSE, algumas vezes para o STF, com quem também estivemos reunidos e entregamos o termo de cooperação e materiais sobre defensores que estavam sendo atacados.**

Temos um governo de esquerda, mas evidentemente temos nossas bandeiras, nossas pautas. Não somos governo, somos uma central sindical e nossas reivindicações vão continuar. **Queremos a revogação da Reforma Trabalhista ou de diversos itens dela. É questão de honra para o movimento sindical.** Queremos a volta de sustentabilidade dos sindicatos, uma contribuição que seja da base das negociações coletivas; tem que ter formas de subsistência do movimento sindical porque é ele que vai fazer a diferença.

Precisamos cobrar a revogação de partes da reforma da previdência porque muitos trabalhadores vão morrer e não vão conseguir se aposentar. Temos nossas bandeiras, vamos continuar nas ruas, mas para isso precisamos dos comitês, precisamos da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, agora com muito mais disposição, porque antes a gente sofria com muita pancada, era um retrocesso atrás do outro. Estamos vendo muitas mudanças – os movimentos, as pretas e pretos representados/as por essa composição de ministérios – então temos mais esperança. Mas não podemos ter esperança e largar. Vamos continuar mobilizados, na luta; e isso é necessário para conquistarmos tudo que perdemos.

Tem também uma necessidade – que não é só dos defensores de direitos humanos – mas toda população tem que se envolver: precisamos matar a fome de mais de 33 milhões de pessoas que estão em situação de fome e milhares em insegurança alimentar, não sabem o que vão comer amanhã. Essa é uma responsabilidade do governo, com as políticas públicas, mas cada um de nós que lutamos pelos direitos humanos e contra as violações precisamos abraçar esta causa, porque as pessoas estão morrendo. Até o governo chegar, se organizar, leva tempo. Como a gente se organiza para matar a fome das pessoas agora? Junto com os movimentos, estamos buscando coletar, fazer cestas. Esse é o trabalho também dos defensores dos direitos humanos.

Como avalia a **situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os desafios** para seu fortalecimento?

Da parte do conselho, estes dois anos foram de extremo sacrifício, de resistência. No ano de 2021, nos conhecemos e ficamos um ano nos reunindo virtualmente, porque estava em plena pandemia. Em 2022, foi uma guerra para que as reuniões pudessem acontecer em Brasília, com todos os conselheiros e conselheiras. **Fomos para cima do ministério da mulher porque o CNDH, apesar de ser um órgão de Estado, de ter sua autonomia, um orçamento (mesmo muito pequeno), estava lotado nesse ministério e todo mundo sabe bem o método da ex-ministra Damares.** Foi uma luta para garantir as passagens, as reuniões. Tivemos que fazer atos, manifestações, ofícios, e conseguimos. Mas outros conselhos foram desmontados.

O que nós fizemos, especialmente no último ano, **foi entrar com pedidos de apoio junto à União Europeia, à ONU e outras organizações para transformar o CNDH numa Instituição Nacional dos Direitos Humanos (INDH), que terá independência financeira, estrutura, e será um órgão de Estado e não de governo.** Já é assim em alguns países até menores do que o Brasil e essas instituições têm orçamento próprio, chegam a ter 20, 30, até 100 empregados. **O CNDH conta com quatro ou cinco assessoras técnicas, cada uma com cinco, seis comissões para dar conta. Foi quase impossível todo o trabalho que nossas assessoras fizeram, se desdobraram, porque falta estrutura, falta mais assessoria técnica.** Estamos caminhando para melhorar isso. Estamos buscando as filiações adequadas, fomos construindo pontes com diversas organizações internacionais e com o próprio STF e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nesse sentido, fizemos algumas incidências, na montagem do novo governo. Conversamos estrategicamente com alguns ex-ministros dos direitos humanos, do grupo de transição e com o vice-presidente da República, levamos nossa pauta: **de nos transformarmos em uma INDH; de serem reativados os demais conselhos para que a participação popular volte a reinar.** Ficou o compromisso de lutar para que se tenha meios de reativar todos os conselhos, que eles tenham condições e que seja retomada a participação social.



Quais seriam os **desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos** nos quais atuam defensores/as de direitos humanos?

Nós conseguimos articular bem com a Rede de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.

Verificamos, nesses dois anos, que muitos não tinham sido constituídos e eleitos, outros tinham sido desativados, fomos oficiando os governadores para que recriassem os conselhos estaduais. Onde não foram recriados, nós estamos monitorando. Isso porque o conselho nacional tem que fazer o link com os estados e isso fortalece a nossa atuação em rede. Tem muitas demandas que, às vezes, o próprio estado consegue resolver, não carece chegar ao nível nacional. **Fizemos o encontro nacional da Rede de Conselhos, em setembro, com cerca de 30, 40 pessoas e isso fortaleceu bastante.**

A cada dois anos tem eleição, muda o gestor, mudam alguns defensores de direitos humanos, mas esperamos que essa rede sempre esteja intercalada com o conselho nacional porque nos ajuda na defesa dos defensores nos estados. **Estive no Encontro Nacional de Defensores e foram muitos os depoimentos de defensores que estão impedidos de se manifestarem e a única forma é trabalhar em rede, sempre juntos, sempre monitorados, junto com a Defensoria Pública da União, do estado e outras parcerias.**

Se tivéssemos uma rede em torno da Marielle, talvez não a tivéssemos perdido, assim como a Márcia Tiburi, que teve que sair do país por ter sido ameaçada de morte. A grande dor que nós temos é por ter faltado essa rede. E precisamos trabalhar para construir uma grande rede que possa proteger essas pessoas. **Outros desafios são: ter autonomia financeira, infraestrutura, e equipe técnica – para não precarizar três ou quatro servidores no conselho.**

A vinda de Sílvio Almeida como ministro possibilitará isso, com toda certeza. Teremos algumas dificuldades no início, porque precisa de uma composição orçamentária, mas acredito que teremos muitas perspectivas pela frente para fazer esse trabalho, para defender os direitos humanos e também nos defendermos, atuar em rede, para que nada aconteça conosco.

Tenho esperança de que vamos mudar esse cenário de escuridão para um cenário de esperança com muita luz e possibilidades.



Projeto Sementes de Proteção

O Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de Direitos Humanos é uma iniciativa conjunta para atuação com defensores/as de direitos humanos. Tem por objetivo geral “contribuir com o apoio a defensores/as dos direitos humanos e organizações da sociedade civil que atuam em questões associadas a violações dos direitos humanos e ataques contra liberdades fundamentais no Brasil”. O objetivo específico é **“fortalecer as capacidades de defesa, promoção e proteção dos direitos dos/as defensores/as de direitos humanos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil em 21 estados das cinco regiões brasileiras”**.

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (**SMDH/MNDH**), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (**Abong**) e a **We World GVC Onlus** são as proponentes do projeto, apresentado em edital e aprovado pela Delegação da União Europeia no Brasil e iniciado em março de 2021, com extensão de sua execução por 36 meses. O Projeto também conta com a participação, na condição de associadas, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (**MNDH**), da Comissão Pastoral da Terra (**CPT**), da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (**ABGLT**), da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (**AMDH**) e do Conselho Indigenista Missionário (**CIMI**).

Em sua implementação, são também participantes, na condição de **“Organizações Referenciais no Território”**, entidades filiadas ao MNDH, que são as seguintes: MA: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini (CDMP); AC: Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP); PA: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); PI: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Nenzinha Machado (CDDHNM); CE: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro (CDDH-AC); RN: Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP); PE: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC); PB: Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA); BA: Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM-BA); SE: Instituto Braços – (IB); TO: Movimento Estadual de Direitos Humanos do Tocantins (MEDH); GO: Instituto Brasil Central (Ibrace); MT: Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes (CDH Cáceres); MS: Comissão Regional de Justiça e Paz (CJP-MS); SP: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP); RJ: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (Projeto Legal); MG: Instituto Direitos Humanos: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania (IDH); ES: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH Serra); RS: Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF); SC: Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz (CDH Joinville) e PR: Centro de Direitos Humanos de Londrina (CDH Londrina). As organizações dos/as beneficiários/as finais do Projeto também serão parceiras em todo o processo.

São entendidos/as como beneficiários/as finais: militantes, lutadores/as do povo, lideranças comunitárias, dirigentes que fazem luta social no Brasil e são reconhecidos/as como defensores/as de direitos humanos porque atuam cotidianamente pela garantia e efetivação de direitos nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais populares; são camponeses/as (sem-terra, trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares, posseiros); povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos/as, pescadores/as artesanais, seringueiros/as, extrativistas); mulheres; LGBTQIA+; ambientalistas; lideranças da luta antirracista, sem teto; atingidos/as por grandes empreendimentos (mineração, barragens); religiosos/as de matriz africana; agentes da luta contra tortura e o encarceramento; defensores/as da juventude de periferia urbana; pessoas em situação de rua e catadores/as de materiais; comunicadores/as populares; lideranças de periferias urbanas.

O Projeto prevê três níveis de ação:

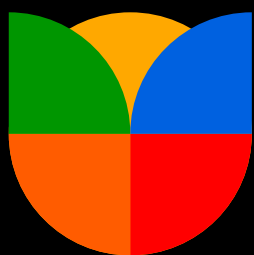
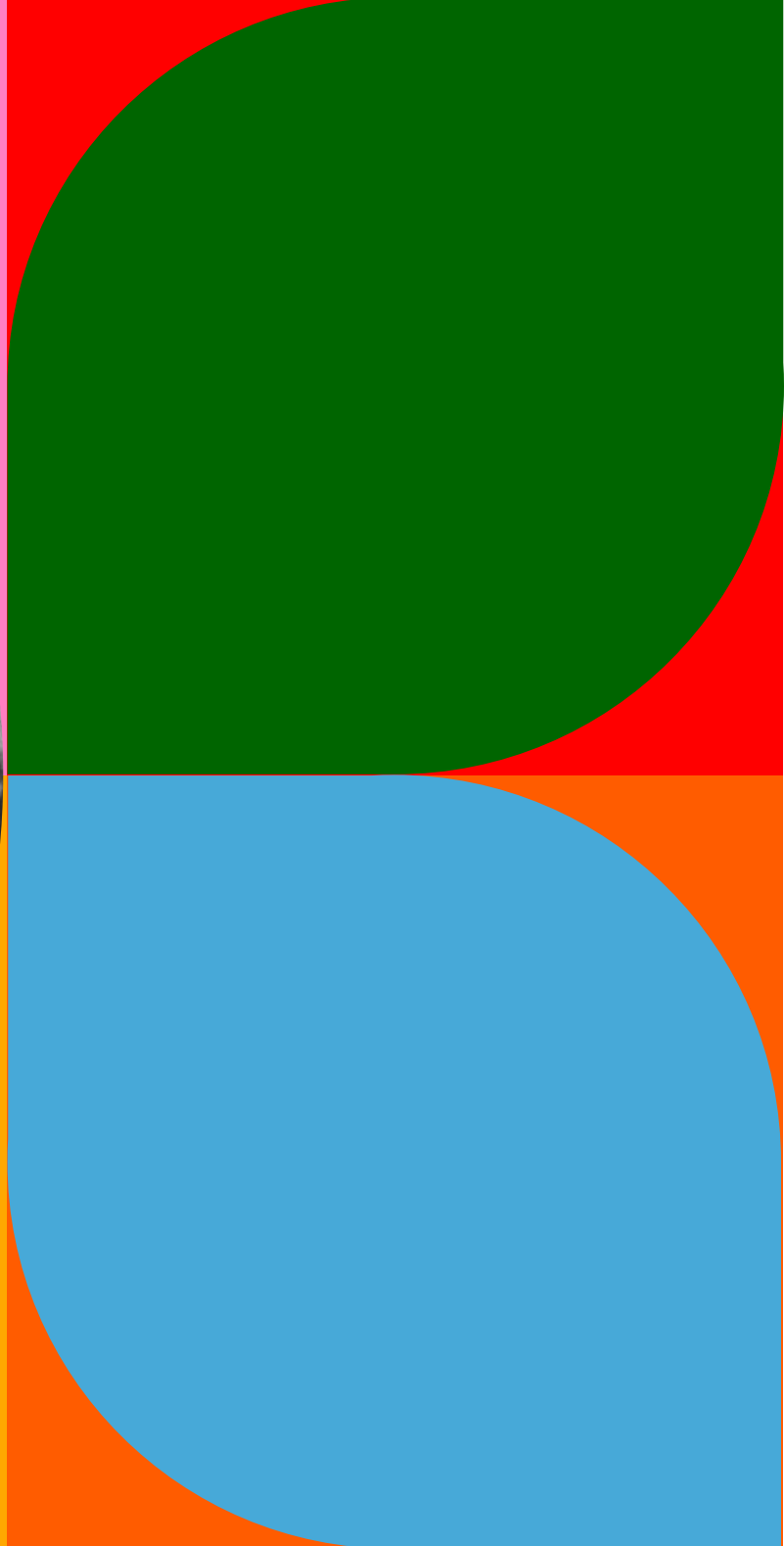
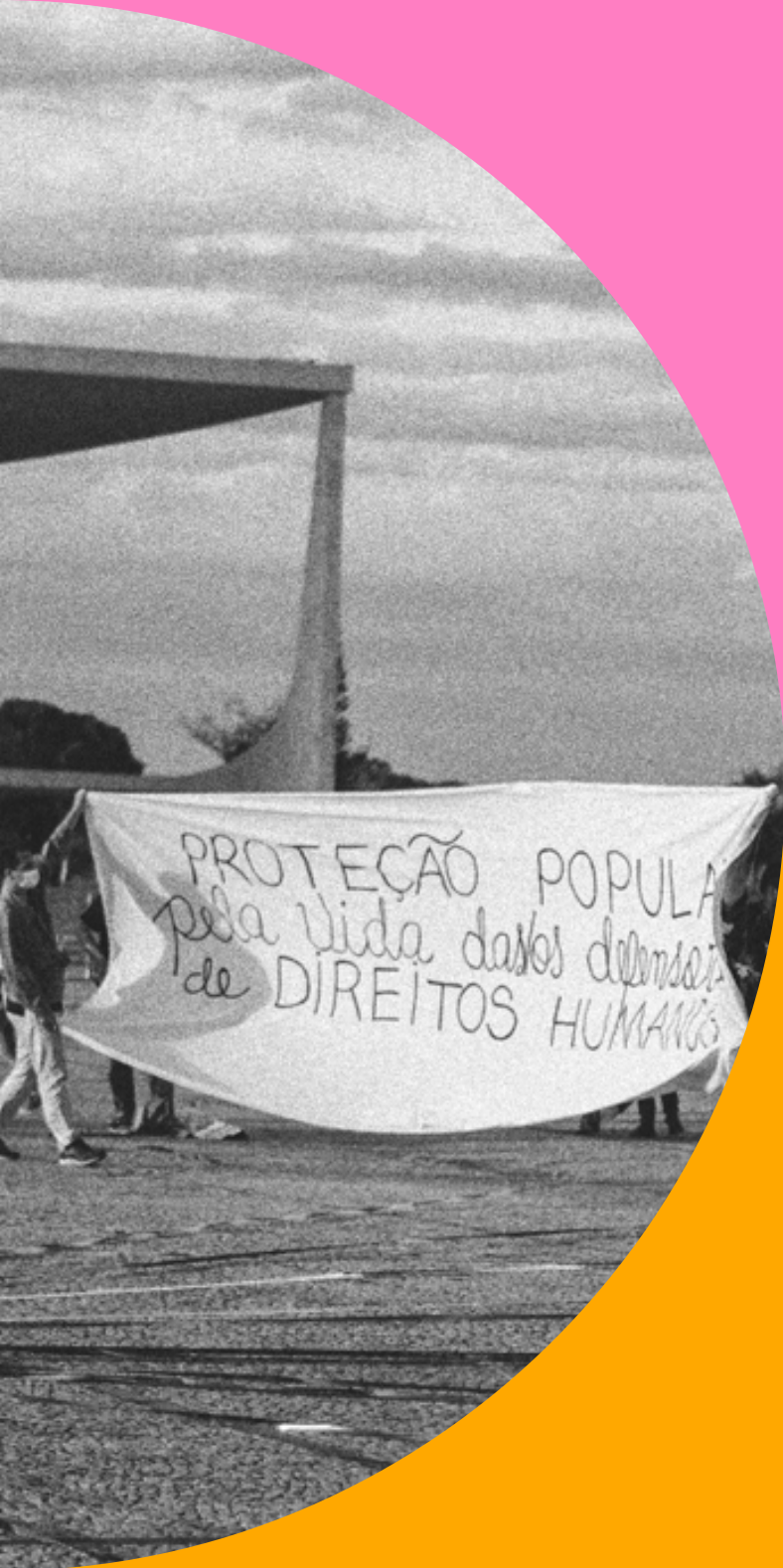
- 1. Ação Direta:** feita nos territórios e pelas organizações que participam do Projeto e atuam nele (sejam elas nacionais ou locais) por meio de atividades de formação, de articulação da atuação em rede, acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de situações que precisem de proteção, de sistematização de informações e conhecimentos, de mobilização social, de comunicação e de incidência política para enfrentamento das situações de risco e ameaça e para a promoção da atuação de defensores/as de direitos humanos;
- 2. Ação Complementar:** feita nos territórios e em âmbito nacional e internacional pela atuação da Equipe Nacional do Projeto em conjunto com as organizações que atuam no território para o desenvolvimento de atividades de incidência nacional junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, às Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, os Programas Públicos de Proteção e o sistema de Justiça e seus agentes; e a incidência internacional junto ao sistema das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), à União Europeia (Comissão e Parlamento) e também com a sociedade civil internacional;
- 3. Ação Suplementar:** feita pela Equipe Nacional com apoio das organizações que atuam no território basicamente para promover ações de comunicação (campanha nacional e outras iniciativas), de produção de conhecimento e informação, com a publicação de Relatórios Nacionais sobre situação dos/as defensores/as de direitos humanos e de duas pesquisas, uma sobre a percepção dos/as defensores/as de direitos humanos e outra sobre o impacto de grandes projetos e do capital privado (empresas) na produção de riscos e ameaças a defensores/as de direitos humanos.

O Projeto mantém um Fundo de Apoio Direto, ou seja, uma linha de apoio que descentraliza recursos para que as Organizações Referenciais no Território possam subsidiar o desenvolvimento das ações diretas previstas no Projeto. O Fundo também receberá demandas de apoio emergencial para atender às necessidades de proteção de defensores/as (indivíduos e organizações) mediante apresentação de solicitação por meio de organizações participantes ou parceiras do Projeto.

A implementação do Projeto é feita por uma Equipe Nacional formada por um grupo de militantes e profissionais contratados/as pela SMDH, Abong e WWB. A coordenação estratégica do Projeto é feita pela Coordenação Nacional, que se reúne mensalmente e da qual participam as requerentes SMDH/MNDH, Abong e WWB. Os debates mais estratégicos são feitos pela Coordenação Nacional Ampliada, da qual participam as requerentes (SMDH/MNDH, Abong, WWB) e as associadas (CPT, ABGLT, AMDH, MNDH e CIMI).

O Projeto Sementes é desenvolvido em parceria com o Projeto Defendendo Vidas, implementado pela SMDH e parcerias, com apoio da Misereor. Assim, em conjunto e complementação, a atuação chega a todos os estados brasileiros.

Mais informações:
sementesdeprotecao.org.br



projeto sementes de proteção

de defensores e defensoras
de direitos humanos

proponentes



co-financiadora



União Europeia